



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES'

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

RANDERSON DOS SANTOS ALMEIDA

**SÃO JOÃO DA FEIRA DO PORTO DE CACHOEIRA-BA:
PIONEIRISMO E VALORIZAÇÃO DAS EXPRESSÕES CULTURAIS FESTEJAM
EM LADOS OPOSTOS**

Salvador
2015

RANDERSON DOS SANTOS ALMEIDA

**SÃO JOÃO DA FEIRA DO PORTO DE CACHOEIRA-BA:
PIONEIRISMO E VALORIZAÇÃO DAS EXPRESSÕES CULTURAIS FESTEJAM
EM LADOS OPOSTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. Renato Barbosa Reis

Salvador
2015

FICHA CATALOGRÁFICA
(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate
International Universities).

Almeida, Randerson dos Santos

São João da Feira do Porto de Cachoeira-Ba: pioneirismo e valorização das expressões culturais festejam em lados opostos. – Salvador: UNIFACS, 2015.

224 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Profº Drº Renato Barbosa Reis.

1. Turismo cultural – Cachoeira - BA. 2. Festa junina. I. Reis, Renato Barbosa, orient. II. Título.

CDD: 338.479142

ANDERSON DOS SANTOS ALMEIDA

SÃO JOÃO DA FEIRA DO PORTO DE CACHOEIRA-BA
PIONEIRISMO E VALORIZAÇÃO DAS EXPRESSÕES CULTURAIS FESTEJAM EM
LADOS OPOSTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Renato Barbosa Reis - Orientador _____
Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pela Centro de Pesquisa
Gonçalo Moniz - Fundação Oswaldo Cruz, CPQGM, Brasil.
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities.

Regina Celeste de Almeida Souza - _____
Pós-Doutora pela Université de Toulouse II (Le Mirail), França, e pelo Centre
d'Études Techniques de l'Équipement de Lyon, CETE, França.
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities.

Janio Roque Barros de Castro - _____
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus V.

Salvador, 30 de abril de 2015.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, bem como aos santos João, Antônio, Pedro e Paulo, festejados no período junino, trazendo serenidade e discernimento nos momentos certos.

A Paulo Henrique Oliveira Silva, mais que um amigo, um parceiro e companheiro de jornada, sem o qual seria impossível a conclusão desta dissertação. Obrigado pelo apoio irrestrito em todos os momentos, por acreditar na relevância do tema, contribuindo com reflexões e pela disponibilidade dedicada a esta pesquisa em todas as suas etapas.

À minha família, nas figuras de meu pai Jorge, minha mãe Lúcia, minha irmã Raiane, meu sobrinho Guilherme, minha tia Vivi e minha vó Lindú (*in memoriam*) pelo apoio constante e compreensão nos momentos de ausência por conta dos estudos. Em especial agradeço a minha mãe, tia e vó, nativas de Cachoeira, pelas contribuições para a produção deste trabalho, configurando-se como memórias vivas do tradicional São João da Feira do Porto de Cachoeira.

Ao meu irmão Ramon e cunhada Daliz pelo incentivo na caminhada acadêmica e apoio na produção desta dissertação.

A Renato Reis, pelo desafio aceito em orientar este trabalho, trazendo perspectivas inovadoras, estando sempre disponível e interessado pelo seu sucesso, mostrando-se além de um professor, um verdadeiro amigo.

À Professora Regina Celeste Souza, que com seu jeito carinhoso e sábio foi uma das motivadoras da pesquisa e também pelas contribuições fundamentais para seu avanço.

Ao Professor Janio Roque Castro, pelas reflexões contidas em sua obra acadêmica sobre o tema e contribuições inestimáveis.

Ao Professor Laumar Neves, coordenador do PPDRU, pelo incentivo e apoio dispensados.

À Professora Carolina Spinola, por acreditar no tema proposto e incentivo dedicado.

À todo o corpo docente do PPDRU, pelas inúmeras reflexões propostas e abertura de novos horizontes e percepções para o Desenvolvimento Regional e Urbano.

À Ana Paula Feitosa, professora da UNEB que acompanhou a primeira investigação sobre o tema.

Aos colegas de turma dos anos de 2012 e 2013, por compartilhar angústias e vitórias nessa jornada acadêmica.

Aos “amigos do peito” José Elysio e Lorraine Santos, pelos momentos de descontração e por serem referência de amizade em todos as horas.

À amiga Janaina Amorin e sua Florzinha, pela preocupação dedicada, crença no potencial e disponibilidade em ajudar quando necessário.

Aos alunos do curso de Licenciatura em História da CAHL – UFRB, Maria Gabriella Santana, Maria Augusta dos Santos, Emmanuel Fernandes, Tamires Teles, Monalisa da Silva e Rodrigo, pelo auxílio na etapa de capô da pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa.

Aos moradores de Cachoeira, representantes de manifestações culturais, gestores públicos e personalidades da cultura local, que, com simpatia, boa vontade e hospitalidade, forneceram informações valiosas para o trabalho desenvolvido.

Pulsa, pulsa Recôncavo
Castro Alves bem sabia
O silêncio do banzo explode
Com luta quilombo
E magia.
Samba? Roda vibrante:
Capoeira rodopia
Atabaques repercutem
Despertando novas utopias.

Livre, leve, solta,
Negra, negro, mestiço,
Pinta, canta, dança
No arco-íris da etnia
Do Brasil na Bahia.

(Valeu A Utopia - Raymundo Cerqueira)

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar as transformações na Festa do São João da Feira do Porto de Cachoeira, situada na região do Recôncavo Baiano, a partir das estratégias de promoção do turismo cultural em uma cidade tombada. Para tanto, partiu-se de um elemento imaterial e seus reflexos nas variadas formas de expressões identitárias. É uma pesquisa empírica de cunho indutivo que estuda o caso particular da Festa de São João de Cachoeira. Para atingir os objetivos utilizou-se os métodos de procedimento histórico e descritivo, que permitiram conhecer e analisar a história da cidade, seu patrimônio cultural, relações socioculturais inerentes a festa e o elemento turismo no processo. Concluiu-se que o São João da Feira do Porto de Cachoeira é um evento reconhecido pelo município e pelo Estado como de grande importância para a cultura e economia local. Depois da festa da Boa Morte, é o período do ano em que a cidade tem maior evidência no território baiano. Foi observado que na última década do século XX as novas estratégias de promoção adotadas para a festa tornaram-se elementos transgressores da cultura, modificando-a de forma pouco satisfatória para a população local. No que tange ao gerenciamento do turismo, indica-se a necessidade de fomentar a participação popular no processo, o fortalecimento da programação da festa através das antigas tradições, o resgate da identidade visual da festa com elementos típicos. Por fim, essa dissertação contribui para avançar nos estudos ligados a tradição e cultura da Bahia, buscando entender e melhorar as suas contribuições para o desenvolvimento de todos envolvidos no processo.

Palavras-chave: Festa Junina. Feira do Porto. Turismo Cultural. Cachoeira.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the changes in the Sao Joao's Festival of the Feira do Porto in Cachoeira, located in the Recôncavo Baiano region, based on the strategies of cultural tourism promotion in a city that was fallen. To do so, an immaterial element was left and its effect on various forms of expressions' identity. It is an empirical research of inductive nature, studying the specific case of the Festival of Sao Joao in Cachoeira. To achieve these goals we used historical and descriptive methods. This allowed us to know and analyze the city's history, its cultural heritage, socio-cultural relations inherited from the festival and the tourism element. It was concluded that the Festival of Sao Joao of Feira do Porto in Cachoeira is an event recognized by the municipality and the state as one of great importance to the local culture and economy. After the celebration of the Boa Morte, it is the time of year that the city gets the most attention in the State of Bahia. It was observed that in the last decade of the twentieth century, the new promotion strategies adopted for the festival became transgressor elements for the local culture. In regards of the management of tourism, it indicates the need to encourage local popular participation in the process, strengthening the festival program through the ancient traditions. The rescue of the festival needs re-branding with typical elements and the greater involvement of the countryside. Finally, this thesis is a step forward towards progress in studies related to the Bahia tradition and culture, in order to understand and improve their contributions to the development of the communities involved.

Keywords: Junina's Festival. Feira do Porto. Cultural Tourism. Cachoeira.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras
CPE – Comissão de Planejamento Econômico da Bahia
Conder – Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo
CETUR – Conselho Estadual de Turismo
CFT – Coordenação de Fomento ao Turismo
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Bahiatursa – Empresa de Turismo da Bahia
Bahiatursa – Hotéis de Turismo da Bahia S.A.
FLICA – Festa Literária Internacional de Cachoeira – BA
FIP – Fundação e Instituto de Pesquisa de São Paulo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ilpes – Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social
MinC – Ministério da Cultura (MinC)
MPF – Ministério Público Federal
ONU – Organização das Nações Unidas
PLANDEB – Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia
PTR – Plano de Turismo do Recôncavo
PIB – Produto Interno Bruto
PPDRU – Programa Pós-Graduação Desenvolvimento Regional e Urbano
RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico
SIC – Secretaria de Industria e Comercio
SETUR-BA – Secretaria de Turismo da Bahia
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UFRB – Universidade do Recôncavo Baiano
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNIFACS – Universidade Salvador

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista aérea de Cachoeira	16
Figura 2 – Delimitações criadas para georreferenciamento dos dados (A);.....	29
Delimitações sobre imagem de satélite (B)	29
Figura 3 – Modelo para análise espacial por densidade de Kernel	32
Figura 4 – Localização do município de Cachoeira no Recôncavo Baiano	59
Figura 5 – Cidade histórica de Cachoeira vista de São Félix	61
Figura 6 – Rio Paraguaçu e as Cidades Irmãs, São Félix (margem direita)	61
e Cachoeira (margem esquerda), unidas pela ponte D. Pedro II	61
Figura 7 – Ponte D. Pedro II por dentro.	62
Figura 8 – São João em Cachoeira (1980).....	63
Figura 9 – Igreja da Ajuda - marco zero da cidade	66
Figura 10 – Casa de Câmara e Cadeia	68
Figura 11 – Igreja e Conjunto do Carmo	68
Figura 12 – "Primeiro Passo Para a Independência" - Óleo sobre tela – Antônio Parreiras (1928) - Palácio Rio Branco, Salvador Bahia.....	70
Figura 13 – Vista aérea de Cachoeira em época de enchente do rio Paraguaçu.....	72
Figura 14 – Centro de Cachoeira em época de enchente do rio Paraguaçu.....	72
Figura 15 – Feira de cana-mirim	83
Figura 16 – Ilustração da típica culinária junina	84
Figura 17 – Trança Fitas	85
Figura 18 – Artesanato na Feira do Porto. Ao fundo a Cidade de São Félix,	87
a Ponte D. Pedro II e o Rio Paraguaçu	87
Figura 19 – Barracas de Palha do antigo São João em Cachoeira.....	88
Figura 20 – Barraqueira do São João de Cachoeira preparando seus quitutes juninos	89
Figura 21 – Palco montado a beira do Rio Paraguaçu para apresentações da programação da Festa.....	90
Figura 23 – Bares montados no período da festa do rio Paraguaçu	100
Figura 22 – Barracas de artesanato obstruindo a vista	101
Figura 24 – Divulgação do São João da Feira do Porto de 1974	106
Samba de Roda Suerdieck. Em destaque Dona Dalva Damiana.....	106
Figura 25 – Divulgação do São João da Feira do Porto de 1974	106
Xilogravuras representando elementos da festa	106
Figura 26 – Divulgação do São João de Cachoeira em 2012	108

Figura 27 – D. Dalva Damiana em uma das apresentações do Samba Suerdick	111
Figura 28 – Apresentação Samba de Roda Suerdick em Praça Pública de Cachoeira	111
Figura 29 – Músicos do Samba de Roda Filhos do Caquende	113
Figura 30 – Apresentação do Filhos de Nagô no São João de Cachoeira	115
Figura 31 – Apresentação da “Segura à Véia”.	117
Figura 32 – Fachada da Filarmônica Minerva Cachoeirana.....	118
Figura 33 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte.....	120
Figura 34 – Fachada da sede da Lyra Ceciliana	120
Figura 35 – Grupo Gêge Nagô.	122
Figura 36 – Confronto entre a força (boi) e a inteligência (homem).....	124
Figura 37 – Interação das pessoas com a dança na apresentação do boi.....	126
Figura 38 – Bandeira que representa a Esmola Cantada	127
Figura 39 – Esmola Cantada.....	127
Figura 40 – Roda de Capoeira Grupo da Muleki é Tu	129
Figura 41 – O rio Paraguaçu e os saveiros.	138
Figura 42 – Fachada da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário.....	139
Figura 43 – Análise de densidade de <i>Kernel</i> para a percepção dos entrevistados que se sentem incomodados com urina nas ruas (A), brigas e violência (B), barulho (C) e lixo nas ruas (D)	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características da população e amostra selecionada	28
Quadro 2 – Comparativo das programações do São João de Cachoeira dos anos 1974 e 2012	103
Quadro 3 – Perfil das lideranças entrevistados.....	131
Quadro 4 – Os bens tangíveis da festa.....	137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição etária	150
Gráfico 2 – Estado Civil	150
Gráfico 3 – Escolaridade	151
Gráfico 4 – Renda média mensal.....	151
Gráfico 5 – Tempo que mora em Cachoeira.....	152
Gráfico 6 – Religião	152
Gráfico 7 – Festas do calendário cultural de Cachoeira que melhor representam a cidade ...	153
Gráfico 8 – Festa Popular do calendário cultural de Cachoeira que mais gosta	153
Gráfico 9 – Mudança que a Festa traz ao dia-a-dia	154
Gráfico 10 – Grupos artísticos de Cachoeira que conhece	154
Gráfico 11 – Onde você MAIS costuma ficar durante o São João.....	155
Gráfico 12 – Concorda com o atual horário que os grupos da cidade se apresentam	156
Gráfico 13 – O que acharia se as manifestações locais deixassem de integrar a festa.....	156
Gráfico 14 – Avaliação da mudança da gestão da Festa do São João de Cachoeira do Estado para a Prefeitura.....	156
Gráfico 15 – Nível de respeito às tradições culturais a Prefeitura Municipal tem na organização da Festa do São João	157
Gráfico 16 – Avaliação do envolvimento dos moradores na organização da Festa	157
Gráfico 17 – Para quem a festa do São João atualmente é feita	158
Gráfico 18 – O que menos gosta no São João de Cachoeira	158

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS	24
3 CONCEPÇÕES E LEITURAS SOBRE OS SENTIDOS DA FESTA E TURISMO CULTURAL	33
3.1 ALGUMAS FACES DA CULTURA POPULAR E DE MASSA	35
3.2 SIGNIFICADOS DE UMA FESTA POPULAR	39
4 CACHOEIRA E A FESTA DE SÃO JOÃO DA FEIRA DO PORTO: UMA TRAJETÓRIA	59
4.1 HEROICA, HISTÓRICA E MONUMENTAL: TÍTULOS DE UMA CIDADE FESTEIRA	64
4.2 FESTEJOS JUNINOS: ORIGEM E SUAS FORMAS DE EXPRESSÃO.....	73
4.3 SÃO JOÃO DE CACHOEIRA SOB A PERSPECTIVA DO TURISMO	78
4.3.1 Década de 1970: o encontro entre o São João de Cachoeira e a gestão turística na Bahia	83
4.3.2 Década de 1990: a gestão municipal e um novo olhar para o São João de Cachoeira	93
5 OS DIFERENTES ATORES LOCAIS E SUA RELAÇÃO COM A FESTA	109
5.1 MANIFESTAÇÕES POPULARES: ESPECIFICIDADES CULTURAIS E LÚDICAS	109
5.2 REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DO SÃO JOÃO: PODER PÚBLICO E PERSONALIDADES DA CULTURA LOCAL.....	131
5.3 POPULAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO E PERTENCIMENTO	149
6 CONCLUSÕES	161
REFERÊNCIAS	170
APÊNDICE A – Modelo do questionário percepção dos moradores de Cachoeira	184
APÊNDICE B – Edital de convocação de alunos da CAHL – UFRB	186
APÊNDICE C – Equipe da pesquisa de campo	187
APÊNDICE D – Resultado do questionário percepção dos moradores de Cachoeira	188
ANEXO A – Certidão de inclusão do samba de roda no recôncavo baiano no livro de registro das formas de expressão do Iphan como patrimônio imaterial brasileiro	201
ANEXO B – Proclamação do samba de roda do recôncavo baiano como obra-prima do patrimônio oral e imaterial da humanidade	202
ANEXO C – Decreto nº 68.045, de 13.01.1971 que declaração do município de Cachoeira – Ba como patrimônio histórico e artístico nacional	203
ANEXO D – Lei Estadual nº 10.695 de 24.09,2007 que transfere a sede do governo do Estado da Bahia para a Cidade de Cachoeira	205
ANEXO E – Cópias da versão original do PTR	206

ANEXO F – Bens listados no livro do tombo (arquivo Noronha Santos) do Iphan, referentes ao tombamento da Cidade Cachoeira – Ba e de seus espaços e edificações..	210
ANEXO G – Compromisso Brasília	223

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Cachoeira (Figura 1) destaca-se desde o século XVIII no cenário estadual e nacional. Recebeu os primeiros engenhos de cana-de-açúcar, tornou-se uma grande produtora de tabaco e teve participação decisiva no processo de independência do Brasil por seu envolvimento nas lutas contra o domínio português na época do colonialismo, guardando por este fato até hoje a alcunha de “A Heroica” (COSTA, 2008, p. 11). Pelo seu posicionamento geográfico passou a ser o principal entreposto comercial entre a capital Salvador, a Chapada e o Sertão da Bahia. Eixo de ligação entre ferrovias, sua localização estratégica, as margens do rio Paraguaçu, permitia um fácil acesso a Baía de Todos os Santos e daí para diversas regiões do Estado.

Situada no Recôncavo Baiano¹, predominantemente ocupada por negro e miscigenados, Cachoeira é conhecida ainda por sua influência cultural, principalmente no que tange as questões religiosas. Manifestações culturais de matrizes africanas como a Irmandade da Boa Morte², bem como o Samba de Roda³, a Festa de Nossa Senhora da Ajuda⁴, as

¹ O Recôncavo baiano é a região geográfica localizada em torno da Baía de Todos-os-Santos, abrangendo não só o litoral mas também toda a região do interior circundante à Baía. O Recôncavo inclui a Região Metropolitana de Salvador, onde está a capital do estado da Bahia, Salvador. As outras cidades mais importantes são: Santo Antônio de Jesus, Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Santo Amaro, Cachoeira, São Félix e Cruz das Almas (MOSS, 2013).

² Homenagem realizada quando da subida aos céus de Maria, mãe de Cristo. Essa “crença” afirma que Maria não teve o corpo corrompido como o de qualquer mortal, e recebe a devoção dos fiéis com vários títulos: Nossa Senhora da Glória, da Vitória, da Anunciação, da Assunção. O termo Boa Morte corresponde a uma devoção que veio de Portugal e teve uma expansão no Brasil, especialmente na Bahia. A Irmandade tem características de um sincretismo religioso e especial, representando a africanidade do povo baiano. Ela é composta por mulheres negras que se integram ao grupo apenas a partir dos 40 anos de idade, quando a família já está criada e as paixões humanas já estão acalmadas, tendo inicialmente como um dos seus objetivos levantar fundos para a compra de cartas de alforria e dar proteção e encaminhamento aos negros fugidos. A história da Boa Morte está associada a segredos, mistérios, evocações, lugar de resistência que a identifica também como uma luta política dos povos escravizados, agregada a um culto que pode ser resquícios dos arquétipos tecidos pelos jesuítas e vivenciado pela devoção portuguesa que pra cá migrou. Muitas das integrantes estão associadas ao culto do candomblé, sendo a maioria também Mães de Santo. Atualmente, a irmandade de Cachoeira foi a única que permaneceu mantendo a tradição e o fervor da Boa Morte, não apenas durante os três dias de festa religiosa (13, 14 e 15 de agosto), com mais dois dias de festa profana com Samba de Roda, caruru e cozido, (COSTA, 2008).

³ É uma expressão musical, coreográfica, poética e festiva das mais importantes e significativas da cultura brasileira. Exerceu influência no samba carioca e até hoje é uma das referências do samba nacional. O estilo musical tradicional afro-brasileiro é associado a uma dança circular com batuque e elemento citadino, e tendo alguns instrumentos como: pandeiro, atabaque, berimbau, viola e chocalho, que por sua vez está associada à capoeira. É tocado por músicos populares acompanhados principalmente por canto e palmas. Samba é um nome angolano que teve sua ampliação e vulgarização no Brasil, consagrando-se na primeira década do século XIX. Está presente em todo o Estado da Bahia e é especialmente forte e mais conhecido na região do Recôncavo.

O Samba de Roda no Recôncavo Baiano foi inscrito do Livro de Registro das Formas de Expressão do IPHAN, em 2004 como Patrimônio Imaterial Brasileiro (ver Certidão no Anexo A) e declarado Obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)* em 2005 (ver Declaração no Anexo B) (CASCUDO, 2001; UNESCO, 2005; e IPHAN, 2004 e 2005).

⁴ Manifestação que ocorre ao longo do mês de novembro, onde caminhões, carroças, animais enfeitados e as bandas musicais saem em cortejo dos extremos da cidade (Rua da Feira, do Caquende, de Currais Velhos, e outros pontos conhecidos) com o

fanfarras e filarmônica entre outras, justificam o interesse de estudiosos e turistas nacionais e internacionais em conhecer este importante trecho do Recôncavo Baiano. Contudo, existe uma manifestação que ainda é pouco estudada, mas que exerce relevância para a cultura da localidade: o São João da Feira do Porto de Cachoeira, festa que teve papel decisivo em um período de estagnação econômica da cidade.

Figura 1 – Vista aérea de Cachoeira



Fonte: JORNAL GRANDE BAHIA (2014). (foto Carlos Augusto).

A atividade econômica cachoeirana enfrentou um declínio entre as décadas de 1940 e 1960. Destaca-se os efeitos da Segunda Guerra Mundial, gerando desemprego na região, prejuízos causados pelas diversas cheias do rio Paraguaçu que devastavam a cidade afetando moradores e comerciantes e ainda a evolução do sistema de transporte brasileiro no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), priorizando as vias rodoviárias em detrimento das ferrovias e hidrovias, o que fez com que a cidade perdesse espaço como entroncamento comercial (QUEIROZ; SOUZA, 2009).

O final da década de 1960 marca o início de uma nova ascensão em Cachoeira, motivado pelo direcionamento do Estado no aprimoramento do turismo na Bahia, sobretudo na região do Recôncavo Baiano. A cidade volta a ter importância para a região, sendo prova

objetivo de anunciar seu início. Um dos pontos altos da festa acontece com a lavagem da Igreja da Ajuda por baianas (COSTA, 2008, p. 39).

disso a “primeira estratégia traçada para promover o desenvolvimento do turismo na Bahia – o Plano de Turismo do Recôncavo (PTR)”, lançado em 1968, onde Cachoeira era prioridade (BAHIA, 1971). Tal fato representou uma embrionária política pública para o turismo com a formatação de um novo atrativo e que também influenciou diretamente na gestão do festejo (BAHIA, 2005, p. 40).

Por abrigar a maior concentração de casario em estilo barroco da Bahia depois de Salvador, em 1971 a cidade de Cachoeira recebeu um reconhecimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pelo seu conjunto arquitetônico e paisagístico, sendo tombada⁵ e considerada Monumento Nacional pelo Decreto Nº 68.045, de 13 de janeiro de 1971⁶.

Neste contexto, alguns órgãos de gestão turística foram criados e um deles, a Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa), foi responsável por um projeto inédito até então: a promoção e investimento público de uma festa junina. Isto aconteceu em 1972 no São João da Feira do Porto de Cachoeira devido a vocação natural da cidade para os festejos juninos, o que conferiu a economia da cidade que estava em recessão um novo fôlego, colocando-a no cenário dos destinos turísticos da Bahia (BAHIA, 2005; PORTO FILHO, 2006).

Esses fatos evidenciam uma ligação entre o seu tombamento e a necessidade de legitimar e recuperar a economia através do processo de turistificação de uma cidade histórica em decadência. Por isso, o investimento no São João de Cachoeira estava ligado a tentativa de incrementar a economia local.

Os festejos juninos no nordeste brasileiro sempre tiveram grande destaque nas comemorações ao longo do ano. Por coincidir com o período de férias escolares nessa região do país, a festa de São João sempre foi remetida a um intervalo nas atividades laborais e um momento de relaxamento e lazer com familiares e amigos. Na Bahia não poderia ser diferente, e apesar de todas as cidades do Estado promoverem certo tipo de festa, algumas se

⁵ Por tombamento se entende o instituto jurídico através do qual o Poder Público determina que certos bens culturais serão objeto de proteção especial. O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que continua em vigor, normatizou na esfera federal o ato de tombamento e é um dos instrumentos legais básicos do IPHAN. O Artigo 4º deste Decreto-Lei determina a criação de quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritos os bens sob a proteção da Lei. São eles: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Preservados no Arquivo Noronha Santos, os Livros do Tombo constituem, portanto, o suporte físico no qual estão inscritos todos os bens protegidos pelo Decreto-Lei nº 25. O nome tombamento advém da Torre do Tombo, o arquivo público português, onde eram guardados e conservados documentos importantes (IPHAN, 2013).

⁶ A publicação original do Decreto Nº 68.045, de 13 de janeiro de 1971 pode ser observada no Anexo C.

especializaram na promoção do São João como vetor de desenvolvimento local e atração e turistas.

Pioneira neste processo, Cachoeira promoveu o São João da Feira do Porto. Feira esta realizada há mais de duzentos anos no cais do porto do Rio Paraguaçu que nas vésperas do São João tinha seu foco voltado para a comercialização dos produtos típicos da ceia junina. Daí a apropriação deste nome para batizar a festa pelos promotores desde evento que teve seu marco inicial no ano de 1972. Esta apropriação não se deu apenas pelo nome da feira bicentenária, outros elementos característicos da cidade também foram aproveitados, como o fato de ter sido tombada pelo IPHAN há pouco tempo, a beleza do seu casario colonial e paisagístico e o próprio jeito despretenso, alegre e acolhedor de festejar dos nativos.

Os primeiros anos da promoção do São João de Cachoeira ficaram exclusivamente a cargo da Bahiatursa, permanecendo com a mesma até o final dos anos 1980. Deste ponto em diante, o poder público local assume a organização e estabelece uma nova estratégia de promoção da festividade, pautada numa necessidade de disputar público com as festas das cidades do entorno. O resultado foi mudança no perfil da festa que se reflete até os dias atuais.

Por ter sido a primeira cidade do interior da Bahia a ter apoio do Estado, Cachoeira se destacou no cenário nacional, sobretudo pelo seu potencial cultural singular. Turistas, tanto brasileiros quanto estrangeiros, encantam-se com a diversidade cultural da cidade, evidenciada a partir da promoção do São João de 1972. Mas, o envolvimento do poder público teve também aspectos nocivos, devido a gradual perda da identidade desta festa em decorrência da desvalorização das antigas tradições presentes na região, dando espaço a intervenções que permitiram inicialmente a espetacularização e depois a descaracterização de uma comemoração de raízes simples e comunitária.

A relevância da investigação faz-se presente também pelos dados apresentados pela Secretaria de Turismo da Bahia (SETUR-BA), em que confirma o São João da Bahia como a maior festa regional do Brasil, superando inclusive o carnaval. Atualmente são 417 municípios promovendo festas juninas simultaneamente, demonstrando assim sua dimensão geográfica, simbólica e cultural, o que aumenta a necessidade de respeitá-la como festa popular (BAHIA, 2009). Por isso é necessário compreender melhor essa manifestação,

sabendo-se que a história de “efervescência” cultural junina tem seu marco inicial em Cachoeira.

Cada vez mais os estudos de temas ligados a “festa” vêm ganhando destaque na sociedade contemporânea, fato que se consolidou a partir da década de 1970 com a obra de Roberto DaMatta chamada “Carnavais, Malandros e Heróis”. Foi considerado “grito de liberdade” por tornar a festa um tema nobre de reflexão, tão nobre quanto se estudar trabalho, operários, camponeses e industrialização. Hoje os estudos de “festa” se ampliaram e vão além da performance, dos objetos, das narrativas. Estão em consonância com a história social da cultura e da economia dos inúmeros territórios que a “festa” ocorre (CAVALCANTI, 2013).

Esta pesquisa ainda contribuirá para esclarecer as relações econômicas e políticas ligadas ao investimento e patrocínio existente na realização de festas populares, tendo em vista que:

[...] a relevância das universidades e de nossas pesquisas. Na universidade, temos liberdade, não estamos, em tese, presos aos interesses mais imediatos que vigoram nessa ou naquela festa. Podemos dar nomes aos bois, falar dos problemas presentes nas festas, que são sempre os problemas de uma sociedade. (CAVALCANTI, 2013, p. 48).

Desta forma, o tema proposto para a investigação é: Análise das transformações nas expressões culturais da Festa do São João da Feira do Porto de Cachoeira-BA sob as influências das estratégias de promoção turística. Ressalta-se que a análise não se propõe a teorizar ou discutir uma revisão de literatura sobre o tema identidade cultural, mas sim uma abordagem empírica baseada na observação dos moradores locais coletada através da amostra selecionada, bem como do poder público estadual e local, representantes de entidades culturais, estudiosos e personalidades da cidade. Busca-se conhecer o contexto que envolve a festa, seus valores simbólicos, a cultura local e o patrimônio arquitetônico e imaterial que representam a riqueza inerente à cidade e que forma a identidade como “a fonte de significado e experiência de um povo.” (CASTELLS, 1999, p. 12).

Diante do enfoque proposto, buscou-se responder o problema da pesquisa: Em que medida as estratégias de promoção turística dos festejos juninos de Cachoeira influenciaram na transformação das expressões culturais da festa ao longo do tempo?

Para melhor aproveitamento do objeto de estudo, outras questões foram balizadoras na condução teórica. São elas:

- A) Quais características da Festa influenciam na geração de sentimentos de identidade e pertencimento do morador para fortalecer a tradição?
- B) Por haver cidades vizinhas que promovem festas juninas massificadas com foco no espetáculo e existir uma concorrência de público, como Cachoeira, sendo uma cidade histórica e com outros tipos de valores a agregar, pode manter suas tradições festivas em sua estratégia de promoção junina?
- C) Quais os bens tangíveis que a festa vem proporcionando para os atores locais após as transformações sofridas ao longo do tempo?
- D) De que forma a Bahiatursa explorou o potencial do turismo cultural em Cachoeira na década de 1970?
- E) Até que ponto, a Festa de São João da Feira do Porto colabora com o Desenvolvimento Local através da projeção turístico-cultural da cidade de Cachoeira?

Desse modo, esta dissertação tem como objetivo geral: Analisar as transformações na Festa do São João da Feira do Porto de Cachoeira a partir das estratégias de promoção turística e seus reflexos na valorização das expressões culturais. Já os específicos visam:

- A) Caracterizar a Festa de São João da Feira do Porto de Cachoeira sob a o ponto de vista histórico-cultural.
- B) Analisar as estratégias governamentais para promoção da Festa a partir da intervenção estadual na década de 1970 e das mudanças pós década de 1990 com a gestão municipal.
- C) Avaliar a percepção dos moradores e outros atores locais frente às transformações ocorridas no São João da Feira do Porto de Cachoeira.
- D) Identificar possibilidades de contribuição da Festa de São João de Cachoeira para o Desenvolvimento Local a partir da cultura e do turismo.

Para atender a proposta da pesquisa, foi indispensável o uso da geotecnologia, pois além de permitir representar espacialmente a cidade de Cachoeira, foi possível montar um sistema associado a um novo olhar sobre o espaço. Em temas ligados a expressões culturais não são comuns a utilização de mecanismos de análise espacial, como a geotecnologia. Com este trabalho pretende-se desvendar possibilidades pouco difundidas, porém de notada relevância na coleta e análise de dados em pesquisas das ciências humanas. Esta metodologia permitiu ainda a definição física, análise quantitativa dos componentes

urbanos, que indicava a densidade das áreas selecionadas e as análises qualitativas, atribuindo pesos às características identificadas dentro de uma escala de valores estabelecida. Sem dúvida, este instrumento possibilitou um retrato mais fiel da complexidade e permitiu a integração de análises quantitativas e qualitativas.

Temas ligados a administração pública e atividade econômica estão em pauta no mundo contemporâneo como o turismo, por exemplo. Associado a isso e ao sistema econômico vigente as decisões políticas afetam diretamente o meio ambiente e os atores locais. Portanto, a necessidade de se discutir políticas públicas é importante para repensar tal fato e perceber que muito do que está posto institucionalmente hoje é reflexo do que vinha acontecendo antes e fruto de uma descontinuidade política.

O turismo é um dos setores que mais cresce na economia mundial, tendo faturado em 2012 R\$ 10,3 bilhões, equivalente a cerca de 10,9% do Produto Interno Bruto (PIB) global, com taxa de crescimento de 4% a 5% ao ano (BRASIL, 2013). Desse modo, tem grande impacto sobre a economia, as políticas públicas e sobre a sociedade em geral podendo, se bem gerida pelos órgãos responsáveis, proporcionar melhor infraestrutura não só para os visitantes, mas para toda a população local, além de proporcionar um maior desempenho econômico e desenvolvimento geral.

Contudo, nem todos os governos cuidam para uma gestão equilibrada do turismo e ainda das políticas públicas aplicadas a esta atividade econômica importante para a economia baiana, deixando de lado a fase de implementação e acompanhamento das potencialidades locais e a proposta mais adequada para as situações. Isso foi observado no caso do Recôncavo Baiano, que embora pioneiro na elaboração do Plano de Turismo, desde 1971 mantém com erros administrativos equivalentes ao que ocorria na época, em outro cenário.

Dessa forma, o presente estudo é um aprofundamento do tema desenvolvido pelo autor na Graduação em Turismo e Hotelaria na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no ano de 2011, que versava sobre “Caminhos da Descaracterização do São João da Feira do Porto de Cachoeira”. Nessa primeira investigação contatou-se a necessidade de relacionar fatos históricos com os reflexos na expressão identitária de Cachoeira, trazendo dados primários dos atores locais (manifestações culturais, gestores públicos, personalidades da cultura local e moradores).

Sendo assim, no ano de 2013 essa dissertação começou a ser elaborada no Programa Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), conceito 4 na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Universidade Salvador (UNIFACS), no âmbito do Mestrado Acadêmico. Sua área de Concentração é em “Turismo e Desenvolvimento” e a sua linha de pesquisa é “Circuitos Internacionais e Locais do Turismo”. Isto porque contempla “a mecânica do turismo na região em seu conjunto e trabalhando sobre as ligações entre a atividade do turismo e a valorização cultural, bem como sobre os impactos socioambientais desta atividade em regiões periféricas e as possibilidades de seu planejamento e de sua implementação como vetor de desenvolvimento local” (UNIFACS, 2014).

Após as delimitações metodológicas construíram-se os aspectos conceituais e empíricos do trabalho, que originaram 06 (seis) capítulos. O capítulo 1 (um) é a Introdução, onde se encontra toda a construção lógica da pesquisa. Apresentam-se a relevância do estudo, informações gerais sobre o objeto, a cidade de Cachoeira e a relevância científica dessa pesquisa, através da justificativa, do problema da pesquisa, das questões norteadoras, objetivos e um introdutório referencial teórico.

O capítulo 2 (dois) traz a metodologia do trabalho para delimitar os caminhos da pesquisa, métodos de abordagem, de procedimento, técnicas de pesquisa, coleta de dados e variáveis escolhidos. Ainda nesse capítulo, discorre-se sobre a forma inovadora que se buscou pesquisar o tema, devido a utilização de ferramentas pouco comuns nas pesquisas ligadas a temática de turismo e cultura. Nesse capítulo apresentam-se também as etapas da pesquisa de campo, com a discriminação das ferramentas utilizadas para tal, como a geotecnologia, os dados disponíveis do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o software Epi Info e outros.

O capítulo 3 (três) aborda as teorias relacionadas ao tema. Por se tratar de uma pesquisa empírica, a Fundamentação Teórica buscou apenas elucidar sobre os conceitos chaves do trabalho, como por exemplo, cultura, cultura popular, turismo, festa e desenvolvimento local.

No capítulo 4 (quatro), buscou-se caracterizar o objeto de pesquisa (Festa de São João da Feira do Porto de Cacheira), mas também a cidade que sedia a festa, principalmente,

pelo seu valor histórico. Portanto, neste capítulo, compreende-se melhor a história da cidade, a origem do São João e os diferentes momentos da Festa.

Já o capítulo 5 (cinco) apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada na cidade de Cachoeira no ano de 2014. Discorre-se sobre as informações de forma a contemplar os diferentes atores locais e sua relação com a festa. Os elementos ligados a expressões culturais aparecem nesse capítulo, distribuídos nas seguintes percepções: especificidades das manifestações populares; poder público e personalidades da cultura local; e moradores.

Por fim, o capítulo 6 (seis) traz as conclusões, onde se reflete sobre a eficácia da pesquisa, de modo a analisar se os objetivos foram cumpridos, se as questões foram respondidas, destacando os aspectos mais relevantes do trabalho, apresentando sugestões e recomendações.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa tem um conjunto de procedimentos sistemáticos a fim de descrever e explicar um estudo, compondo orientações gerais que facilitam planejar seu decurso. Esses métodos podem ser de diversas naturezas como os de abordagem, de procedimentos e outros associados às técnicas de pesquisas adequadas a sua aplicação (FACHIN, 2005).

O método de abordagem refere-se ao plano geral do trabalho e seus fundamentos lógicos. O estudo parte do caso específico da gestão do São João de Cachoeira, chegando a um entendimento dos impactos da estratégia de promoção desta festa a partir dos anos 1990 e novas perspectivas, ou seja, saindo de um caso particular para aspectos mais gerais, que seriam as possibilidades para o desenvolvimento local, portanto um estudo indutivo.

Outro método usado é o de procedimento estudo de caso, adotado para estudar o caso de Cachoeira, capaz de investigações mais intensivas, considerando a compreensão como um todo do assunto investigado à medida que o estudo propõe-se, de forma detalhada, obter informações sobre o São João da Feira do Porto.

Foram utilizados também os métodos histórico e descritivo, na medida em que o trabalho busca fazer uma breve análise do período que antecede a participação pública no primeiro São João planejado da Bahia, com abordagem de fatos relevantes ocorridos neste período e apresentar como se deu o desenvolvimento do festejo.

Já a técnica de pesquisa usada respeita os preceitos de Marconi e Lakatos (2006) que a traz como o conjunto de processos para a obtenção dos propósitos almejados pela pesquisa. Sendo assim, utilizou-se como técnicas de pesquisa a documentação indireta, por meio de pesquisa documental; a pesquisa bibliográfica; a documentação direta intensiva, utilizando a pesquisa de campo, visto que foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários.

Na pesquisa documental ou de fontes primárias, foram feitas visitas a arquivos públicos das cidades de Cachoeira e São Felix em busca de documentos oficiais, publicações parlamentares, documentos jurídicos entre outros.

Na pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, foram coletadas publicações de livros, jornais, revistas, dissertações, teses e outros materiais que envolviam o tema estudado. Esta pesquisa foi realizada em bibliotecas que dispõem de acervo relacionado ao

tema, como a biblioteca Central da Bahia, biblioteca da Bahiatursa, além de bibliotecas de unidades de ensino superior, como da Universidade Salvador (UNIFACS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade do Recôncavo Baiano (UFRB). A pesquisa bibliográfica contou ainda com o acervo dos Jornais A Tarde, em busca de notícias e reportagens relacionadas ao início da promoção do São João da Feira do Porto na década de 1970 e os extintos jornais A Cachoeira e Diário de São Felix, nos arquivos públicos municipais.

Alicerçada pelas pesquisas documental e bibliográfica, teve início a fase de pesquisa de campo com entrevistas com poder público e com atores locais que participam da festa, bem como aplicação de questionário com a população local.

Foi fundamental respaldar na oralidade da população⁷ que viveu as principais épocas do São João, trazendo para a academia no discorrer do texto a memória afetiva desses atores locais, que por vezes não é reconhecida. Uma escuta sensível da história oral onde o pesquisador se apoia na empatia e deve compreender o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para poder compreender de dentro suas atitudes, comportamentos e sistema de ideias, de valores de símbolos e de mitos (BARBIER, 2002).

Para o tratamento dos dados obtidos, técnicas de fichamento e resumo foram fundamentais, assim como uso de ferramentas como tabelas, quadros e gráficos estatísticos em aplicativos do Word e Excel para a representação de informações e posterior análise qualitativa.

Nas entrevistas com atores locais, foram consultados tanto gestores públicos quanto personalidades e estudiosos, num total de 7 (sete) entrevistados. Usou-se o método de entrevista qualificada, com roteiro semiestruturado. Os depoentes foram mencionados ao longo do texto e também tiveram as principais ideias transmitidas apropriadas e decodificadas pelo autor em informações passadas no transcorrer do escrito em dados qualitativos.

Metodologicamente a pesquisa de campo se divide em três etapas: pré-campo, campo e pós-campo. Nesta fase, o objetivo foi captar a percepção da população diante do São João da cidade e as mudanças ocorridas ao longo do tempo. A sistematização de cada etapa foi feita da seguinte forma:

⁷ Sua característica é a persistência pela oralidade que vem da estória, no conto popular e tradicional. São representações arraigadas na memória coletiva, nos elementos vivos (BARBIER, 2002).

Etapa pré-campo

O estudo foi conduzido com a coleta de dados primários através da utilização de questionário padronizado (Apêndice A) com o objetivo de capturar as características da população estudada e a percepção dos moradores frente às transformações dos eventos juninos comemorados na cidade. Com base nos objetivos da pesquisa e em conhecimento prévio abordado por Castro (2012) foi realizado um pré-teste com o questionário com realização de 20 (vinte) entrevistas, visando aprimorar o instrumento de coleta. Neste primeiro momento o questionário tinha 63 questões, após sua aplicação no pré-teste, o mesmo foi reduzido para 44 questões. As variáveis do questionário foram agrupadas em três blocos temáticos: I - Caracterização da população; II - Percepção do São João da Feira do Porto (identidade e território); e III - Turismo. Após a validação do questionário, foi criado um banco de dados no software Epi Info Versão 5.4.6 para digitação dos mesmos após sua aplicação.

A amostragem do grupo pesquisado foi delimitada com base nas informações do censo demográfico 2010 do IBGE, que quantificou a população total de Cachoeira em 32.026 habitantes. Porém, para este estudo utilizou-se como critério de inclusão a população urbana, que equivalia a 14.188 habitantes (44,3% do total). Outro critério adotado foi a inclusão apenas de residentes na sede do município com idade igual ou superior a 19 anos. Neste sentido a população em análise consistiu em 9.810 habitantes (30,6% da população total do município).

Usou-se o seguinte cálculo para a definição da amostra:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

N - população (9.810);

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança (95%);

p - verdadeira probabilidade do evento (mínimo de 60%);

e - erro amostral (5%);

n - amostra calculada (354).

Desta forma, aproximando o valor encontrado, definiu-se a amostra com 360 habitantes que deveriam ser consultados. Além disso, as informações do censo demográfico 2010 do IBGE também foram utilizadas para estratificar o cálculo da amostragem por gênero e grupo etário (Quadro 01), buscando ao máximo respeitar as características gerais da população.

Quadro 1 – Características da população e amostra selecionada

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA		
	POPULAÇÃO EM ANÁLISE (IBGE 2010)	RESULTADO DA AMOSTRA SELECIONADA
	Valor Absoluto	Valor Absoluto
Gênero	Habitantes	Habitantes
Masculino	4513 (46%)	155 (43%)
Feminino	5297 (54%)	205 (57%)
Faixa de etária (anos)	Habitantes	Habitantes
19 - 25	1.520 (16%)	55 (15%)
25 - 50	5.438 (55%)	204 (57%)
50 - 64	1.733 (18%)	65 (18%)
Maior que 64	1.119 (11%)	36 (10%)
TOTAL	9.810 habitantes	360 habitantes

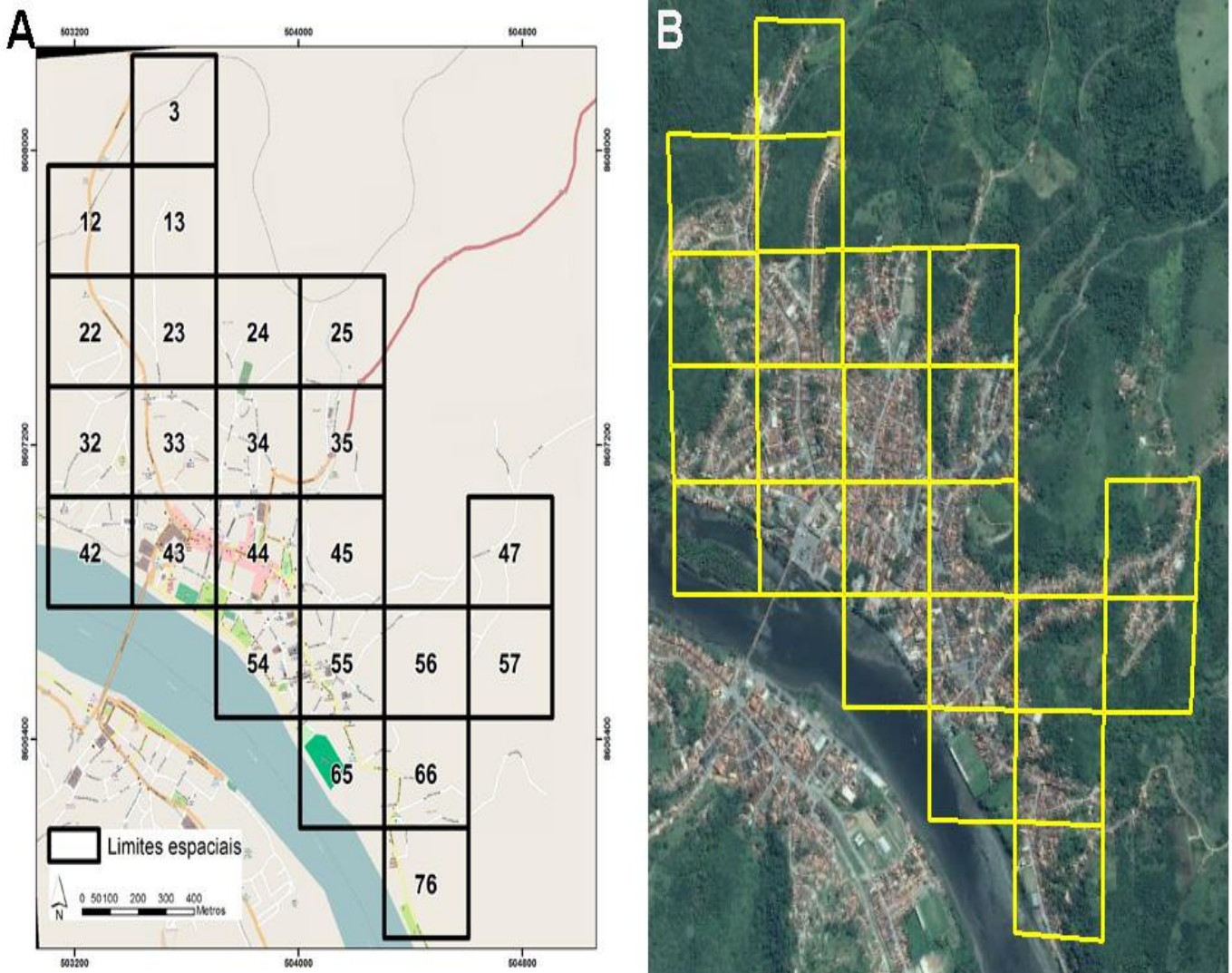
Fonte: Elaboração própria (2015).

Partindo do pressuposto que as percepções dos moradores sofreriam influencia em relação a proximidade da residência dos entrevistados para o local geográfico de realização do evento, foi criada uma malha recobrando a área urbana de Cachoeira composta por 23 quadrados contendo 300 metros de lado para o georreferenciamento dos questionários utilizando o software ArcGIS 10 (Figura 2-A).

Os setores censitários do IBGE não foram utilizados como unidades espaciais de referencia nesta pesquisa por apresentarem, na área urbana de Cachoeira, polígonos de grandes dimensões, o que dificultaria a captura das mudanças de percepções da população entrevistada para o efeito espacial esperado na análise.

Através da observação de imagem de satélite (Google Earth) levando em consideração a densidade de habitações em cada parte da subdivisão proposta como unidade espacial de referência (Figura 2 –B) e a tipologia identificada no zoneamento urbanos do PDU, foram definidas as quantidades de questionários a serem aplicados em cada uma das 23 delimitações, variando de 8 a 20 questionários.

Figura 2 – Delimitações criadas para georreferenciamento dos dados (A);
Delimitações sobre imagem de satélite (B)



Fonte: Elaboração própria, com base em OpenStreetMap e Google Earth (2014).

Etapa de campo

A coleta de dados foi realizada no período de 04 à 07 de novembro de 2014. Para auxílio na aplicação dos questionários, foi estabelecida uma parceria interinstitucional entre a UNIFACS e a UFRB, por intermédio da Coordenação do PPDRU – UNIFACS e do setor de Gestão de Atividades de Pesquisa – UFRB. Foi elaborado um edital (ver Apêndice B) direcionado ao Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB, sediado em Cachoeira, convocando estudantes que tivessem interesse em participar da pesquisa⁸.

⁸ Vale salientar que esta parceria configurou-se também como um intercâmbio de produção acadêmica e divulgação do PPDRU, tendo em vista que os pesquisadores receberam exemplares de produção científica dos docentes, discentes e

Após análise do perfil dos interessados, 6 (seis) alunos do curso de Licenciatura em História foram selecionados para integrarem a equipe de pesquisadores (ver fotografia da equipe no Apêndice C). Eles passaram por um treinamento afim de conhecer com mais detalhes a finalidade da pesquisa e o questionário utilizado como instrumento de coleta. Após este processo, deu-se início a coleta de dados conforme os critérios estabelecidos na Etapa pré-campo.

Todo o processo de coleta de dados, com a aplicação dos 360 questionários preestabelecidos, foi desenvolvido ao longo de 4 (quatro) dias. No início de cada dia realizava-se uma reunião com toda a equipe onde cada integrante recebia um kit com indicação cartográfica da área que deveria cobrir (Figura 02 A), quantidade de questionários a serem aplicados em cada delimitação sob sua responsabilidade e perfil desejado dos entrevistados (gênero e faixa etária). Ao final do dia o resultado do trabalho era recolhido para conferência e eventuais ajustes, além de acompanhamento das impressões dos pesquisadores sobre a ação daquele dia.

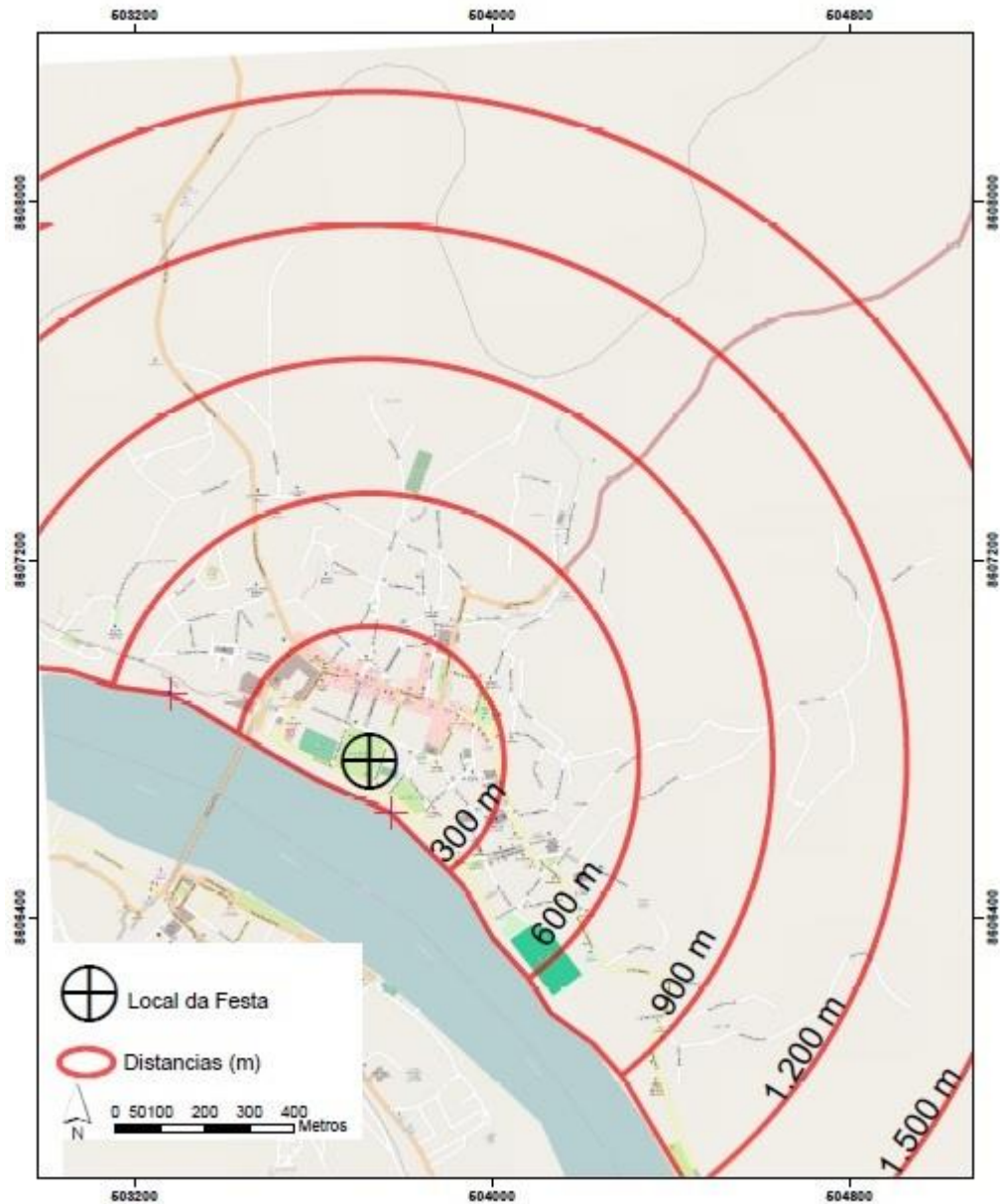
Durante a aplicação dos questionários, fatores ligados à segurança pública impediram que a pesquisa fosse realizada nas delimitações 42, 47, 56 e 57 (ver Figura 02 A). O quantitativo de questionários programados para serem aplicados nestas áreas foi distribuído para as delimitações adjacentes. Esta limitação não comprometeu o decurso da coleta de dados.

Etapa pós-campo

Após a realização da coleta e montagem da base espacial de referencia, foi realizada a etapa de digitação das informações obtidas no banco de dados criado. Depois foram gerados os resultados em gráficos (Apêndice D) e posterior análise. As variáveis categóricas foram analisadas através da medida estatística de frequência e as variáveis contínuas pela sua distribuição por medidas de tendência central e dispersão (média e quartis). O georreferenciamento dos dados foi feito a partir do agrupamento das frequências das respostas por unidade espacial de referencia.

Com o objetivo de identificar áreas com concentração espacial (*clusters*) de entrevistados com percepções semelhantes, foram realizadas análises espaciais de densidade de *Kernel* com raio de busca definido a cada 300 metros (Figura 03).

Figura 3 – Modelo para análise espacial por densidade de Kernel



Fonte: Elaboração própria, com base em OpenStreetMap (2014).

O estimador de densidade de *Kernel* constitui um procedimento estatístico não paramétrico de suavização de pontos em uma superfície geográfica de acordo com a densidade da proporção das respostas dos entrevistados por cada unidade espacial de referência utilizada na pesquisa. Trata-se do ajuste de uma função bidimensional que realiza uma contagem de todos os pontos dentro de uma área de influência (grade), ponderando-os pela distância de cada um à localização de interesse (BRASIL, 2007).

3 CONCEPÇÕES E LEITURAS SOBRE OS SENTIDOS DA FESTA E TURISMO CULTURAL

Para colaborar com a compreensão de alguns fatos ligados as questões culturais e identitárias, pensadores, como o sociólogo Manuel Castells, dedicaram-se a entender a temática e com isso ampliaram suas discussões levando para outros campos, como o da sociologia, por exemplo.

Em sua obra “Sociedade em Rede”, Castells (1999) contribui com a discussão, pois entende por essas questões a construção de um significado com uma base cultural inter-relacionada e com inúmeras fontes de significado disponíveis. Destaca-se os processos relacionados com a ação, o ambiente de vida, com o pensamento de uma comunidade sobre si e sobre seu contexto associado aos processos de construção social (TIZON, 1995).

A cultura local é o valor simbólico e mediador desses processos, tendo em vista que ela está presente nas relações sociais existentes nos espaços delimitados onde se estabelecem formas específicas de representação, com códigos comuns (FEATHERSTONE, 1993). Todo o conteúdo formado a partir de tais relações é simbólico, na sociedade essas relações se organizam em papéis e seus significados. Por isso, há uma relação estreita entre identidade e cultura.

Na realidade a cultura “pode existir sem a consciência de identidade” (CUCHE, 1999, p.176). Para isso, basta compreender, que a identidade cultural existe após um processo consciente de vinculação cultural, enquanto que a cultura também pode ser definida como tudo aquilo que é produzido pelo homem (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2004).

Por esses motivos, afirma-se que não há estabilidade num processo identitário, mesmo porque ela é construída endogenamente, mas depende de fatores exógenos. Essa relação origina dois aspectos: o moderno e o tradicional. A partir da compreensão de Bruner (1991, p. 107) eles “coexistem como princípios antagônicos das modalidades culturais”.

Nesse prisma, compreende-se que o moderno coabita com o antigo e que para existirem eles não precisam se anular, de modo que possam conviver e serem absorvidos pelos agentes sociais. Não há porque afirmar que a solução para evitar a descaracterização de uma expressão cultural é sucumbir os elementos modernos, deve-se compreendê-lo como matéria-prima da reconstrução identitária.

Em contrapartida é fundamental não confundir o dinamismo inerente a essas relações com a influência tendenciosa no seu processo de mudança. A colaboração de Kellner (2001, p. 329) para tal diferença, afirma que a propaganda, a moda, o consumo, a televisão e a cultura da mídia estão constantemente desestabilizando os processos culturais da sociedade pois contribuem para

[...] produzir outras mais instáveis, fluídas, mutáveis e variáveis no cenário contemporâneo. No entanto, também vemos em funcionamento os implacáveis processos de mercadorização. A segmentação do mercado em diversas campanhas e apelos publicitários reproduz e intensifica a fragmentação, desestabilizando as identidades as quais os novos produtos e as novas identificáveis estão tentando devolver estabilidade.

Portanto há necessidade de valorizar a naturalidade dos fatos, das mudanças e das relações sociais. Nesse sentido, uma festa popular, tem alta capacidade de atravessar a barreira do tempo, para buscar num passado remoto ou num futuro próximo signos de sua expressão. Nesses caminhos, algumas festas caem em desuso e depois retornam ao cenário local, sendo esse percurso um processo histórico que deve ser respeitado (FERREIRA, 2006).

Assim sendo, “uma festa não pode ser vista só como um emblema identitário [...] Isso é muito complicado e as expressões culturais têm diferentes regimes de autenticidade, não existe uma forma única de ser autêntico” (CAVALCANTI, 2013, 48).

Ao acompanhar esse raciocínio vê-se que é uma importante tradução do sentido de tradição cultural, aquela que não é estanque no tempo, não se herda geneticamente. É um processo contínuo de transformações, que precisam ser medidas, avaliadas e compreendidas, pois assim converge para a autenticidade, para ser o reflexo daquilo que é vivido localmente (KUPER, 1999).

Historicamente, cada comunidade territorial foi se estruturando em decorrência das relações e dos vínculos de interesse de seus grupos e atores sociais e da construção de uma identidade e uma cultura própria que as diferenciam das demais comunidades.

A cultura local de um território “X” pode ser vista como um emaranhado de interesses, o que permite defini-la como um agente do desenvolvimento local, sempre ocupado em manter e defender a integridade e os interesses territoriais nos processos de desenvolvimento e mudança estrutural (VAZQUEZ BARQUERO, 2001).

O patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos,

lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza. (MALDONADO, 2009, p. 29).

Com isso, nesta dissertação, aborda-se o sentimento de pertencimento a partir dessa identidade descrita. Notava-se na população uma ansiedade pelo acontecimento comemorativo do São João.

3.1 ALGUMAS FACES DA CULTURA POPULAR E DE MASSA

A cultura, como expressão social, está ligada a realidade de um determinado local e garante à população uma participação mais efetiva no meio onde vive. A cultura ajuda a formar atores sociais engajados, disponíveis e sensíveis socialmente, a fim de melhorar sua relação com o entorno. Ela tem uma capacidade transformadora nos espaços onde é vivida e valorizada. Oferece elementos concretos para a geração de um sentimento de pertença e acende a população para o entendimento da realidade (SILVA, 2014).

Segundo Geertz (1989), deve-se compreender a cultura como um sistema simbólico, possível pelo isolamento histórico de grupos humanos, que através das relações próprias da comunidade expressam-se, até caracterizar-se integradamente sua ideologia, crenças, expressões, formas de ser e estar.

Porém, quando se observa a expressão dessa cultura, aqui destacada numa festa popular como o São João de Cachoeira, percebe-se que há influência dos gastos indiretos, do lucro obtido por meio dos negócios e dos indivíduos que têm relações com estas atividades, como restaurantes e serviços de transporte e os efeitos sobre a arrecadação financeira tornam-se preponderantes nas decisões que circundam a festa (SANTOS, 2011).

O produto final desse tipo de abordagem distancia a cultura do seu papel enquanto vetor de desenvolvimento, pois

a cultura constitui-se em uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento e contribui para o fortalecimento da independência, da soberania e da identidade das nações, mas o crescimento tem sido planejado, em muitas ocasiões, em termos quantitativos, sem levar em consideração a necessária dimensão qualitativa, ou seja, a satisfação dos desejos espirituais e culturais do homem. O desenvolvimento autêntico busca o bem-estar e a satisfação constante de todos e cada um. (UNESCO, 1982 apud LACAYO; PARAJÓN, 2001, p. 2, tradução nossa).

Tais posicionamentos diminuem o seu poder social, pois não expressam o conjunto das tradições, técnicas, instituições que caracterizam um grupo humano (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2004). É certo que esses acontecimentos “condicionaram” a sociedade a consumir uma cultura considerada hegemônica, em vista dos critérios supracitados.

Hoje, basicamente, o consumo cultural é estimulado nos médios e grandes centros urbanos (CASTRO, 2012). Com isso, “o papel da cultura no meio urbano foi reconhecido de maneira mais clara à medida que aumentou a preocupação com o crescimento das cidades e com seus problemas econômicos, sociais, ambientais” (SANTOS, 2011, p. 84).

Por outro lado, no Brasil, inúmeros fatos históricos colaboraram para tal quadro. Destaca-se o processo de urbanização das cidades, a mecanização do campo, o crescimento das atividades industriais, o estímulo a sociedade de consumo no capitalismo, a manipulação através do discurso da mídia, a desalinhada oferta de educação, a desvalorização da cultura oriunda de camadas mais pobres da população, a força do capital sobre as manifestações culturais e outros tantos aspectos.

O resultado atual é o fortalecimento de um processo de homogeneização cultural, em que se busca vender a todos a mesma cultura estandardizada. Porém, ainda assim, observam-se povos à procura de sua própria identidade em meio a essa homogeneização. O sonho do capitalismo globalizado é chegar ao que Mattelart (2002) bem definiu como “mercado comum de imagens”. Este seria um amontoado de formas simbólicas entendidas e aceitas por todos os povos da mesma forma, sem a necessidade dispendiosa de adaptação local. A homogeneização cultural não é, senão, a tentativa insistente de se chegar a esse mercado comum (ABDALLAH; AMORIM; GARCIA, 2014).

Na contramão do processo, acredita-se que a cultura deve se tornar sinônimo de identidade, ou melhor, o seu indicador e diferenciador. Porém, as repercussões econômicas das manifestações culturais na economia local, por meio de gastos com bens e serviços culturais por parte dos consumidores é o principal foco, quando se discute gestão cultural no Brasil (SANTOS, 2011).

Nesse ínterim, pode-se polarizar a discussão e afirmar que no Brasil a cultura foi dividida em três partes: cultura popular, erudita e de massa. A primeira é conhecida por ser

cultura criada pelo povo, que articula contraposição aos esquemas oficiais. A erudita é aquela aprendida na escola e oficializada pelas instituições. Já a cultura de massa reflete um sistema industrial, com base no fetiche e mercantilização do consumo (ALMEIDA; GUTIERREZ; 2004). Apesar disso, para essa dissertação nos coube apenas refletir sobre a cultura popular e de massa que correspondem aos tipos de cultura que convivem mais diretamente no âmbito do objeto de estudo.

Segundo Bosi (1986), essa relação entre popular e de massa não ocorre de modo simbiótico, pois a cultura de massa, na maioria das vezes, materializa-se de modo dominador. Ela, normalmente, não coexiste com outras dimensões culturais, pois é absoluta. Isto porque, representa a força do capital, corresponde a um estímulo ao consumo.

O termo “cultura de massa” também é utilizado como “indústria cultural”. Ao contextualizá-la percebe-se sua origem no fim da guerra fria, com o desenvolvimento da tecnologia e a transformação dos meios de produção (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2004).

Outra característica é a criação de mecanismos de difusão em massa, absolutamente necessária, e que reafirmam seu potencial para atingir as massas como é o caso do uso do rádio, da fotografia, cinema e televisão. Daí a cultura de massa apresentar-se com rapidez e o consumo transforma-se mais “fácil” (SANTOS, 2011).

Em paralelo, estas características contribuíram para que seus produtos se tornassem mercadorias, moldando hábitos, costumes e relações interpessoais do seu interesse (CORBIN, 1995). A partir das leituras de Almeida e Gutierrez (2004) com todo esse aparato, há um afastamento das manifestações não consumistas como: lazer de rua, as relações interpessoais, a recordação das atividades antigas e as festas populares. Ao ampliar tal percepção, nota-se o uso exacerbado da televisão, por exemplo, como o lazer, em locais que até então valorizavam as manifestações de lazer não consumistas.

A grande questão é que ao se analisar esse uso da televisão, conclui-se que ele não vem sozinho, mas sim acompanhado da necessidade dessas pessoas de reproduzirem o discurso da mídia ou ainda de serem manipuladas por aqueles que, devido ao seu poder de reproduzir tais discursos midiáticos, utilizam elementos culturais locais como instrumento para conduzir a população manipulada.

Esses mecanismos podem ser utilizados numa festa popular, por exemplo. Isto porque ela é um momento único no calendário festivo de uma cidade, onde há mídia para

repercutir os fatos e ser um instrumento para reforçar o desejo das pessoas em reproduzir as grandes festas espetacularizadas. Ou seja, a cultura de massa surge do exterior, por ser manipuladora da inteligência e sensibilidade (ALMEIDA, 2003).

De acordo com Bosi (1986) a cultura de massa tenta suplantar e substituir os valores da cultura popular. Pois enquanto na primeira o indivíduo é mero espectador ou consumidor, na segunda há uma sociabilidade espontânea. Portanto, massificação cultural promove uma espécie de colonização da popular, devido à inserção dos valores capitalistas. A cultura popular justifica-se por agregar socialmente a vida de quem a consome e de quem a produz. Já a de massa não ocorre espontaneamente, mas sim tem como fim o mercado.

Segundo Chartier (1995), a cultura popular é uma categoria da erudita, sendo criada por atores eruditos para ser separada e desvalorizada por grupos elitizados. Tudo isso a partir do século XVIII e também para favorecer a centralização dos poderes dos reis e da Igreja.

Apesar disso é importante afirmar que a cultura popular não é melhor, nem pior. O que se pretende aqui não é discutir gosto, opções disponíveis para as pessoas ou até mesmo superioridade. Na realidade o mais relevante é desmistificar essa relação hierárquica da produção cultural urbana. É evidente que com hierarquia não há possibilidade de construir um diálogo profícuo entre os diferentes agentes culturais. Pelo contrário, este diálogo deve estar na base dos processos identitários para fortalecer a cultura local (SERPA, 2011).

A cultura popular deve ser vista como patrimônio cultural da sociedade, grande motivação e capital valioso para as comunidades, pois representa uma parte da identidade cultural que pode coexistir com outras expressões e pode perdurar indefinidamente como um elemento histórico relevante capaz de constituir a história de uma nação (DIAS, 2006).

Por conseguinte, nota-se que cultura popular e de massa tencionam as atitudes culturais de uma determinada comunidade. Com a cultura de massa, reforçam-se atitudes inautênticas, pois parte-se do pressuposto que no seu consumo houve um processo de manipulação anterior, condicionando uma aceitação “inconsciente”, onde, sem crítica, aceitam os valores veiculados pela mídia em prol de certa eficiência de lucratividade nos negócios. Segundo Habermas (1987), sempre haverá tentativa de acabar com a cultura popular, para incutir cada vez mais os valores de consumo.

Contudo, o que se propõe é que o consumo de cultura popular seja majoritário, principalmente em cidades históricas como Cachoeira. Isto porque, Talvez o termo correto nem seja “majoritário”, mas sim democrático. Pois ela está mais próxima do autêntico, de uma experiência direta do lugar, da familiaridade com o que é vivido, genuíno, próprio, profundo. Onde seus elementos identitários e culturais mantenham-se representando o “lugar”⁹ e não um “não lugar”¹⁰ (FONSECA, 2001).

Definitivamente, cultura popular não deve ser reduzida àquela destinada ou realizada por classes econômicas menos abastadas, porque reforçaria a segmentação cultural. Compreende-se como cultura popular aquela que tem grande representação sociocultural, capaz de identificação sem a necessidade de ser trabalhada nesses fins ou para o mercado (SILVA, 2014).

3.2 SIGNIFICADOS DE UMA FESTA POPULAR

Ao partir da origem latina do vocábulo “festa” observa-se que este acontecimento sempre esteve muito próximo da religião. Eliade (1999) complementa o pensamento com a crença de que “festa” e “religião” nasceram juntas. Isso embasado na observação das festas da antiguidade, onde os povos dedicavam-se a agradecer ou suplicar a natureza e as entidades divinas proteções. Há também o ponto de vista de Konings (2002) para o qual nos leva a crer na “festa” como original das tradições agrícolas, dos grupos nômades, sem data fixada e restrita as famílias pertencentes àqueles grupos.

⁹ São núcleos de valor, e só podem ser totalmente apreendidos através de uma experiência total englobando relações íntimas, próprias do residente, e relações externas, próprias do turista (TUAN, 1983).

¹⁰ Espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços. Se as duas relações se correspondem de maneira bastante ampla e, em todo caso, oficialmente (os indivíduos viajam, compram, repousam), não se confundem, no entanto, pois os não-lugares medeiam todo um conjunto de relações consigo e com os outros que só dizem respeito indiretamente a seus fins: assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não-lugares criam tensão solitária. O não-lugar é onde todos são tratados com indiferença, com impessoalidade. Ele se destina ao homem (AUGÉ, 1994, p.87).

Para os romanos o termo festa vem do vocábulo *feriae* dedicado ao culto público ou privado aos Deuses, eram dias de devoção (ERRANDONEA, 1954 apud SANTANA, 2011). E mais, as festas não eram necessariamente alegres. As '*feriae*' em homenagem aos antepassados eram consideradas um evento triste, porém sempre comemorado (LAPENTA, 1977).

Sob o ponto de vista bíblico, elas serviam para a purificação de algum pecado e por isso realizavam-se sacrifícios. “As festas sempre foram marcadas para contemplar a Deus, além de propiciar outras atividades como comer e beber” (KONINGS, 2002, p. 135). Ou seja, a festa é parte construtiva da vida social e cultural, ela corresponde a materialização das paradas periódicas do indivíduo, onde se pode reafirmar que a sociedade é mais do que máquinas de trabalhar e produzir, mas também necessita agradecer, suplicar, divertir e emocionar (LAPENTA, 1977).

Para Tenan (2002, p. 30) festa é um “Evento cívico, religioso, folclórico ou de homenagem, que tem por objetivo o conagraçamento ou a comemoração de um fato ou data. Pode ser pública, política ou privada.” As festas têm ainda como característica a reatualização de um acontecimento originário repetindo-o ritualmente (ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA, 1995 apud RIBEIRO; FERREIRA, 2009). De acordo com Duvignaud¹¹ (1983, apud CASTRO 2012) uma festa pode ser de natureza participativa ou de representação. Na primeira, a comunidade participa e na segunda separa-se os espectadores dos protagonistas da trama festiva.

Até aqui, o que se pode afirmar é que, em tese, a festa analisada na dissertação, com será visto na seção 4.2, pode ser considerada de caráter misto, tendo em vista ter uma comunidade que deveria participa da organização dos festejos juninos, ao mesmo tempo que deveria ser a protagonista da trama festiva. Nota-se que por essas variáveis a festa é uma “poderosa força de coesão grupal, reforçadora da solidariedade, cuja origem está no intuito de ajuda entre os diferentes grupos familiares” (ARAUJO, 1973, p.11).

O São João de Cachoeira é uma antiga tradição, que aos poucos foi organizada para congregar uma elevada quantidade de pessoas em torno das suas peculiaridades com o objetivo de festejar. Em consonância com Tuan (1983), pode-se afirmar que a festa junina tem

¹¹ A análise feita por Duvignaud refere-se ao contexto do Ocidente.

sua importância pautada no retorno ao tempo sagrado das origens, sendo seu acontecimento um intervalo no cotidiano.

A festa tem seu significado marcado pela dinâmica dos fatos e por rituais imprescindíveis a sua realização. Por isso, a festa tem em si uma natureza dinâmica e cíclica, de modo que se torne uma viagem, onde vai-se a ela e ali transita-se entre seus lugares¹². Cada ponto de uma determinada festa traz consigo um significado igual ou diferente para os mais variados atores (BRANDÃO 1989 apud ROSA, 2002).

Isso lhe confere o poder de congregar com os valores identitários das pessoas ou do lugar em que ocorre. É tão habitual ver festas com desfile, cortejo, procissão, folia e outras características que possibilitam o deslocar, entre pessoas e pelos lugares. Isso contribui para que a festa, por vezes repetida por muitos anos, como o São João, possa simbolicamente reescrever ou reafirmar seus sujeitos, cerimônias e símbolos (BRANDÃO 1989 apud ROSA, 2002).

Nesse prisma, compreende-se que a festa colabora para a necessidade do indivíduo de se comunicar, de compartilhar seus sentimentos e seus interesses. Uma festa popular como o São João da Feira do Porto, torna-se um instrumento institucional e de promoção, que comunica ao mundo a cultura de Cachoeira. Ela influencia na sua imagem por meio de um acontecimento previamente planejado, que por ocorrer em uma cidade de elevado valor histórico coloca a disposição dos participantes multiespaços¹³, onde o potencial de aproximação entre pessoas e tradição é o grande diferencial (MEIRELLES, 2003, p.25).

Para Moura (2007, p 38) as festas trazem no seu significado um caráter ideológico uma vez que “comemorar é, antes de tudo, conservar algo que ficou na memória coletiva”. Ou seja, é importante destacar seu valor concreto, que ultrapassa o campo do entretenimento¹⁴, tendo em vista que dotada de valor histórico, representam a memória viva da cidade.

¹² De acordo com Tuan (1983), o lugar engloba três pilares: percepção, experiência e valores, por isso traz consigo núcleos de valor e são totalmente apreendidos através de uma experiência total vinculada a relações íntimas, próprias, junto a relações externas.

¹³ O fato do São João acontecer numa cidade histórica como Cachoeira lhe confere uma multiplicidade não apenas na variedade de espaços onde a festa acontece, mas também de sentidos para quem usufrui de todo o processo em função da cultura, hábitos, costumes, patrimônio material e imaterial vocacionais (CARLOS, 2001).

¹⁴ O entretenimento passou a ser uma mercadoria valorizada pela sociedade regida pelo capital. Férias, feriados, datas comemorativas, finais de semana e horários após o trabalho passaram a ser disputados no mercado como tempo-mercadoria capaz de gerar lucros. Nos grandes centros urbanos, o consumo de mercadorias está associado à diversão e a diversão associada ao uso de aparatos de todos os gêneros (MARIN, 2008).

Por sua vez, esse valor depende da gestão dessas festas no Brasil, sobretudo na Região Nordeste, onde se concentram as festas de natureza junina. O desafio do poder público é identificar as peculiaridades a serem preservadas independente de contexto político ou modismo. Deve-se refletir no “pacote” de medidas para gestão de uma festa os seus efeitos econômicos, mas principalmente os efeitos e significados para as classes menos abastadas, afinal são elas que, muitas vezes, sustentam a tradição.

A partir dessa abordagem argumenta-se que a cultura desenvolvida pelas classes menos abastadas desde o período colonial brasileiro, baseada na herança cultural de europeus, negros e índios, percorreu os séculos e chegou até a atualidade. Todas as modificações que sofreu foram porque estava viva e ao mesmo tempo mantendo a identidade nacional. Segundo Ferreira (2006), isso foi possível em consequência do ato festivo, renovador e re-atualizador das práticas culturais dessas populações. Todos esses elementos poderão ser atualmente observados em qualquer festa que se examine, porque fazem parte de um complexo comunicacional composto por músicas, danças, imagens e oralidade.

Por isso, a matéria-prima que justifica e sustenta a festa, não deve ser usada tão-somente como matéria-prima para a mercantilização cultural. Atualmente, inúmeras cidades¹⁵ usam as tradições populares e a consequência é uma descaracterização dos festejos. Isto ocorre, principalmente, por dois motivos:

- A) Os gestores percebem o poder de atração de uma festa popular, o que desperta interesses públicos e privados, resultando numa manipulação simbólica e política das festividades. Assim sendo, os interventores usam como discurso a dinamização da festa e utilizam-se de ações contrárias ao que deveria ser um fator motivacional para as pessoas a visitá-las, ou seja, o caráter popular da festa (GROPPO, 2005);
- B) As populações, muitas vezes massa de manobra, encontram-se atônitas ao processo histórico de manipulação das suas festas. Dessa maneira, perdem sua força coletiva, no enfrentamento de outros meios de manipulação como o da mídia, por exemplo, que reforçam os valores da indústria cultural e do turismo (MORIGI, 2001).

Essas indústrias, inclusive, são importantes na análise do contexto sobre festa, porque hoje elas são responsáveis por transformar a cultura dessas manifestações em produtos

¹⁵ Para se aprofundar no exemplo de outras cidades ver obra “Da casa à Praça Pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano” do Dr. Jânio Roque B. de Castro (2012).

produzidos especialmente para atrair consumidores em massa tendo a mídia a seu serviço e a arrecadação financeira seu principal objetivo. De acordo com Adorno (1978) a indústria cultural é a responsável por transformar a cultura em mercadoria, pois lhe significa através das características de um produto meramente comercial, pois tem preço, mercado e se torna descartável. A preocupação diante disso é que as festas populares, como o São João de Cachoeira passam a ter sua existência justificada apenas pelo valor de mercado, perdendo muitas vezes seu valor simbólico.

Enquanto, antigamente, as festas constituíam a mais importante atividade pública e funcionavam como autênticos sistemas de comunicação, sendo um lugar simbólico, onde eram veiculados os valores e as crenças coletivas, onde se afloravam conflitos de significado, mantinham-se as fontes de informação e até mesmo o controle social (FERREIRA, 2006).

Já na atualidade o que se promove é um encontro, quase que apenas espacial¹⁶, veloz e superficial com o a cultura do outro, ou seja, um contato curto e inexpressivo. Na realidade o que se consome é o discurso do autêntico, do comunitário e coletivo. Na verdade o que está disponível para o consumidor são espetáculos ensaiados, prontos, genéricos, com foco no lucro, sem vínculo algum com o contexto histórico e social das comunidades.

Por outro lado, Cox (1974) opina sobre a civilização ocidental destacando que o problema esta na condição do homem. Enfatizou-se demais o homem operário e o pensador, enquanto isso as capacidades festivas e imaginativas do homem foram atrofiadas.

Independente disso, as festas e celebrações populares devem ser vistas como os bens simbólicos que são, associados à vivência em que todos deveriam ter a oportunidade de criações e recriações, para exercer as suas expressões da fé, louvor, criatividade e inventividade que os particularizam de determinado grupo ou cidade. Nos festejos juninos, por exemplo, há uma potencial oportunidade de exercer tal característica, pois nele entrelaçam-se de forma dinâmica o trabalho e o lazer, interligados por relações sociais e códigos culturais presentes na gastronomia típica, na hospitalidade, no artesanato, no patrimônio material, na musicalidade, na decoração, o que promove a emergência de um sentimento de pertença e de continuidade cultural a uma dada coletividade (SILVA; CARVALHO, 2010).

¹⁶ Usa-se o termo “quase espacial”, pois os encontros promovidos por uma festa são espaciais. O patrimônio cultural existente em cidades históricas como Cachoeira promove encontros com fatos históricos distantes no tempo e no espaço.

Por isso, elas têm o poder de transformar determinados locais em lugares simbólicos de pertencimento, que revelam vivências “adormecidas” no dia-a-dia, apresentam costumes e estilos de vida que também representam tal comunidade, ou seja, seu caráter único é formado por entidades plurais que vivem da diversidade circundante (ZAOUAL, 2006). Os festejos juninos, sempre foram uma espontânea tradição do povo nordestino, no caso do São João de Cachoeira, assim como, a maioria das cidades dessa região, festeja-se os santos no mês de junho com os saberes transmitidos pelos mais velhos. As rezas e novenas faziam parte da comemoração em louvor a Santo Antônio, São João e São Pedro, e mais uma vez, não fugindo à tradição, o São João era a festa mais aguardada e exaltada pela alegria e euforia causada na população (ALMEIDA, 2011).

Atualmente, ao observar o São João de Cachoeira nota-se uma diferença substancial na condução dessas tradições, não que “as festas não sejam uma ‘autenticidade intocada’ vinda do passado, mas o resultado de uma trama complexa resultante das contribuições das diferentes gerações [...]. A festa se torna a busca, em um passado remoto, de signos da identidade” (GROPPO, 2005, p.25). O desafio é que essas contribuições das gerações seguintes sejam resultado de uma consequência natural das mudanças socioculturais comunitárias e não o resultado de uma manipulação capitalista tendenciosa.

De acordo com Castro (2012), “nessa perspectiva, a festa urbana se constituiria em uma metamorfose transitória de papéis sociais, consignando uma ruptura do cotidiano funcional.” Porém, mesmo com essa metamorfose transitória, acredita-se que a festa possua três características comuns em qualquer sociedade. Segundo Durkheim (1972) são elas:

- A) Caráter Coletivo: colabora para superar a distância entre os indivíduos, fortalece as crenças e costumes grupais, que teoricamente correm risco de desaparecer. Ou seja, a festa contribui para diminuir o efeito do tempo na dissolução social (AMARAL, 1998).
- B) Estado de Efervescência: Ocorre nos momentos de ápice da festa, o momento em que o homem participa integralmente a natureza do evento, assemelha-se a uma comoção.
- C) Transgressão da norma: A festa ocorre tendo em sua composição os mesmos elementos e sujeitos que compõem o dia-a-dia, a rotina do local, mas não rompe esses

valores, apenas transfigura-os momentaneamente, por isso pode gerar até a violência, pois os indivíduos “libertam-se” de si mesmo.

Vale ressaltar, que a festa traz consigo também a necessidade de preparação que implica em muitos valores construtivos e sociais importantes. É a partir daí que se elege os gastos, o empenho das pessoas, surge um sistema de troca, despertam-se atos codificados como dar, receber, retribuir e cumprir na comunidade. Muitas vezes os bens de consumo são trocados pelas bênçãos, pela contemplação e o trabalho é substituído por horas livres (BRANDÃO, 1989). Este autor ainda salienta o dinamismo comum às festas populares, o que se confirma ao observar o São João de Cachoeira. Trata-se de um longo percurso às margens do rio Paraguaçu, as pessoas transitam pela feira de artesanato, barracas de comidas e bebidas, praças, parques, arena de shows e bares.

Logo, é possível afirmar, que a essência da Festa de São João da Feira do Porto de Cachoeira é de uma Festa Popular. Nela pode-se verificar que há tradição para que esses valores supracitados sejam exercidos. Os comportamentos tradicionais, também se justificam como “inscritos no coração” e pertencem a um patrimônio histórico que o grupo não negligencia, mesmo que com pequenos estoques de articulação (ALMEIDA, 2011).

D. Dalva Damiana, fundadora do Samba de Roda Suerdieck¹⁷, um dos mais populares de Cachoeira, desde 1972 até os dias atuais nunca desistiu de fazer o Samba de Roda de raiz Ela afirma que nunca passou a fazer nenhum outro tipo de dança que não o tradicional, para se adaptar as “mudanças” mercadológicas. Para ela, como o Samba de Roda compõe os “inscritos no coração” cumpre a tradição, percorrendo um caminho já traçado e reatualizá-lo num evento que legitima no presente a sua origem (RIBEIRO; FERREIRA, 2009).

Diante do exposto, questiona-se até que ponto a Festa de São João da Feira do Porto colabora com o Desenvolvimento Local através da projeção turístico-cultural da cidade de Cachoeira. Esta inquietação será aprofundada no transcurso do trabalho, porém, não sem antes tratar da temática do desenvolvimento.

3.3 BREVE PANORAMA E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO

¹⁷ Esta manifestação cultura será descrita na seção 5.1.

O tema “desenvolvimento” está inserido na pauta de discussão de todos os setores da sociedade contemporânea, apesar disso está longe de se tornar uma unanimidade por ter inúmeras variáveis. Seu conceito depende da perspectiva que está sendo discutido, portanto existe desenvolvimento sob a ótica: industrial, econômica, sustentável, social, endógeno, local, dentro outros.

Sua relatividade conceitual exige que os estudos realizados na academia tenham um viés teórico bem definido, a fim de adotar ideias e posicionamentos adequados ao tema discutido. Esta seção traz os principais conceitos e relações entre o desenvolvimento local a partir da contribuição de uma festa popular como o São João de Cachoeira.

A partir dessa lógica pode-se afirmar que existe uma abordagem razoavelmente unânime sobre desenvolvimento, em que se estabelece para sua existência a necessidade de crescimento econômico, que prioriza os termos quantitativos, correlacionados com a qualidade de vida. Nota-se aí a importância do elemento “qualidade de vida” na pauta do desenvolvimento. Para Souza (2002, p. 64) seria “a crescente satisfação das necessidades – tanto básicas quanto não básicas e tanto materiais quanto imateriais – de uma parcela cada vez maior da população”.

Com isso, observa-se outro elemento necessário para a efetivação do dito desenvolvimento: a renda, que pode ser representada na abordagem de Souza (2002, p.64) pelas necessidades materiais. Isso inclui, portanto, a melhor distribuição de renda, que segundo o mesmo autor tem relação direta com justiça social. Esta é a “capacidade do ser social de conciliar poderosamente o respeito à alteridade com a exigência de igualdade” (SOUZA, 2002, p. 64).

Ao complementar tal posicionamento tem-se a afirmação de que essa possibilidade “só existe com o desenvolvimento da autonomia individual e coletiva, em que o indivíduo é capaz de estabelecer metas para si na medida em que for capaz de refletir criticamente sobre informações” (SILVA, 2014, p.70).

No século XIX o termo usado para expressar desenvolvimento era “progresso”, que ainda estava impregnado de um discurso de imperialismo, pois sinalizava também para os europeus e norte-americanos que os povos “exóticos” precisavam de “civilização” para estarem no mesmo nível de quem os colonizava (HERMET, 2000).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no século XX, a ideia de desenvolvimento se fortalece. Naquele momento o mundo passava por mudanças estruturais e diversos países necessitavam se reestruturar. A atenção estava voltada para os reflexos da guerra: miséria, desemprego, discriminação, desigualdades e problemas políticos (SUNKELL; PAZ, 1988 *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 44).

O marco para a discussão do desenvolvimento com a configuração que se tem hoje foi em 1945 na Conferência de São Francisco com a Carta das Nações Unidas e em seguida com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), com 51 países na época, que tinham o objetivo de aumentar os níveis de desenvolvimento no mundo (ONU, 2010).

A partir daí muitos projetos voltados para o desenvolvimento surgiram. Um dos maiores expoentes do tema, Celso Furtado, afirma que apesar dessa consolidação datar de meados do século XX, com a criação da ONU, há uma errônea aproximação com o conceito, que é a de crescimento econômico. Várias vezes o crescimento econômico é tratado como sinônimo de desenvolvimento, por isso ao longo dos anos desenvolvimento foi considerado, simplesmente, como uma concretização do sistema produtivo da sociedade, na maioria das vezes ligados a produção industrial e a números econômicos (FURTADO, 1981).

Portanto, desenvolvimento e crescimento são aspectos complementares, mas diferentes na sociedade. Enquanto o primeiro ocorre com a contribuição do segundo, este pode ocorrer sem, necessariamente, coexistir com o primeiro. Foi a partir dessa desordem conceitual, que pautava-se desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Vale esclarecer então que:

[...] para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB e PIB per capita, mas sobretudo os níveis de redução de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte. (MILONE, 1998 *apud* OLIVEIRA, 2002, p.40).

Definitivamente, este não é o tipo de desenvolvimento alinhado com a proposta desta dissertação, sob a égide de não ser a perspectiva apresentada pela Festa de São João da Feira do Porto de Cachoeira. Na realidade, ela é apenas um vetor de contribuição para o desenvolvimento local. Aqui, entende-se o desenvolvimento como aquele que exige a observação das características de cada país, região ou território, ressaltando sua cultura, seu

passado, sua história, suas extensões geográficas, condições demográficas, recursos naturais e relações sociais (SANDRONI, 1994).

Por conseguinte, acredita-se que os festejos juninos são elemento que constituem o desenvolvimento local de Cachoeira. Isto porque, entende-se por desenvolvimento local aquele que para acontecer necessita congregar valores mais próximos dos moradores locais. Segundo Buarque (2004, p. 76),

o desenvolvimento local dentro da globalização é uma resultante direta da capacidade dos atores e das sociedades locais se estruturarem e mobilizarem, com base nas suas potencialidades e na sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades, buscando a competitividade num contexto de rápidas e profundas transformações. No novo paradigma de desenvolvimento, isto significa antes de tudo, a capacidade de ampliação da massa crítica e da informação.

Dessa forma, a economia local não é mais entendida como estando essencialmente construída apenas de relações entre atores econômicos, mas por múltiplas redes sócio-econômicas articuladas entre eles por ações transversais. Portanto, é ‘um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais, associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração sócio-econômica de reconstrução do tecido social para a geração de emprego e renda.’ (RIBEIRO, 2008, p.83).

Nesse contexto, o local é importante, porque é entendido como um meio de pertença que permite a população reconhecer traços característicos de si e manter-se motivada para esse processo de participação e engajamento (JOYAL, 2014). A festa, assim, é um meio de promover na população esse sentimento de pertença, a partir do local onde vivem e trazendo traços característicos da sua história local.

De acordo com Albuquerque (1998), nesse processo o Estado deve estimular as iniciativas locais de desenvolvimento, a fim de promover uma descentralização. O Estado mantém as suas responsabilidades, porém capacita e permite funções e participação da população. Vale salientar, que nesse caso, trata-se de uma festa popular, numa cidade pequena, com pouco mais de 32 mil habitantes e essas relações sociais podem ser melhor executadas.

Por outro lado, quando a gestão de uma festa popular, por exemplo, propõe a ser centralizadora, há dificuldades na fiscalização e acompanhamento por parte dos moradores e

prioriza-se o viés econômico da gestão, já identificados nesta seção como não sendo o ideal quando idealiza-se um contexto adequado para a realização da festa. Com base em Brito; Santos e Gurgel (2012) essa compreensão, perpassa por outras características fundamentais:

- A) A iniciativa tem raiz no encontro de uma criação cultural inscrita dentro de uma memória coletiva e de uma rede associativa levada pela vontade de se afirmar uma identidade regional;
- B) A mobilização de uma população que se descobre através de sua própria apresentação, desenvolvimento das iniciativas no campo cultural e no campo econômico, política de comunicação, emergência de uma parceria que atinge progressivamente o meio associativo, o mundo político, os sócio-profissionais e em última instância, os atores econômicos;
- C) A valorização dos produtos locais e iniciativas locais de qualidade que tem como efeito a valorização do território e seus produtos;
- D) A apropriação dos eventos de fortalecimento das identidades culturais pelos parceiros político e os sócio-profissionais sem prejudicar à dinâmica original;
- E) O exercício do processo de aprendizagem coletiva pela população local que aceita inscrever-se dentro de tal processo, reforçando a mobilização, a emergência de cidadãos, novos atores, reivindicando uma fixação local;
- F) A dinâmica local difundindo-se geograficamente para outros espaços sociais;
- G) Busca de um equilíbrio entre uma promoção não seletiva de produtos locais, que encoraja a maioria dos atores locais (artesãos, comerciantes, agricultores, pecuaristas, profissionais liberais) e uma preocupação de marketing, marcada pelo pensamento de distinção de produtos de qualidade destinados a públicos aos quais deseja atingir.

Portanto, nota-se que as relações socioeconômicas dessa natureza exigem do poder público local, uma responsabilidade considerável, ao mesmo tempo em que exige um “olhar” de dentro (local), para fora (investimentos externos). A prova disso é que

nas localidades, onde as referências culturais são menos acentuadas e as identidades sociais menos produzidas, a política de desenvolvimento visa, explicitamente, a criar novas identidades coletivas cujo o obstáculo cultural mostra-se central, mais que o das capacidades técnicas: é preciso mudar as mentalidades, os comportamentos coletivos, os valores, as regras morais para que as relações entre os homens possam produzir outros resultados. (TEISSERENC, 1994 *apud* BRITO; SANTOS; GURGEL, 2012, 230).

Considerando que em Cachoeira não há esse obstáculo cultural, devido ao seu patrimônio material e imaterial, o desenvolvimento local necessita prioritariamente de uma visão política estratégica, que desconstrua o discurso da festa de São João midiática, que o ponto de partida não seja ser “O mais tradicional da Bahia”, apenas para repercussão na imprensa. Que tal título, seja consequência de uma gestão pautada nos aspectos tratados nessa seção.

3.4 TURISMO: CONCEITOS, REFLEXÕES E A SUA IMPORTÂNCIA

É no início do século XX o primeiro registro de definição do turismo, mais precisamente do ano de 1910, com o economista austríaco Herman Von Schullern. Ele definiu o turismo como “a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamentos de estrangeiros para dentro e fora do país, cidade ou região” (HERMAN VON SCHULLERN *apud* BENI, 2000, p. 32). Apesar desse viés econômico o turismo tem uma ampla variação no seu conceito, tendo em vista as inúmeras áreas do conhecimento que buscam defini-lo. O que há de comum é associado ao tema lazer e a uma atividade ligada aos gastos econômicos.

Para Ferreira (1999), por exemplo, turismo é viagem ou excursão motivada pelo prazer que os locais visitados despertam. Ele afirma ainda que o turismo está ligado a um conjunto de serviços, colaboradores no processo de atração de pessoas e de atendimento por meio de provisão de itinerários, guias, acomodações, transporte, e etc.

De acordo com Leiper (1979), as definições de turismo despontaram com mais afinco nos anos 1930, sendo que a primeira definição base para as demais foi de responsabilidade do Comitê Estatístico da Liga das Nações, que afirmava sobre o turista como sendo aquele que “*visits country other than that in which he habitually lives for a period of at least twenty-four hours*”¹⁸.

Do ponto de vista epistemológico “turismo” teve sua origem no francês *tourisme* e no inglês *tourism*. Já a palavra *tour* é originária do latim *tornare* e do grego *tornos*, com o significado de giro ou um círculo ou também o movimento ao redor de um eixo (BARBOSA, 2002).

¹⁸ "Visita país diferente daquele em que ele vive habitualmente, por um período de pelo menos 24 horas"

Observou-se que através dos anos fatores diferentes imprimiram-lhe feições diversas, principalmente a partir das melhores alternativas de expansão do trânsito de pessoas e o deslocamento por motivos diferentes, como o peregrino rumo a lugares santos, o mercador transportando riquezas e ideias pelos diferentes mercados, o viajante buscando horizontes novos e assim cada qual conduzia consigo necessidades inspiradoras (BELCHIOR; POYARES, 1987).

Com o tempo ampliou-se cada vez mais os outros papéis desempenhados pelo turismo como seu lado social e seus impactos nas pessoas e nos destinos que tornavam-se turísticos. De acordo com DeLa Torre (2002, p.19)

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

E essas diferentes abordagens não diminuíram ao longo do século, ao contrário cresciam na medida em que os acontecimentos na economia e política se intensificavam. Como exemplo, pode-se destacar a Revolução Industrial na Inglaterra, porque as produções passaram a ser mais eficientes, os preços dos produtos menores e o consumo foi intensificando-se. Nesse processo evolutivo da economia ofertado pela revolução industrial introduziu-se navios movidos a vapor, o desenvolvimento do avião, o que aos poucos contribuiu com o desenvolvimento do turismo (MEDAGLIA; SILVEIRA, 2009).

Para mais, ainda houve o crescimento da oferta de mão de obra, que nessa altura saia do campo para empregos industriais, como consequência essa nova classe precisava de representações sindicais, surgem então os sindicatos, que lutaram pela diminuição das jornadas de trabalho e que conquistaram um novo elemento na sociedade: o tempo livre. A partir daí as possibilidades de exercer o lazer ficaram em evidência e evoluíram para a atividade turística (MEDAGLIA; SILVEIRA, 2009).

Nesse contexto e com a colaboração de outras conjunturas os termos “Turismo” e “Indústria” aproximam-se de modo que com o aumento dos índices econômicos passam a chamar atenção na economia mundial. Segundo Spinola (2000) esse status é real, podendo considerar o turismo como uma “indústria sem chaminé”, tendo em vista também a enorme cadeia produtiva que envolve a atividade. Ele aglutina “dos automóveis aos aviões de grande

capacidade e autonomia; dos crediários à intermediação das vendas dos transportes e alojamentos pelas agências e operadoras; tudo facilita a ascensão do turismo aos patamares de ‘indústria’ global” (PRAXEDES, 2001, p. 47).

No detalhe, pode-se afirmar que o impacto do turismo como uma “indústria”, junto ao consumo desses serviços, também tem relação direta com o que é oferecido. Ou seja, é preciso produzir esses serviços, para isso há gastos na compra de insumos de outros setores, mas também o próprio conjunto de serviços turísticos fornece serviços para outros setores na sua cadeia produtiva. O resultado são rendas e empregos criados que geram novas demandas de consumo, a partir desse processo. Nessa dimensão, percebe-se que os impactos são muito maiores e podem trazer benefícios amplos aos locais visitados. Outro ponto importante é a geração de divisas e de impostos para os governos (KENDELL, 1987).

Vale ressaltar, que nessa análise aparentemente apenas positiva, existe um elemento decisivo no processo que o caracteriza como benéfico: o residente. Isto porque, eles compõem o aspecto identitário do destino e também é quem ajuda a produzir o que é de interesse do produto turístico. Os serviços ou as atividades como o transporte, hospedagem, alimentação, cultura, lazer e festa populares locais são também utilizados pelos residentes. Contudo, se o aumento do turismo, estiver associado à necessidade de ofertar algo incompatível com o que até então era genuíno surgem pressões, diminuição de autoestima local, aumento de preços dos produtos vendidos, afastamento dos moradores e acabam por prejudicar ao invés de beneficiar as localidades (TAKASAGO; MOLLO, 2012).

No Brasil, inúmeros destinos turísticos buscam ser capazes de atrair clientes nesse mercado competitivo. O problema é essa necessidade por mercados, fruto do processo competitivo, que condiciona a gestão turística a uma série de medidas desalinhadas com a realidade local. Encontra-se, contudo os diferentes entes envolvidos: empresas privadas, órgãos públicos na busca de vantagens no mercado. Desse modo, reforça o estereótipo do turismo focado apenas na arrecadação financeira, diminuindo seu potencial sociocultural (LOHMANN, 2012).

Atualmente, a preocupação com tal quadro aumenta, mesmo porque até a década de 1990, viajar pelo Brasil tinha um custo elevado. O turista encontrava passagens com preço elevado, os destinos turísticos não ofereciam preços competitivos, a estrutura era reduzida, o mercado internacional apresentava melhor qualidade.

Foi a partir de 1994, segundo Furtado (2000), com a elevação do turismo à categoria do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, que o setor desenvolveu-se. O turismo brasileiro ingressou em uma nova era, que se consolidou com o Programa Nacional de Turismo, onde apresentou quatro macros estratégias:

- A) Melhorar a infraestrutura básica das regiões turísticas;
- B) Capacitar profissionais para ampliar a qualidade dos serviços prestados para tornar-se competitivos;
- C) Modernizar a legislação para adequá-la à realidade do mercado mundial de viagens e turismo;
- D) Fortalecer a imagem do Brasil no exterior através de companhias de marketing e promoções nos principais mercados emissores.

No início do século XXI, houve aquecimento econômico e muitos brasileiros começaram a viajar e o turismo ampliou-se em todo o território nacional. Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo compreendeu-se que o turismo pode ser um agente promotor local, fonte de crescimento e desenvolvimento econômico, que gera divisas e emprego, além de reduzir as desigualdades regionais (SILVA; RIBAS, DENARDIN, 2011).

Porém, muito antes da atividade turística se tornar pauta para o governo nacional, na Bahia, no final da década de 1960 e início da década de 1970, o governo estadual já mostrava-se atento aos possíveis benefícios que poderiam ser gerados pelo desenvolvimento do turismo como atividade econômica e política pública de Estado. Neste período foi desenvolvido o PTR.

O turismo nas últimas décadas ganhou ainda mais importância, tanto por ter se reinventado quanto pelos seus impactos sociais, econômicos e culturais na sociedade. Atualmente, esse é um dos setores da economia que mais tem crescido, pois teve um faturamento de R\$ 9,84 bilhões no ano de 2011. No ano de 2012, o faturamento foi de R\$ 10,3 bilhões, o que representa um crescimento de 8% em relação a 2011. É a atividade que mais cresce no mundo, com taxa de crescimento médio de 4% a 5% ao ano. Desse modo, percebe-se que seu impacto na economia é considerável e algumas vezes resultado de ações predatórias (BRASIL, 2013).

Apesar dessa dimensão, o desafio é que a formatação dos seus produtos busquem entendê-lo como um fenômeno social e de forte poder de modificação do contexto local. Em

se tratando de uma dissertação que considera sua abrangência no contexto urbano vale dizer que o turismo, normalmente, exige uma verdadeira intervenção urbanística nas cidades onde é exercido: abastecimento de água, sistema de esgoto, iluminação e pavimentação de ruas, abastecimento de alimentos, etc. Esses são aspectos proporcionais ao aumento considerável da população na cidade nas épocas de temporada turística. Quando bem organizado, o planejamento do traçado urbano, das normas construtivas e regulamento do uso do solo as cidades se transformam em centros turísticos com características peculiares, contribuindo para acrescentar novos atrativos aos já existentes.

Por outro lado, a negligência em manter vivas as características autênticas das culturas, através da conservação do patrimônio, de tradições, festas, rituais, crenças, gastronomia, artesanato, etc. estigmatizam um destino turístico e deixa de incrementar seu produto turístico, pois a motivação turística perde seus valores genuínos que passam a reproduzir apenas o discurso da mídia, caracterizando-se como Turismo de Massa (BARRETTO, 2006).

Ao longo de décadas acreditou-se que, simplesmente, o fato do país possuir um acervo ambiental considerável fosse suficiente para satisfazer a todas as exigências do mercado internacional, tornando o Brasil um destino turístico, procurado internacionalmente. Segundo Furtado (2000), essa visão simplista do processo de entendimento do turismo era fundada na teoria de que um “paraíso tropical”, localizado na parte oriental da América do Sul, era mais do que suficiente para conquistar a preferência dos consumidores de viagens. O problema com isso era que o Brasil com essa linha de pensamento se preocupava pouco em planejar e lapidar a sua matéria-prima turística (FURTADO, 2000).

Desde a década de 1990, frente as consequências geradas a partir de pensamentos meramente econômicos e com a necessidade de parâmetros de desenvolvimento com menor impacto no meio ambiente, ocorreu a Conferência Mundial de Turismo Sustentável, no ano de 1995. Reforçou-se um novo caminho, pois o turismo e suas políticas tinham que estar enquadradas nos conceitos de sustentabilidade definidos pela Rio-92 (SILVA, 2014).

O turismo sustentável implicou novas relações entre a atividade turística e o entorno natural e sociocultural das comunidades receptoras. Relações capazes de minimizar os impactos. Precisa de uma mudança de atitude nos turistas, não se trata de tropas de pessoas em busca do prazer excessivo, são cidadãos preocupados com o meio ambiente, interessados

pelos culturas anfitriãs e que buscam outras atividades (SILVA, 2014).

As motivações dos viajantes contemporâneos, por sua vez, se diversificaram: conhecimento, identidade e diversão, constituem os eixos centrais. Os “novos turistas” têm aparecido em cena com valores orientados para o meio ambiente e para um consumo mais ético. Suas motivações têm passado a ser mais ativas e a constituir uma via de escape e uma busca de autenticidade. Necessita-se, portanto, novas categorias para se definir os novos turistas: mais experiência, mudanças nos estilos de vida, mudança de valores e mais flexibilidade. Supostamente, agora, trata-se de turistas ativos que demandam atividades, experiências nos destinos, que lhes permitam acercar-se mais ao destino, à sua paisagem, à sua gente (SILVA, 2014).

Para contribuir com esse “novo” e concomitante entendimento é necessário uma consolidação das políticas públicas de turismo, para que o setor possa ser tratado de forma organizado e dinâmico. O planejamento deve ser coeso, considerando a realidade e as características próprias de cada região, com a construção de fatores relevantes e imprescindíveis para que seja possível desenvolver a localidade a partir desta atividade. O turismo acrescenta a importância de estar em consonância com outras atividades sócio-econômicas existentes e vislumbradas para o futuro, pois nenhum desenvolvimento é adquirido para sempre, dado que é uma finalidade dependente e sujeita a outras finalidades.

Para tanto, garantir um planejamento urbano e sociocultural exige uma política pública aplicada, que faça parte das pastas do governo e que sejam regulamentadas. Para Silveira, (1997), um planejamento territorial e dinâmico deve ser base para que o turismo aproxime-se de características sustentáveis em busca da integração do uso turístico e da conservação do ambiente, associada à melhoria das condições de vida das comunidades locais.

Políticas Públicas são fundamentais na administração pública porque são “um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problema da sociedade.” (SEBRAE/MG, 2008). Em tese, deveriam beneficiar a sociedade civil e ser reflexo daquilo que se faz necessário. O São João de Cachoeira hoje é considerado um produto turístico que teve dimensão nacional após uma política pública e por isso é indispensável entender o significado de uma política pública nessa análise.

A princípio tal política deveria credenciar a participação no planejamento público e fortalecer a pasta de turismo no planejamento municipal, estadual e nacional. Já que é por meio das políticas públicas que os governos determinam seus direcionamentos o que vão implementar e o suporte que dará a atividade.

Enquanto atividade econômica o benefício que a destaca é a geração de emprego e renda e por isso, erroneamente, é vista como responsável por salvar as regiões onde é desenvolvida. Porém, sua realização também envolve o uso da natureza e de bens culturais, o que deveria resultar em uma política de turismo bem definida com maior racionalidade. E não é o que ocorre na prática em países periféricos, incluindo o Brasil, muito também por ser uma política ainda embrionária.

A preocupação está em observar que em várias cidades do brasileiras as relações com a natureza, com o cultural e com o social, características intrínsecas ao turismo, são suplantadas por ações predatórias tanto do ponto de vista material, quanto imaterial. É importante ressaltar que viver numa sociedade capitalista, que estimula o consumo e tem no turismo uma forma de status, credencia o equívoco da exploração do que o lugar rico culturalmente tem. O entendimento nessa dissertação é de que o turismo deve ter uma relação simbiótica com aquilo que se apropria, fruto de um planejamento que compreenda o cuidado não apenas no meio ambiente natural, mas também com sustentabilidade social, política e econômica, que são fatores de difícil conciliação (BARRETTO, 2006). E mais “o planejamento implica a aplicação de políticas preexistentes ou a elaboração de novas, assim como de planos, programas, projetos [...]” (BARRETTO, 2006, p.32).

Outro ponto importante na análise é a utilização do capital humano disponível no destino turístico, não apenas com o emprego, mas também como protagonista dos seus subprodutos. Essa relação deve representar a retenção dos destinos turísticos, para os benefícios locais. Num paralelo com o tema, o que se percebe, principalmente, ao tratar do São João de Cachoeira como subproduto da cidade, é que o estímulo ao desenvolvimento local a partir da colaboração de Festa, não rompe a barreira do discurso político. Sendo assim, há um enorme equívoco, isto porque uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de interação entre seus atores e a sua realidade histórica (GODARD *et al.*, 1987).

Daí a necessidade de se entender a participação de cada residente na cultura local, em cada manifestação, respeitando-se suas idiossincrasias. Esses atores retratam a cultura

local. Nessa reflexão opta-se por definir que essa cultura é capaz de demarcar um território e apontar seus limites. Isto porque o território não tem a ver apenas com o poder no sentido de dominação político-econômica proposto pela lógica hegemônica capitalista, mas também no sentido mais simbólico-cultural, pois carrega as marcas do espaço-tempo vivido, do valor de uso, sempre múltiplo, diverso e complexo.

Analisando-se o caso da Bahia, essas relações demoraram a ficar claras, tendo em vista, por exemplo, que só em 2006 a Secretaria Estadual de Cultura se separa da de Turismo e passam a fortalecer seus parâmetros para programas e projetos na área, ou seja, há menos de uma década essas relações culturais tiveram mais independência no trato das cidades históricas como Cachoeira.

A Bahia é reconhecida pela sua força nas manifestações e atrai muito turistas devido a essa forte ligação com o cultural e religioso. Mesmo assim precisa de uma mudança estrutural, de um público que de fato desloque-se para consumir sua beleza cultural e seu povo como protagonista do processo e não como moldura do discurso da mídia. Promover uma festa popular excluindo esse público é priorizar a informalidade e espaços desconectados com a realidade local. Definitivamente, os destinos turísticos, principalmente os históricos como Cachoeira, precisam com seus subprodutos como o São João, de distribuição de renda, conservação dos recursos naturais, do patrimônio histórico e cultural.

O Estado deve atuar como instrumento que procura integrar e melhorar o comportamento de cada um dos segmentos que compõe sua cadeia produtiva para que a eficiência dos mesmos possibilite o desenvolvimento em suas bases locais. Por esta perspectiva, aprofundar o entendimento de como a atividade turística pode contribuir para o desenvolvimento local demanda análises sobre o Estado, tanto no nível federal, estadual e como no municipal, atua na implementação de suas políticas e como sua atuação repercute no desenvolvimento da atividade e na sociedade. (ENDRES, p.78, 2008).

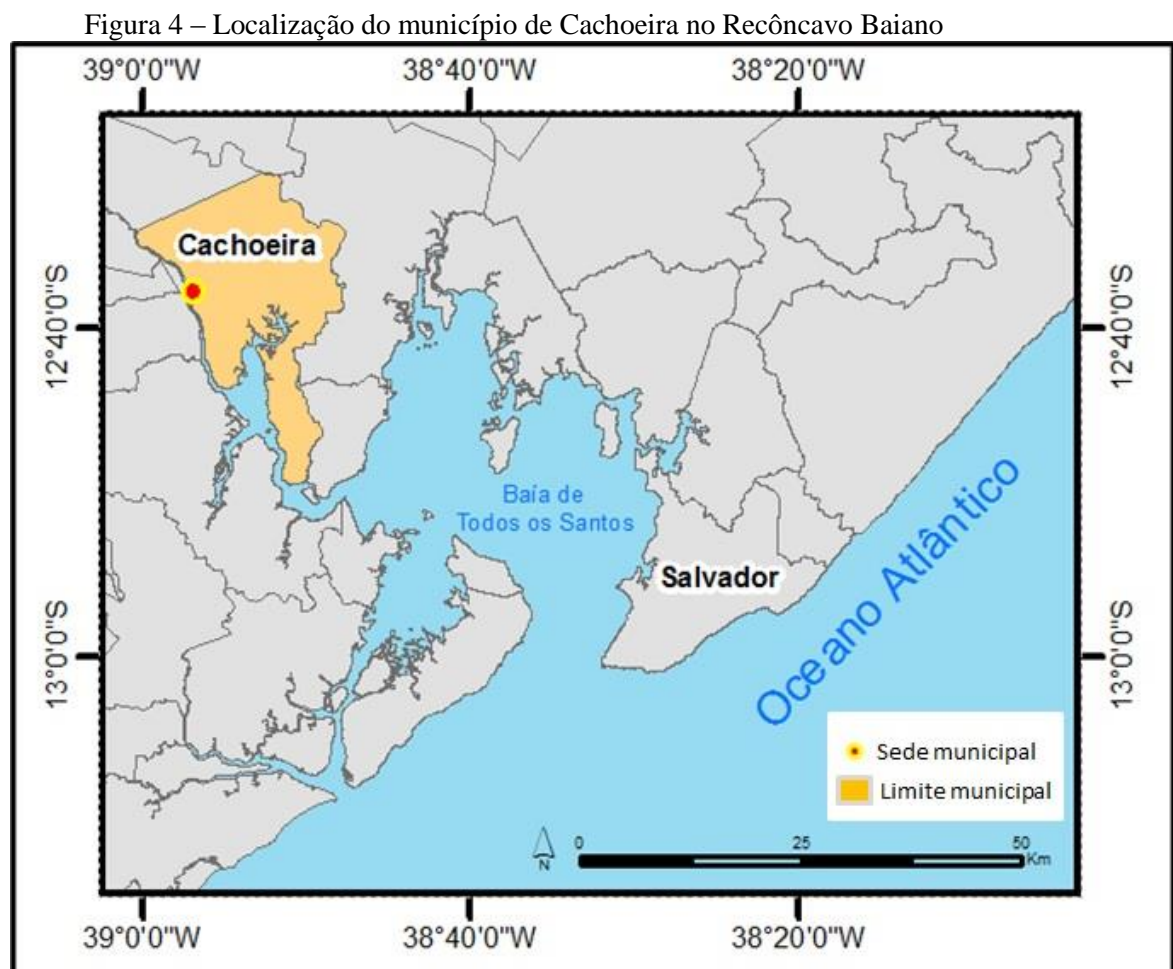
Para complementar vale salientar que ao Estado cabe a coordenação, planejamento, legislação e regulamentação, empreendimentos, incentivos, atuação social e promoção do turismo (DIAS, 2003). Para Beni (2000), uma política de turismo deve ser estruturada levando-se em consideração que deve nortear-se por três grandes condicionamentos: “o cultural, o social e o econômico”, aos quais pode ser agregado o ambiente.

Conciliar o desenvolvimento do turismo, a proteção do meio ambiente e o respeito

às identidades locais tornou-se um desafio. Para tanto o planejamento é peça fundamental no processo de gestão de uma localidade turística e para que esse processo se realize por completo é necessário um esforço do poder público e privado. O que ocorre muitas vezes são estratégias massificadas, justificadas como política pública, mas na realidade servem para atrair uma quantidade elevada de turistas e não necessariamente aqueles que possam agregar valor a arrecadação financeira e ao patrimônio histórico disponível. Isso foi observado no caso do Recôncavo Baiano, que embora pioneiro na elaboração do Plano de Turismo na década de 1970, mantém erros administrativos ao contexto da cidade de Cachoeira decisivos no processo de evolução da Festa de São João da Feira do Porto.

4 CACHOEIRA E A FESTA DE SÃO JOÃO DA FEIRA DO PORTO: UMA TRAJETÓRIA

Cidade de grande importância cultural localizada no Recôncavo Baiano (Figura 04) e palco de eventos relevantes da história brasileira, Cachoeira (Figura 05) é considerada uma das principais cidades da Bahia. Distante cerca de 110 km da capital e situada na margem esquerda do rio Paraguaçu (Figura 06), na microrregião de Santo Antônio de Jesus, Cachoeira está voltada para o rio, de frente para São Félix. Ligadas pela ponte D. Pedro II¹⁹ (Figura 07), as duas são tidas como cidades irmãs, unidas pelos laços de cooperação que se estabelecem entre elas. De acordo com o censo demográfico 2010 do IBGE sua população chega a 32.035 habitantes numa área territorial de 395 km².



¹⁹ Ligando as cidades de Cachoeira e São Félix, sobre o Rio Paraguaçu, a ponte D. Pedro II mede 365 metros de comprimento e 9 metros de largura. Sua estrutura é toda de ferro importado e com lastros e dormentes de madeira. Foi inaugurada em 7 de julho de 1865 com o nome de Imperial Ponte D. Pedro II (CORDEIRO, 2002).

Fonte: Elaboração própria (2015).

Figura 5 – Cidade histórica de Cachoeira vista de São Félix



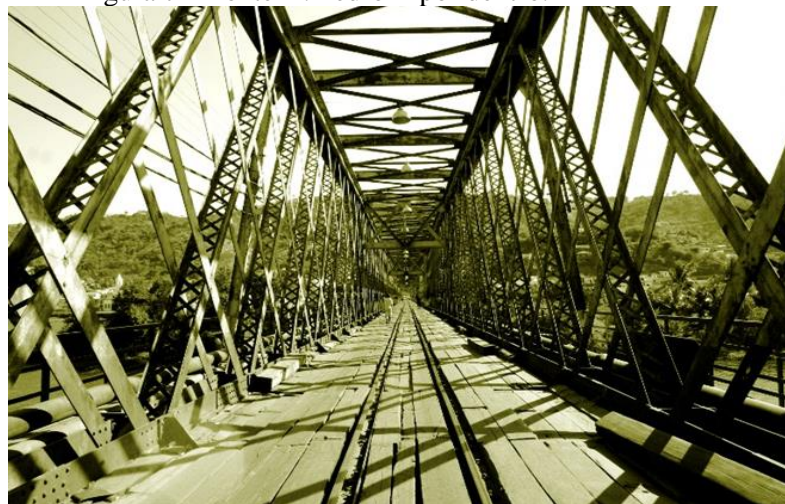
Fonte: Jornal A Tarde online, 2009 (foto: Diego Mascarenhas Agência A TARDE | 18.2.2009).

Figura 6 – Rio Paraguaçu e as Cidades Irmãs, São Félix (margem direita) e Cachoeira (margem esquerda), unidas pela ponte D. Pedro II



Fonte: MOSS (2009).

Figura 7 – Ponte D. Pedro II por dentro.



Fonte: Cordeiro (2002).

Depois de um período de recessão econômica, as atrações culturais da cidade foram apontadas como possibilidade de recuperação econômica através da promoção do primeiro São João planejado da Bahia, o São João da Feira do Porto (Figura 08), baseada

numa festa que o povo sempre fez de forma espontânea, vislumbrou uma nova atividade econômica na cidade: o turismo.

Figura 8 – São João em Cachoeira (1980)



Fonte: Bahia (1980).

Porém, conforme a contribuição de Cavalcanti (2013), uma festa popular não pode ser colocada como um emblema de uma política regional de turismo. Isso muitas vezes sobrecarrega e enrijece a Festa, e por vezes se cometem injustiças ou se favorecem preconceitos. Sobretudo em termos de políticas públicas, que passam a ver alguma coisa como mais autêntica e outras menos autêntica.

4.1 HEROICA, HISTÓRICA E MONUMENTAL: TÍTULOS DE UMA CIDADE FESTEIRA

Cachoeira é marcada por fatos, histórias e acontecimentos que se relacionam, bem como por diversas atrações culturais e arquitetônicas e naturais, a exemplo do rio Paraguaçu. Nome de origem indígena, Paraguaçu, que significa mar grande ou grande rio, foi muito importante para o desenvolvimento da cidade e chamado de várias formas no Brasil colônia, como Paraossu, Peruassu e Paraoçu. O rio já foi também denominado rio Cachoeira e sempre foi de grande utilidade para a cidade, possibilitando o intercâmbio de produtos, a comunicação com outras cidades da região, a umidade ao clima, além de embelezar a paisagem.

No total são 600 km, que só são navegáveis por embarcações de pequeno e médio porte no seu baixo curso, num percurso de 46 km, desde as cidades de Cachoeira e São Felix até sua foz, passando pela cidade de Maragogipe. A relação deste rio com a festa em análise é outro aspecto de destaque, pois era por ele que chegavam os produtos comercializados na Feira do Porto de Cachoeira. Ele permitia “enfeitá-la” com produtos vindos da região (COSTA, 2008).

O local foi o principal ponto de redistribuição de povos escravizados na região e permitiu a realimentação com a África, o que garantiu que as tradições africanas fossem mantidas. O desenvolvimento do cultivo de cana-de-açúcar, da mineração de ouro no Rio das Contas e a intensificação do tráfico pelas estradas reais e da navegação do rio Paraguaçu, colaborou para o rápido desenvolvimento econômico da região a partir do século XVIII (COSTA, 2008).

Na segunda metade do século XIX, o rio ganha sobre suas águas a ponte D. Pedro II. A relevância de se construir uma ponte, ligando Cachoeira e São Félix justificou-se pelo intercâmbio de produtos, de pessoas e, conseqüentemente, de cultura. Registros apontam que até sua efetiva construção, impostos eram cobrados para utilização de embarcações que faziam o transporte de uma cidade para outra, ocorrendo também à perda de produtos, devido a alguns acidentes de barco. Foram muitas solicitações para a construção da ponte que enobrece, embeleza e facilita a vida da população de São Félix e Cachoeira, que demoraram em vê-la construída (ROCHA, 2002).

O apogeu econômico e político-administrativo foi durante os séculos XVIII e XIX, quando seu porto era utilizado para escoamento de grande parte da produção agrícola do Recôncavo Baiano, principalmente açúcar e fumo, produtos até hoje cultivados no município, em virtude do clima e solo propícios da região.

A significativa presença tanto de africanos e afrodescendentes quanto de europeus de variadas nacionalidades em Cachoeira, durante o período escravagista, é um dos fatores que originaram sua riqueza e diversidade da cultura popular. Na dominação exercida pelo europeu ao negro de origem africana é encontrado o sincretismo religioso²⁰ com forte presença da cultura afro-brasileira e das manifestações do catolicismo, evidenciado dentre outras manifestações, a Irmandade da Boa Morte. A cidade hoje é um símbolo cultural dentro da Bahia, demonstrado nos seus museus e movimentos populares, o que a torna marcante dentro de uma perspectiva histórica brasileira.

Os primeiros indícios de povoamento no Recôncavo Baiano foram ao redor da pequena Capela de Nossa Senhora do Rosário, conhecida atualmente como Igreja de Nossa Senhora da Ajuda (Figura 09), considerada marco zero da cidade (QUEIROZ; SOUZA, 2009).

²⁰ O sincretismo é um fenômeno bastante comum na Bahia, onde os negros buscaram adaptar às crenças de religiões tradicionais africanas aos rituais da fé Católica, religião predominante no Brasil. Valeu como poderosa arma para os negros manterem suas tradições. Sem isso, provavelmente, nem mesmo teriam podido manter os traços religiosos que ainda hoje se conservam. Para se viver no Brasil, mesmo sendo escravizado, e principalmente depois, sendo negro livre, era indispensável, antes de mais nada, ser católico. Por isso, os negros no Brasil que cultuavam as religiões africanas se diziam católicos e se comportavam como tais. Além dos rituais de seus ancestrais, frequentavam também os ritos católicos. Continuaram sendo e se dizendo católicos. Há antropólogos que insistem que a assimilação Santo/Orixá era aparente e, inicialmente, serviu para encobrir a verdadeira devoção aos Orixás, pois no caso dos cânticos, eram efetuados em língua natural dos povos escravizados e que ninguém entendia. Um fato histórico que pode opor-se a este pensamento é a criação das confrarias de negros como a Irmandade de Nossa Senhora totalmente composta por negros. Os negros haviam realmente se convertido ao Cristianismo e não eram apenas uma fachada (COSTA, 2008). Vale destacar que essa temática está distante de ter unanimidade, pois há inúmeros pensadores que discordam do uso desse termo. Porém, a proposta dessa dissertação não é se aprofundar neste assunto.

Figura 9 – Igreja da Ajuda - marco zero da cidade



Fonte: Cordeiro (2002).

Na formação do núcleo urbano de Cachoeira destaca-se a participação de Paulo Dias Adorno, fidalgo português, genro de Diogo Álvares Correia (Caramuru) que chegou à Baía de Todos os Santos em 1532, na expedição de Martins Afonso de Souza com intuito de colonizar e iniciar o plantio de cana-de-açúcar. Tendo recebido estas terras em doação efetuada por D. Álvaro Costa, filho do 2º Governador Geral do Brasil, D. Duarte da Costa, Paulo Dias Adorno, juntamente com Rodrigues Martins, escolheu as terras à margem esquerda do Paraguaçu, onde era possível entrar e sair com embarcações.

O início do desenvolvimento da província de Cachoeira se deu com a formação dos canaviais e instalação de alambiques. Em paralelo a isso, as ordens religiosas foram se instalando na localidade, a exemplo da Ordem Franciscana, com a instalação do Convento Santo Antônio do Paraguaçu em 1649 e um Seminário em Belém, distrito de Cachoeira, junto a edificação da Igreja de Nossa Senhora do Belém, no ano de 1686. Em busca de formação,

jovens das famílias abastadas da Colônia foram atraídos por este Seminário. Nessa época, a nobreza rural, representada pelos senhores de engenho, se instalaram no povoado de São Thiago do Iguape, ao passo que se concentrava na Vila de Cachoeira o movimento comercial. Em 1574, por iniciativa de Paulo Dias Adorno e de Rodrigues Martins, Cachoeira foi elevada à condição de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário (MELLO, 2001).

No final do século XVI já existiam cinco engenhos de açúcar às margens do rio Paraguaçu apesar dos ataques constantes dos indígenas. Só depois de feita a paz com os nativos, foi possível o desenvolvimento das povoações dos brancos portugueses nessa região. A cultura do fumo é outro importante valor para economia da localidade. O estímulo foi realizado no período pelo Governador da Bahia D. José da Cunha Athaide e Mello por volta do ano de 1769, conferindo a Cachoeira o título de principal centro de manufatura de exportação do Brasil (SANTOS, 2004, p. 17).

Devido à sua localização geográfica estratégica com um entroncamento de importantes rotas que se dirigiam ao sertão, ao Recôncavo, às Minas Gerais ou a Salvador, então capital da colônia, logo passou a se enriquecer. Com toda pujança, evidenciada em 1698, é conferida a Cachoeira o título de Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, nome que se dá por se situar próxima às quedas d'água presentes na cabeceira do rio Paraguaçu. Nesse período, seus limites estendiam-se até o Estado de Sergipe, abrangendo cerca de 30 municípios atuais da Bahia. Esse domínio da Vila Cachoeirana, durou até o final do século XVII.

A Vila de Cachoeira passou a exercer papel de extrema importância para o sistema mercantil colonial, pois era pelo seu porto que a produção dos engenhos era escoada para Salvador, com quem mantinha intensa relação. A diversificação de sua economia passava do açúcar, indo ao alento do fumo. Conforme Santos (2007) a economia açucareira foi de grande importância para o povoamento do Paraguaçu, configuradas nos antigos engenhos erguidos na região.

A abrangência conferida à Cachoeira nesse período, fez com que a vila atraísse cada vez mais pessoas surgindo a necessidade de se construir a primeira Câmara, que passou a funcionar junto com a cadeia (Figura 10). Com o crescimento do número de fiéis, iniciou-se, em 1702, a construção da Igreja da Ordem Terceira do Carmo (Figura 11).

Figura 10 – Casa de Câmara e Cadeia



Fonte: Cordeiro (2002).

Figura 11 – Igreja e Conjunto do Carmo



Fonte: Cordeiro (2002).

Seus filhos considerados ilustres pela historiografia local são um capítulo à parte na história da cidade heroica, como Ana Néri - enfermeira chamada de "mãe dos brasileiros" por sua nobre atuação na Guerra do Paraguai, André Rebouças - engenheiro e abolicionista, Augusto Teixeira de Freitas - jurista, Castro Alves - um dos maiores escritores brasileiros, nascido em Curalinho (na época pertencente à Comarca da Cachoeira), Ernesto Simões Filho - fundador do Jornal "A Tarde" e Manoel Tranquilino Bastos - maestro e instrumentista (QUEIROZ; SOUZA, 2009).

No início do século XIX, além de sua relevância econômica, Cachoeira assume importância também na política do país. A sociedade cachoeirana apresentou grande influência nas decisões administrativas do Brasil, participando ativamente das guerras pela Independência em 1821, constituindo a Junta de Defesa.

A Junta Conciliatória e de Defesa foi uma entidade constituída para governar a cidade, sendo estabelecida em sessão permanente, recebendo a adesão de muitas pessoas. Dentre esses brasileiros, destacavam-se Rodrigo Antônio Falcão Brandão, depois feito primeiro barão de Belém, e Maria Quitéria de Jesus, heroína da Independência que, por seus atos de bravura vestida de homem e integrando as tropas em defesa da pátria, participa do combate e é condecorada como 1º Cadete.

A batalha ocorrida no dia 25 de junho de 1822 (Figura 12) marca o início do combate pela independência do Brasil na então Vila do Rosário do Porto de Cachoeira. Por

esta notada participação nas insurgências contra a Coroa portuguesa, Cachoeira é a 2ª capital da Bahia, por força da Lei Estadual n.º 10.695/07 (ver Anexo D). Todos os anos, no dia 25 de junho, o governo estadual é transferido para esta cidade, num reconhecimento histórico, pelos feitos da mesma ao Brasil.

Figura 12 – "Primeiro Passo Para a Independência"²¹ - Óleo sobre tela – Antônio Parreiras (1928) - Palácio Rio Branco, Salvador Bahia



Fonte: Vapor de Cachoeira, 2011. Foto Reprodução: Josué Ribeiro.

Sua valiosa participação nas lutas pela Independência teve o reconhecimento do Imperador D. Pedro I, que em retribuição visitou a Vila em 1826, quatro anos depois do Brasil ser declarado independente do domínio português.

Dessa forma, motivado pela liderança adquirida pela Vila de Cachoeira em variados setores, o presidente da província, Francisco de Souza Paraíso sanciona a Lei Nº 43, em 13 de março de 1873, elevando a Vila de Nossa Senhora do Porto de Cachoeira, à categoria de cidade. A data é comemorada até hoje fazendo parte do calendário oficial de eventos como uma das principais festas do município. Por este motivo, a já cidade de

²¹ A mais célebre imagem que retrata a epopeia da guerra pela Independência do Brasil, pintada por Antônio Parreiras (1860-1937) - após passar uma temporada em Cachoeira no ano de 1928 - é a que sintetiza, em uma única cena, os acontecimentos do dia 25 de Junho de 1822, quando a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira foi bombardeada por tropas portuguesas após aclamar o Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara. O episódio deflagrou a guerra pela independência do Brasil, somente consolidada em 2 de Julho de 1823 (VAPOR DE CACHOEIRA, 2011.).

Cachoeira recebeu também a visita do imperador D. Pedro II, reafirmando sua importância para a economia e política do país, o que a conferiu os status de cidade histórica e heroica.

A economia da cidade entra num ligeiro declínio, reestabelecendo-se no início do século XX, com empresas da indústria do fumo que se instalaram na região, revitalizando a comunidade local. Em especial deve-se destacar a Suerdieck Bahia²², filial de uma empresa alemã que, além disso, levou o nome da Bahia para o restante do Brasil e boa parte do mundo.

O dinamismo alcançado por Cachoeira decorrente do movimento de pessoas e mercadorias levou a construção do primeiro cais em inícios do século XVIII. Contudo, mesmo este equipamento podendo ser um potencializador da sua já eufórica atividade comercial, para o embarque e desembarque de pessoas e mercadorias, a sua conclusão só ocorreu no século XX, atendendo a um pleito político. Neste período a economia do Recôncavo já dava sinais de desaquecimento e um grupo de fatores levou novamente Cachoeira a um longo período de decadência econômica.

A esse respeito, é importante destacar consequências da Segunda Guerra Mundial em 1947, que levaram prejuízos a cultura do fumo na cidade, pois as principais fábricas que ali se instalaram, eram de origem alemã e com a derrota desse país para as forças aliadas, essa economia, que estava diretamente ligada a Alemanha, teve uma acentuada recessão. Grande parte da população cachoeirana era empregada por estas fábricas e com a falência de muitas, o índice de desemprego aumentou consideravelmente (QUEIROZ; SOUZA, 2009).

No ano seguinte, desastres naturais, com as cheias do rio Paraguaçu (Figuras 13 e 14), voltam a prejudicar o cotidiano dos cachoeiranos. Os anos de 1960 e 1964 também foram dolorosos para a população, que perdia seus bens em novas cheias do Paraguaçu. Por este motivo, o comércio da região foi minguando e investidores não se arriscavam mais em novos

²² Em Cachoeira, muitas das conquistas do patrimônio artístico e histórico nacional começaram no século XIX. Em 1842, por exemplo, o português Francisco Jose Cardoso, que se dedicava a exportação de fumo para as fábricas europeias, lançou os charutos Juventude. Eles eram produzidos numa fábrica instalada nos fundos de seu armazém, em São Félix, no Vale do Paraguaçu. Daí em diante foram muitos reconhecimentos e importantes repercussões para a divulgação da Bahia, obtendo dois prêmios internacionais. O fato é que “as portas” da Europa se abriram para os charutos baianos, a partir de então, famosos. A Bahia, por consequência, recebe o título de grande produtora de charutos, competindo com igualdade com os célebres cubanos. Porém, o marco para a consolidação da produção de charutos foi em 1905 com a fábrica Suerdieck. O criador alemão Suerdieck sabendo do nome da Bahia nesse cenário, adotou o nome “Suerdieck Bahia” nos anéis dos charutos, o que facilitava sua associação com a Bahia. A fábrica que já existia desde 1892 na Alemanha, em 1905 passa a aportar em Cachoeira, onde se estabeleceu, mas também atuou em outras cidades do Recôncavo. Isso foi importante para a geração de empregos em Cachoeira, chegando a registrar 4.500 pessoas atuando na atividade, muitas conhecidas como “exército” de charuteiras (PORTO FILHO, 2006).

empreendimentos na localidade pela constante ameaça de alagamento (QUEIROZ; SOUZA, 2009).

Figura 13 – Vista aérea de Cachoeira em época de enchente do rio Paraguaçu



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público Municipal de São Félix (S/D).

Figura 14 – Centro de Cachoeira em época de enchente do rio Paraguaçu



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público Municipal de São Félix (S/D).

Outro ponto crucial para a crise que existia em Cachoeira foi o novo sistema de transporte do Brasil, implementado no governo do presidente, Juscelino Kubitschek, vigente no período de 1956 a 1961. Surgiram as rodovias em detrimento dos modais ferroviário e

hidroviário, que até então garantiam a Cachoeira a posição de entreposto comercial (QUEIROZ; SOUZA, 2009).

Imersa numa profunda crise nos anos que sucederam-se, Cachoeira teve uma possibilidade de se reerguer proveniente de fatores relacionados com a promoção turística de um dos seus mais tradicionais atrativos culturais: a festividade que celebra o São João.

4.2 FESTEJOS JUNINOS: ORIGEM E SUAS FORMAS DE EXPRESSÃO

Antes de apresentar como se deu o processo de espetacularização de um tradicional e peculiar festejo típico, faz-se necessário compreender as origens dessa festa tão apreciada pelos brasileiros, sobretudo os nordestinos. Devido às características típicas desta região, a maioria das cidades de quase todos os estados comemoram este evento.

As festas juninas têm o poder de reavivar velhas tradições, reforçar laços de origem e recriar no presente a caminhada dos antepassados, visto que é um momento em que a família se reúne, crianças brincam nas ruas soltando fogos de artifício, residências são decoradas e a típica comida é preparada com fartura para receber os amigos e parentes. Consagrou-se assim num evento com alto índice de atratividade e de geração de empregos, que propicia crescimento da região onde ela ocorre, já que a visitação às localidades que promovem grandes festas aumenta consideravelmente, dando um novo fôlego à sua economia.

Baseado na caracterização apresentada por Rangel (2008) acerca do surgimento da comemoração dos festejos juninos, destaca-se, inicialmente, a apropriação do povo brasileiro pelas festas de cunho católico, sobretudo Natal, Páscoa e São João. As comemorações de São João, festejada no dia 24 de junho, faz parte de um ciclo festivo que passou a ser conhecido como festas juninas e homenageia, além desse, outros santos reverenciados em junho: Santo Antônio (dia 13) e São Pedro e São Paulo (dia 29).

A origem dessas festividades remonta a um tempo muito antigo, anterior ao surgimento da era cristã. De acordo com o livro *O Ramo de Ouro*, de sir James George Frazer (1978, apud RANGEL, 2008), o mês de junho, tempo do solstício de verão²³ no Hemisfério Norte, era a época do ano em que diversos povos antigos faziam rituais de evocação de

²³ No dia 21 ou 22 de junho o Sol, ao meio-dia, atinge seu ponto mais alto no céu; esse é o dia mais longo e a noite mais curta do ano.

fertilidade para estimular o crescimento da vegetação, promover a fartura nas colheitas e trazer chuvas.

Das tradições estudadas por Frazer (1978, apud RANGEL, 2008) destacam-se os ritos celebrados nas terras do Mediterrâneo oriental (Egito, Síria, Grécia, Babilônia) com o objetivo de regular as estações do ano, especialmente a passagem da primavera para o verão, que sela a superação do inverno.

Todo esse processo tem relação com a periodicidade natural do ciclo vegetativo. Todos os anos, as plantas passam por um processo de transformação: no outono, as folhas mudam de cor, tornando-se amareladas e murchas; no inverno, elas caem e deixam a planta sem folhas até que chega a primavera. O sol então começa a brilhar com mais intensidade e a vegetação renasce, brota e floresce para oferecer as sementes do novo ciclo, cujos frutos estarão maduros no verão.

No Hemisfério Norte, há uma linearidade bem demarcada desse processo, enquanto que na região equatorial e nas tropicais do Hemisfério Sul, o movimento cíclico alterna os períodos de chuva e de estiagem, mas ainda assim o ciclo vegetativo não apresenta grandes mudanças. Nesse contexto, o que ocorre com a natureza é algo semelhante à saga de Tamuz e Adônis, que submergem do mundo subterrâneo e retornam todos os anos para viver com suas amadas Istar e Afrodite e com elas fertilizar a vida.

O desenvolvimento de técnicas agrícolas para sua alimentação desfrutando do ciclo da natureza, bem como a caça, a pesca e a coleta, representa o conjunto das atividades produtivas que tornaram possível a adaptação da espécie humana em todas as regiões do planeta, mas foi a produção de grãos e a domesticação de animais que ampliaram essa capacidade adaptativa.

Imitando o ciclo anual da natureza, o homem descobriu as sementes que podia guardar a cada colheita e replantar no ano seguinte, quando seriam fertilizadas pela incidência solar e irrigadas pelas chuvas. As sementes dos grãos germinam e crescem. O homem colhe, debulha, seca e tritura os grãos para que eles se tornem seu alimento. (RANGEL, 2008, p. 15).

Dessa forma o imaginário popular baseando-se em crenças espiritualistas, cria os rituais de invocação de fertilidade para ajudar o crescimento das plantas e gerar uma boa colheita. Tais ritos da época clássica perduraram através dos tempos e o cristianismo os incorporou nos festejos em homenagem aos santos comemorados no mês de junho.

O mês de junho era consagrado à Deusa Juno²⁴ e no seu transcorrer era celebrada a sua festa. As festas “juninas” com fogueiras, queima de fogos, espetáculos pirotécnicos, comidas típicas, casamentos e danças, assemelham-se à festa pagã do passado clássico. Na era cristã, mesmo considerada pagã, a Igreja Católica adaptou os festejos às comemorações do dia de São João, nascido em 24 de junho (MOURA, 2001; RANGEL, 2008).

Frazer (1978, apud. RANGEL, 2008), conta que, no início do século XX, na Sardenha, os jardins de Adônis ainda eram plantados na festa do solstício de verão, que lá tem o nome de festa de São João:

No final de março ou 1º de abril, um jovem da aldeia se apresenta a uma moça, pede-lhe para ser a sua comare (comadre ou namorada) e oferece-se para ser o seu compare. O convite é considerado como honra pela família da moça e aceito com satisfação. No fim de maio, a moça faz um vaso com a casca de um sobreiro, enche-o de terra e nele semeia um punhado de trigo e cevada. Como o vaso é colocado ao sol e regado com frequência, os grãos brotam com rapidez e, na véspera do solstício (véspera de São João, 23 de junho), já está bem desenvolvido [...] . No dia de São João, o rapaz e a moça, vestidos com suas melhores roupas, acompanhados por uma grande comitiva e precedidos de crianças que correm e brincam, vão em procissão até uma igreja da aldeia. Ali quebram o vaso, lançando-o contra a porta do templo. Sentam-se em seguida em círculo na grama e comem ovos e verduras ao som da música de flautas. O vinho é misturado numa taça servida a todos, que dela vão bebendo, passando-a adiante. Em seguida dão-se as mãos e cantam ‘Namorados de São João’ (Compare e comare di San Giovanni) várias vezes, enquanto as flautas tocam durante todo o tempo. Quando se cansam de cantar, levantam-se e dançam alegremente em círculo até a noite”. (FRAZER, 1978, p. 133, apud RANGEL, 2008, p. 19).

Sendo assim, o episódio relatado seria no Brasil considerado como o “Casamento na Roça”, traduzido para a realidade local, onde o noivo, geralmente embriagado, é obrigado a contrair matrimônio pelo bravo pai da noiva.

Também perdura nos dias atuais, desde os tempos antigos, o costume de acender fogueiras e tochas, que devem livrar as plantas e colheitas dos espíritos maus que podem impedir a fertilidade.

No Brasil, os primeiros indícios de festa junina, datam da época da colonização, quando os portugueses trouxeram esta festa da Europa. Em Portugal, adaptando-se a cultura local, foi incluída a festa de Santo Antônio de Lisboa ou de Pádua, em 13 de junho. A tradição

²⁴ Antes de o cristianismo dominar a Europa, as festas juninas comemoravam a deusa Juno, mulher de Júpiter, que fazia parte do panteão do Império Romano. Para diferenciar as festas de Juno da festa de João, a Igreja Católica passou a chamá-las 'joaninas'. Com o tempo, as festas joaninas, realizadas em junho, acabaram sendo mais conhecidas como 'juninas'. (SÃO PAULO – Estado, 1998).

cristã completou o ciclo com os festejos de São Pedro e São Paulo, ambos apóstolos da maior importância, homenageados em 29 de junho.

Desde o início da colonização em 1500, as festas de São João já eram o centro das comemorações de junho. Alguns cronistas contam que os jesuítas acendiam fogueiras e tochas em junho, provocando grande atração sobre os indígenas.

A relação no Brasil com o solstício de verão no Hemisfério Norte, é apresentada por Rangel (2008, p. 21) da seguinte forma:

Mesmo que no Brasil essa época marcasse o início do inverno, ela coincidia com a realização dos rituais mais importantes para os povos que aqui viviam, referentes à preparação dos novos plantios e às colheitas. O período que vai de junho a setembro é a época da seca em muitas regiões do Brasil, quando os rios estão baixos e o solo pronto para enfrentar o plantio. Derruba-se a mata, queimam-se as ramagens para limpar o terreno, que é adubado com as cinzas, e a seguir começa o plantio.

Todo período é dotado de rituais, como festas que congregam as comunidades indígenas em danças, cantos, rezas e muita fartura de comida. Deve-se agradecer a abundância, reforçar os laços de parentesco (as festas são uma ótima ocasião para alianças matrimoniais), reverenciar as divindades aliadas e rezar forte para que os espíritos malignos não impeçam a fertilidade. O ato de atear fogo para limpar o mato, além de fertilizar o solo, serve principalmente para afastar esses espíritos malignos.

Houve, portanto, certa coincidência entre o propósito católico de atrair os índios ao convívio missionário catequético e as práticas rituais indígenas, simbolizadas pelas fogueiras de São João. Talvez seja por causa disso que os festejos juninos tenham tomado as proporções e a importância que adquiriram no calendário das festas brasileiras. (RANGEL, 2008, p. 22).

Não por acaso a maioria das comidas típicas são à base de milho, pois no Brasil coincide com a época da colheita deste cereal, sendo este um dos produtos agrícolas genuinamente locais, além do amendoim, a batata-doce e a mandioca, todos cultivados pela população indígena, tornando-se a base da alimentação dos brasileiros, em especial dos nordestinos. Os portugueses trouxeram a tecnologia, como o forno de fazer farinha, os costumes, modo de preparo dos pratos e temperos variados, que provocaram mudanças no processamento desses produtos. Hoje eles constituem o cardápio básico das festas juninas, acrescentando-se produtos regionais como o pinhão, as castanha-de-caju e a do Pará.

Rangel conta ainda que as músicas típicas das festas juninas podem ser apenas cantadas ou também dançadas. Até hoje muitas são compostas especialmente pelos nordestinos, e formam o repertório do forró²⁵, que se transformou em baile realizado não apenas no período junino.

Entre os compositores e cantores mais famosos, destaca-se o pernambucano Luiz Gonzaga. Algumas estrofes de suas músicas são conhecidas de todos os brasileiros, como as de “São João do Carneirinho” em parceria com Guio de Moraes de 1962, que, inclusive, faz referência a importância da colheita no período junino e a relação dos “santos do mês” no sucesso da safra:

Eu “prantei” meu milho todo no dia de São José
 Se me ajuda a “providência”, vamos ter milho à grané
 Vou "coiê" pelos meus "caico"
 20 espiga em cada pé
 Pelos "caico" eu vou "coiê"
 20 espiga em cada pé
 Ai São João, São João do Carneirinho
 Você é tão bonzinho
 Fale com São José, fale lá com São José
 Peça pra Ele me ajudar
 Peça pra meu milho dá
 20 espiga em cada pé.

O “Santo João”

Primo de Jesus Cristo, João Batista nasceu no dia 24 de junho, e morreu em 29 de agosto do ano 31 d.C., na Palestina, degolado por ordem de Herodes Antipas a pedido de sua enteada Salomé, pois a pregação do filho de Santa Isabel e São Zacarias incomodava a moral da época. Às margens do rio Jordão, antes mesmo de Jesus, João Batista já pregava publicamente. Ele instituiu, pela prática de purificação através da imersão na água, o batismo, tendo inclusive batizado o próprio Cristo nas águas desse rio.

São João é o santo mais festejado dentre os santos de junho, inclusive um dos poucos que tem sua data comemorativa a do seu nascimento. O dia 23 de junho, véspera do

²⁵ É uma festa popular brasileira, de origem nordestina e reconhecida como dança. Também conhecida por arrasta-pé, bate-chinela, fobó, forrobodó. No forró, vários ritmos musicais dessa região, como baião, quadrilha, xaxado, que tem influências holandesas e o xote, que veio de Portugal, são tocados, tradicionalmente, por trios, compostos de um sanfoneiro, um zabumbeiro e um tocador de triângulo. [...] O forró, tem sua origem explicada também nos bailes que os chamados “gringos” (estrangeiro) radicados no Nordeste do país, promoviam “for all”, ou seja, “para todos” no idioma inglês, nos quais era permitida a presença da população local. De “for all” para “forró” teria sido uma passagem natural (CASCUDO, 2001, p.23 e 249 – 250).

seu nascimento, marca o início dos festejos. Ao santo foi conferida a homenagem de nomear o mês (junho: mês de São João) e também pelo hábito de se chamar “joaninas” as festas realizadas no decurso dos seus trinta dias. Porém, entre os santos do mês, a nível nacional dentro do catolicismo, Santo Antônio é o de maior destaque.

São João é muito querido e seu dia é festejado com fogos de artifício, tiros e balões coloridos. Acende-se uma fogueira à porta de cada casa para lembrar a fogueira que Santa Isabel acendeu para avisar Nossa Senhora do nascimento do seu filho. Também com esta finalidade, a mãe de João Batista mandou erguer um mastro com um boneco no seu topo.

A representação do mastro na atualidade serve de ponto de saída das típicas bandeirolas juninas, colorindo a festa e sustentam em sua ponta bandeiras com imagens dos Santos do mês, que são apresentados com o seguinte perfil:

Santo Antônio é representado como um homem de meia-idade que segura o menino Jesus nos braços; São João é uma criança de cabelos encaracolados que tem um carneirinho no colo, simbolizando Jesus Cristo, apontado por São João Batista como o verdadeiro Cordeiro de Deus; São Pedro aparece na bandeira como uma pessoa idosa que tem nas mãos as chaves do céu. (RANGEL, 2008, p. 34).

Ao pai de João Batista é conferida outra tradição da festa junina muito apreciada pelas crianças, o costume das bombinhas:

São João, segundo a tradição, adormece no seu dia, pois se estivesse acordado vendo as fogueiras que são acesas para homenageá-lo não resistiria: desceria à Terra e ela correria o risco de incendiar-se [...]. Antes de São João nascer, seu pai, São Zacarias, andava muito triste por não ter filhos. Certa vez, um anjo de asas coloridas, envolto em uma luz misteriosa, apareceu à frente de Zacarias e anunciou que ele seria pai. A alegria de Zacarias foi tão grande que ele perdeu a voz desse momento em diante. No dia do nascimento do filho, perguntaram a Zacarias como a criança se chamaria. Fazendo um grande esforço, ele respondeu “João” e a partir daí recuperou a voz. Todos fizeram um barulhão enorme. Foram vivas para todos os lados. (RANGEL, 2008, p. 34 - 35).

Apoiada em muitas das tradições que foram transmitidas e incorporadas de todas essas origens, a festa junina de Cachoeira tornou-se um marco para a cidade, principalmente pelo seu caráter popular e com o diferencial de contar com elementos únicos dessa região como o Samba de Roda e a Feira do Porto.

4.3 SÃO JOÃO DE CACHOEIRA SOB A PERSPECTIVA DO TURISMO

Após sofrer consecutivos abalos em sua economia, a perspectiva de um futuro promissor em Cachoeira passou a ser vislumbrado no final da década de 1960 com o investimento em uma nova atividade econômica, onde no governo Luiz Viana Filho²⁶ começava-se na Bahia o desenvolvimento do turismo. No início da década de 1970 foi concluído o Plano de Turismo do Recôncavo (PTR), proposição do então *Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER)*²⁷. Ele se configurava como o primeiro Plano desenvolvido, exclusivamente, para o setor turístico. Assim como o Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (PLANDEB)²⁸, o PTR também contou com a coordenação do economista baiano Rômulo Barreto de Almeida²⁹.

Só em 1971 - e a partir da missão organizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), integrado por técnicos do *Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (Ilpes)*, da Sudene e do BNB que, ao lado de sugerir a criação do *Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (Conder)*, incluiu o turismo entre as atividades consideradas básicas para a região, pelo que deveria ser realizado um estudo e elaborado um plano, que foi concluído em 1971: o *Plano de Turismo do Recôncavo*, documento básico para a ação do governo estadual até os dias presentes – é que se estabelecer uma estrutura sistemática para implementar uma política de turismo. A lei n. 2.930, de 11.05.1971, criou o Conselho Estadual de Turismo (CETUR) e a Coordenação de Fomento ao Turismo (CFT), vinculando-os ao sistema SIC. (SPINOLA, 2009, p. 364, 365).

O plano tinha o objetivo de estabelecer uma política com ações governamentais de desenvolvimento do turismo na Bahia, específica para a região do Recôncavo, abrangendo cerca de 40 municípios, contemplando dentre estes a cidade de Cachoeira (ver Anexo E com cópias da versão original do PTR). Ao analisar o PTR, é possível perceber o interesse desta iniciativa em priorizar a formulação de uma política geral de preservação da paisagem e de valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural no momento de delimitação da área de

²⁶ Luís Viana Filho (Paris, 28 de março de 1908 — São Paulo, 5 de junho de 1990) foi um advogado, professor, historiador, jornalista e político brasileiro. Se elegeu deputado federal pela primeira vez em 1934, sendo afastado em razão do golpe do Estado Novo. Um dos fundadores do PSD, reelege-se para o mesmo cargo, após o fim da Era Vargas, em 1945, em sucessivos mandatos até 1966, quando é eleito indiretamente governador do estado da Bahia, com mandato entre 1967 a 1971. Se elegeu senador por duas vezes, tendo integrado ainda o PDS e o PMDB.

²⁷ Neste período, o termo CONDER tinha este significado. Atualmente a sigla representa a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, vinculada a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

²⁸ O Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (PLANDEB) significou mais do que um plano. Representou um amplo projeto para a Bahia, cuja ambição consistia na promoção do seu desenvolvimento econômico e social, com propostas que extrapolavam a simples duração de um mandato governamental e com um escopo bastante avançado para uma sociedade atrasada, conservadora, ignorante e reacionária, como era a baiana daquele tempo (SPINOLA, 2009, p. 28).

²⁹ Rômulo Barreto de Almeida foi um dos maiores economistas do Brasil. Liderou a criação do Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (PLANDEB) na *Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE)*, no governo de Antonio Balbino de Carvalho Filho (SPINOLA, 2009).

ação turística. Basta que se perceba a existência de um Zoneamento Turístico e de um Planejamento Físico detalhado, para a época (BAHIA, 1971).

Neste período o governo do Estado buscava trazer para a Bahia investidores que pudessem melhorar a infraestrutura e a renda, ajudando no desenvolvimento local e na disponibilização de serviços mais especializados. Para tanto se buscou iniciar uma política de incentivos fiscais.

Houve uma preocupação para o desenvolvimento do setor de serviços e equipamentos turísticos, com treinamento e formação de recursos humanos, de modo a preparar a Bahia para receber o fluxo de turistas que seria gerado a partir de uma ação promocional em escala nacional e internacional. (BAHIA, 2013, p.1).

Não se buscava somente um benefício econômico, mas um valor agregado que acrescentasse benefícios sociais, educativos, esportivos, de saúde etc. O turismo deveria ser um fator de esperança para as economias frágeis. Mas não se buscou um grande rompimento com a estrutura de gestão conservadora, já que tratava da gestão de Antônio Carlos Magalhães³⁰, que buscava não se afastar das diretrizes iniciais: “construção de um ideário político baseado na modernização conservadora com a participação das camadas médias baianas, não afetando os interesses tradicionais locais, em especial à elite soteropolitana e do Recôncavo Baiano” (FERREIRA; DANTAS, 2013).

Enquanto antes desse plano buscou-se criar uma identidade cultural para o Recôncavo, após o plano, buscou-se consolidar o planejamento, a implementação de uma infraestrutura, a promoção e mesmo o incremento do parque hoteleiro.

Aliado a isso e ao fato de Cachoeira ser detentora de um vasto acervo arquitetônico, sobretudo no estilo barroco, destacando o Convento do Carmo, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário e alguns sobrados, é possível comprovar tais interesses no trecho abaixo, em que os estudiosos que desenvolveram o Plano versam sobre o patrimônio histórico e artístico de Cachoeira:

O acervo excepcional de monumentos histórico e artísticos de Salvador e do resto do Recôncavo, notadamente Cachoeira, constitui-se pela originalidade e valor cultural, o mais importante patrimônio de impacto turístico da Bahia, tendo em vista tanto o turismo nacional quanto o internacional.

³⁰ Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (Salvador, 4 de setembro de 1927 — São Paulo, 20 de julho de 2007) foi um médico, empresário e político brasileiro com base eleitoral na Bahia, estado que governou por três vezes (duas vezes foi nomeado pelo Regime Militar Brasileiro), além de ter sido eleito senador em 1994 e em 2002. Egresso da UDN, ARENA e PDS, teve o PFL/DEM como sua última agremiação partidária. Era conhecido pelo acrônimo ACM.

O presente estudo considera a valorização e conservação *dêsse* patrimônio como uma exigência prioritária, diante do que representa como testemunho da cultura baiana, além do valor artístico e econômico que encerra. Assim, as indicações que se seguem, são dirigidas, sobretudo, no sentido de mostrar a seriedade com que deve ser focado o assunto, visando considerar o turismo como uma forma de conciliar a necessidade urgente de preservação dos monumentos com seu aproveitamento imediato, sem que isto, por hipótese alguma, possa significar a diminuição do seu valor intrínseco. (BAHIA, 1971, s.p.).

Dessa forma, culminou-se, na interferência do IPHAN, que também detectou essas características e no ano de 1971 nomeou a cidade de Cachoeira como Monumento Nacional pelo Decreto Lei nº 68.045, de 13 de janeiro (Anexo C). No documento do seu tombamento, destaca-se o conjunto arquitetônico e paisagístico. O destaque observado no Artigo 5º do referido Decreto atesta a estreita relação entre o tombamento de Cachoeira e o incentivo da atividade turística na cidade:

Art. 5º. O Ministério da Indústria e do Comércio, pelo Conselho Nacional de Turismo e pela EMBRATUR, elaborará, em colaboração com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e os órgãos competentes do Estado e do Município, um plano adequado para incrementar o turismo, em benefício do Monumento Nacional de Cachoeira. (BRASIL, 1971).

Além da cidade histórica de Cachoeira ter sido tombada como Monumento Nacional pelo seu conjunto paisagístico e arquitetônico, existem mais 31 (trinta e uma) ocorrências de tombamento com referência direta a edificações, ruínas, locais históricos, monumentos e objetos nos Livros do Tombo (Arquivo Noronha Santos) do IPHAN³¹. Estas citações estão distribuídas entre todas as categorias do Livro do Tombo do IPHAN, a saber: Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro Histórico; Livro das Belas Artes; e Livro das Artes Aplicadas (IPHAN, 2014).

A cidade de Cachoeira se constitui no segundo mais importante conjunto arquitetônico do estado da Bahia notabilizado pela sua diversidade e potencializado esteticamente pela sua localização geográfica, ou seja, ao patrimônio cultural edificado soma-se o patrimônio natural do entorno. Neste quadro material, destaca-se uma miríade de manifestações culturais festivas e religiosas conhecidas internacionalmente como a festa de Nossa Senhora da Boa Morte, de projeção regional, nacional e global e a festa junina urbana em sua orla fluvial. Esses eventos culturais se constituem no espaço-tempo de maior visibilidade para importantes manifestações culturais locais/regionais, como o Samba de Roda, tombado como Patrimônio Imaterial Brasileiro em 2004, e em 2005 inscrito na Relação das Obras-

³¹ Os registros de todas as ocorrências de tombamento pelo IPHAN em Cachoeira podem ser observados no Anexo F.

Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. (CASTRO, 2012, p. 161).

Nesse momento, é importante traçar um paralelo entre os fatos históricos que começam a se inter-relacionar e servir de subsídio para análise da Festa de São João da Feira do Porto de Cachoeira. Portanto, também motivado pela política de fomento ao turismo do governo Luiz Viana Filho, surge em 1968 a então *Hotéis de Turismo da Bahia S.A. (Bahiatursa)*, primeiro nome do órgão que nasceu com o objetivo de construir e estimular a construção de meios de hospedagem na Bahia.

No ano de 1971, no governo Antônio Carlos Magalhães, o turismo inicia a integração nas metas prioritárias de governo. Foi criado o *Conselho Estadual de Turismo (CET)* e a *Coordenação de Fomento ao Turismo (CETUR)*. Esses dois novos órgãos, assim com a *Bahiatursa* em 1973, passaram a integrar a então *Secretaria de Industria e Comercio (SIC)*.

A Bahiatursa passou a se chamar Empresa de Turismo S.A. atendendo a uma das diretrizes do citado PTR, considerado uma das primeiras iniciativas para o turismo, como atividade sistematizada e organizada com finalidades e objetivos bem definidos que possibilite a atração de investimento para o setor. Isto foi necessário para que a Bahiatursa passasse a ser o órgão executor da política estadual de turismo, ampliando seus objetivos e seu grau de abrangência (PORTO FILHO, 2006; BENI, 1997). Com novos interesses voltados para o turismo, o Estado iniciou uma busca por potenciais destinos turísticos, a fim de diversificar e ampliar as opções oferecidas aos turistas.

Cachoeira, que passava por um período de crise resultado da falência das suas fábricas de charuto por conta da Segunda Guerra Mundial; das enchentes que eram comuns no período de cheias do rio Paraguaçu e da reforma no sistema de transporte com o advento das rodovias em detrimento do setor ferroviário e hidroviário, foi muito favorecida por essa nova perspectiva do Estado, demonstrando interesse no Recôncavo Baiano.

Por outro lado, não foi só a história presente no seu acervo arquitetônico, que atraiu o interesse do Estado: a densa cultura local, com suas tradições e festas espontâneas também chamaram atenção e participaram desse processo de apropriação dos elementos do patrimônio cultural cachoeirano pelo Estado.

4.3.1 Década de 1970: o encontro entre o São João de Cachoeira e a gestão turística na Bahia

O São João de Cachoeira sempre foi marcado pela espontaneidade repassada entre gerações. Seguindo preceitos católicos e pagãos, os preparativos tinham início no dia 22 de junho, data que marcava uma edição especial da Feira do Cais do Porto de Cachoeira. Esta Feira acontecia tradicionalmente toda sexta-feira na beira do rio Paraguaçu há mais de 200 anos. O dia oficial de feira na cidade era o sábado e acontecia em outro local. Porém, quem queria economizar, ficava as margens do rio Paraguaçu no dia anterior esperando os saveiros que traziam as mercadorias, e por não ter atravessadores, compravam os produtos mais baratos.

Como os festejos juninos sempre tiveram muita tradição na cidade, convencionou-se que na antevéspera do São João haveria a Feira do Porto com os produtos típicos do período, como milho, amendoim, cana-mirim (Figura 15), laranja de umbigo, aipim e seus derivados, jenipapo, tamarindo e dos bolos de folha moída da tradicional maniçoba³² preparada naquela época. Neste dia a euforia era tanta que a Feira invadia a madrugada e só acabava na manhã do dia 23, onde as famílias realizavam os preparativos dos quitutes característicos (Figura 16) que compõem a memória afetiva e gastronômica do local, como milho e amendoins cozido, canjica, doce de jenipapo, maniçoba, pé-de-moleque, paçoca e os diversos bolos, como de laranja, milho, aipim e carimã.

Figura 15 – Feira de cana-mirim

³² Prato preparado com folhas novas de mandioca, batidas, espremidas, em seguida cozidas com toucinho, carne de porco, mocotó e temperos. Essa folha possui toxinas impróprias para o ser humanos, por isso seu preparo deve ser feito por pessoas que conhecem as técnicas apropriadas para eliminação de tais elementos. Esta iguaria é tipicamente consumida em Cachoeira no período do festejo junino (CASCUDO, 2001, p.357).



Fonte: Cabral e Curvello (2004).

Figura 16 – Ilustração da típica culinária junina



Fonte: Bahia (1980).

Além das comidas, outro preparativo que muitas famílias produziam de forma artesanal durante os meses que antecediam o São João, eram os licores de diversos sabores, sendo os mais populares os de jenipapo, passas, cajá e maracujá.

Todo este banquete ficava a espera dos grupos de vizinhos, amigos e familiares que, seguindo a tradição, passeavam de porta-em-porta questionando se São João havia passado por ali. Desta forma entravam, comiam e bebiam, dançavam o forró pé de serra e partiam para outra casa repetindo o ritual.

As ruas da cidade eram decoradas pelos próprios moradores, cada um tentando deixar a sua mais bonita. Fogueiras iluminavam as portas das casas e serviam de estopim para os fogos de artifícios que as crianças soltavam em comemoração ao nascimento do menino João, além dos jogos e brincadeiras, como quebra pote, pau-de-sebo e trança-fitas³³ (Figura 17). Xote, xaxado e baião, animavam ainda mais a festa e embalavam os concursos de dança junina. Samba de Roda também se fazia presente entre os ritmos do festejo.

Figura 17 – Trança Fitas

³³ Doze fitas coloridas, com cerca de quatro metro cada uma, são amarradas em um mastro central com aproximadamente dois metros e meio de altura. Reúnem-se então doze meninas que conduziram as fitas em uma dança rítmica transformando-as num belo trançado. Cada menina usa o vestido da mesma cor da fita que irá segurar durante a dança e, ao comando da guia, ao som de uma música junina, começam a girar em sentido horário para realizarem simultaneamente o trançado, e em sentido anti-horário para destrançar as fitas.



Fonte: Cabral e Curvello (2004).

Essa descrição permite entender o caráter popular, simples, original e até familiar da expressão cultural da Festa, critérios definidos por Arantes (1984) sobre tais relações. As pessoas reuniam-se com mais afinco para que a cada ano tudo tivesse melhor. O grupo social se reconhecia como parte constituinte daquela festa. Ao analisar esse período, mesmo que na sua maioria por depoimentos e fotos antigas, nota-se uma ação mais lúdica dos grupos para realizar a festa, da confecção da bandeirola até a gastronomia regional.

Logo, é possível afirmar que o São João de Cachoeira tinha um caráter efetivamente popular. Uma festa que deve ser de caráter participativo, com o povo como principal referência de construção e origem do festejo. O objetivo do São João era cumprir uma tradição e percorrer um caminho já traçado e reatualizá-lo num evento que legitimava no presente a sua origem (RIBEIRO; FERREIRA, 2009).

De acordo com Dias (2006), a década de 1970, enquanto a Bahiaturisa investia na cadeia hoteleira de Cachoeira, prefeitura municipal solicita a seu investisse no São João da cidade, aproveitando o momento de interesse do Estado em Cachoeira. Constata-se que a prefeitura passava por problemas financeiros e, além do investimento, solicitou ainda a Bahiaturisa o planejamento, organização, divulgação e execução da festa de São João. Isso aconteceu no ano de 1972 e daí em diante ficou a cargo da Bahiaturisa promover a festa. Foi

por isso que o São João de Cachoeira se tornou o primeiro grande evento promovido pelo órgão oficial de turismo da Bahia.

Existem outras perspectivas sobre como ocorreu o investimento da Bahiatursa no São João de Cachoeira³⁴, a exemplo na iniciativa da Casa Paulo Dias Adorno, fundação local de apoio a cultura que sempre foi vista com maus olhos pela população cachoeirana pela fama de grupo anarquista e de convicções que iam de encontro às “regras morais” da época. Fato foi que diante da evidência que a cidade estava naquela época e das diretrizes governamentais para promoção turística, não foi tão complicado conseguir apoio para o início da espetacularização do São João de Cachoeira.

A festa idealizada pela Bahiatursa buscou ao máximo valorizar as tradições locais, a começar pela Feira do Porto, que não só foi incorporada como elemento da programação, como também nomeou o São João de Cachoeira: Festa de São João da Feira do Porto de Cachoeira. Nos dias 22 e 23 a feira marcava o início da festa, que só terminava no dia 25, data magna da cidade, fazendo referência ao início da luta armada pela Independência do Brasil na Bahia. O festejo teve a intenção de englobar três atrativos: a feira livre dos produtos juninos, a festa popular e o cortejo cívico.

Conforme depoimentos, essa primeira experiência foi muito positiva e é lembrada até hoje com muito entusiasmo pelos moradores mais antigos. A Bahiatursa tentou manter e preservar a tradição sem interferir. Seu papel foi de “reunir” aquilo que fosse tradicional e que acontecia espontaneamente. A festa concentrou-se na margem do rio Paraguaçu (Figura 18), onde foram montadas barracas de palha (Figura 19) para a venda das tradicionais comidas e bebidas típicas junina (Figura 20). Para estimular que os barraqueiros se esmerassem na decoração, foi elaborado um concurso da barraca mais bem decorada. Havia também concurso para eleger a rua com melhor decoração, festival de quadrilha junina e ainda um altar com a imagem de São João Batista na beira do Paraguaçu.

Figura 18 – Artesanato na Feira do Porto. Ao fundo a Cidade de São Félix, a Ponte D. Pedro II e o Rio Paraguaçu

³⁴ Tais perspectivas serão abordadas com base em informações obtidas nas entrevistas com os Srs. Marcelino Gomes de Jesus e Luiz Claudio Dias Nascimento na seção 5.1.1.



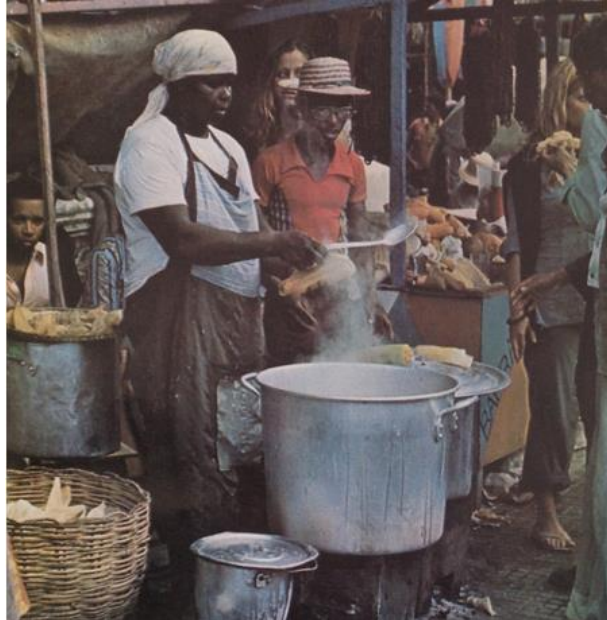
Fonte: Bahia (1980).

Figura 19 – Barracas de Palha do antigo São João em Cachoeira



Fonte: Bahia (1980).

Figura 20 – Barraqueira do São João de Cachoeira preparando seus quitutes juninos



Fonte: Bahia (1980).

No local onde acontecia a feira foi montado um palco (Figura 21) para atrações de renome da época como Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro e Quinteto Violado. Tocaram também grupos típicos da região e os grupos de Samba de Roda. Foi nessa época que surgiu o Samba de D. Dalva, um dos mais famosos Sambas de Cachoeira. Este Samba é formado por mulheres que trabalhavam na fábrica de charuto Suerdieck. Elas escapavam muitas vezes do serviço para fazer samba escondido dos patrões. Com a intervenção da Bahiatursa no São João, surgiu o convite para elas se apresentarem durante a festa. Numa tentativa de não ter problemas com a empresa onde trabalhavam, batizaram o grupo com o nome da fábrica: Samba de Roda Suerdieck – Dona Dalva Damiana.

Figura 21 – Palco montado a beira do Rio Paraguaçu para apresentações da programação da Festa



Fonte: Bahia (1980).

Com o passar do tempo, a Festa de São João da Feira do Porto de Cachoeira tornou-se uma atração capaz de transformar a dinâmica da cidade. Ela passou a receber muitos visitantes que contribuíam para a movimentação da economia local e em contrapartida outras consequências provenientes dessa nova dinâmica foram se estabelecendo, como a modificação da essência da Festa.

Outro fator resultante das transformações sofridas na comemoração junina, dado o pioneirismo de Cachoeira foi o despertar do interesse de cidades do interior baiano em também promover seus festejos juninos tal qual a Feira do Porto. Esse “*case de sucesso*” repercutiu e foi inspirador para outras localidades. Bons exemplos vêm de cidades vizinhas, como Amargosa e Cruz das Almas, que não tem grande relevância em tradições culturais. No caso de Amargosa, o São João é um evento isolado, pontual no calendário cultural local, apresentando tênue interface com alguns folguedos³⁵ residuais. Já Cruz das Almas passou a apresentar uma festa junina reinventada pelos gestores públicos com o objetivo de atrair turistas para a cidade neste período, investindo na pirotecnia lúdica com a Guerra de Espada³⁶. Assim, estas cidades potencializaram seus festejos juninos (CASTRO, 2010).

A Bahiaturisa, sendo o órgão estadual e já tendo um precedente, foi acionada por outras cidades para patrocinar a promoção dos seus eventos juninos. Ao longo do tempo, estes pedidos só fizeram aumentar, fazendo com que a Bahiaturisa distribuísse seus recursos. De acordo com depoimentos dados pelos representantes do governo estadual e municipal, o órgão oficial de turismo do Estado percebeu que já era tempo do poder público local de Cachoeira adquirir maior responsabilidade pelo São João da Feira do Porto, evento já consagrado no calendário da cidade.

Constata-se, através dos depoimentos e pesquisa nos arquivos públicos de Cachoeira e São Félix em jornais publicados na época, que a Bahiaturisa respeitou a tradição do lugar e manteve as origens naturais da festa, dando apenas um caráter mais organizado ao evento. De acordo com o projeto inicial, a Bahiaturisa ficaria a frente da organização do São João por 5 anos. Mas esse prazo se estendeu por mais 5 anos, finalizando sua participação como principal organizadora da festa no início da década de 1980. Porém, ao longo desta

³⁵ São “manifestações folclóricas que reúne as seguintes características: letra, música, coreografia e temática (CASCUDO, 2001, p. 241-242).

³⁶ Uma das principais manifestações juninas da Bahia, a “guerra de espadas” de Cruz das Almas é uma celebração com uma espécie de bastão pirotécnico. Os “guerreiros” usam roupas e óculos especiais, botas e máscaras para se proteger dos foguetes (MARTINEZ, 2008).

década, durante a gestão do Prefeito Salustiano Coelho de Araújo (Conhecido como Sr. Salu) o envolvimento da Bahiaturisa permaneceu com bastante força nas decisões a respeito da comemoração, conforme afirma o atual Chefe de Gabinete da Prefeitura de Cachoeira, Sr. Lourival Trindade³⁷.

A atual gestão municipal acredita que as mudanças ocorridas após a prefeitura assumir a gestão da festa, mudanças essas perceptíveis a partir da década de 1990, são fruto do surgimento da concorrência das festas de São João em outras cidade, pois antes de Cachoeira, não existia a festa com tanta magnitude. Os novos festejos promovidos por outras cidades do interior baiano não carregavam consigo uma herança simbólica e cultural como a de Cachoeira e a forma de compensar esse déficit foi o apelo para atrações musicais em evidência no cenário nacional e, com isso, conhecidas pelo grande público, facilitando a atração de turistas para aquela localidade.

Na tentativa de se igualar as outras cidades que estavam conseguindo atrair grandes públicos, com a estratégia de contratar bandas de sucesso do momento, a festa de Cachoeira ganhou concorrentes. Isso ocorreu mais intensamente no início da década de 1990 na gestão do Prefeito Raimundo Leite (conhecido como Dinho Farofa)³⁸. Representantes locais, afirmaram que esta decisão mudou muito a tradição do festejo junino da cidade que a diferenciava e a tornava única, dentre as realizações de mesma natureza do Estado.

4.3.2 Década de 1990: a gestão municipal e um novo olhar para o São João de Cachoeira

A década de 1990 foi o marco inicial de mudanças no tradicional São João de Cachoeira. Com a saída da Bahiaturisa do comando do festejo na década anterior, o São João passou a ser gerido por quem de fato era de direito, a prefeitura municipal, que inicialmente manteve o estilo implementado pelo Estado, mas depois preteriu antigas tradições e os festejos de raízes locais. Na edição de junho de 1980 da Revista Viver Bahia, a Bahiaturisa já sinalizava a possibilidade de descaracterização do São João de Cachoeira, em tom de preocupação:

³⁷ Mais informações sobre o período de participação da Bahiaturisa no São João de Cachoeira serão detalhadas com base em entrevista realizada com o Sr. Lourival Trindade na seção 5.1.1.

³⁸ O início da descaracterização do São João de Cachoeira na década de 1990 também será abordado na seção 5.1.1 com base em entrevista realizada com o Sr. Lourival Trindade.

A feira do porto tem crescido muito nos últimos anos, levando os organizadores estaduais ligados ao turismo à preocupação com o perigo de sua descaracterização pelo igualamento às demais festas que integram o famoso ciclo de festas populares da Bahia, desenvolvido entre os meses de dezembro e março. (BAHIA, 1980, p.20).

Porém, a partir da década de 1990, nenhuma ação em retaliação a evidente descaracterização dos festejos juninos em Cachoeira foi tomada pela Bahiatursa. Desde então seu envolvimento limitava-se à destinação de aporte financeiro do Estado para a prefeitura como parte do financiamento da festa.

A Feira do Porto configurava-se como uma das principais inspirações para celebração do São João em Cachoeira e com o tempo foi perdendo prestígio no circuito junino até sua completa extinção. Essencialmente, ela já não corresponde mais às suas origens não sendo possível perceber a relação entre a chegada de produtos pelo rio Paraguaçu e a euforia das pessoas em adquiri-los para mesa farta no São João.

Atualmente, encontram-se muitos produtos alimentícios como hambúrgueres, cachorro-quente, churrascos, refrigerantes e cervejas. No entanto, a Feira do Porto era detentora da capacidade de fazer sentir o sabor local e a gastronomia presente no cotidiano das pessoas. Era um patrimônio que proporcionava aos cachoeiranos e turistas a possibilidade de consumir uma Cachoeira longínqua em um passado que não existe mais.

A Feira do Porto mantém-se viva apenas pelo vazio que sua ausência proporciona. Hoje seu legado é marcado apenas pelo nome do festejo. Atualmente, o que é chamado de Feira do Porto é uma feira de artesanato com produtos de cerâmica de Maragogipinho (ver Figura 21, p. 87), uma outra cidade do Recôncavo Baiano, famosa pela vasta produção desse tipo de artigo.

Com o tempo, Cachoeira se tornou um destino turístico de características comuns aos já existentes no cenário baiano, devido a falta de preservação dos bens que a tornam única. A autenticidade é um fator fundamental de diferenciação e de atratividade turística, mas, sobretudo de preservação daquilo que é original.

Outra mudança que tornou a festa pouco autêntica, e que sensibiliza a comunidade local, baseado em relatos de pessoas que vivenciaram os primeiros anos da Festa, são os privilégios oferecidos às atrações de renome nacional, na maioria das vezes tocando ritmos

completamente distintos do que seria típico daquele momento, em detrimento das atrações de raízes da cultura local. Tratando sobre esta questão, Castro (2012) afirma que:

Na década de 1990, o caráter cultural, folclórico e pitoresco das festas juninas de Cachoeira passou progressivamente a ser mesclado com práticas ligadas a festas de largo ou mesmo de carnaval fora de época como estratégia para proporcionar mais competitividade à festa junina concentrada em meio a um contexto estadual e regional no qual se notava o surgimento de outros polos festivos a exemplo de Amargosa e Cruz das Almas. Na composição programática das festas juninas nas gestões dos prefeitos pós-1990, imiscuíram entre os folguedos populares e o forró tradicional uma musicalidade híbrida como o axé *music*, tipicamente baiano, pagode carioca e o forró eletrônico emergente, oriundos de outros estados nordestinos. (CASTRO, 2012, p.159).

A Bahia tem um calendário de festas vasto e todas elas marcadas por ritmos próprios da festividade. Ocorre, dessa forma, no Carnaval, com o axé *music*, nos ternos e nas lavagens, com as canções religiosas e instrumentais, no São João não poderia ser diferente. Porém, muitos artistas de Cachoeira reclamam da atenção dada aos artistas nacionais durante a formatação do evento. Esses artistas ficam com os melhores dias e horários de apresentação, além de terem pagamentos maiores do que os artistas locais.

Essa desvalorização é observada com pesar pelas pessoas que produzem manifestações populares na cidade. Elas resistem e continuam se apresentando nos horários alternativos para poucos espectadores, mantendo assim viva a memória e originalidade do festejo, ainda que com pouco reconhecimento e recursos.

Já as grandes atrações nacionais seguem se apresentando no horário nobre da festa, ganhando cachês que pagariam, com tranquilidade, a maioria dos artistas locais pois, segundo os próprios, eles ganham apenas um salário mínimo pela participação no São João.

E o “passar de porta em porta”? E as músicas cantadas para embalar esse passeio nas casas da cidade? Mesmo estas ações não tendo relação direta com o investimento e a administração da festa, tiveram alterações. Tradição feita pelo povo e para o povo, com o intuito de interatividade, de demonstração de hospitalidade através da comida, até isso já não se faz presente com a força que acontecia. Fator preocupante porque é sinal que a própria população já não se reconhece em tudo que envolve a festa. E assim, atitudes que demonstravam o caráter popular e espontâneo da festa, iniciam um processo de distanciamento daqueles que a tornavam popular.

Tornou-se difícil encontrar alguém que lembre as músicas que embalavam as visitas nas casas dos vizinhos. Com o tempo essa tradição deixou de ser transmitida e reatualizada para gerações seguintes, passando a ser pouco valorizada. O trecho a seguir foi encontrado na memória de alguns poucos nativos, que fizeram questão de fazer uso da oralidade cantada. Ao chegar perguntando se “São João passou por aqui”, cantava-se:

Senhora dona da casa venha a fora para ouvir
 Que aqui hoje, nesta casa não se fala em dormir
 Se a senhora não queria para que nos convidou
 Para agora esta fazendo a conta do que gastou
 Vai dizer ao seu marido a situação que está
 Que a Caravana da Alegria não dispensa o maracujá

Já ao sair a cantiga era:

Vamos dizer obrigado
 A quem licor nos dá
 Vamos dizer obrigado
 Pra todo ano voltar

(Autoria desconhecida)

Esse trecho é simbólico para muitos daqueles que viveram as épocas antigas do São João. Na oralidade cantada, percebe-se saudade daquele tempo. As lembranças de como tudo acontecia se faz presente nas risadas e no diálogo entre elas. Saudade de um São João representativo: único em cada edição, que levou consigo as canções, os concursos de quadrilha, de barraca, de ruas, ou seja, a autenticidade.

É possível observar que o poder público municipal, restringindo-se ao interesse de fortalecimento econômico, mudou o foco principal que existia no início com a administração da Bahiatura. O objetivo passou a ser o aumento do ganho econômico gerado pela festa valorizando a cultura de massa, em detrimento da preservação da cultura de raiz original da localidade, que a diferenciava dos festejos surgidos em outras localidades.

Nesse sentido, aponta-se uma festa no espaço público, pretendendo a concentração de foliões que forma uma grande massa festiva, o que se configura com um aspecto da festa-espetáculo, contrastando com a festa comunitária do tradicional São João de Cachoeira.

O festejo de São João é uma ação muito onerosa para o município. A relação investimento / arrecadação ainda é desproporcional, potencializada pela irrisória participação do Governo do Estado na atualidade. Segundo a prefeitura, a permanência do investimento na espetacularização das festas juninas justifica-se, pois permitiu a reinvenção mercadológica da festa, projeção turística da cidade, divulgação no meio midiático e a diversificação da economia local com a atração de investimentos.

Sobre espetacularização de festas populares, Trigueiro (2005), informa que nos últimos anos passaram a existir os interesses dos negócios: prioritariamente econômico, transformando as festas em produtos de consumo de grande escala e possibilitando que a cultura deixe de ser tradicional, popular, para tornar-se popularesca, consumida por maior número de pessoas e espetacularmente exibida. Isso é o processo consciente e planejado de tornar determinado bem de cunho popular e cultural numa possibilidade de promoção mercadológica sem haver uma preocupação com a manutenção de suas raízes originais.

No início dos anos de 1970 com a consolidação da indústria cultural impulsionada pelos meios de comunicação de massa principalmente pela televisão, que a espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos³⁹, ganha visibilidade no Brasil. Mas a espetacularização das culturas populares não é uma coisa nova, a mudança é nos métodos de produção, na velocidade da distribuição e no mercado de consumo desses bens culturais.

Hoje em dia a classe média consome mais os produtos da cultura popular, a exemplo dos artefatos de decoração, nas festas populares, no consumo de produtos naturais e a crescente preferência por restaurantes de comidas regionais.

Numa abordagem meramente mercadológica, as culturas locais não vão desaparecer com a globalização do mercado cultural, porque também é do interesse econômico dos grandes grupos de comunicação, do turismo e de promotores de eventos midiáticos a venda de produtos culturais diferenciados, mesmo que este estejam completamente descaracterizados. (TRIGUEIRO, 2005, p. 6).

Esse interesse é que faz a espetacularização das manifestações culturais populares no mundo globalizado. Ou seja, quanto maior o seu consumo, melhor será o resultado e,

³⁹ No Brasil, o pioneirismo na investigação das relações entre comunicação e cultura, vislumbrando as camadas populares como sujeitos da comunicação, coube a Luiz Beltrão, na segunda metade da década de 1960 com a publicação "Manifestações Artísticas e Folclóricas" (BELTRÃO, 1965, p-9-10 apud ALMEIDA, 2003).

Em sua tese, o campo de seus estudos é ampliado, com o desenvolvimento do conceito de folkcomunicação. O objetivo de Beltrão era entender como as camadas populares se informavam e cristalizavam suas opiniões. Valendo-se de formas tradicionais e rudimentares de expressão ao seu alcance – já que privados dos meios e veículos de maior extensão, mas de manejo reservado às camadas privilegiadas – (os integrantes das camadas populares) oferecem uma resistência épica à arrancada cultural alienígena (BELTRÃO, 2001, p.62 apud ALMEIDA, 2003).

Essa resistência cultural é fruto também da dicotomia ética e cultural existente entre as elites dirigentes e a massa rural e urbana marginalizadas, as quais acabam utilizando linguagem e símbolos próprios que prejudicam o diálogo. Para Beltrão, o "ponto de partida da nossa caminhada para o progresso", com vistas ao desenvolvimento econômico e cultural, portanto, deve ser o trabalho de identificação dos "meios de comunicação do povo" e dos agentes e instrumentos eficazes para atingir tal objetivo (ALMEIDA, 2003).

portanto, a sua espetacularização e carnavalização são estratégias para o consumo desses produtos culturais, cuja demanda é crescente no Brasil e no mundo globalizado.

A promoção do evento espetacularizado intensifica o consumo de serviços pelos visitantes, que nesse período chegam a dobrar a população local: eles alugam casas, hospedam-se em hotéis, em casa de amigos ou ficam na cidade apenas por um dia e ajuda a contribuir para o aumento das vendas nos estabelecimentos comerciais da localidade (CASTRO, 2010).

Em longo prazo, a consolidação dessa nova forma de gestão gerou mais fatores negativos para festa, pois, se antes, culturalmente genuína, tinha o poder de atrair turistas com interesses especiais, agora passou a atrair turistas de massa. Os dois têm o poder de movimentar a economia local, porém de maneiras distintas. O que não quer dizer que Cachoeira pratique este tipo de turismo, mesmo porque a cidade não comporta.

Enquanto o primeiro, baseado no interesse pelo o que é produzido pela cidade, gasta uma quantidade de recurso maior, o outro injeta pouco capital, já que seus custos são relacionados à noite da festa, basicamente com bebidas e comidas, porém, em maior quantidade, o que faz com que esse perfil de turista se iguale em termos de dispêndio financeiro ao turista de interesse especial, visto que este tipo de festa espetacularizada atrai uma quantidade maior de turista que gasta pouco.

O turista de massa não tem tanto interesse em conhecer o que é relevante na cidade e por isso tem uma capacidade menor de ser um agente multiplicador da cultura local, o que não é positivo para um destino essencialmente cultural.

Já o turista com um interesse especial é atraído em menor quantidade para a cidade. Porém, normalmente, gasta mais, tendo ainda consciência da importância dos atrativos culturais e históricos, pois para estes turistas “a oportunidade para aprender e participar em atividades únicas em ambientes únicos é muito importante”. (HOLL, 1993 apud DIMMOCK; TIYCE, 2001, RIBEIRO; FERREIRA, 2009, p. 163)

Desse modo, a gestão local, sentindo-se pressionada pela concorrência estabelecida na década de 1990, optou por se igualar ao novo modelo de promoção do festejo junino, o que, em termos financeiros, era mais rentável do que manter suas raízes preservando o tradicional.

Nesse novo cenário, o turista de interesse especial já não vê algo diferencial que o atraia, deixando de ser um multiplicador daquela cultura que merece ser disseminada. Já o turista de massa, continua voltando em épocas de festa sem interesse na história da cidade.

Atualmente, torna-se claro que a sociedade já não participa com o mesmo espírito nem com a mesma força das festas populares e que, também, as cidades sofreram com estas mudanças.

O grande desafio está num aproveitamento turístico que vai além da comercialização do evento, que possibilite a potencialização dos aspectos particulares da expressividade cultural de uma comunidade promovendo o diálogo e a troca de experiências entre locutor e interlocutor, anfitrião e convidado (RIBEIRO; FERREIRA, 2009).

A prática junina, antes calcada em raízes comunitárias, com festas “errantes” na companhia de amigos e familiares, desenvolveu-se e descaracterizou-se atingindo um nível elevado de complexidade, na medida em que preteriu a comunidade agregando outros agentes, a exemplo de outros tipos de gastronomia, dança e atrações.

O processo de mudança em qualquer atividade é natural. Vê-se na economia, na história, na cultura e tantas outras áreas. Mas o controle, a organização e o planejamento para que essas mudanças sejam benéficas, raramente atendem à demanda necessária. A cultura, por exemplo, como herança transmitida, pode ter sua origem em um passado longínquo, porém não se constitui em um sistema fechado e imutável.

Por outro lado, essas mudanças devem respeitar os limites da originalidade e não distanciar os elementos genuínos antigos dos mais recentes. Para isso os atores sociais, comunidade e iniciativas pública e privada precisam estar envolvidos diretamente no processo de preservação.

Hoje, com a Festa da Feira do Porto de Cachoeira, o que se observa é um rio Paraguaçu que já foi o responsável por cobrir Cachoeira com suas águas e por torná-la o maior entreposto comercial da Bahia, escondido em meio às barracas de festa de largo e camarotes situados em sua margem (Figuras 22 e 23), em dias de São João. Mas, mesmo assim, é um dos poucos bens que se faz ter certeza que se está na Festa de São João da Feira do Porto de Cachoeira e que remete a um modo de vida tradicional.

Figura 23 – Bares montados no período da festa do rio Paraguaçu



Fonte: Almeida (2011).

Figura 22 – Barracas de artesanato obstruindo a vista



Fonte: Almeida (2011).

Ao analisar a programação do São João de Cachoeira no início da década de 1970, quando a Bahiatursa investia e organizava o festejo, percebe-se que tradicionalmente as quadrilhas, Samba de Roda, barracas de comida típicas e a visita de porta-em-porta eram o que se destacavam. Por outro lado, as programações mais recentes têm um estilo absolutamente diferente de divulgação, contando com atrações similares a festas de outras

épocas do ano. Castro, (2012) discute esta questão e aponta algumas motivações para esta mudança:

Na composição da programação do São João de Cachoeira nota-se uma mescla de atrações de inserção na grande mídia com as manifestações culturais locais, sendo que a prioridade é para as primeiras. Alguns folguedos do início dos anos 1970 ainda estão presentes como prática cultural ativa, outros foram incorporados à festa concentrada ao longo do tempo como o Samba de Roda e o grupo cultural “Esmola Cantada” e o “Segura a Véia”. Alguns se mantem como práticas residuais ou como exibições esporádicas intermitentes, ou mesmo quase extintas, como desafio de violeiros, trança-fita e brincadeiras infantis, como quebra pote.

[...] As manifestações culturais locais, os grupos de samba, o bumba-meu-boi e os folguedos “Esmola Cantada” se apresentam geralmente à tarde ou início da noite. Apesar do tradicional Samba de Roda de Cachoeira se apresentar em outras festas populares, o São João pode ser considerado o evento através do qual se atinge o ápice da visibilidade pública e midiática.

[...] No passado já se colocou experimentalmente o Samba de Roda e outras apresentações locais no chamado “horário nobre” do espetáculo junino que é a partir das 22 horas. Entretanto os organizadores voltaram atrás alegando perda de competitividade da cidade frente aos polos juninos consolidados, como Cruz das Almas e Amargosa, e emergentes, como São Gonçalo e São Francisco do Conde.

Nota-se claramente que a opção dos promotores da festa junina de Cachoeira é conciliar o viés cultural das festividades juninas sem abrir mão da competitividade urbana cíclica, assentada na turistificação de eventos e alimentada pelas chamadas grandes atrações de forró eletrônico. (CASTRO, 2012, p. 161, 162).

O Quadro 02 mostra a programação do São João da Feira do Porto em dois momentos diferentes: a programação do ano de 1974 divulgada pela revista Viver Bahia distribuída pela Bahiatursa, apresentada de uma forma lúdica e retratando exatamente o clima diferenciado que as pessoas encontrariam na cidade; e a programação do ano de 2012, divulgada no portal de notícias Fale Recôncavo, com uma apresentação puramente informativa e valorizando atrações musicais em evidência no momento.

Quadro 2 – Comparativo das programações do São João de Cachoeira dos anos 1974 e 2012

PROGRAMAÇÃO DE 1974	PROGRAMAÇÃO DE 2012
<p>Dia 22 – SÁBADO 18h – “Com gente da redondeza vendendo bom de comer e muita coisa de enfeite começa a Feira do Porto prá encher o nosso armário que se esvazia na festa tradição de muitos anos.” 19h – Abertura oficial do tríduo junino rezado prá São João sai do Monte o pessoal em ladainhas [...] em direção ao altar armado sobre o Paraguaçu na praça do Faquir à frente D. Julieta Julião acima a queima de fogos. 20h- Samba de Roda acontece nos quiosques pela praça e tem concurso. 20h30 – Convidado especial no palanque o Samba de Roda Suerdieck. 21h – A banda de música toca nas ruas e no palanque – a Lira Ceciliana que tem prá mais de cem anos. 21h30 – Toca o trio nordestino, nordestino o trio toca. 22h – O rei do baião Luiz Gonzaga a voz do povo canta e toca na sanfona com o bom som da zabumba e início do concurso de barracas de bebes e comes típicos.</p>	<p>22 DE JUNHO – SEXTA-FEIRA 20h – Apresentação de festival junino e finalista do concurso garota Feira do Porto 22h – Xote Colado 00h – Cheiro Perfumado 02h – Calcinha Preta</p>
<p>DIA 23 – DOMINGO 15h – Brincadeiras para o povo quebra-pote, corrida de saco e ovo. 16h – Gente de feira na praça violeiros sanfoneiros vendedores cantadores e cangaceiros. 18h – Fogo na lenha da fogueira começa o concurso. 19h – Segundo dia do tríduo rezando prá São João no altar na praça do Faquir sobre o Paraguaçu queima de fogos. 19h30 – Na véspera do dia santo fogueira e queima de fogos na noite do São João nas ruas e no palanque tem música a banda Minerva Cachoeirana. 20h – Começou o São João de maneira oficial pelas ruas e na praça a banda de pífaros de Caruaru Samba de Roda nos quiosques quem canta e dança melhor é a mulher 21h – Rimas e cantorias, repentistas no palanque de Caruaru vem a rima 21h30 – Da praça da Aclamação saem quadrilhas em desfile até o local da festa para concurso e mais dança. 23h – De novo é só balancer com todo mundo na praça que o forró vai continuar. 24h – Brincadeiras novamente, quebra pote e pau de sebo.</p>	<p>23 DE JUNHO – SÁBADO 16h – Samba de Roda Filhos do Caquende 18h – Samba de Roda da Suerdieck 20h – Apresentação de quadrilhas 22h – Virgílio 00h – Danton 02h – Saia Rodada</p>
<p>DIA 24 – SEGUNDA-FEIRA 09h – Tem corrida de fogueira dos mil metros, corre-se até a praça da Aclamação 10h – Encontro e desfile de blocos, baião, forró e quadrilhas tudo pelo São João com a maior animação. 15h – E Tome-lhe mais brincadeira, participa todo o povo, quebra pote e pau de sebo, corridas de saco e ovo anima tudo de novo. 19h – Acaba-se a ladainha lá na praça do Faquir, última reza no altar 20h – Mais samba e mais concurso em roda sob os quiosques. 20h30 – um samba muito legal apresenta-se no palanque é o convidado especial Samba de Roda Suerdieck 21h – Do Caquende para os três Riachos dirige-se o carro simbólico, encontram-se os dois caboclos, ele de Cachoeira ela de São Félix, na ponte D. Pedro II seguindo logo depois para a ponte da calçada muitos bastões e fogos. 21h30 – mais quadrilhas no palanque é o fim do seu curso 22h – tocata com duas bandas a Lira Ceciliana e Minerva Cachoeirana 23h – Sacode o corpo, arrasta o pé, o forró come na praça 24h- fogos no céu, no ar, refletidos pelo rio grande queima vê que lindo, olha pro céu meu amor, para onde corre o rio Paraguaçu com os fogos meu bem para você.</p>	<p>24 DE JUNHO – DOMINGO 15h – Bumba meu boi 16h – Samba de Roda Filhos da Barragem 18h – Samba de Roda Esmola Cantada 22h – Xote Garotos 00h – Pelotão do Forró 02h – Cangaia de Jegue</p>
<p>25 de JUNHO 08h – salva de tiros em lembrando a independência da Heróica Cachoeira 09h – Tedeum solene na igreja matriz de N. S. do Rosário 14h – sessão solene na câmara dos vereadores 16h – desfile cívico –alegórico, colégios e tiro de guerra 114 retornam os</p>	<p>25 DE JUNHO – SEGUNDA 18h – Filhos do Caquende 20h – Estakazero 22h – Pablo 00h – Chiclete com Banana</p>

cabolhos da Ponte da Calçada. 20h – quem venceu em que concurso está na hora de saber 22h – quem ganhou recebe agora os prêmios 23h – tudo acaba num forró, acaba num forró, num forró, forró, oh!	
--	--

Fonte: Elaboração própria com base em Bahia, 1974 e Fale Recôncavo (2012).

Nesse ponto da análise, observando o que foi percebido no capítulo 3 (três) sobre expressão cultural, fica evidente que as mudanças no São João de Cachoeira vão além do que se pode chamar de renovação ou fruto da modernidade. Através do comparativo das programações apresentado no Quadro 02, nos primeiros anos de promoção da Feira do Porto buscava-se contar a história do São João através de uma narrativa poética causando interesse e estímulo ao turismo na cidade por conta do que a festa proporciona em si.

Atualmente, as atrações que integram a programação não necessitam desse recurso narrativo para atrair seu público, muitas vezes já consolidado por conta de excessiva divulgação nos meios midiáticos ao longo do ano. Este fato configurando-se como o foco de interesse para atrair pessoas que podem até mesmo não gostar da festa, mas por se identificar com a atração, enchem a cidade nos dias de sua apresentação.

Vale esclarecer que este comparativo não tem a intenção de sugerir que a festa permaneça estática, sem renovar e agregar novas formas de comunicação, mas sim que se estabeleça parâmetros lógicos e equivalentes a uma cidade histórica, responsável por salvaguardar um patrimônio.

Além da necessidade de valorização dos folguedos populares como práticas culturais locais que deveriam nortear a matriz programática das festas populares de polos juninos como Amargosa e Cachoeira, deve haver um reconhecimento dessas práticas como ressonância cultural de uma determinada comunidade. (CASTRO, 2012, p. 162).

Enquanto essa identidade era mantida em 1974, tendo como imagens ilustrativas associadas à programação da festa a mulher sambadeira de Cachoeira (Figura 24) e xilogravuras⁴⁰ ligadas ao São João (Figura 25), a imagem de divulgação que retravava a programação do São João em 2012 (Figura 26) corresponde a um aglomerado de pessoas que

⁴⁰ Etimologicamente, a palavra xilogravura é composta por xilon, do grego, e por grafo, também do grego. Xilon significa madeira e grafo é gravar ou escrever. Assim, xilogravura é uma gravura feita com uma matriz de madeira. Simplificando, pode-se dizer que é um processo de impressão com o uso de um carimbo de madeira (CASA DA XILOGRAVURA, 1987).

dançam em um local, que poderia necessariamente não ser Cachoeira, caso o nome da cidade não estivesse registrado.

Figura 24 – Divulgação do São João da Feira do Porto de 1974
Samba de Roda Suerdieck. Em destaque Dona Dalva Damiana



Fonte: Bahia (1974).

Figura 25 – Divulgação do São João da Feira do Porto de 1974
Xilogravuras representando elementos da festa



Fonte: Bahia (1974).

Figura 26 – Divulgação do São João de Cachoeira em 2012



Fonte: Fale Recôncavo (2012).

Tais constatações demonstram o começo e a atualidade da promoção do São João de Cachoeira, sendo que nos dois contextos a Festa é apresentada como um produto para o Turismo. O que permite constatar que o desenvolvimento do turismo não foi o responsável pelas mudanças, mas sim que a gestão cultural da cidade perdeu a referência de tradição.

Como motivação para isso tem-se a questão da competição com outras cidades que não tinham o mesmo valor histórico e cultural, mas que são vizinhas a Cachoeira, por reproduzirem um discurso da mídia com relação ao modismo musical, além da tentativa de repercutir politicamente a festa. Estes são alguns dos fatores determinantes no processo de descaracterização do São João de Cachoeira e que serão abordados no capítulo 5 (cinco).

5 OS DIFERENTES ATORES LOCAIS E SUA RELAÇÃO COM A FESTA

Este capítulo traz uma abordagem ilustrativa das principais manifestações culturais da cidade de Cachoeira que tem vínculo com a Festa de São João da Feira do Porto desde o início dos festejos e que foram citadas pelos moradores locais em pesquisa de campo.

Além disso, serão apresentados pontos de vista de gestores públicos, personalidades locais e de seus moradores sobre as relações envolvidas no São João de Cachoeira. Com gestores públicos e personalidades foram realizadas entrevistas semiestruturadas objetivando captar a percepção de cada um frente a evolução da festividade.

Para se obter esta mesma percepção de forma global com relação aos moradores do perímetro urbano de Cachoeira, foi utilizado um questionário com 44 perguntas, dividido em três partes – I Caracterização da população, II Percepção do São João (identidade e território) e III Turismo, aplicado em uma amostra composta por 360 pessoas. Os resultados encontrados com os dados obtidos foram apresentados em gráficos, precedidos de suas respectivas análises.

5.1 MANIFESTAÇÕES POPULARES: ESPECIFICIDADES CULTURAIS E LÚDICAS

A caracterização a seguir tem o objetivo de ilustrar algumas expressões culturais de Cachoeira. Vale salientar que as expressões culturais da cidade são inúmeras e tem valores históricos densos, o que necessitaria de uma atenção especial. Como esse não é o objetivo da pesquisa, traz-se apenas aspectos fundamentais. Assim sendo, para que essa vasta história das manifestações possam ser aprofundadas, recomenda-se um estudo específico sobre as mesmas, contemplando também a sua relação com o São João da cidade, com suas principais dificuldades e impactos da atual forma gestacional do evento.

O acervo cultural de Cachoeira perpassa pela história de formação de todo território do Recôncavo Baiano, como as festas populares, os bens materiais e a história oral, fazendo-se necessário reconhecer sua importância e trazer uma abordagem elucidativa sobre seus elementos peculiares, como o Samba de Roda, Filarmônicas e outros Folguedos Populares e Grupos Artísticos.

➤ **Samba de Roda – Breve contextualização**

Pela relevância do Samba de Roda para a história, não apenas do São João, mas também para Cachoeira de um modo geral, faz necessário trazer um breve panorama sobre sua essência para posteriormente abordar-se alguns grupos individualmente.

De acordo com o IPHAN (2007), em 2004, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano foi inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão como Patrimônio Imaterial Brasileiro, por transcender sua condição rítmica e ter forte relação com a ancestralidade e com o cotidiano de homens e mulheres da Bahia. No ano seguinte foi a vez da UNESCO proclamar o Samba de Roda como Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. Tais registros podem ser observados nos Anexos A e B.

Ele se manifesta culturalmente em âmbito musical, coreográfico e poético, envolve também relações com atividades econômicas, religiosidade e ações lúdicas. Particularmente, no contexto cultural do Recôncavo Baiano e baseado na observação na pesquisa de campo realizada em novembro de 2014, há uma forte necessidade de apoiar ações de valorização dos sambadores e sambadeiras da Bahia e proporcionar melhores condições para perpetuação deste valioso bem cultural.

Para esta manifestação ainda é possível constatar sua forte ligação com o Candomblé. Na cidade de Cachoeira, a maioria dos integrantes dos grupos, direta ou indiretamente tem ligação com algum terreiro da cidade. Daí reflete-se que a preservação do Samba de Roda de estar intimamente ligado a preservação do Candomblé. Basta que se percebam muitos dos sambas que são cantados e tocados pelos grupos, também são tocados em festas nos terreiros (FERREIRA; FREITAS, 2005).

- Samba de Roda Suerdieck

O Samba de Roda Suerdieck foi idealizado por D. Dalva Damiana e organizado no final da década de 1950. Naquela época, ela ainda trabalhava na fábrica de charutos Suerdieck, como charuteira, e é daí que surgiu o nome do grupo. O Samba de Roda Suerdieck é formado por mulheres, com faixa etária diferente, que se vestem de baiana, com saia, camisú de crioula, bata, pano da costa, torso com aba ou sem aba, dependendo do Orixá de referência. Como indumentárias usam as contas relativas ao Orixá de cada uma (Figura 27).

Figura 27 – D. Dalva Damiana em uma das apresentações do Samba Suerdick



Fonte: Bahia (2011).

Os homens têm o papel de tocar os instrumentos, todos organizados por D. Dalva, que é quem comanda a roda e puxa as cantigas. O Samba é organizado em círculos. As primeiras a entrarem na roda são as mulheres pertencentes ao grupo. Depois disso, abre-se o círculo, para as pessoas da rua, que entram após a famosa umbigada (Figura 28).

Figura 28 – Apresentação Samba de Roda Suerdick em Praça Pública de Cachoeira



Fonte: Bahia (2011).

Numa entrevista, D. Dalva afirma que “o samba é a vida, é a alma, é a alegria da gente [...] lhe digo, eu estou com as pernas travadas de reumatismo, a pressão circulando, a coluna também, mas quando toca o pinicado do samba eu acho que eu fico boa, eu sambo, pareço uma menina de 15 anos” (SOUZA, 2014).

- Filhos do Caquende

Em 22 de setembro de 1983, surgiu o Samba de Roda Filhos do Caquende, nascido no bairro do Caquende, que deu origem ao nome do grupo. Esse trabalho estava ligado inicialmente a saída de famílias do bairro sempre em romarias. Na época em que decidiram criar o grupo de Samba de Roda eles tocavam apenas pandeiros e batiam na palma da mão, anos se passaram e foram sendo incorporados outros instrumentos que hoje completam o grupo, sendo viola, violão, cavaquinho, triângulo, timbau, 105 e o rebolo, conforme apresentação na Figura 29.

Figura 29 – Músicos do Samba de Roda Filhos do Caquende



Fonte: Bahia (2011).

Os Filhos do Caquende passaram por dificuldades financeiras ao longo do processo de consolidação da manifestação cultural, tendo em vista que o cenário para esse tipo de expressão é reduzido no interior e pouco valorizado. Então, os fundadores do grupo tiveram que se afastar e atualmente quem preserva essa expressão da cultura cachoeirana são: Mestres José Pereira da Conceição, popularmente conhecido como Zé do Samba, Manoel da Conceição, conhecido como Vaninho, Salustiano Santos, mais conhecido como Salú.

O aprendizado que tiveram sobre o samba de roda foi passado de geração, pelos seus pais, tios e avós. Com objetivo de disseminar o Samba de Roda, seus fundadores tocam

também em festejos de São Cosme e São Damião, Santa Bárbara, São Pedro, São Bartolomeu, Santo Antônio, São Roque e outros santos louvados na sua data de comemoração.

- Filho de Nagô

Os Filhos de Nagô são os representantes masculinos do Samba de Roda e apresentam-se em diversos festejos da cidade, como no São João de Cachoeira (Figura 30). Participaram, com outros grupos de São Félix e Cachoeira, do pioneiro CD produzido pela Coordenação de Folclore e Cultura Popular do Ministério da Cultura (MinC) em 1994, Samba de Roda no Recôncavo Baiano. O grupo diz que pretende ampliar o alcance do seu trabalho e em 2004 lançou o CD Viola velha (BAHIA, 2011).

Figura 30 – Apresentação do Filhos de Nagô no São João de Cachoeira



Fonte: Identidade Brasil (2007).

Em agosto de 2004, eles gravaram a cantiga de Samba de Roda a seguir, da qual têm muito orgulho em apresentar. Ela foi produzida no Centro Cultural Dannemann, em São Félix:

São Benedito é negro
Eu sou filho de Ogum
Vem mexer, adeus mana,
Ó meu pai Senhor Ogum

São Benedito é negro
Eu sou filho de nagô
São Benedito meu pai
Ele é o nosso protetor

São Benedito é negro
Eu sou filho de nagô
São Benedito meu pai
Ele é o nosso protetor

Tanto tempo eu te falei
Mas não me canso de falar
É do Rio Paraguaçu
Ô meu povo, vamos todos abraçar

Sempre ter o que comer
Sempre ter o que beber
Paraguaçu, quem te viu e quem te vê
Paraguaçu, tu embeleza Cachoeira

Ó meu Paraguaçu...

(Filhos de Nagô)

- Segura a Véia

Em 1973, o Sr. Avelino Ventura dos Santos fez uma adaptação ao já reconhecido Samba de Roda de Cachoeira e deu origem ao “Segura a Véia”. Essa adaptação consiste na inserção de elementos cômicos ao ato de sambar. Foi introduzida uma boneca, que é imitação de uma baiana e colada ao corpo de Sr. Avelino Ventura, que utilizava uma máscara, assim, o lúdico indica que uma idosa samba com um idoso nas suas costas, como mostra a Figura 31.

Figura 31 – Apresentação da “Segura à Véia”.



Fonte: Calila Notícias (2015).

Na parte visual, percebe-se que da cintura para cima havia uma boneca e enquanto na parte de baixo aparece as pernas do artista que estiver representando. Durante o Samba, a figura do idoso tem apenas o elemento da máscara na parte superior, já na inferior são pernas postiças que se balançam durante o samba. Essa configuração impressiona adultos e crianças, pois parece que ele está sendo segurado nas costas da idosa.

➤ Filarmônicas – Breve Contextualização

As filarmônicas são sociedades civis que surgiram ao longo do século XIX no Brasil. Na sua configuração mantinham uma banda de música e uma escola musical, que ajudavam a conscientizar os alunos sobre a preservação cultural. Elas consolidaram-se ao

longo da segunda metade do século XIX e início do século XX, ocupando espaços cada vez maiores na vida musical urbana (CAZAES, 2014).

A história das filarmônicas cachoeiranas está relacionada à formação das irmandades de São Benedito e de Nossa Senhora da Ajuda e suas respectivas bandas na cidade de Cachoeira, no início do século XIX. Ambas as irmandades coabitavam o mesmo templo, a Capela de Nossa Senhora da Ajuda, o que era prática comum à época. É essa capela uma das mais antigas construções religiosas do município, erigida entre os anos de 1595 e 1606 (CAZAES, 2014).

- Sociedade Lítero Musical Minerva Cachoeirana

A Sociedade Lítero Musical Minerva Cachoeirana foi fundada em 10 de fevereiro de 1878 pelo maestro Eduardo Mendes Franco, sendo vinculada à população branca residente na parte nobre da cidade, no centro, nas ruas próximas ao porto e a Igreja da Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Esses indivíduos eram sócios e dirigentes da instituição, já os músicos eram, na sua grande maioria, negros e oriundos das zonas mais periféricas da cidade. Atualmente, funciona na sede mostrada na Figura 32 e recebe diversas pessoas interessadas em música (CAZAES, 2014).

Figura 32 – Fachada da Filarmônica Minerva Cachoeirana



Fonte: Cazaes (2014).

Ainda de acordo com Cazaes, (2014) há uma rivalidade entre a Lyra Ceciliana e Minerva Cachoeirana devido as origens das suas próprias existências. Enquanto fenômeno cultural, as filarmônicas reuniam várias gerações de famílias, promovendo ainda, momentos de integração social entre os seus membros e a comunidade em geral. A filarmônica Minerva Cachoeirana tinha uma grande relevância para a vida social, cultural e política da cidade.

- Sociedade Cultural Orpheica Lyra Ceciliana

A Lyra Ceciliana foi criada em 1870 na sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte (Figura 33). O idealizador da Lyra Ceciliana foi o maestro e instrumentista Manoel Tranquilino Bastos, que deu origem a uma filarmônica formada por negros e mulatos que em meio aos seus afazeres braçais arranjavam tempo para aprender a manusear os instrumentos, tendo Santa Cecília como sua patrona. Porém, o que unia todos em favor desses movimentos era a causa abolicionista. Atualmente, a filarmônica é uma das mais importantes do cenário musical com mais de 140 anos de existência, tendo sua sede em Cachoeira, onde mostra a Figura 34 (RAMOS, 2014).

Figura 33 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte.



Fonte: Almeida (2011).

Figura 34 – Fachada da sede da Lyra Ceciliana



Fonte: Cazaes (2014).

➤ **Outros Folguedos Populares e Grupos Artísticos**

- **Grupo Gêge Nagô**

O Grupo Gêge Nagô (Figura 35) são considerados herdeiros da tradição africana, por percorrer o caminho da musicalidade dos Tincõas, grupo que entre as décadas de sessenta e oitenta, foram responsáveis por uma das mais originais produções sonoras, fruto da música colhida nos coros da Igreja Matriz e nos cânticos dos terreiros de Candomblé (BAHIA, 2011).

Figura 35 – Grupo Gêge Nagô.



Fonte: Bahia (2011).

Originalmente, o termo “Jeje-Nagô” é utilizado para designar a fusão das culturas “Jeje” e “Nagô” principalmente nas religiões afro-brasileiras onde são cultuados tanto Vodun como Orixás. Eles formam um coral africano num estilo que traduz os cantos e ritmos das senzalas em seus momentos de folguedo (Sambas de Roda) e também em seus momentos ritualísticos (Candomblé).

Com isso, deixam à mostra os cantos oriundos do compêndio de música católica e do popular domínio cristão, pondo dentro do entendimento espontâneo sacro profano popular da Bahia, todo um sincretismo cultural religioso, revelado de maneira brilhante em suas músicas. O Grupo Gêge Nagô, nos seus 10 anos de existência já participou do filme “O

milagre do Candyal” lançado na Espanha. No filme eles recebem o músico cubano Bebo Valdez.

- Bumba Meu Boi

No século XVIII, surgiram as suas primeiras encenações da interação do homem com boi. Foi no ápice do ciclo de gado e com tons de sátira e tragédia, que a dança do boi e do homem passaram a simbolizar a manifestação cultural. Essa tradicional dança traz o contraste entre a inteligência do homem e a força bruta do boi (ver Figura 36). Eles tornam-se personagens alegóricos, pois são compostos por adereços, enfeites como forma de representar o cômico e o dramático (IDENTIDADE BRASIL, 2007).

Figura 36 – Confronto entre a força (boi) e a inteligência (homem)



Fonte: Identidade Brasil (2007).

De acordo com a comunidade local, há uma crítica clara nas danças, que estão relacionadas com os desníveis socioeconômicos entre vaqueiro e patrão e tem influência das culturas indígena, africana e portuguesa. Porém, a atração principal é o boi, que é confeccionado numa armação de madeira, com característica do touro, envolvido com tecidos, bordados e uma saia colorida. Para conduzir o boi existe uma pessoa que é chamada de miolo

do boi. Essas relações ocorrem ao som de pandeiro, maracás, zabumba, tambores e são embaladas por cantigas (ver Figura 37).

Figura 37 – Interação das pessoas com a dança na apresentação do boi



Fonte: Identidade Brasil (2007).

Essa encenação tem uma narrativa contada a partir do boi que, normalmente, chama-se Boi Janeiro, Estrela do Mar, Dromedário ou Mulinha-de-Ouro. A história tem como cenário uma fazenda onde há um negro vaqueiro, sua mulher cabocla e um homem branco, dono da fazenda e, portanto, do estimado boi de raça. Esses são personagens fixos da história do Bumba Meu Boi. Os personagens coadjuvantes são: Virgulino, o Caipora, o Gigante, o Capataz, o Caboclo Real, o Capitão, o Caçador e o Padre.

A história conta que o Negro Chico fica desesperado por sua esposa grávida sentir desejo de comer a língua do boi. Ele resolve satisfazer o desejo da sua esposa e rouba o boi. Mas no decorrer da história ele é capturado com o boi adoecido, que em seguida é curado pelo pajé, sobrevive e começa a dançar. No final há uma festa e o vaqueiro é perdoado. Essa é a versão mais contada, porém há outras em que o boi morre e seu corpo é partilhado (IDENTIDADE BRASIL, 2007).

Essa tradição é comum no interior do Estado da Bahia e a Festa do Bumba-meu-boi preenche vários festejos como o São João de Cachoeira, mas existe também em Camamu, Canavieiras, Conde, Cruz das Almas, Ibotirama, Juazeiro, Inhambupe, Jequié, Monte Santo, Santo Antônio de Jesus, São Félix, Prado, Jiquiriçá, Itacaré, Nova Viçosa e Porto Seguro, mantendo viva a herança secular de louvação ao boi.

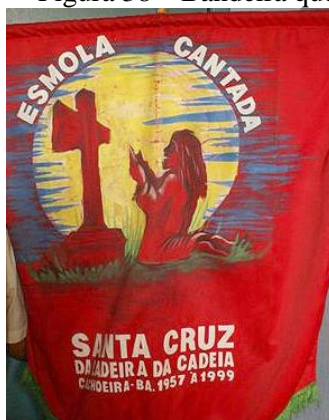
- Esmola Cantada

De acordo com a Identidade Brasil, (2007) foi em 15 de novembro de 1957, que um grupo de amigos e moradores da localidade Ladeira da Cadeia em Cachoeira, resolveram adotar uma Santa Cruz, abandonada na Rua da Feira. Acredita-se que esse abandono poderia ser a mudança de religião de seus responsáveis.

A Esmola Cantada é uma manifestação que surgiu não necessariamente com o objetivo de existir, porque objetivava apenas angariar fundos para a Festa da Santa Cruz da Ladeira da Cadeia que ocorre de agosto a novembro (CAZAES, 2014).

Em 1958, o prefeito da época, Estenio Henrique de Burgos, propôs à comunidade a I Festa, para comemorar esse momento religioso e então é organizada uma comissão para a festa e os donativos que chegam eram: galinhas, porcos, jegues e etc mas só em 1959 a comunidade decide criar a Esmola Cantada da Santa Cruz da Ladeira da Cadeia, sendo hoje representada pela bandeira da Figura 38.

Figura 38 – Bandeira que representa a Esmola Cantada



Fonte: Identidade Brasil (2007).

Os músicos tocam pandeiros, timbau, tamborim, violão, viola, cavaquinho e também integram a figura do boi (Figura 39). Primeiro eles cantam o Santo protetor da casa, solicitando a esmola e depois da esmola dada, eles tocam o Samba de Roda, bebem e festejam o donativo.

Figura 39 – Esmola Cantada



Fonte: Cabral e Curvello (2004).

A partir da década de 1990 passaram a participarem do São João. Hoje, o objetivo é sair 3 vezes antes da sua festa e também no São João, pedindo donativos e tornou-se um evento cultural de grande significado para a cidade (CAZAES, 2014; CASTRO, 2012).

- Muleki é Tu

A Muleki é Tu é uma instituição fundada e coordenada por Nei Pontão que desenvolve diversas atividades de manifestações populares, entre elas, aulas de Capoeira. É uma iniciativa privada que trabalha desenvolvendo atividades sócio educativas, com manifestações culturais de matrizes africanas, permitindo acesso as crianças, adolescentes e adultos a sua cultura de origem.

A iniciativa desenvolve em média 20 atividades entre música, confecção, restauração, leitura, capoeira artes plásticas, artesanato, e outras inteiramente gratuitas. Na instituição há ainda o grupo Ginga Mundo, que é o principal grupo de capoeira da entidade, apresentando-se inclusive em diversos países.

Esse trabalho é desenvolvido há nove anos e sua missão é ser de utilidade pública. Possuem títulos federais e estaduais como: Ponto de Cultura, Pontinho de Cultura, Culturas Identitárias, Capoeira viva dentre outros. Mais de 600 pessoas já passaram pela instituição entre crianças, adolescente, adultos e pessoas da terceira idade trazendo assim um importante benefício para a cidade de Cachoeira e todos os municípios vizinhos (Figura 40).

Figura 40 – Roda de Capoeira Grupo da Muleki é Tu



Fonte: Giga Mundo (2013).

Embora não possua nenhum apoio financeiro da prefeitura, a Muleki é Tu vem se mantendo concorrendo em editais e sendo sustentada na maioria das vezes pelas aulas particulares e cursos realizados dentro e fora do país.

5.2 REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DO SÃO JOÃO: PODER PÚBLICO E PERSONALIDADES DA CULTURA LOCAL

As reflexões que serão apresentadas a seguir foram obtidas por meio de entrevista com alguns representantes locais que atuam em diversas áreas, como revela o Quadro 03. A percepção de cada entrevistado traz informações sobre a experiência com o São João de Cachoeira sob diferentes óticas. Por esse motivo, apesar de seguirem a mesma temática, foram apresentadas de forma nominal, valorizando a abordagem, lembranças e vivência de cada um.

Quadro 3 – Perfil das lideranças entrevistados

ENTREVISTADO	TIPO DE LIDERANÇA	ATUAÇÃO
Sr. Lourival Trindade	Liderança política	Chefe de Gabinete da Prefeitura de Cachoeira e Ex-Secretário de Cultura
Sr. Antônio Moraes Ribeiro	Representante política	Funcionário da Bahiatursa há mais de 40 anos e Ex-Secretário de Cultura de Cachoeira
Sr. Manuel Passos	Representante política	Funcionário da SETUR-BA
Sr. Luis Claudio Dias do Nascimento “Cacau Nascimento”	Formador de opinião	Historiador e blogueiro local
Sr. Raymundo Cerqueira	Incentivador cultural	Professor e poeta
Sra. Rita Santana	Liderança social e cultural	Professora, agente cultural, produtora de eventos gestora no terceiro setor
Sr. Marcelino Gomes de Jesus	Liderança social e cultural	Ator, professor e gestor sociocultural

Fonte: Elaboração própria (2015).

- Sr. Lourival Trindade – Chefe de Gabinete da Prefeitura de Cachoeira

A origem do festejo Junino comunga dois principais aspectos: a inquietação de Roberto Costa Pinho, formador de opinião da época em Cachoeira e diretor da Fundação Atlântico Cultura e o interesse da Bahiatursa em aproveitar uma tradição que já existia há mais de dois séculos no município no período junino, que era a Feira do Porto de Cachoeira. Foram com essas lembranças que teve início a entrevista com o Ex-Secretário de Cultura de Cachoeira e atual Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal, Sr. Lourival Trindade.

A festa começou a existir em 1972, a partir da efervescência comercial dos produtores rurais que comercializavam seus produtos em Cachoeira, que era o principal entreposto comercial, onde tudo passava pela cidade para ir as outras. O São João foi criado em 1972 com uma feira noturna para atender o período junino, tornando-se o grande diferencial.

Segundo Lourival, hoje ela ainda existe e começa no dia 22 de junho a noite e termina as 15h/16h do dia 23 de junho. Mas há relato de que não ocorre com a mesma força. Ela era em frente ao campo, depois foi para frente do principal estádio de futebol, depois próximo a ponte Dom Pedro II. A certeza é que ela sempre ocorre em meio ao circuito da festa, porém essa incerteza do local onde será montada já demonstra um sinal de perda de tradição, tendo em vista que é essa feira que deu origem ao nome da festa.

Durante os primeiros anos, a Bahiatursa, fazia a gestão e patrocinava. As coisas começaram mais simples com palanque de madeira, as barracas de bambus cobertas com palha, ou seja, era tudo muito artesanal. Na época as atrações principais eram Genival Lacerda, Trio Nordeste, Jackson do Pandeiro, Marinês, Cremilda, Banda de Pífano de Caruaru, Luiz Gonzaga, Samba de Roda, Trança Fita, Quadrilhas de Forró, Pau de Sebo, Concurso Garota Feira do Porto, Festival de Música Junina e Concurso de Ornamentação de Bairros.

Na época a gestão preocupava-se desde a abertura, que acontecia com uma apresentação da Escola da Minerva Cachoeirana e tocava músicas em louvor ao São João, tinha capela, fogos em homenagem a São João até o incentivo dos concursos populares que mobilizavam a cidade.

Porém, quase dez anos depois as mudanças começaram a acontecer gradativamente. De 19 dezembro de 1989 até 01 de janeiro de 1990 cachoeira passou por uma enchente muito forte. O gestor era Salustiano Coelho de Araújo e na época pensava-se que não existiria um bom São João pelos problemas relatados, mas houve tudo tradicionalmente como sempre foi, tudo voltado para o tradicional forró. Porém, depois da gestão de Raimundo Leite, conhecido como “Dinho Farofa”, iniciada em 1993, elementos que não tinham relação com o período junino começaram a ser incorporados na programação da festa.

Depois da descaracterização iniciada na gestão de Raimundo Leite, o seu sucessor José Fernandes (da mesma coligação) assumiu em 1997. Nesse período, a gestão estava

focada com uma programação ligada a atrações locais. Foi o período em que retomou-se o São João tradicional. Porém, os restaurantes, hotéis e comércio local começaram a perder na arrecadação, impactando na economia local, tendo negócios que perderam cerca de 20% do seu faturamento. Além disso, as cidades vizinhas como Cruz das Almas, Amargosa, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim estavam se desenvolvendo e investindo no São João e por isso Cachoeira começou a perder público.

Apesar dessa constatação, o Sr. Lourival afirma que a descaracterização do São João da Feira do Porto não ocorreu por essa concorrência relatada com cidades do entorno. Ele afirma que não há um motivo específico para isso, mas há um marco dessa descaracterização: a gestão de Raimundo Leite, com a inserção de bandas de pagode e *axé music*.

No mandato seguinte ao de José Fernandes, Raimundo Leite volta à gestão municipal e retoma os elementos da descaracterização. Na atual visão da Prefeitura, apesar de reconhecerem que houve descaracterização, acreditam que a cultura não é estática e essas mudanças vão acontecer ao longo do tempo. É necessário que a população local que critica afirmando que “as mudanças não são cultura” compreendam o processo.

No atual mercado de música, por exemplo, há variações do próprio forró, como o forró eletrônico e o pé de serra. E mesmo o artista de forró respeitado, tem nas suas bandas elementos de bateria, baixo e outros instrumentos musicais que não são originais do forró. É uma característica geral do movimento musical e não apenas o interesse de quem organiza a festa de Cachoeira em trazê-los. Mesmo porque, se for analisar a origem do forró as bandas deveriam ter apenas sanfona, zabumba e triângulo.

Em 2010 quando Lourival assumiu a secretaria de cultura apresentou um plano para mesclar os novos elementos com os antigos, então retomou os concursos, retirou bandas de pagode, para que aos poucos a gestão municipal retomasse o processo de reconfiguração do São João com característica local.

Nos dias de hoje, o São João é gerido pela prefeitura. Não há um motivo específico para a saída da Bahiatura da gestão da festa, foi apenas uma decisão estratégica. Hoje ela existe somente como apoiadora, não só em Cachoeira, mas também para 200 municípios, através de editais, com valores disponíveis entre R\$25 mil a R\$130 mil, e mídia. De acordo com Trindade, no ano de 2014 Cachoeira recebeu R\$100 mil da Bahiatura para

organização da Festa, enquanto que a prefeitura investiu cerca de R\$1,5 milhões. Assim sendo, o São João vai de 21 a 25 de junho, sendo esta última a data magna da cidade, quando há uma programação estendida dos festejos.

A Petrobras é uma das principais patrocinadoras do São João da Bahia, incluindo o de Cachoeira e encomendou uma pesquisa para entender a relação do público com o festejo. O público foi de 18 a 28 anos e no questionário aplicado tinha a pergunta: “Se na programação do São João houvesse apenas banda pé de serra, você participaria?” e mais de 80% respondeu “não”. Quando indagados “se a programação fosse mesclada, você participaria?” os mesmo 80% responderam que “sim”.

Desse modo a Petrobras, enquanto patrocinadora do evento, sinaliza a contratação de bandas que não são do circuito tradicional de forró e nem locais, para atender essa demanda. E em consonância com tal situação, a prefeitura busca montar uma programação para atender a essa maioria. A partir disso, questionou-se sobre a diferença entre o público que prefere uma programação tradicional (turistas, pessoas de maior poder aquisitivo, faixa etária média a partir de 35 anos) e o que prefere uma programação mesclada (visitantes, pessoas com menor poder aquisitivo, faixa etária média de 20 anos).

Nessa perspectiva, o Sr. Lourival Trindade sinaliza que a gestão municipal deve ter consciência de que essa dicotomia sinaliza que Turistas e Visitantes, são públicos diferentes e, na maioria das vezes, não buscam a mesma coisa. Enquanto, o primeiro, usufrui da cidade, mantêm-se hospedado, injeta recursos através do consumo no comércio local, o segundo nem sempre fica na cidade mais de uma noite, pode ficar na casa de parentes e amigos, deslocar-se no mesmo dia para cidades vizinhas e na sua maioria são jovens que nem tem renda.

A partir dessas informações é importante fazer uma reflexão. Fica evidente que essa pesquisa foi encomendada pela Petrobras para avaliar qual a melhor forma de investir seus recursos financeiros na Festa de São João da Feira do Porto de Cachoeira. Para a Petrobras, a tendência é reproduzir o interesse da massa festiva pois isto contribui para que a sua marca, enquanto instituição patrocinadora da cultura no Brasil, esteja bem posicionada e atinja um número maior de pessoas. Com esse raciocínio ela está apenas exercendo o direito de ponderar o investimento dos recursos destinados ao marketing.

Sob essa ótica, conclui-se que esse raciocínio se repetirá na lógica de investimento das outras empresas patrocinadoras. Assim sendo, nota-se que por trás da Festa de São João da Feira do Porto, que em 1972 tinha uma forte participação popular, hoje o capital financeiro injetado de empresas com variados interesses determinam a característica da festa.

Enquanto a Petrobras tem interesse também que o público se desloque de carro e assim abasteça seus veículos nos postos pertencentes à empresa, há outras empresas, como as cervejarias interessadas em dominar o consumo de bebida no local. Portanto, não se pode confundir descaracterização dos festejos juninos com saudosismo. Hoje, há sim uma descaracterização do São João de Cachoeira, reforçada por essa forte inserção do capital que condiciona a festa a um modelo competitivo e de interesse econômico, diferentemente do saudosismo que seria apenas um interesse no retorno as antigas tradições.

Neste interim, faz-se necessário uma contextualização com o momento atual que o Brasil vem passando, onde sua maior empresa estatal, a Petrobras, imersa uma profunda crise⁴¹, ainda não anunciou se em 2015 irá apoiar as comemorações do São João na Bahia. De acordo com reportagem publicada no Jornal A Tarde em 26 de abril de 2015, o governo do Estado está buscando patrocínio de bancos estatais (Banco do Brasil e Caixa Econômica) e empresas de bebidas para garantir os festejos juninos. Mas até então estas empresas não deram um posicionamento quanto à solicitação.

Na última semana, a Petrobras - que investiu em 2014 R\$ 7,7 milhões no São João de 130 municípios baianos - divulgou um balanço do exercício de 2014, com um prejuízo de R\$ 21,587 bilhões. A estatal informou ainda uma perda de R\$ 6,194 bilhões por corrupção, investigada pela Operação Lava Jato. A situação da companhia deixa em dúvida um patrocínio ao São João baiano de 2015. [...] Por sua vez, prefeituras temem ter que cancelar ou reduzir o São João, dependentes de convênios com a Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado – Bahiatursa. (JORNAL A TARDE, 2015).

⁴¹ A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia. No primeiro momento da investigação, desenvolvido a partir de março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, foram investigadas e processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal (MPF) recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras. Nesse esquema, que dura pelo menos dez anos, grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos. O valor da propina variava de 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados. Esse suborno era distribuído por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo doleiros investigados na primeira etapa. O nome do caso, “Lava Jato”, decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou (MPF, 2015).

Em 2014, o governo e a Petrobras investiram, juntos, R\$21,7 milhões, sendo R\$14 milhões do Estado e R\$7,7 milhões da Petrobras. No total, cerca de 160 municípios foram beneficiados com estes recursos. Para este ano, já foi anunciado que não haverá possibilidade do governo exceder seu orçamento para o São João além do que foi investido em 2014 (JORNAL A TARDE, 2015).

Tais fatos afetam diretamente a edição de 2015 do São João de Cachoeira, que se desenvolveu nas últimas décadas pautado na supervalorização de atrações inseridas num contexto midiático nacional, culminando na fragilidade desta festa popular pelo seu condicionamento ao viés mercadológico. O que se caracteriza pelos elevados cachês para a contratação dessas atrações, pelo aumento considerável no orçamento da festa e na relação inversamente proporcional dos benefícios tangíveis deixados para a população. Essas festas passaram a depender de grandes bandas para a atração de público, e o público a depender dessas bandas para escolher o seu destino no período junino, criando um ciclo vicioso.

Retomando a questão da distribuição das atrações que integram a programação do São João da Feira do Porto, um dos questionamentos feitos a Prefeitura foi “por qual motivo o Samba de Roda, por exemplo, apresenta-se em horários alternativos e de menor visibilidade, já que desde o início das comemorações do São João era uma das principais atrações”? De acordo com Trindade, isso ocorre porque sempre foi uma tradição o Samba de Roda se apresentar no dia 24 de junho, no início da tarde até as 21h.

Ele afirma ainda que a programação atual está mesclando as atrações locais e as bandas de outros lugares. Porém, no levantamento histórico realizado foram encontradas as primeiras programações da festa. Nelas os dias e horários das manifestações locais não estavam restritos ao dia 24 de junho e nem ao horário da tarde, se apresentavam na faixa nobre do evento, com visto no Quadro 02 da seção 4.3.2.

Na organização dessa programação e dos detalhes da festa, a Secretária afirmou que não há uma audiência pública específica, mas há conversas, consultam as redes sociais, opinião de músicos e envolvidos. Acredita-se que uma audiência pública não seria eficiente para ter um retorno popular para a programação da festa.

Outra característica da gestão da festa é que a Prefeitura não tem um relatório próprio sobre os dados do São João. É a Bahiatura, antiga gestora da festa, que contrata a

Fundação e Instituto de Pesquisa de São Paulo (FIP), para esse levantamento. O Quadro 04 traz algumas informações que sinalizam os bens tangíveis deixados pela promoção da Festa na percepção do Chefe de Gabinete. Tais informações foram obtidas durante a entrevista, não sendo encontrados relatórios oficiais divulgados a esse respeito

Quadro 4 – Os bens tangíveis da festa

CATEGORIA	BENEFÍCIO	OBSERVAÇÕES
PÚBLICO ESTIMADO	Um público consumidor da cultura e dos serviços da cidade em média de 60 mil pessoas por dia.	Público médio durante todo o período da festa de 300 mil pessoas.
EMPREGOS	5.000 empregos/postos de trabalho gerados com o São João.	São diretos e indiretos, sendo em hotéis, pousadas, restaurantes, feirantes, barraqueiro, produtores agrícolas e etc.
ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO	O município investe em torno de R\$1,5 milhão e nos dias da Festa circula-se de R\$7 milhões a R\$ 8 milhões na cidade.	Há um problema nessa arrecadação, pois a relação fiscal na cidade ainda é considerada baixa, pois muitas relações comerciais ocorrem de modo informal, ou seja, sem nota fiscal e o município deixa de arrecadar em torno de 17% dessa movimentação financeira.
OS GANHOS INDIRETOS	Um dos ganhos indiretos mais expressivos é a comercialização de Licor. Entre abril e junho, vende-se em média 3 milhões de litros de licor. Considerando como preço médio de venda o valor de R\$5,00 por litro, então movimenta-se cerca de R\$15 milhões apenas com essa atividade.	Os principais produtores de licor são: Roque Pinto (comercializa mais de 1 milhão de litros) e o Arraiá do Quiabo (comercializa mais de 700 mil litros). As relações comerciais do licor também contemplam a compra e revenda em outras cidades, como em Salvador e nas cidades vizinhas do Recôncavo Baiano.
MÍDIA	Utiliza-se como estratégia de divulgação os outdoors nas estradas e em Salvador, reportagens na televisão, folders, divulgação de músicos e o próprio poder de atração das grandes bandas contratadas. As manifestações locais não têm uma divulgação, elas compõem apenas a programação do evento.	Percebe-se que as mídias e as formas de divulgação escolhidas são especificamente de massa, portanto demonstra o enfoque da festa: atrair uma expressiva quantidade de pessoas.
SERVIÇOS	A hospedagem tem 100% de ocupação no período da festa, isso entre hotéis, pousadas, casas para alugar e outros.	Não há uma pesquisa oficial a respeito deste dado.

Fonte: Elaboração própria com base em entrevista com o Sr. Lourival Trindade, em novembro de (2014).

Já sobre a proteção do patrimônio cultural físico no período da festa, não há nenhuma ação específica para isso. As ações estão vinculadas aos programas que já existem para restauração, como, por exemplo, o Programa Monumenta⁴². Destaca-se a necessidade de

⁴² O Monumenta é um programa de recuperação sustentável do patrimônio cultural edificado urbano brasileiro sob tutela federal, executado pelo Ministério da Cultura – MinC, e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID,

investir em Educação patrimonial para contribuir com o menor impacto para os bens materiais.

Atualmente, o que existe de concreto é uma festa junina considerada produto turístico pelo Governo do Estado da Bahia, que utiliza como estratégia o aproveitamento das tradições de cidades como Cachoeira.

- Sr. Antônio Moraes Ribeiro – Representante Bahiaturisa

Este tópico trará a entrevista com Antônio Moraes, funcionário da Bahiaturisa desde 1974, ex-secretário de cultura de Cachoeira (de 1995 a 1997) e um dos personagens que estiveram a frente da organização do primeiro São João planejado da Bahia.

Segundo ele, a iniciativa de investir no São João de Cachoeira partiu da Bahiaturisa por uma inquietação demonstrada pela população. Na época reclamava-se da falta de turista na cidade, do excesso de ruínas que não agradava a paisagem, a falência de empresas locais e o desaquecimento da economia, ou seja, a principal característica do São João era a espontaneidade e o aquecimento da festa através da movimentação na Feira do Porto de Cachoeira.

Para ele, o São João teve seu período para considerar-se bom e genuíno: de 1972 até 1988. Hoje, “a festa de São João de Cachoeira é a extensão das festas de largo de Salvador.” Isto porque a Feira praticamente não existe faz uns 15 anos, o que ocorre hoje é uma simples feira de artesanato, a relação com o Rio Paraguaçu diminui muito, a bela paisagem dos saveiros ao fundo da Feira do Porto ancorados no rio já não existe mais (Figura 41). Os gestores municipais não souberam manter a força na gestão das tradições.

Figura 41 – O rio Paraguaçu e os saveiros.



Fonte: Cabral e Curvello (2004).

A relação entre o festejo e a atividade turística intensificou-se como produto turístico, a partir no Governo de Luiz Viana Filho que fez alguns investimentos como a Criação do Museu das Alfaias em 1971, dentro da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (ver Figura 42).

Figura 42 – Fachada da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Almeida (2011).

Essas criações estavam focadas em aumentar a permanência do turista na cidade, tendo em vista que as enchentes diminuíram o crescimento da chegada de negócios na cidade. Em seguida, na década de 1980 quando criou-se a Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio na Bahia foi iniciado um trabalho de conscientização da importância dessas atividades, inclusive com palestras, seminários e discussões sobre a importância dos bens existentes em Cachoeira. Então, surgiram os projetos da Barragem de Pedra do Cavalo⁴³, da revitalização de ruínas como a do Convento do Carmo e da Pousada do Guerreiro, que foram transformadas em meios de hospedagem.

Sr. Moraes, afirma que a Bahiatura deixa de organizar a festa de São João, pois não era a função da instituição. Começaram a surgir muitas cidades com interesse em ter festas juninas e a Bahiatura, priorizando apenas a organização de Cachoeira geraria um problema institucional. Então, resolveu-se focar na real função da Bahiatura que era promover e fomentar o Turismo, conforme fizeram tornando Cachoeira a pioneira na organização do São João.

Depois dessa mudança a organização da festa dependia da gestão municipal e isso gerou alterações a cada mandato, com influências de diferentes partidos políticos e interesses. Para Antônio Moraes, o São João de Cachoeira, atualmente, não tem solução, esta

⁴³ A Barragem de Pedra do Cavalo é uma barragem do rio Paraguaçu, localizada a cerca de 2 km das sedes dos municípios de Cachoeira e São Félix e 120 km de Salvador. Inaugurada em 1985, Pedra do Cavalo teve sua construção iniciada na década de 70. O projeto inicial tinha como prioridade o controle de cheia em São Felix e Cachoeira, abastecimento de água, geração de energia, irrigação agrícola, pesca e piscicultura e navegação (ARQUIVO MUNICIPAL DE SAOFELIX, 2010).

descaracterizada e precisaria criar outro São João para que possa existir como um bem genuíno da cidade.

- Sr. Manuel Passos – Representante da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

A entrevista seguinte traz informações dadas por Manuel Passos, que vivenciou o primeiro São João planejado de Cachoeira em 1972 e atualmente trabalha no setor de certificação e qualificação da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia.

Ele destacou o grande movimento do porto de Cachoeira, às margens da importante parte navegável do Rio Paraguaçu, o mais caudaloso que deságua na Baía de Todos os Santos. Isso chamava a atenção para a cidade e a mantinha como destaque.

Então, enquanto Salvador, a capital da Bahia, era Litorânea, atlântica e isolada, pois a saída da cidade era basicamente por mar, quem a abastecia de produtos de primeira necessidade eram as cidades do recôncavo como Nazaré das Farinhas, Santo Amaro, Maragogipe e, sobretudo Cachoeira, tudo isso com saveiros.

Isto posto, percebe-se que estamos tratando de um período onde Cachoeira era protagonista nas relações comerciais com a capital. O São João planejado se utilizou disso tudo, em 1972, como vetor de promoção do turismo. Tanto que o primeiro cartaz foi feito em xilogravura com os seus casarios, fomentava-se participação popular nos concursos, a produção de comidas típicas do recôncavo, fazia-se a sensibilização dos atores locais para a proteção.

Porém, hoje o que ocorre é o inverso e perdeu-se de fato o sentido e a descaracterização é uma realidade já incorporada. Ele faz uma ressalva: “a Bahiatursa foi omissa” nesse processo de descaracterização, porque não atuou como deveria e financiou a chegada de bandas de fora do contexto junino.

- Sr. Luis Claudio Dias do Nascimento “Cacau Nascimento” – Historiador Cachoeirano

Este tópico apresentará as informações coletadas na entrevista Luis Claudio Dias do Nascimento, mais conhecido como Cacau Nascimento. Ele é historiador e participou dos primeiros anos de São João. Atualmente, é crítico do blog “Cachoeira On-line”, onde discute as mazelas sofridas pela comunidade cachoeirana.

É importante refletir sobre as mudanças do São João da Feira do Porto de Cachoeira a partir de uma aproximação histórica dos fatos econômicos e sociais. Em 1950, o Recôncavo Baiano passou por um desenvolvimento urbano e industrial intenso, criou-se a Refinaria Landulfo Alves, com impacto em várias cidades como Mataripe, Candeias, São Sebastião do Passé, Pojuca, Catu.

Entre 1963-1967 criou-se o Centro Industrial de Aratu e na década de 1970 implantou-se o Polo Petroquímico de Camaçari. Esses fatos estavam ligados ao conhecido “Milagre Econômico” do Brasil na década de 1970. O objetivo desse momento histórico era a industrialização de lugares pouco industrializados para evitar o êxodo, saída de nordestinos para a região centro sul.

Esse desenvolvimento urbano e industrial na Bahia acontece em áreas que tinham um forte legado relacionado a plantação de cana-de-açúcar nos grandes canaviais do recôncavo açucareiro, sendo este o caso de Cachoeira, na localidade do Iguape, além de Santa Amaro da Purificação, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde e outras cidades vizinhas. Essas áreas, inicialmente, pertenciam a Cachoeira, que concentrava muitos engenhos de açúcar.

Com o desenvolvimento da exploração petrolífera, essas áreas foram perdendo espaço na economia baiana. Os funcionários dos canaviais estavam sendo deslocados para trabalhar na Petrobras, nas refinarias, morar em Salvador para assumir novos postos de trabalho. Na medida em que melhoravam de vida, mudavam suas relações com a tradição e incluíam elementos da modernidade no seu dia-a-dia e mudavam também a configuração urbana da cidade.

Vale salientar, que esse fenômeno não ocorreu na mesma proporção em Cachoeira, mantendo-se como referência cultural para as pessoas e outras cidades. Em paralelo, existia um projeto, em Brasília, de fomentar o desenvolvimento do turismo como atividade econômica no Brasil, com foco na recuperação de cidades com valores históricos e culturais, para serem transformados em produto turístico. O projeto era “Compromisso de Brasília” (ver Anexo G) e sinalizava a necessidade que as cidades desenvolvessem seus próprios planos de turismo. Para Cachoeira foi criado o “Plano de Turismo do Recôncavo” que alavancou a relação da cidade com a atividade.

O desenvolvimento turístico de Cachoeira está ligado, desde o começo, com as pessoas ilustres que estavam escondidas da ditadura militar. Eram pessoas relacionadas a Gilberto Gil e Caetano Veloso, que divulgavam a cidade e o potencial histórico. E nesse contexto de projeção turística que o Brasil vivia, ressaltava-se que as refinarias e o desenvolvimento industrial das cidades do entorno podiam pulverizar todos esses valores, daí em 1971, Cachoeira foi tombada como Patrimônio Cultural. Ou seja, Cachoeira foi tombada por estar nesse projeto de proteção dos valores culturais e projeção turística do “Compromisso de Brasília”.

O tombamento foi um momento histórico importante para a cidade, tendo em vista que Cachoeira passava por uma crise econômica, política, social e ambiental, devido as enchentes, a Segunda Guerra Mundial, ao fechamento das suas fábricas, conforme relatado no capítulo 4 (quatro). Porém, nessa entrevista Cacau Nascimento, destacou que o tombamento da cidade foi relevante, não apenas para dar destaque enquanto bem material, turístico ou alavancar a economia, mas, sobretudo, para demarcar, definitivamente, o território de Cachoeira no Recôncavo Baiano.

Isto porque, é comum pensar-se que a crise em Cachoeira começou com as enchentes ou com o fechamento das suas fábricas com a Segunda Guerra Mundial. Na realidade, a cidade foi afetada desde meados do século XIX com a fragmentação do seu território, quando, por exemplo, Feira de Santana deixou de pertencer ao Território Cachoeirano (1848) e em seguida o território de Conceição de Feira (1922). Atualmente, a cidade tem 395km², porém antes de toda essa fragmentação, a cidade era quatro vezes maior, tendo mais arrecadação de impostos, mais fábricas e áreas de produção.

No meio desse processo transitório e de crise surgiu a Bahiatursa com o objetivo de alavancar a interlocução com as lideranças comunitárias, revitalizar a Irmandade da Boa Morte, o Samba de Roda e os valores culturais de um modo geral e assim incorporou-se a realidade da cidade. Em 1972, quando entreviei na organização de São João, buscou manter as tradições já existentes desde o século XVIII e XIX nos engenhos de açúcar, em que o foco estava na espontaneidade.

Segundo Cacau Nascimento, há quatro principais motivos para o São João de Cachoeira ter se tornado mais uma festa de largo no Nordeste brasileiro:

- A) Não seguiram a forma de organização feita pela Bahiaturisa e sim acompanharam a tendência de megaeventos no Brasil;
- B) Não há interesse político municipal de manter as tradições;
- C) Foco em disputar com outras cidades o melhor São João, produzindo festas semelhantes;
- D) A falta de articulação política integrada no período que a Bahiaturisa passou a gestão da Festa para a Prefeitura Municipal, devendo ter havido um diálogo entre as partes e um entendimento do que se propunha o São João.

- Sr. Raymundo Cerqueira – Personalidade Cachoeirana

O relato a seguir foi coletado na entrevista com o Sr. Raymundo Cerqueira, professor, poeta e considerado uma personalidade local por ter muitas produções que contam Cachoeira em prosa e verso.

Ele reafirma que o idealizador da Festa de São João da Feira do Porto foi Roberto Pinho, que desembarcou em Cachoeira em 1964 e as articulações para culminar na Festa promovida em 1972 começaram. Apesar da contribuição da Bahiaturisa no processo, inicialmente, foi necessário um trabalho de sensibilização de alguns moradores locais e, principalmente, os gestores da época.

Ele conta que o prefeito da época o Sr. Ariston Mascarenhas, não concordava com esse fomento do São João e envolvimento da já existente Feira do Porto. Foi necessário convencê-lo de que todos aqueles produtos que chegavam de Saveiro, as produções de licor, as iguarias típicas feitas com produtos da agricultura local podiam tornar-se recursos para a cidade e gerar renda para população.

A prefeitura de Cachoeira, então, cedeu caminhões para que a equipe liderada por Roberto Pinho pudesse trazer barracas utilizadas na Festa do Senhor do Bonfim e Conceição da Praia em Salvador. A partir desse entendimento, foi possível agregar um valor criativo a Festa, pois juntou a Feira do Porto com a programação lúdica e religiosa.

Por outro lado, Cerqueira contrapõe a maior parte das declarações dadas, pois diz que a programação do São João já tinha outros estilos musicais desde o começo, como por exemplo, o Reggae. Mas que isso não se caracterizou como uma descaracterização, além de se

tratar de grupos locais, pois eram oportunidades dadas a outros estilos musicais de modo controlado, diferente do que ocorre atualmente. A união entre a Festa e a Feira do Porto foi subvertida, hoje se resume a “empurra-empurra”, uma cidade lotada, com camarotes, as bebidas locais se perdem em meio as bebidas que poderiam ser de qualquer outra festa de largo.

- Sra. Rita Santana – Agente Social e Cultural

As reflexões a seguir são da professora, agente cultural e diretora da ONG Raízes do Recôncavo, Rita Santana. Ela iniciou sua entrevista afirmando que a única semelhança entre o São João de hoje e aquele organizado pela Bahiatura são as bandeirolas. E que a Feira do Porto já não existe, pois foi substituída por um parque infantil que é financeiramente mais rentável para quem explora as áreas urbanas de Cachoeira, concluindo que há uma forte manipulação dos espaços no São João.

Segunda a mesma, essas informações são importantes para definir o perfil da gestão pública da antiga festa popular: São João da Feira do Porto de Cachoeira. O interesse do poder público é trazer para Cachoeira o título da cidade com o maior São João do Brasil e para isso deveriam trabalhar de forma diferenciada, já que atualmente a concorrência é maior.

Primeiramente, é preciso compreender que no século passado, época que investiu-se no São João pela primeira vez, não existia a concorrência que tem hoje, pois são mais de 200 municípios que recebem investimento para realização do evento. O enfoque para ser o maior São João perpassa pela quantidade de pessoas que a cidade recebe, mas será que essa é a real característica de uma cidade histórica?

A resposta é negativa, pois a cidade não comporta essa quantidade de pessoas. É preciso compreender que o São João é apenas uma característica que a cidade tem, foi observada pela Bahiatura há mais de 40 anos e trabalhada dentro de um contexto histórico da época para contribuir de modo social, econômico e cultural para a cidade. Portanto, comprometer outros aspectos do patrimônio local, por cinco dias de festa com poder midiático não vai agregar nenhum valor a cidade.

O processo de descaracterização, realmente, começou com a gestão municipal, mas foi intensificando-se aos poucos. Segundo a Sra. Rita Santana, nos últimos anos isso ficou mais evidente, pois a gestão da atualidade está focada na quantidade de votos que uma

festa “popular” poderá dar de retorno. Ou seja, o São João tornou-se uma forma de repercutir o mandato dos políticos locais.

Por ser pesquisadora e uma das principais organizadoras da “Festa Da Ajuda”, refletiu sobre a situação das manifestações culturais locais após todo processo de descaracterização e concluiu que o sentimento é de revolta. Por terem participado desde o começo e contribuído para alavancar o festejo, a atual condição de coadjuvante não é considerada legítima.

Ponto importante nessa relação com as manifestações locais é a remuneração recebida atualmente. Segundo Santana, enquanto as grandes atrações recebem valores que chegam até a R\$300 mil, as manifestações locais recebem tão pouco que há registros da distribuição entre os membros de uma determinada manifestação do valor de R\$10,00 para cada integrante.

Ela afirma que já houve uma iniciativa junto a Câmara de Vereadores para que as remunerações estabelecidas para as manifestações locais estivessem vinculadas aos valores das bandas conhecidas nacionalmente. Desse modo, o maior valor pago a uma banda externa seria colocado como parâmetro e a manifestação local receberia em média 5% daquele valor, ou seja, nenhum grupo local receberia menos do que essa porcentagem. Isso daria uma espécie de segurança às manifestações, permitiria uma melhor organização e aumento da autoestima. Porém, este projeto não foi aprovado pela Câmara.

No cenário atual, as manifestações locais não têm força para o enfrentamento dessa situação, assim sendo o movimento enfraquece. É necessário que haja uma sensibilização junto a essas lideranças para que o processo deixe de ser um problema isolado de cada manifestação e seja um movimento cultural coletivo.

Diante dos fatos, anualmente a situação piora, tendo em vista que as gerações atuais conhecem cada vez menos o movimento original do forró e com isso as chances de mudanças vão diminuindo, pois não há uma renovação daqueles que buscam o retorno das expressões culturais verdadeiras e tradicionais.

Para Rita Santana, o balanço da festa é: falta de retorno para os comerciantes, a população local não tem nenhum benefício direto, as manifestações locais são

subaproveitadas, há transtornos urbanos no período como engarrafamento, muito lixo na rua⁴⁴, violência e um patrimônio cultural perdido em meio a essas contradições.

O público que a festa atrai hoje é aquele que não utiliza banheiro, que se hospeda na casa de amigos, que volta para as cidades vizinhas no mesmo dia e que não deixa renda na cidade, pois não consome nem o licor produzido localmente.

Ainda segundo Rita, esse processo de descaracterização só será reversível se houver vontade política. A cidade já tem outros exemplos de eventos bem sucedidos, como a recente Festa Literária Internacional de Cachoeira – BA (FLICA)⁴⁵, porém para o São João resgatar o respeito enquanto festa popular será necessário aguardar uma equipe política que não faça “politicagem” e sim tenha capacidade de entendimento do que é patrimônio cultural.

- Sr. Marcelino Gomes de Jesus – Agente Social e Cultural

A Feira do Porto funcionava há mais de 200 anos. Em Cachoeira havia um porto e por isso a cidade se tornou um entreposto comercial para os agricultores que produziam alimentos nas áreas circunvizinhas pertencentes à Cachoeira: Maragogipe, Vale do Iguape e diversas outras. Inclusive, essas áreas eram muito férteis, tanto que a região da Baixada do Iguape, foi considerada uma das terras mais férteis do planeta por uma Universidade da França.

Foi ressaltando a importância que da Feira do Porto antes de ser oficialmente associado às comemorações juninas de Cachoeira que o Sr. Marcelino Gomes de Jesus iniciou sua entrevista. Lembrou da questão dos produtores rurais que chegavam de diversos lugares da região, na grande maioria de saveiro pelo rio Paraguaçu, mas também através de carros de boi vindos de Feira de Santana e todos culminavam nessa grande feira.

Sr. Marcelino faz uma ressalva: A Feira de produtos alimentícios existia no dia-a-dia das pessoas e era conhecida como Feira da Rampa, onde as sextas-feiras a noite os produtos que estavam chegando para serem comercializado na feira tradicional da cidade,

⁴⁴ Sobre esta situação, relatada também por moradores da cidade ao serem pesquisados por meio de questionário, a seção 5.3 traz uma análise por densidade de *Kernel* (Figuras 43- A e D) a respeito do aumento da poluição nesse período festivo e falta de educação.

⁴⁵ A FLICA é uma semana literária com multiespaços espalhados pela cidade de Cachoeira que reúne num mesmo ambiente autores de diversas parte do mundo para um debate direto com curadores críticos e o público em geral. Além das mesas de debates, é possível encontrar seus autores preferidos pelas ruas da cidade num contato mais direto. A programação envolve ainda brincadeiras infantis, música, arte, dança e outras atividades culturais. A primeira edição da FLICA aconteceu no ano de 2011 e contou com cerca de 4.000 (quatro mil) expectadores. A cada ano o evento vem crescendo e se destacando no cenário nacional, sendo considerado atualmente um dos principais eventos literários do país. Na última edição no ano de 2014, entre moradores e turistas, a FLICA levou mais e 40.000 (quarenta mil) pessoas às ruas e espaços culturais de Cachoeira (FLICA, 2014).

durante o sábado, ficavam disponíveis na rampa de desembarque do cais onde algumas famílias, buscando abastecerem as suas casas com mais economia, compravam diretamente com o fornecedor, já que dessa forma não havia diferença de preço. Porém, o que ocorria no período do São João era que nessa Feira havia uma inserção maior de produtos típicos juninos e ela mudava de nome, tornava-se “Feira do Porto”. Essa relação da Festa com a Feira agregou um valor único as comemorações.

Marcelino afirma que a reunião para decidir sobre o projeto para a intervenção e injeção financeira da Bahiatursa no São João foi realizada na Casa Paulo Dias Adorno (a qual atualmente é presidida por ele), numa reunião entre cinco pessoas, dentre elas estava ele e Roberto Pinho.

Na ocasião ele foi contra, pois acreditava que se transformaria em uma festa de largo, pois até então tudo era feita pelos moradores e passaria a ser algo articulado e profissionalizado. Ele foi voto vencido e o investimento aconteceu. O apoio principal foi do Governador estadual da época, Antônio Carlos Magalhães, com o qual ele afirma que também se reuniu em outra ocasião para assuntos ligados a Irmandade da Boa Morte.

Para ele, na época, as festas populares que precisavam de investimento eram a Festa Da Ajuda, que já era uma festa de rua e que se assemelhava com o carnaval ou a Festa de Santa Cecília, que já contava com uma organização estratégica mais bem definida pela comunidade local, diferentemente da espontaneidade do São João. Na verdade, dentre vários motivos, a ideia de alavancar o São João em Cachoeira tinha relação com a recessão econômica enfrentada na época, sendo assim uma iniciativa popular para depois partir para o campo político.

Ele ressalta também a importância da Casa Paulo Dias Adorno nesse processo, pois Roberto Pinho era diretor da instituição quando idealizou o projeto de intervenção do São João. Destacou também a articulação política da Casa no tombamento da cidade como patrimônio cultural. De acordo com Marcelino, tanto ele quanto Roberto Pinho e os membros da Casa Paulo Dias Adorno eram os articuladores de inúmeros processos, não havendo apoio político.

Nos primeiros anos de promoção do São João da Feira do Porto Cachoeira atraiu cerca de 20 mil turistas sem ter nenhuma estrutura adequada. As pessoas dormiam em carros, sacos de dormir, casa de parentes e nos lugares mais inusitados. Nesse período Cachoeira

tinha apenas dois policiais e mesmo assim não havia ocorrências graves. Durante os 10 anos que a Bahiatursa esteve a frente da gestão da comemoração junina, a Festa ocorria sem nenhuma grande repercussão negativa.

Com a chegada da gestão municipal houveram mudanças estruturais que empobreceram a Festa: áreas do circuito deixaram de ser iluminadas, atrações de axé e pagode foram tratadas como as grandes representantes do São João local, a população paga valores altos para colocar barraca para vender seus produtos, camarotes que atrapalham a beleza do eventos e até mesmo mudança do palco principal foi feita à custa do desmatamento do principal jardim de Cachoeira, tendo, por exemplo, a perda de árvores de Pau-Brasil.

Apesar da cidade ter um Conselho de Cultura, a população não é consultada sobre essas mudanças. De modo geral, a população manteve-se atônita a todo esse processo de descaracterização, porém em 2012 os grupos locais de Samba de Roda se reuniram e decidiram não se apresentar no São João. Eles, simplesmente, não foram no horário que estava previsto para sua apresentação devido ao baixíssimo cachê que lhe foi destinado como remuneração.

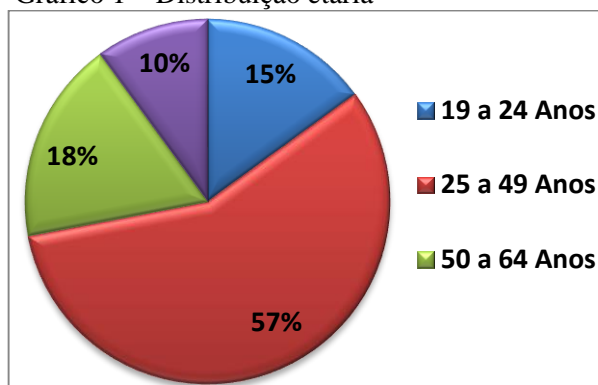
Acredita-se que esse tipo de atitude não irá mudar a postura gerencial da prefeitura, nem retornar com os tons de tradicionais do São João. Apesar de possibilidades de reversão desse problema, Marcelino acredita que por ser uma questão imbricada na política e depender de votos, trata-se de um processo difícil. Dependeria de um prefeito que enfrentasse essa suposta rejeição. Por outro lado, reconhece também a importância da educação patrimonial, do trabalho nas escolas, da sensibilização da população, da autoestima das manifestações culturais e outras ações articuladas.

5.3 POPULAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO E PERTENCIMENTO

Conforme exposto no Quadro 1 na seção 2, ao captar as informações com os moradores da sede de Cachoeira, respeitou-se as características gerais da cidade com relação ao gênero e faixa etária. A amostra utilizada foi composta por 360 residentes na sede de Cachoeira e a frequência por gênero mostra que 57% são do sexo feminino. A média de idade foi de 40,3 anos (19 anos idade mínima e 87 anos idade máxima) a mediana de idade foi de 37

anos, tendo 25 anos e 52 anos nos interquartis. O enquadramento nas distribuições etárias observados no Gráfico 01 foi definido de acordo ao IBGE.

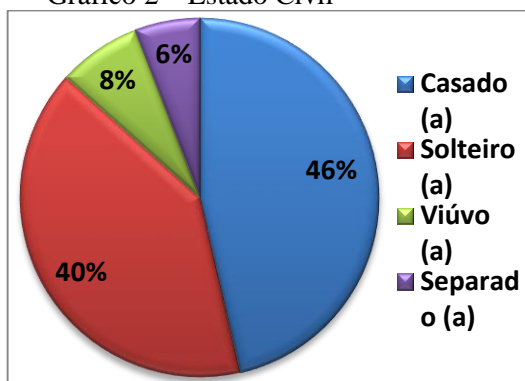
Gráfico 1 – Distribuição etária



Fonte: Elaboração própria (2015).

Para compor o perfil socioeconômico também foram considerados o estado civil, ter ou não filhos, o tempo que reside em Cachoeira, a escolaridade, a religião, se trabalha ou se tem alguma fonte de renda e a renda média mensal. Com relação ao estado civil, houve predomínio entre os casados e solteiros, com 46% e 40% respectivamente (Gráfico 2). Ao estratificar o percentual de solteiros com o percentual dos entrevistados que declararam ter filhos (70%), percebe-se que 39% dos solteiros já são pais.

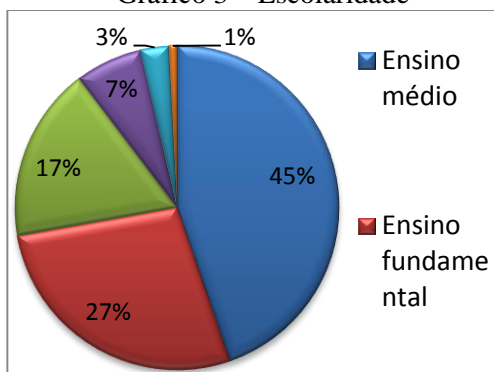
Gráfico 2 – Estado Civil



Fonte: Elaboração própria (2015).

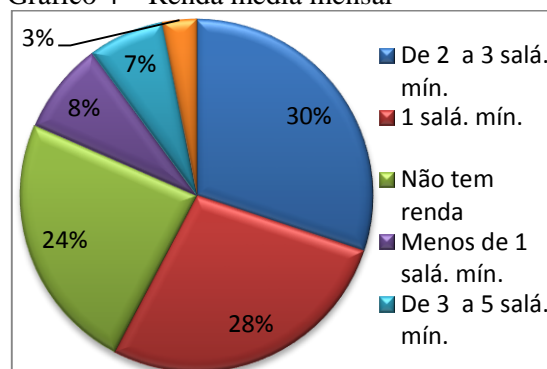
Quanto à escolaridade, o ensino médio teve maior destaque, com 45%, seguido de ensino fundamental com 27% e nível superior com 17% (Gráfico 3). Para verificar os dados referentes a renda média (Gráfico 04), os entrevistados tiveram opções entre menos de 1 salário mínimo e de 5 e 10 salários mínimos. Os resultados que mais se destacaram foram os intervalos de 2 e 3 salários mínimos (30%) e de 1 salário mínimo (28%).

Gráfico 3 – Escolaridade



Fonte: Elaboração própria (2015).

Gráfico 4 – Renda média mensal

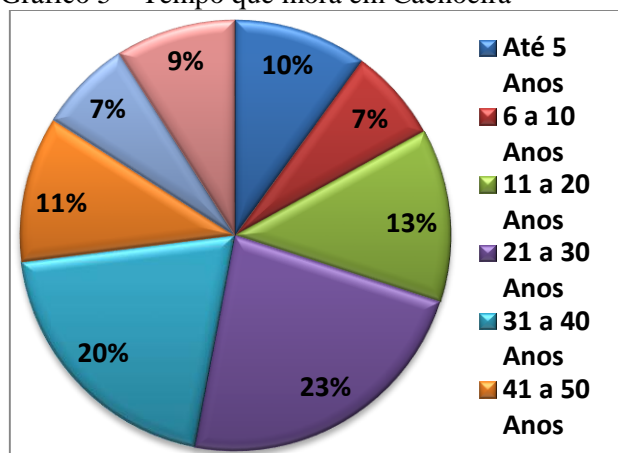


Fonte: Elaboração própria (2015).

Questionado se estava trabalhando de forma remunerada ou se tinha alguma outra fonte de renda, 23% dos entrevistados informaram que não recebiam qualquer rendimento. Dos que recebiam, 40% trabalham sem vínculo empregatício, 38% tem carteira de trabalho assinada, 21% são aposentados ou pensionistas e uma ínfima minoria trabalha apenas de forma temporária nas festas da cidade.

Sobre o tempo de residência, a maioria dos pesquisados moram em Cachoeira entre 21 e 30 anos (23%) e 31 e 40 anos (20%), havendo também 9% de moradores que residem na cidade há mais de 61 anos (Gráfico 5).

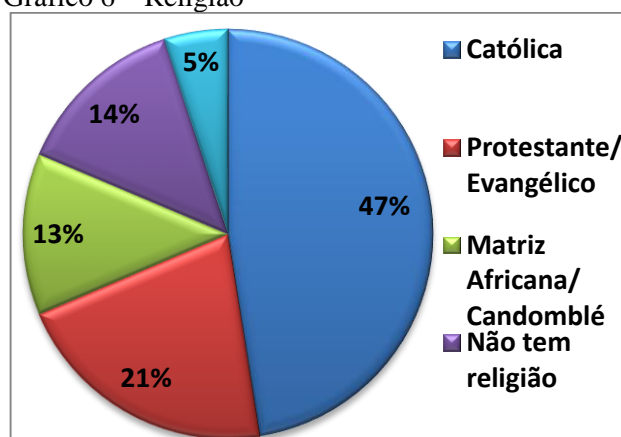
Gráfico 5 – Tempo que mora em Cachoeira



Fonte: Elaboração própria (2015).

Um quesito importante para as análises que se seguiram foi a religiosidade dos entrevistados. O estudo versa sobre uma festa de origem eminentemente católica, o que poderia influenciar na percepção de pessoas que professam outras religiões. Outro ponto de interesse referente a este indicador é o fato de Cachoeira ter uma estreita relação com as religiões de matrizes africanas pela grande concentração de negros trazidos da África no período do colonialismo. O resultado deste indicador pode ser observado no Gráfico 6, com o predomínio da religião católica.

Gráfico 6 – Religião



Fonte: Elaboração própria (2015).

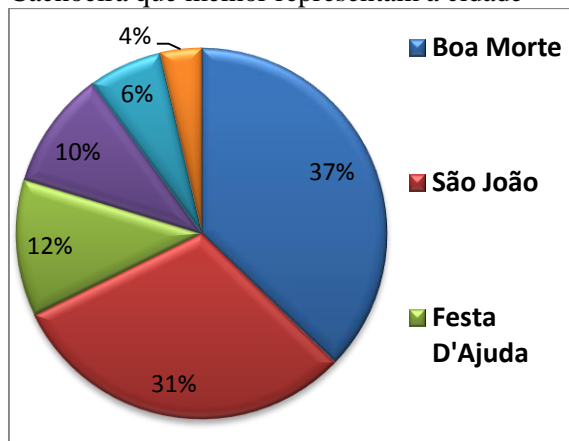
Partindo para a percepção dos moradores locais frente à evolução do São João da Feira do Porto, é importante ressaltar o orgulho em viver numa cidade com tantos títulos como Cachoeira. Uma das questões perguntava do conhecimento sobre o fato da cidade ser tombada pelo IPHAN por seu conjunto paisagístico e arquitetônico. A maioria absoluta (97%)

respondeu positivamente. Única cidade do Brasil com os títulos de Monumental, Heroica e Histórica, os cachoeiranos demonstraram conhecimento sobre os fatos mais relevantes da cidade, como a importância econômica e social na formação do país no início da colonização e seu envolvimento nas lutas em favor da independência do Brasil.

Cachoeira é uma cidade com um rico calendário cultural com grande destaque para as diversas festas de cunho popular que movimentam e mudam a dinâmica da cidade. Uma dessas festas foi classificada pelos moradores como a que melhor representa a cidade. Trata-se da Festa da Boa Morte que com seus ritos sincréticos entre o Cristianismo e o Candomblé destaca-se há muitos anos na cidade chamando a atenção de muitos turistas, sobretudo estrangeiros. Esta é outra festa que recebeu incentivos da Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa) e até hoje conta com sua supervisão e apoio. Atrelado aos fatos de acontecer num período isolado e ser uma festa única, a Boa Morte tornou-se símbolo do turismo étnico na Bahia e é cuidada para que a tradição que a diferencia não se perca.

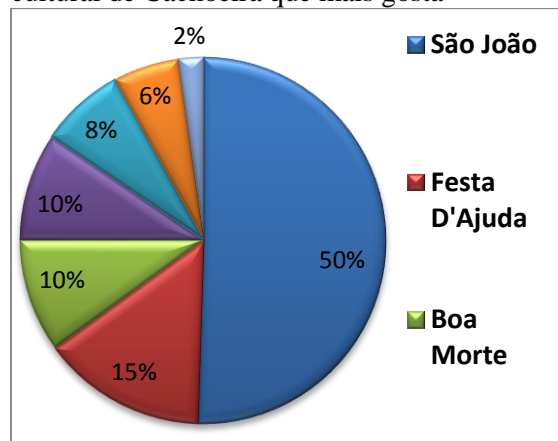
Mesmo não tendo o mesmo zelo devotado a Boa Morte e constatada a perda de autenticidade iniciada nos anos 1990, o São João da Feira do Porto figura em segundo lugar entre as festas que melhor representam Cachoeira, mas é a festa que mais se destaca no gosto dos moradores. Os resultados apontados os Gráficos 7 e 8 revelam o discernimento da população em distinguir seu gosto pessoal de uma visão mais abrangente da cultura local.

Gráfico 7 – Festas do calendário cultural de Cachoeira que melhor representam a cidade



Fonte: Elaboração própria (2015).

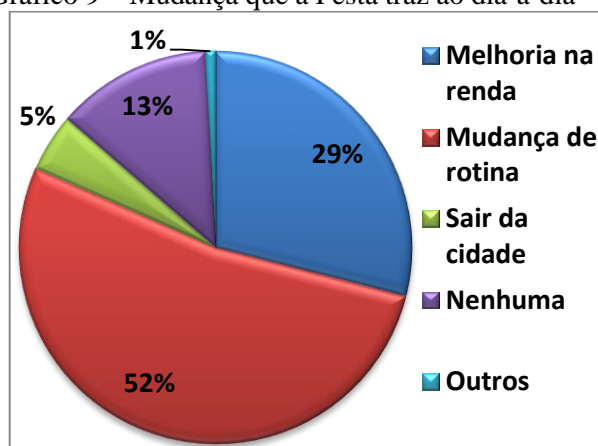
Gráfico 8 – Festa Popular do calendário cultural de Cachoeira que mais gosta



Fonte: Elaboração própria (2015).

O São João de Cachoeira tem indicadores de um evento com grande impacto local e gerador de mudanças na dinâmica social da cidade, tendo em vista que 52% dos entrevistados afirmaram ter sua rotina afetada de forma considerável pela festa e 29% alegaram melhoria na renda (Gráfico 9), ratificando sua repercussão entre os moradores.

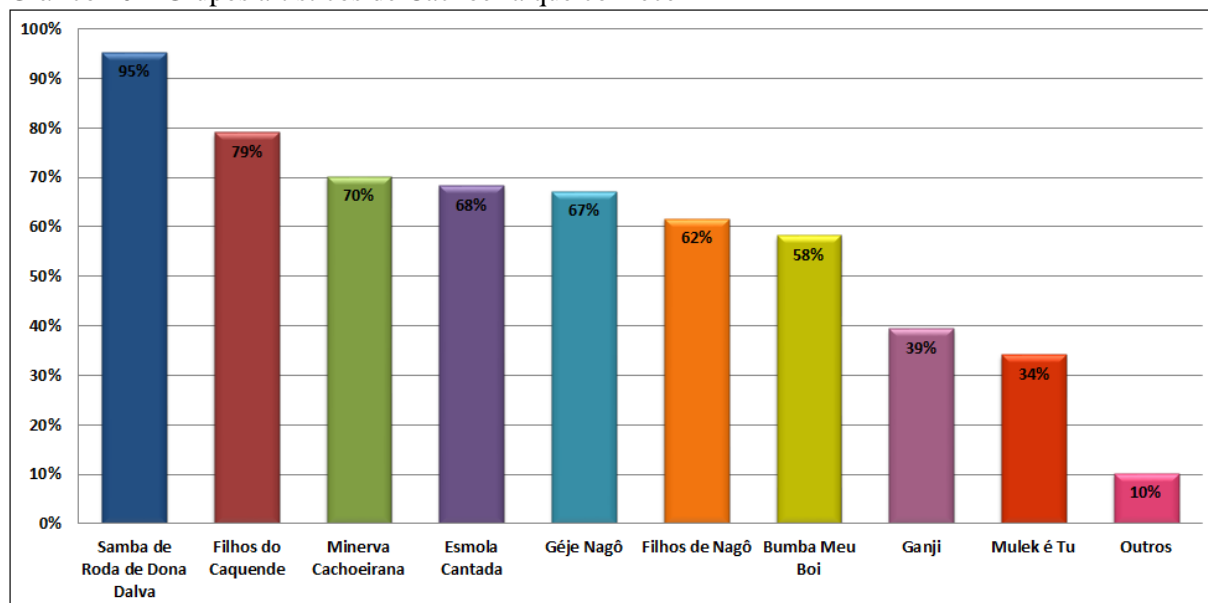
Gráfico 9 – Mudança que a Festa traz ao dia-a-dia



Fonte: Elaboração própria (2015).

Ao serem questionados sobre quais grupos artísticos locais conheciam, os grupos de Samba de Roda ficaram nas primeiras colocações, como o Samba de Roda de Dona Dalva (95%) e Samba de Roda Filhos do Caquende (70%). Algumas das manifestações culturais que figuram no Gráfico 10 também participam da programação do São João.

Gráfico 10 – Grupos artísticos de Cachoeira que conhece

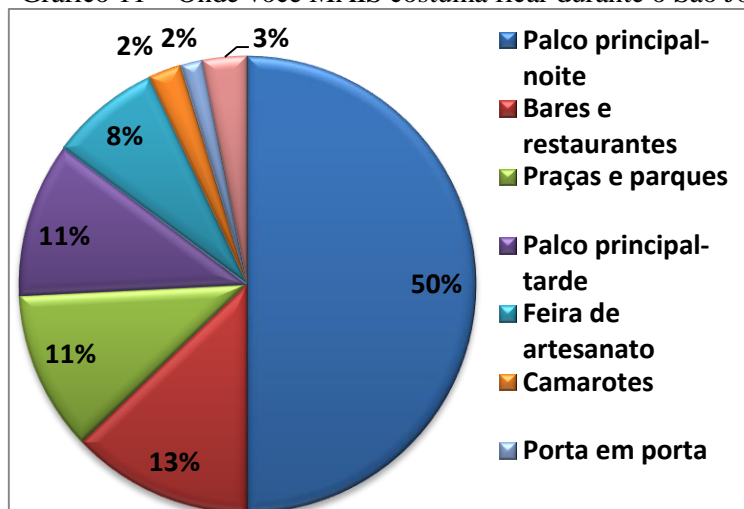


Fonte: Elaboração própria (2015).

Porém, esta participação era mais efetiva nas primeiras décadas da organização da festa. Com o tempo os grupos locais foram perdendo espaço para atrações de peso nacional, o que demonstra uma perda de identidade tendo em vista que a programação da festa sempre foi sua base cultural e o que ajudava a atrair um público interessado em cultura.

Eles também foram questionados onde ficavam durante a festa e, de acordo com o Gráfico 11, metade dos entrevistados revelaram que tem como preferência o horário da noite. Já o horário da tarde só aparece em quarto lugar com apenas 11% da preferência, sendo que atualmente é no turno da tarde que as atrações locais têm oportunidade de se apresentarem, normalmente, para um pequeno público, o que gera desmotivação, desprestígio e descaracterização da festa. As manifestações culturais locais acham o período da tarde incoerente com o que deveria ser a proposta da festa, tendo em vista que as pessoas ainda estão nos afazeres de casa e a temperatura da cidade ainda está alta, o que dificulta o tom agradável e até mesmo a caracterização típica dos grupos.

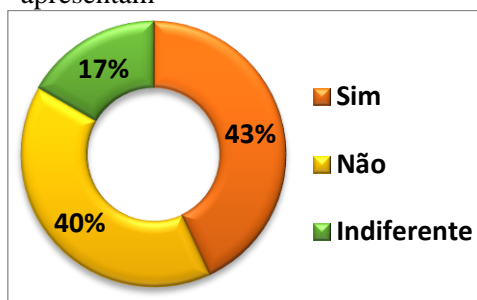
Gráfico 11 – Onde você MAIS costuma ficar durante o São João



Fonte: Elaboração própria (2015).

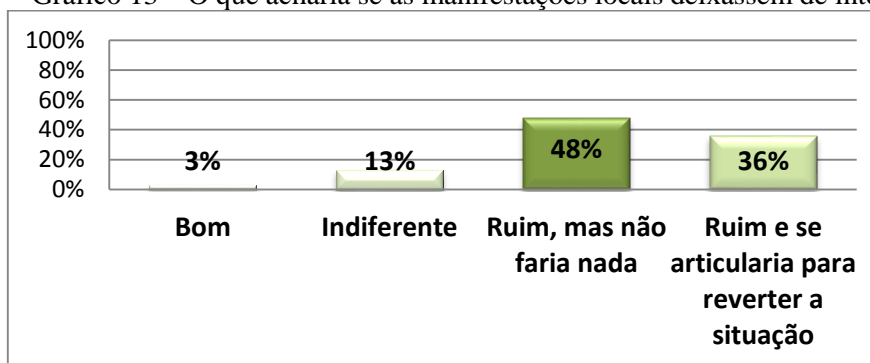
Também tentando mensurar a importância dos grupos locais para os moradores, foi questionado se concordavam com o horário que esses grupos se apresentavam e qual seria sua reação com a hipótese deles não mais integrar a programação da festa. Observando os Gráficos 12 e 13 percebe-se que 60% concordam ou são indiferentes com a atual distribuição das atrações entre a tarde e a noite e apenas 36% tentaria de alguma forma manter os grupos locais na programação da festa.

Gráfico 12 – Concorda com o atual horário que os grupos da cidade se apresentam



Fonte: Elaboração própria (2015).

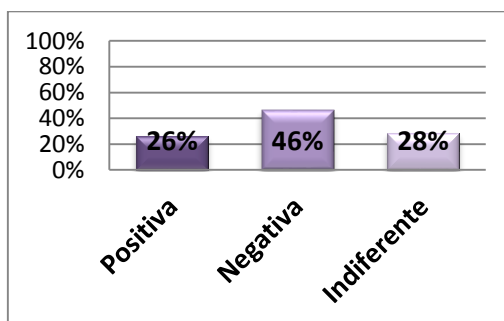
Gráfico 13 – O que acharia se as manifestações locais deixassem de integrar a festa



Fonte: Elaboração própria (2015).

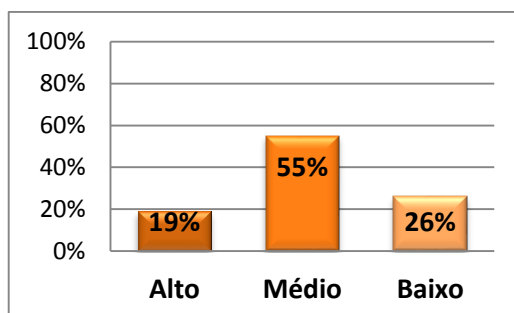
Até o momento os resultados apontavam para um aparente desinteresse da população pelo tradicional, porém ao avaliarem a transição do comando da festa do Estado para o município, período que a festa começou a se descaracterizar com a valorização do espetáculo, a maioria julgou como negativa por perceberem mudanças estruturais no foco da festa (Gráficos 14). Além disso, eles avaliaram como de médio a baixo o respeito às tradições na organização do São João pela prefeitura (Gráficos 15), reconhecendo que o foco principal passou a ser as grandes atrações que tem um apelo comercial e que favorece a atração de grandes massas. Cada vez mais essas características demonstram uma desconexão entre o fato de Cachoeira ser uma cidade histórica e a gestão cultural das festas.

Gráfico 14 – Avaliação da mudança da gestão da Festa do São João de Cachoeira do Estado para a Prefeitura



Fonte: Elaboração própria (2015).

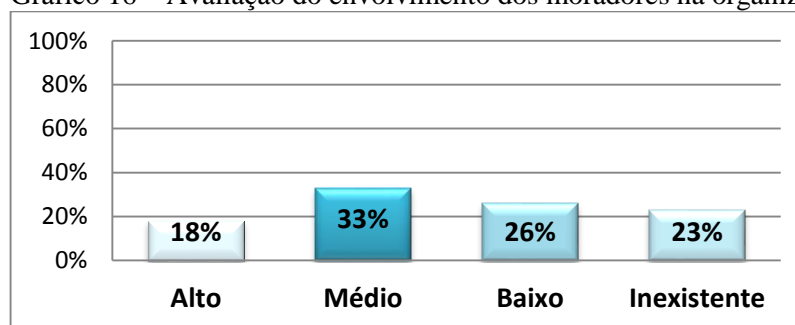
Gráfico 15 – Nível de respeito às tradições culturais a Prefeitura Municipal tem na organização da Festa do São João



Fonte: Elaboração própria (2015).

Questionados sobre o envolvimento dos moradores na organização da festa, 49% tem a percepção de baixo para inexistente (Gráfico16), reconhecendo que não participam da organização. Por se tratar de uma festa que nasceu da espontaneidade do povo e pelo seu sucesso chamar a atenção da Bahiaturisa, a representação popular nas tomadas de decisão deveria ser primordial, mesmo porque conforme visto com Tenan (2002, p. 32), uma festa popular precisa ter um tom socialmente agradável para atrair as pessoas e mantê-las a frente de modo a fazer jus ao título de uma festa popular, participativa.

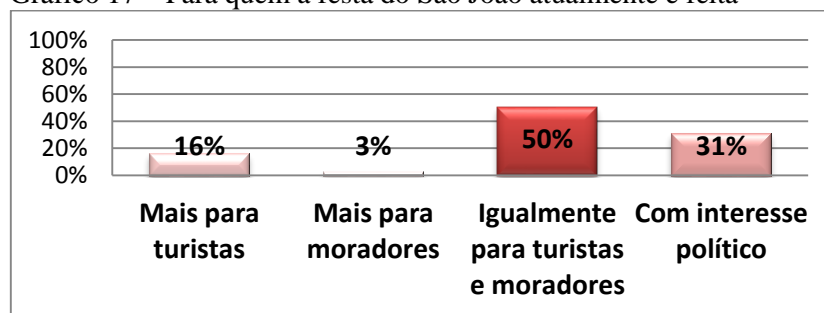
Gráfico 16 – Avaliação do envolvimento dos moradores na organização da Festa



Fonte: Elaboração própria (2015).

O que pode justificar a falta de participação popular na organização da festa é o fato de 31% (Gráfico 17) dos entrevistados atribuírem a realização da festa ao interesse político, já que se alega que o poder público busca atender o modismo e cativar grande parte do público local e, conseqüentemente, eleitores.

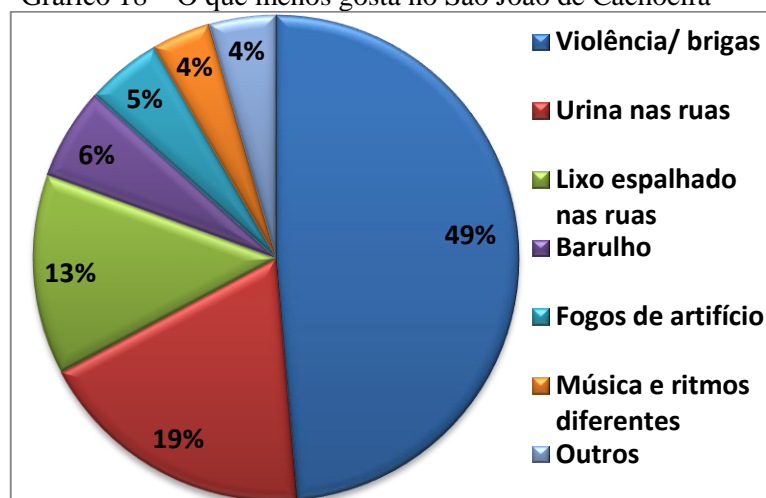
Gráfico 17 – Para quem a festa do São João atualmente é feita



Fonte: Elaboração própria (2015).

Perguntados sobre o que menos gostava na festa 49% dos entrevistados responderam brigas e violência com o fator que mais incomodava. Para 19% a ação de urinar nas ruas era o que mais incomodava, para 13% o lixo espalhado na rua causava insatisfação com a festa e 6% relataram o barulho excessivo como desagrado da festa. Destaca-se neste questionamento o baixo resultado para a opção de descontentamento pela presença de músicas e ritmos diferentes do contexto junino na programação da festa (4%), o que pode levar a conclusão que a maioria dos entrevistados já se acostumaram com tal situação.

Gráfico 18 – O que menos gosta no São João de Cachoeira



Fonte: Elaboração própria (2015).

As análises de *kernel* apresentadas na Figura 43 sugerem a relação espacial entre os aspectos da festa que mais incomodavam os entrevistados e a proximidade com seu local de realização.

O local que apresenta maior densidade de proporção com entrevistados que se sentem incomodados com urina nas ruas encontra-se a uma distancia aproximada de 300 metros do ponto central de realização dos festejos juninos em Cachoeira. Uma hipótese para esta densidade nesta distancia está relacionada ao fato de que no ponto central da festa há

peças circulando e a presença do Estado com seus mecanismos repressores a esta prática estão mais presentes. Uma vez que se afasta do epicentro da festa surgem as oportunidades para que os praticantes desta ação a executem (Figura 43-A).

O resultado desta análise pode sugerir também evidência para que os organizadores do evento ampliem a oferta de sanitários químicos não somente em quantidade, mas também em abrangência espacial na distribuição destes equipamentos.

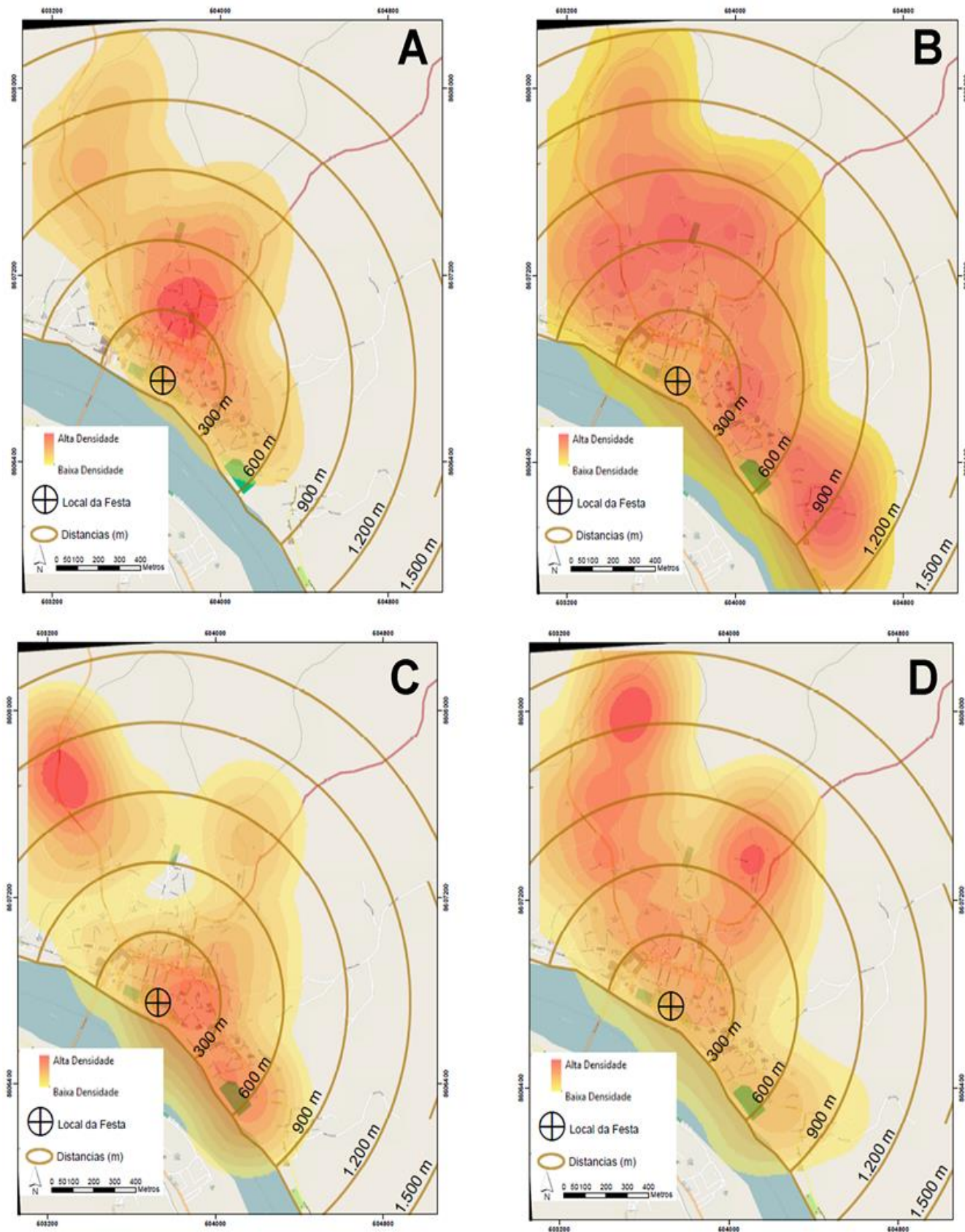
A densidade referente à percepção de brigas e violência (Figura 43-B) apresentam *hotspots* distribuídos em toda área em análise, o que sugere que a percepção da violência é difundida em toda população, não estando relacionada diretamente com a proximidade do local de realização do evento.

O resultado da densidade relacionada à percepção do barulho (Figura 43-C), demonstram duas zonas de maior densidade, sendo uma localizada na região de realização da festa, sugerindo uma relação espacial com o evento e outra em uma região mais afastada, a aproximadamente 1.200m na direção noroeste da área urbana de Cachoeira. Aparentemente esta zona quente não apresenta relação direta com o local de realização da festa, o que sugere a necessidade de continuidade neste estudo para ampliar o conhecimento sobre essa temática.

A princípio pode-se sugerir como motivo para este fenômeno questões topográficas, tendo em vista que este segundo ponto com densidade elevada situa-se numa área de maior altitude, facilitando ser atingida pela propagação do som.

A densidade relacionada com a percepção dos entrevistados em relação ao lixo espalhado nas ruas (Figura 43-D) apresenta maiores densidades nas áreas mais afastadas do local de realização da festa, o que sugere a hipótese de interpretação voltada para a compreensão de que durante a festa os serviços de limpeza urbana ficam concentrados na região central, apresentando deficiências nas regiões mais periféricas.

Figura 43 – Análise de densidade de *Kernel* para a percepção dos entrevistados que se sentem incomodados com urina nas ruas (A), brigas e violência (B), barulho (C) e lixo nas ruas (D)



Fonte: Elaboração própria (2015).

6 CONCLUSÕES

O presente trabalho teve por finalidade revelar as facetas que rodeiam uma importante manifestação cultural do Recôncavo Baiano, carregada de tradição, formada por diferentes raízes e influências culturais. Assim configura-se a Festa de São João da Feira do Porto de Cachoeira como atrativo turístico da cidade. A investigação principal gira em torno deste atrativo, evidenciando como ele foi tratado pelas instâncias governamentais estadual e municipal ao longo do seu transcorrer.

Baseado em pesquisa bibliográfica e de campo, contando com a oralidade de atores envolvidos em sua concepção, manifestações culturais e principalmente população da cidade, o estudo de caso apresentado buscou retratar o surgimento dessa festividade e caracterizar os momentos marcantes de Cachoeira ao longo de sua rica e peculiar história, bem como descrever a antiga tradição da Feira do Porto de Cachoeira e seu São João, tratando nesse ínterim da sua promoção e divulgação pela Bahiatursa e posteriormente pela sua própria prefeitura, iniciando-se a partir deste ponto a descaracterização da festa.

Acredita-se que compreender o ponto de vista dos moradores locais de Cachoeira diante das transformações percebidas nas expressões culturais do São João da Feira do Porto contribui para outras formas de gerir que contemplem aspectos ligados ao social e a memória de laços identitários. Para tanto, a análise espacial com uso de mecanismo de geotecnologia foi um diferencial apresentado como possibilidade de incremento e ilustração em pesquisas das ciências humanas. Com a utilização dessas técnicas pôde-se perceber a influência da localização base do indivíduo em sua opinião sobre o contexto cultural em que vive e como percebe os impactos da Festa de São João.

Percebeu-se que a Festa de São João da Feira do Porto de Cachoeira como atrativo turístico da cidade configura-se como uma importante expressão cultural carregada de tradição, formada por diferentes raízes e influências culturais, reconhecida pelo município e pelo Estado como de grande importância para a cultura e economia local. Além disso, depois da sincrética festa da Boa Morte, é o período do ano em que a cidade tem maior evidência no cenário baiano, o que afeta as dimensões sociais, culturais e econômicas.

De início realizado espontaneamente pela comunidade, tinha apenas o caráter celebrativo, onde a diversão era o resultado principal. Com o passar do tempo, outros valores foram agregados ao São João, que em vista do seu potencial, passou a ser organizado pelo poder público. Hoje, grande parte da tradição do São João de Cachoeira está comprometida, o que se pode perceber no ponto de vista de vários moradores entrevistados. Porém, com o

passar do tempo e a chegada de uma nova geração, cada vez menos se sente falta das tradições que deram relevância ao São João da cidade, como os folguedos locais, a feira realizada às vésperas do São João na beira do cais do porto, a autêntica música do Recôncavo com seu Samba de Roda e variações do forró. Prova disso é o dado coletado em campo onde 64% dos entrevistados aceitariam que os grupos locais deixassem de participar do São João.

A pesquisa evidencia o aspecto da relação entre o turismo e a cultura. Deste modo, a cultura local é uma atividade que, espontaneamente, mobiliza o turismo, sendo esta uma atividade que se apropria da cultura. Contudo, se nesta relação de interdependência o turismo não se desenvolver de uma forma responsável e sustentável, buscando preservar as manifestações locais e seu patrimônio cultural, os impactos gerados pelos resultados desta atividade podem ser negativos, com uma possível extinção do que há de mais importante numa comunidade, a sua identidade. Esta perda pode ser evitada quando a cultura é transmitida de modo responsável para as novas gerações possibilitando a sua perpetuação e, acima de tudo, respeitada pelo poder público. Aqui não se discutiu saudosismo e sim a necessidade de adequar a festa a realidade de cada cidade, história e patrimônio.

Hoje, além de uma abordagem mercadológica, segundo a visão de 31% dos entrevistados, a festa também é promovida com interesse político, visando agradar os eleitores com atrações que raramente se apresentariam na cidade. Ou seja, o objetivo principal da festa deixou de ser gerador de desenvolvimento local nos moldes do seu princípio, interação social, conhecimento e lazer, tendo seu foco voltado para fins políticos.

Tendo em vista todo o contexto apresentado, buscou-se responder o problema da pesquisa: “Em que medida as estratégias de promoção turística dos festejos juninos de Cachoeira influenciaram na transformação das expressões culturais da Festa ao longo do tempo”? Tais influências podem ser observadas a partir do momento em que o poder público, em princípio por meio da Bahiatursa, iniciou o processo de espetacularização do São João da cidade como uma das diretrizes do desenvolvimento do segmento turístico na economia baiana. Fato, no entanto, que favoreceu a cidade visto que estava num processo de decadência econômica.

É bem verdade, diante das pesquisas realizadas e de relatos coletados, que a preocupação devotada pela Bahiatursa na primeira década do São João da Feira do Porto foi no sentido de evidenciar as tradições desse lugar respeitando sua originalidade. Mas, a partir do momento que se intervém, mesmo que com as melhores das intenções, mudanças e ajustes são necessários. Porém, nada comparado ao que se percebeu pós década de 1990, período que

marcou o início da descaracterização da festa cerca de 10 (dez) anos após a transição de sua organização para o município.

O estudo sugere que as transformações ocorridas na expressão cultural da Festa foram acentuadas, ao ponto de descaracterizá-la, a partir da gestão municipal. A inserção na programação de grupos artísticos em evidencia sem nenhuma relação com o São João e em detrimento das atrações locais comprovam este fato. Somado a isso, houve o desestímulo aos barraqueiros que passaram a padronizar suas barracas com estrutura de ferro e lona e o empobrecimento da Feira do Porto, chegando ao ponto de não existir mais.

Além disso, buscar as respostas de outras questões que nortearam o trabalho foi fundamental para atingir os seus objetivos, como pode ser observado a seguir:

A) Quais características da Festa influenciam na geração de sentimentos de identificação e pertencimento do morador para fortalecer a tradição? De acordo com resultados obtidos na pesquisa de campo, foi revelado que entre os pontos de maior relevância para os moradores estão o “clima” de animação na cidade e a música tradicional, como o forró e o Samba de Roda e a comida típica. Esses elementos geram sentimento de identidade e pertencimento não só por existirem, mas também por que sua ausência acarreta fatores negativos, como por exemplo sem a comida típica abre-se espaço para *fast food*, sem o forró abre-se espaço para outros ritmos sem relação com a festa. Ao invés de caracterizar uma festa junina de raiz, esses novos elementos compõem um “clima” de festas de massa, que normalmente resultam em violência e sujeira nas ruas, fatores que foram destacados como mais desagradáveis na pesquisa.

B) Por haver cidades vizinhas que promovem festas juninas massificadas com foco no espetáculo e existir uma concorrência de público, como Cachoeira, sendo uma cidade histórica e com outros tipos de valores a agregar, pode manter suas tradições festivas em sua estratégia de promoção junina? Outro ponto que se destacou na pesquisa foi a percepção dos moradores de que o São João de Cachoeira tem sido promovido visando interesses políticos. Para se proteger as tradições festivas da cidade esta percepção precisa ser invertida, tendo a essência da Festa como fator preponderante para sua promoção. Garantir lugar de respeito às manifestações locais, resgatar os concursos que movimentavam a população e respeitar os ritmos típicos, podem ser algumas alternativas. Cachoeira é uma cidade histórica e seria interessante que as festividades que acontecem por lá tivessem esta conexão, não tendo como espelho cidades vizinhas, sem o mesmo patrimônio.

C) Quais os bens tangíveis que a festa vem proporcionando para os atores locais após as transformações sofridas ao longo do tempo? Após nivelar a festa junina de Cachoeira com outras que ocorrem no interior da Bahia e acostumar o público, principalmente da nova geração, com este tipo de festa, a gestão municipal vem garantindo seu prestígio e atraindo mais pessoas interessadas em festa espetáculo. Com a gradativa perda de prestígio e espaço, as manifestações locais se queixam do baixo cachê e horário em que se apresentam o que de fato revela prejuízo nesse processo ao invés de benefícios. Já a população local, que se manteve ao largo dos processos de mudanças ocorridos na Feira do Porto, parece ter se adaptado a nova maneira de festejar, garantindo um momento de lazer e incremento no comércio local.

D) De que forma a Bahiatursa explorou o potencial do turismo cultural em Cachoeira na década de 1970? Inicialmente ela diagnosticou uma inquietação da população com a situação socioeconômica da cidade, falta de emprego, ruínas degradadas, inexistências de turistas entre outros. Depois ela observou uma oportunidade de exercer sua função como instituição de promoção e fomento do turismo ao mesmo tempo que tinha um produto turístico bruto, repleto de tradição, espontaneidade e atrativos culturais materiais e imateriais, sendo o principal deles a Feira do Porto de Cachoeira que já existia há mais de duzentos anos na cidade.

E) Até que ponto a Festa de São João da Feira do Porto contribui com o Desenvolvimento Local através da projeção turístico-cultural da cidade de Cachoeira? Na medida em que foi percebido crescimento econômico para alguns agentes envolvidos ou que se beneficiam da Festa. Porém, esta percepção atende parcialmente à contribuição da Festa para o Desenvolvimento Local. Analisando sob a ótica de manter e defender a integridade e os interesses genuínos da comemoração, considera-se que o turismo praticado neste período em Cachoeira poderia ser melhor explorado e agregar mais benefícios à comunidade. Mesmo porque a cidade já produz eventos de qualidade e compatíveis com seu valor histórico, a exemplo da FLICA.

Portanto, no que tange aos objetivos propostos nesta dissertação, pode-se considerar que foram atendidos. Iniciou-se com a análise das transformações na Festa do São João da Feira do Porto de Cachoeira a partir das estratégias de promoção turística e seus reflexos na valorização das expressões culturais. Em seguida caracterizou-se a Festa sob o ponto de vista histórico-cultural, analisar as estratégias governamentais para promoção da Festa a partir da intervenção estadual na década de 1970 e das mudanças pós década de 1990 com a gestão municipal. Por fim avaliou-se a percepção dos moradores e outros atores locais

frente às transformações ocorridas no São João de Cachoeira, bem como houve a identificação de possibilidades de contribuição da Festa para o Desenvolvimento Local a partir da cultura e do turismo.

Mesmo assim, ao final da pesquisa surgiu o questionamento de quem seria, de fato, a responsabilidade de fazer com que as mudanças ocorridas no São João de Cachoeira fossem menos agressivas e prejudiciais para a expressividade cultural da Festa. Em uma reflexão mais superficial, esse processo poderia ser atribuído quase que exclusivamente à modernização desenvolvida na última década do século XX. Mas, deve-se entender o processo natural de mudança que ocorre em qualquer atividade, como processo evolutivo do tempo e não como elemento transgressor da cultura, havendo um limite para isso. Como visto, Cachoeira extrapolou este limite, sendo permitida uma mudança tão acentuada que chegou a afetar suas raízes culturais, comparada atualmente a outras cidades do interior baiano por equiparar seus festejos juninos aos delas. Sendo assim, acredita-se que todos os atores envolvidos tenham uma parcela de responsabilidade pela evidente descaracterização.

Notadamente a prefeitura no início da década de 1990, sendo esta a esfera municipal que, teoricamente, deveria saber reconhecer seus bens culturais, e assim, trabalhar pela sua preservação, é destacada como principal responsável pela consequente descaracterização da festa. Os interesses econômicos sobrepuseram o diferencial do São João de Cachoeira que colocava a cidade em destaque no período junino como referência de tradição: a música típica da época, a efervescência causada na população local pelos diversos concursos e também nos visitantes por saber em que encontrariam algo genuíno.

Além disso, há que se destacar nesse processo de mudança no foco da festa, seu objetivo o seu principal elemento. Ir ao São João da Feira do Porto de Cachoeira era vivenciar um momento lúdico e prazeroso ao lado de familiares e amigos, e não meramente a oportunidade de contemplar fervorosamente a atração “X” ou “Y” que, se não fosse pelo recurso financeiro (seja ele público ou privado) disponibilizado para a festa, raramente se apresentaria na cidade. Neste sentido, nota-se uma inversão de valores iniciada na esfera pública e que se perpetuou para a população, sobretudo os mais jovens, de valorização da atração em detrimento do acontecimento festivo em si.

À Bahiaturisa é dada a responsabilidade de, sendo o órgão público competente para administrar o fenômeno turístico, não prestou uma consultoria adequada na transição da gestão da festa para o poder municipal ao longo das diferentes gestões locais que se sucederam, sobretudo pós-1990. Posteriormente ela também não se ateu a fiscalização e repreensão quando percebeu os primeiros indícios de descaracterização daquilo que

originalmente havia proposto em 1972, mesmo tendo sinalizado a possibilidade de uma evolução equivocada das tradições juninas pelas transformações ao longo do tempo em publicação na Revista Viver Bahia em 1980, quando a administração da Festa ainda estava sob seu encargo.

O órgão de turismo do Estado poderia alegar não ser este o seu papel, tendo a função de divulgar o destino Bahia, mas ao passo que a expressão cultural de um atrativo perde seu valor peculiar transformando-se em algo comum, que pode ser encontrado em qualquer lugar, em longo prazo, seu portfólio cai, fazendo com que menos pessoas tenham interesse de visitar o Estado.

A Bahiatursa revela estar ciente deste aspecto, quando, visando desenvolver o segmento do turismo étnico no Estado, também em Cachoeira, tem apoiado a comemoração da Boa Morte, apropriando-se desta tradicional manifestação de matrizes africanas com o cuidado devotado ao que se pretende preservar. Contudo, tendo em vista o contexto que a Boa Morte está inserida, não adianta isolar esta manifestação no que tange a preservação de bens culturais. Quando voltada para o setor cultural, a política de investimento turístico num município deve ser abrangente e contemplar o máximo possível do seu patrimônio, pois é este conjunto que a deixa ainda mais atraente, sobretudo numa cidade histórica, como Cachoeira, tendo em vista seu valor cultural material e imaterial como bem relatou Castro (2012, p.161), comprovado pelo alto índice de bens tombados por órgãos como o IPHAN e a *UNESCO* nessas duas esferas (ver Anexos A, B, C e F).

Há também que se ressaltar o papel da população e dos próprios grupos locais afetados que foram relegados da participação da gestão municipal. Eles, mesmo notando ao longo do tempo a descaracterização que se estabelecia, mantiveram-se numa aparente inércia diante do ocorrido, não reivindicando com veemência o direito que lhes é cabido na comemoração, retomando a abordagem de Morigi (2001) a respeito do caráter atônito desse grupo. Ainda assim, os atores em questão participam da festa, mesmo sendo desfavorecidos em comparação às grandes atrações nacionais, fazendo com que o “brilho” que iniciou este evento “não se apague”.

Fica evidente que administração mais focada na gestão participativa, que envolva a comunidade em eventuais mudanças na expressividade cultural, tem menos chance de cometer deslizes, e isso poderia ser cobrado pela população. A sensação que se tem é que, não havendo uma ativa participação popular nas mudanças ocorridas no São João, a comunidade foi a última a se dar conta do que estava acontecendo, o que talvez justifique esta forma mais contida de reação. Neste ponto, faz-se necessário uma descentralização das tomadas de

decisões pelo poder público local e estímulo a participação popular, concordando com Albuquerque (1998) sobre as possibilidades de geração de desenvolvimento local integrado, nesse caso por meio da promoção do São João de Cachoeira, seguindo as diretrizes propostas por Brito; Santos e Gurgel (2012).

Portanto, nesse contexto não cabe a justificativa de que a descaracterização foi fruto da evolução natural, pois o que aconteceu foi resultado de uma administração frágil e sem a participação popular. Isso não pode ser justificativa para a negligência da gestão de nenhum bem cultural, pois causa vulnerabilidade à expressão cultural da cidade.

Vale salientar, que aqui não se discute saudosismo ou tentativa de retorno aos tempos remotos de Festa. Mesmo porque o mundo já adquiriu um novo redimensionamento advindo da aceleração dos processos sociais e econômicos, relacionados a determinados acontecimentos como o desenvolvimento dos meios de informação, de comunicação, transporte de massas, assim como o êxodo rural, o crescimento das cidades, e os grandes fluxos populacionais.

Apesar da justificativa do crescimento econômico ser utilizada como fator preponderante para a descaracterização da Festa, tendo como fator agregador a atração de mais pessoas para Cachoeira, não existe dados estatísticos baseados em pesquisa e oficialmente divulgados que comprovem tal perspectiva. Neste sentido, sugere-se que novas investigações sejam feitas buscando mensurar o efetivo incremento na economia local. Mesmo que tal informação não possa ser coletada do setor informal, é possível obter estes dados do setor econômico ligado ao turismo, como pousadas, hotéis, bares, restaurantes, agências de transporte, museus e espaços históricos e artísticos.

Com estes dados, será possível caracterizar o perfil do turista que frequenta a cidade no período do São João, tendo em vista seus reais interesses, tempo de permanência na cidade e gasto médio durante sua estadia. Assim será possível avaliar até que ponto esse perfil de turista interessa para o contexto de uma cidade histórica, como Cachoeira.

Diante do passivo perfil das manifestações culturais locais, sugere-se também que estas se organizem socialmente, com reuniões periódicas, numa tentativa de se imporem diante do coadjuvante papel ao qual foram relegados na busca de reverter o quadro atual, fazendo com que o sentimento de descrença não tome proporções ainda maiores.

No âmbito governamental, indica-se: a realização de audiências públicas visando o aprimoramento dos pontos chave já elencados; a efetiva atuação do Conselho de Cultura; e a elaboração de projetos de viabilidade econômica para a participação de manifestações populares locais. Como exemplo, tem-se o já citado projeto que pretendia equiparar em no

mínimo 5% do cachê das atrações nacionais para as manifestações locais, rejeitado pela Câmara de Vereadores.

Cachoeira por ser uma cidade histórica e repleta de patrimônio cultural, pode ter esta ação ampliada para contemplar toda sua peculiaridade. Sugere-se a criação do “Museu Virtual das Tradições Juninas de Cachoeira – Feira do Porto”. A importância dessa ação está pautada no fato de Cachoeira ter sediado o primeiro São João planejado da Bahia. A necessidade de comunicar essa memória vem da observação de que determinados saberes e fazeres genuínos desse festejo já não existe mais devido à ausência de ações concretas.

Nesta dissertação, essa ação propositiva ainda não apresenta em detalhes o arranjo institucional e/ou técnico, mas indica um caminho para a manutenção e atração de recursos que fortaleçam a memória local. No Brasil, existe uma política pública voltada para proteção dos museus, que é a Política Nacional de Museus, portanto, há possibilidades para a sua viabilização.

A princípio a ideia é utilizar uma plataforma digital para disponibilizar, sistematizar e perpetuar itens do acervo material e imaterial dessas tradições. Como alternativa para uma experiência diferenciada sugere-se a recente tecnologia de realidade virtual aumentada com código aberto disponibilizada pela Google, o Google Cardboard⁴⁶.

O momento vivido pelo país na atualidade revela a fragilidade de uma festa popular, como o São João de Cachoeira, quando o viés mercadológico, econômico e de interesse político tornam-se fatores preponderantes em sua realização. A incerteza do investimento da Petrobras em patrocínio ao São João da Bahia por conta da crise de corrupção que está passando, aponta para um horizonte de insegurança da viabilidade de manutenção da festa junina nos moldes estabelecidos nos últimos anos.

Mas conforme o pensamento de Einstein, de que os momentos de crise trazem progresso, talvez esta fosse a ocasião adequada para a prefeitura retomar as antigas tradições e valorizar as manifestações e folguedos culturais locais. “No meio de qualquer dificuldade encontra-se a oportunidade” (Albert Einstein).

Cachoeira passa por um momento em que a falta de visão em relação aos seus atrativos culturais podem levá-la à perda de características importantes da sua história, fazendo-se necessário um rememoração de suas antigas tradições. É latente a necessidade de revisão das diretrizes turísticas da cidade, em especial do projeto de organização do São

⁴⁶ O Google Cardboard é uma tecnologia da Google que proporciona experiências sensoriais de imersão, onde as pessoas através do uso de óculos específico com tecnologia de realidade virtual aumentada têm a sensação de integrar aquele ambiente que está visualizando. Tal experiência ocorre com o uso de aplicativo específico instalado em smartphone que deve ser acoplado no óculos. Para Mais informações acesse <https://www.google.com/get/cardboard/>

João, desde sua programação até suas relações comerciais, trazendo a Feira do Porto de volta a vitrine da cultura de raiz do Recôncavo Baiano.

REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, Paloma; AMORIM, Gabriela; GARCIA, Rodrigo. **Cultura: um produto economicamente homogeneizado**. p. 4. 2014. Disponível em: <<http://rp-bahia.com.br/biblioteca/pdf/PalomaAbdallah.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2014.
- ADORNO, T. W. A indústria cultural. In: COHN, G. **Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações de massa nessa sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1978.
- ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento Local e distribuição do progresso técnico, uma resposta às exigências do ajuste estrutural**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.
- ALMEIDA, Alfredo Dias D`. **Folkmídia: a mediação da cultura popular pelos meios de comunicação de massa, de Beltrão a Luyten**, 2003. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista15/artigos%2015-4.htm>>. Acessado em: 27 set 2010.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. Faculdade de Educação Física/UNICAMP. **Conexões** v. 2, n.1, 2004.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. **Lazer e presídio: contribuições da teoria da ação comunicativa**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- ALMEIDA, Randerson dos Santos. **São João da Feira do Porto de Cachoeira: Caminhos da Descaracterização de um Patrimônio**. Monografia (Graduação em Turismo e Hotelaria) - Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Salvador, 2011.
- AMARAL, Rita de Cassia de M. P. **Festa a brasileira: significados do festejar no país que não é sério**. 1998. TESE (Doutorado em antropologia) – Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Joao, 1998.
- ARANTES, Antônio Augusto. **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARAUJO, Alceu Maynard. **Cultura popular brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO FELIX. **Barragem Pedra do Cavalo**. 2010. Disponível em: <<http://arquivomunicipaldesaofelix.blogspot.com.br/2010/05/barragem-pedra-do-cavalo.html>>. Acesso em: 19 abr. 2015.
- AUGÉ, Marc. Não-Lugares: **introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 1. ed. Campinas: Papirus, 1994.
- BAHIA. Casa Civil. **Lei nº 10.695 de 24 de Setembro de 2007** - Autoriza o Poder Executivo a transferir, temporariamente, a sede do Governo, na forma que indica, e dá outras providências. Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php?id=65174&voltar=voltar>>. Acesso em: 25 abr 2015.

BAHIA. Empresa de Turismo da Bahia S.A. (Bahiatursa). São João em Cahoeira – junho. **Revista Viver Bahia**. Salvador: Bahiatursa, jun. 1974.

_____. São João. **Revista Viver Bahia**, Salvador: Bahiatursa, n. 50, jun. 1980.

_____. **Histórico**. Salvador: 2013. Disponível em: <<http://www.bahiatursa.ba.gov.br/institucional/historico/>> Acesso em: 17 ago 2014.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **Século XXI – Consolidação do turismo: estratégia turística da Bahia 2003-2020**. Salvador, 2005.

BAHIA. Secretaria de Turismo da Bahia. **São João da Bahia: a maior festa regional do Brasil**. Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/>>. Acesso em: 11 maio 2014.

BAHIA. Secretaria da Cultura. **Samba de Roda Suerdick**. 2011. Disponível em: <http://www.encontrospercussivos.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=2>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Secretaria da Cultura. **Gêgê Nagô**. 2011. Disponível em: <http://www.encontrospercussivos.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=2>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Secretaria da Cultura. **Filhos de Nagô**. 2011. Disponível em: <http://www.encontrospercussivos.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=2>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BAHIA. Secretaria da Indústria e do Comércio – SIC; Companhia de Desenvolvimento do Recôncavo – CONDER. **Plano de turismo do Recôncavo**. Salvador: Clan S.A., 1971. Não paginado.

BARBIER, René. **Escuta sensível na formação de profissionais de Saúde**. Paris: Conferência na Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade Paris – FEPECS – SES-GDF, 2002. Disponível em: <<http://www.barbier-rd.nom.fr/> e <<http://www.saude.df.gov.br/FEPECS>>. Acesso em: 25 fev 2013.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aeph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).

BARRETTO, Margaritta. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

BELCHIOR, Elísio de Oliveira ; POYARES, Ramon. **Pioneiros da Hotelaria no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Senac, 1987.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 5. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

_____. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1997.

BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular: leituras operárias**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 68.045 de 13 de Janeiro de 1971** - Converte em Monumento Nacional a cidade baiana de Cachoeira e dá outras providências. Legislação Informatizada. Brasília, 1971. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68045-13-janeiro-1971-409924-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 nov 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Introdução à Estatística Espacial para a Saúde Pública**. Fundação Oswaldo Cruz; SANTOS, Simone M.; SOUZA, Wayner V. (orgs). Série B. Textos Básicos de Saúde. Série Capacitação e Atualização em Geoprocessamento em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em:

<http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/TEXTOS_CURSO_VIGILANCIA/capacitacao_e_atualizacao_em_geoprocessamento_em_saude_3.pdf>. Acesso em: 20 nov 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estudos da competitividade do turismo brasileiro: turismo como instrumento de desenvolvimento regional: estudo de arranjos produtivos locais (Apls) no setor de turismo**. Brasília: 2013. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_COMO_INSTRUMENTO_DE_DESENVOLVIMENTO_REGIONAL_ESTUDO_DE_ARRANJOS_PRODUTIVOS_LOCAIS_xAPLx_NO_SETOR_DE_TURISMO.pdf>. Acesso em: 17 mar 2014.

BRENNER, Eliana de Moraes. Relações entre Turismo e Cultura. **Pré-textos para Discussão**, Salvador, v.2, n.2, p.11-19, jul.1997.

BRITO, Lydia Maria Pinto; SANTOS, Maria Érica de Lira; GURGEL, Fernanda Fernandes. **Desenvolvimento Local e “O Maior São João do Mundo**. 2012. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012/2012_EnAPG105.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2015.

BRUNNER, José Joaquim. **Cartografias de la modernidad**. Santiago Chile: Dolmen Ediciones, 1991

BUARQUE, Sergio. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: ILCA, 2004. 103-116.

CABRAL, Ipojucã; CURVELLO, André (Edit.). **Cachoeira e São Félix: revelações do tempo**. Salvador: [s.n.], 2004.

CALILA NOTÍCIAS. **Poucas e boas da vista de Rui Costa a Muritiba**. Disponível em:

<<http://www.calilanoticias.com/2015/01/poucas-e-boas-da-vista-de-rui-costa-a-muritiba.html>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

CARLOS, A. Fani. “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F.; SEABRA, O. C. de Lima (Org.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 62-74.

CASA DA XILOGRAVURA. **Xilogravura, o que é?** Cachoeira: Casa da Xilogravura, 2012. Disponível em:<<http://www.casadxilogravura.com.br/xilo.html>> Acesso em: 10 nov. 2013

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Global, 2001

_____. **Cultura e linguagem oral**. São Paulo: Global, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Janio Roque Barros de. **Da casa à praça pública: espetacularização das festas juninas no espaço urbano**. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. A espetacularização das festas juninas no espaço urbano como estratégia político-administrativa de promoção do turismo cultural no recôncavo baiano. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT, 6., 2010, Salvador. **Anais...** Salvador: Facom-UFBA, 2010,.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Festas Populares Brasileiras: Entrevista/Conversa com Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. **Revista Observatório Itaú Cultural. A Festa em Múltiplas Dimensões**, n. 14, São Paulo: Itaú Cultural, 2013.

CAZAES, Melira Elen Mascarenhas. **No ritmo do compasso, a melodia das filarmônicas em harmonia com o tempo: um estudo sobre a Lyra Ceciliana e a Minerva Cachoeirana (1960- 1980)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana, 2014.

CERQUEIRA, Raymundo. **Professor e poeta**. Entrevista I: [nov. 2014]. Entrevistador: Randerson dos Santos Almeida. Cachoeira-BA, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min).

CHARTIER, R. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, n.16, p. 179-192, 1995.

CORBIN, A. **L'avènement des loisirs: (1850-1960)**. Paris: Aubier, 1995.

CORDEIRO, Roberto. **Diário de bordo: um viajante ocidental - Ponte D. Pedro II por dentro; Igreja da Ajuda; Casa de Câmara e Cadeia; Igreja e Conjunto do Carmo**, 2002. Disponível em: <<http://robertocordeiro.wordpress.com/>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

COSTA, Sebastião Heber Vieira. **Imagística de cachoeira: Ilá Deleci**. Salvador: Faculdade 2 de Julho, 2008,

COX, Harvey. **A festa dos foliões**. Petrópolis-RJ. Vozes, 1974.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

_____. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. In: CULTURA e identidade. Fim de Século. Lisboa. [s.n.], 2001. Cap.6. p.123-139.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DURKHEIM, Emile. **Les formes elementaires de La vie religieuse**. Paris: Alcan, 1972.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENDRES, Ana Valéria. Políticas de Turismo, Desenvolvimento e o Papel do Estado: Cenários e Inquietações. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 5, n. 1, 2008.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FALE RECÔNCAVO. São João 2012 de cachoeira, confira as atrações! Notícias. Cachoeira: **Fala recôncavo**, 2012. Disponível em: <<http://www.falareconcavo.com.br/2012/04/sao-joao-2012-de-cachoeira-confira-as.html>>. Acesso em: 15 jan 2013.

FEATHERSTONE, M. Global and local culture. In: BIRD, J. et. al. **Mapping the futures: local cultures, global change**. London: Routledge, 1993

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Larissa da Silva; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Decurso histórico do turismo no Estado da Bahia: Antônio Carlos Magalhães (ACM) e a cultura local como fatores intervenientes para o desenvolvimento da atividade. **GeoTextos**, v. 9, n. 1, jul. 2013.

FERREIRA, Luzia Gomes. FREITAS, Joseania Miranda. **O Samba de Roda nas festividades de N. Sr^a da Boa Morte em Cachoeira – Bahia**. 2005. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LuziaGomesFerreira.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

FERREIRA, M. L. M. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, n.3, p. 79-88, 2006.

FLICA. Festa Literária Internacional de Cachoeira – BA. **A FLICA**. Cachoeira, 2014. Disponível em: <<http://www.flica.com.br/>>. Acesso em: 20 fev 2015.

FONSECA, Antônio Ângelo M. A emergência do lugar no contexto da globalização. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano III, n. 5, p.96-103, dez. 2001.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1981.

FURTADO, Laura Isabel. **Introdução ao turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Infobook, 2000. (Cadernos Técnicos de Turismo).

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GINGA MUNDO. **Cachoeira-BA**. 2013. Disponível em: <<http://www.gingamundo.com.br/fotos/rede-capoeira/attachment/cachoeira-ba>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

GODARD, O *et al.* Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local. **Estudios territoriales**, Madrid, n. 24. 1987.

GONZAGA, Luiz; MORAIS, Guio. **Luiz Gonzaga – São João Na Roça**. Disco São João Na Roça, 1962 – RCA Victor. Por Dj Ivan – 28 de novembro de 2012, postado em: LPS. Disponível em: <<http://www.forroemvinil.com/luiz-gonzaga-sao-joao-na-roca/>>. Acesso em: 25 abr 2015.

GOOGLE EARTH. **Cachoeira**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-12.6021577,-38.965267,1591m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

GROPPO, Luís Antonio (Org.). **Vamos para a festa!** Turismo e festa popular. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005.

HABERMAS, J. **Teoria de la acion comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cachoeira-BA**. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

IDENTIDADE BRASIL. **Festividades**. 2007. Disponível em: <<http://www.identidadebrasil.com.br/fesbah.htm>> Acesso em: 15 abr. 2015.

IPAC. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Monumenta**, Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/monumenta>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Arquivo Noronha Santos – Livros do Tombo**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. **Compromisso Brasília**. Brasília, 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

_____. **Cachoeira, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico (Cachoeira, BA)**. Brasília, 1971. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_arque.gif&Cod=1027>. Acesso em: 13 nov. 2013.

_____. **Hospital São João de Deus: jardim (Cachoeira, BA)**. Brasília, 1940. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_arque.gif&Cod=1035>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Casa natal de Teixeira de Freitas (Cachoeira, BA)**. Brasília, 1941. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1043>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Casa à Praça Dr. Aristides Milton, 23-A (Cachoeira, BA)**. Brasília, 1941. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1025>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Paço Municipal (Cachoeira, BA)**. Brasília, 1939. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1039>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Sobrado à Praça da Aclamação, 4 (Cachoeira, BA)**. Brasília, 1941. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1040>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Casa natal de Ana Nery** (Cachoeira, BA). Brasília, 1941. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1042>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Hospital São João de Deus: capela** (Cachoeira, BA). Brasília, 1943. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1018>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Casa à Rua Benjamin Constant, 1** (Cachoeira, BA). Brasília, 1943. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1021>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Casa à Rua Benjamin Constant, 2** (Cachoeira, BA). Brasília, 1943. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1022>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Casa à Rua Benjamin Constant, 17** (Cachoeira, BA). Brasília, 1943. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1023>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Sobrado à rua Treze de Maio, 13** (Cachoeira, BA). Brasília, 1943. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1044>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Sobrado à Rua Ana Nery, 25** (Cachoeira, BA). Brasília, 1943. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1047>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Engenho Embiara: sobrado** (Cachoeira, BA). Brasília, 1943. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1048>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Igreja do Seminário de Belém** (Cachoeira, BA). Brasília, 1938. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1032>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Igreja Matriz de Santiago** (Cachoeira, BA). Brasília, 1960. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1034>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Lavabo do Convento de Santo Antônio de Paraguassú** (Cachoeira, BA). Brasília, 1974. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1038>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Sobrado à Rua Ana Nery, 1** (Cachoeira, BA). Brasília, 1941. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1041>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Chafariz da Praça Dr. Milton** (Cachoeira, BA). Brasília, 1939. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=2078>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Capela de Nossa Senhora da Pena e ruínas do sobrado anexo** (Cachoeira, BA). Brasília, 1943. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1017>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Capela da Ajuda** (Cachoeira, BA). Brasília, 1939. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1019>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Casa à Rua Ana Nery, 4** (Cachoeira, BA). Brasília, 1943. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1020>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Engenho Vitória: sobrado, capela, crucifixo, senzala e banheiro** (Cachoeira, BA). Brasília, 1943. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1045>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Sobrado à Rua Ana Nery, 2** (Cachoeira, BA). Brasília, 1943. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1046>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Casa de oração da Ordem Terceira do Carmo** (Cachoeira, BA). Brasília, 1938. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1024>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Convento de Nossa Senhora do Carmo** (Cachoeira, BA). Brasília, 1938. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1028>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Igreja da Ordem Terceira do Carmo** (Cachoeira, BA). Brasília, 1938. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1029>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Igreja de Nossa Senhora do Carmo** (Cachoeira, BA). Brasília, 1938. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1030>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Convento de Santo Antônio de Paraguassú: igreja e ruínas** (Cachoeira, BA). Brasília, 1941. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1031>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário** (Cachoeira, BA). Brasília, 1939. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1033>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Jarras de louça, 02 / Fábrica de Santo Antônio do Porto** (Cachoeira, BA). Brasília, 1939. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_artes.gif&Cod=1036>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Jarras de louça, 03 / Fábrica de Santo Antônio do Porto** (Cachoeira, BA). Brasília, 1939. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_artes.gif&Cod=1037>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Samba de Roda do Recôncavo Baiano**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=17748&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. **Certidão Samba de Roda do Recôncavo Baiano**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=441>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. **Samba de Roda no Recôncavo Baiano é declarado Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=AF9EA1CD79F08E332886DDDC11980DEB?id=12873&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

_____. **Samba de Roda do Recôncavo Baiano**. 2007. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=723>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

JORNAL A TARDE ONLINE. **Olhar Sobre Cachoeira**. Foto de Diego Mascarenhas. Salvador, 2009. Disponível em: <http://jeitobaiano.atarde.uol.com.br/?p=414&doing_wp_cron=1430537144.0371310710906982421875>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. **Rui Costa tenta patrocínio para garantir o São João**. Reportagem de Rodrigo Aguiar, dom. 26/04/2015. Salvador, 2015. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1676312-rui-costa-tenta-patrocínio-para-garantir-o-sao-joao>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

JESUS, Marcelino Gomes de. **Presidente da Fundação Casa Paulo Dias Adorno**. Entrevista II: [nov. 2014]. Entrevistador: Randerson dos Santos Almeida. Cachoeira-BA, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min).

JORNAL GRANDE BAHIA. **Cachoeira celebra 177 anos de emancipação**. Foto de Carlos Augusto. Feira de Santana, 2014. Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2014/03/reconcavo-baiano-cachoeira-celebra-177-anos-de-emancipacao.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

JOYAL, Andre. **Community Economic Development: the Montreal examples dans community economic development in Canada**. Montréal: Les Éditions Transcontinentales. 1994.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: EDUSC, 2001

KENDELL, P. **Project Planning and Development: economic aspects. Tourism Management**, jun. 1987.

KONINGS, Johan. A festa na bíblia. In: PASSOS, Mauro (org.). **A festa na vida: significados e imagens**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 113-141.

KUPER, A. **Culture: the anthropologist's account**. Cambridge: Havard University Press, 1999.

DeLA TORRE, Francisco de. **Sistema de Transporte Turístico**. São Paulo: Roca. 2002.

LACAYO PARAJÓN, Francisco José. A new contract between culture and society. In: INTERNACIONAL CONGRESS CULTURE DEVELOPMENT, 2., 2001, Havana. Anais... 2001. Disponível em: <<http://www.unesco.org/documents.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2014

LAPENTA, Pe. Victor Hugo. **Festas paroquiais: momento significativo.** *Revista litúrgica*, São Paulo, n. 19, p.1-21, jan./fev. 1977.

LEIPER, N. **The Framework of Tourism.** *Annals of Tourism Research*. oct/dec. 1979.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas.** São Paulo: Aleph, 2008, p.65.

LOHMANN, Paola. **A inovação do turismo no Brasil: os desafios na construção de sua trajetória.** *Revista Acadêmica*, v. 7, n.2, Rio de Janeiro, abr. 2012.

MALDONADO, C.. O turismo comunitário na América Latina: gênese, características, e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade ; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 6. ed. Sao Paulo: Atlas, 2006.

MARIN, Elizara Carolina. O espetáculo esportivo no contexto da mundialização do entretenimento midiático. *Revista Brasileira Ciência Esporte*, Campinas, v. 30, n. 1, p. 75-89, set. 2008

MARTINEZ, Manuela. **Entenda a "Guerra das espadas" de Cruz das Almas (BA).** 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/06/23/ult5772u157.jhtm>>. Acesso em: 22 fev 2013.

MATTELART, Armand. **A globalização da comunicação.** Bauru: EDUSC, 2002. Cap. VI.

MEDAGLIA, Juliana; SILVEIRA, Carlos Eduardo. A influência da ideologia do capitalismo industrial no desenvolvimento do turismo de massa europeu e suas consequências na política nacional de turismo brasileira. Trabalho apresentado ao GT “Abordagem histórico-crítica do turismo” do In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4., 2006, Caxias do Sul. **Anais...** 7 e 8 de julho de 2006.

MEIRELLES, Gilda Fleury. **Tudo sobre eventos.** São Paulo: Editora STS, 1999.

MEIRELLES, Gilda Fleury. **Eventos, seu negócio, seu sucesso.** Alphaville: IBRADEP, 2003. 199p.

MELLO, Francisco José de. **História da cidade de Cachoeira.** Feira de Santana: Radami, 2001.

MPF. Ministério Público Federal. **Entenda o Caso.** Combate a Corrupção – Caso Lava Jato. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 28 abr 2015.

MORIGI, V. José. **Imagens recortadas, tradições reinventadas**: as narrativas da festa junina de Campina Grande – Paraíba. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2001.

MOSS, Margi. **Mundo Moss**: O rio Paraguaçu e as Cidades Irmãs, São Félix - margem direita - e Cachoeira - margem esquerda, 2009) Disponível em: <<http://blogs.abril.com.br/lenidavid/2009/12/cachoeira-bahia-charme-beleza-historia.html#>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

_____. **Destinos turísticos no Recôncavo Baiano**: cidades onde ficam as atrações turísticas do Recôncavo Baiano. Disponível em: <<http://www.mundomoss.com.br/site/margi-moss>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

MOURA, A. P. Turismo e Festas Folclóricas no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.) **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2007. 130p.

MOURA, Antonio de Paiva. Turismo e festas folclóricas no Brasil. In. FUNARI, Pedro Paulo; PINSKI, Jaime (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo, Contexto, 2001, p. 35-49.

NASCIMENTO, Luis Claudio Dias do. **Historiador e jornalista**. Entrevista III: [nov. 2014]. Entrevistador: Randerson dos Santos Almeida. Cachoeira-BA, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min).

OLIVEIRA, Antonio Pereira. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 41-48, maio/ago. 2002.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Propósitos e princípios da ONU**. UNIC Rio – Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

OPENSTREETMAP. **Relação**: Cachoeira (362439). Dados são disponíveis sob a "Open Database Licence, licenciado como CC-BY-SA. Disponível em: <<http://www.openstreetmap.org/relation/362439#map=17/-12.59478/-38.97154>>. Acesso em 04 nov. 2014.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **Bahia**: terra da felicidade. Salvador: Bahiatursa, 2006.

PRAXEDES, Walter. Turismo e consumo na sociedade global. **Turismo**: dimensões e perspectivas. Maringá, v. 1, n. 1, p. 45-55, dezembro, 2001.

QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino; SOUZA, Regina Celeste de Almeida. **Caminhos do Recôncavo**: proposição de novos roteiros históricos - culturais para o recôncavo baiano. Salvador: UNIFACS, 2009.

RAMOS, Jorge. **Lyra Ceciliana é destaque em revista nacional**. 2014. Disponível em: <<http://vapordecachoeira.blogspot.com.br/2014/08/lyra-ceciliana-e-destaque-em-revista.html>>. Acesso em: 15 abr 2015.

RANGEL, Lúcia Helena Vitalli. **Festas Juninas, Festas de São João: origens, tradições e história.** São Paulo: Publishing Solutions, 2008.

RIBEIRO, Edinelza Macedo. **Desenvolvimento local sustentável e o fenômeno cultural dos bois-bumbás de Parintins: um estudo de caso** / Edinelza Macedo Ribeiro. – Natal, 2008. 143f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Potiguar. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação.

RIBEIRO, Suzana; FERREIRA, Luís. As festas populares urbanas: eventos turísticos especiais. **Percursos & Ideias. Revista Científica do ISCET**, n. 1. p. 153-166. 2009. Disponível em:

<http://www.iscet.pt/sites/default/files/PercursosIdeias/N_1/Revista2009.pdf>. Acesso em: 27 set. 2013.

ROCHA, Rubens. **A fascinante Cachoeira: jóia do Recôncavo Baiano.** Cachoeira: Grasb – Gráfica Santa Bárbara Ltda, 2002.

ROSA, Maria Cristina. Festar na cultura. In: _____ (Org.). **Festa, lazer e cultura.** Campinas: Papyrus, 2002. p. 11-41.

SAMBA DE RODA FILHOS DO CAQUENDE. **Quarta dos Tambores de Novembro de 2013.** Cachoeira, 2013. Disponível em: <<http://www.sambadocaquende.blogspot.com>>. Acesso em: 18 abr 2015.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia.** São Paulo: Atlas, 1994.

PASSOS, Manuel. **Funcionário do setor de Certificação e Qualificação da SETUR – BA.** Entrevista IV: [nov. 2014]. Entrevistador: Randerson dos Santos Almeida. Salvador-BA, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min).

RIBEIRO, Antônio Moraes. **Funcionário da Bahiatursa desde 1974.** Entrevista V: [nov. 2014]. Entrevistador: Randerson dos Santos Almeida. Salvador-BA, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min).

SANTANA, Mariely Cabral de. **Alma e Festa de uma cidade: devoção e construção da Colina do Bonfim.** Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTANA, Rita. **Professora, agente cultural e diretora da ONG Raízes do Recôncavo.** Entrevista II: [nov. 2014]. Entrevistador: Paulo Henrique Oliveira Silva. Cachoeira-BA, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min).

SANTOS, Adalberto. **Tradições populares e resistências culturais: políticas públicas em perspectiva comparada.** Salvador: EDUFBA, 2011. 235p.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Entre Troncos e Atabaques: a representação do negro nos museus brasileiros.** CEAO/UFBA. 2004. Disponível em <http://www.ceao.ufba.br/unesco/13paper-myrian.htm#_ftn15>. Acesso em: 26 mai. 2014.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo. **Festas Juninas: cultura, religiosidade e tradição.** São Paulo: 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/docs/200706-festasjuninas.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

SEBRAE/MG. **Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão** por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011. 1ed.

SILVA, Paulo Henrique Oliveira. **Cabula - patrimônio disfarçado de bairro: possibilidades de desenvolvimento territorial através de abordagens participativas do turismo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – UNIFACS Universidade Salvador, Salvador, 2014.

SILVA, Rosijane Evangelista da Silva; CARVALHO, Karoliny Diniz. Tradições e Traduções culturais no São João do Maranhão: Análise da relação entre festas populares e o turismo. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 7., 2010. **Anais...** São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi – UAM, 2010.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Planejamento territorial e dinâmica local: base para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SPINOLA, Carolina Andrade. O Prodetur e a descentralização do turismo baiano. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano II, n.3, jan. 2000. Disponível em: <<http://www.ppdru.unifacs.br/Revistas/revistaspdfzip/rde3.pdf>>. Acesso em: 18 jan.2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Núbia de. **Dona Dalva**. 2014. Disponível em: <<https://massapeccultural.wordpress.com>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. **A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX**. Salvador, BA: UNIFACS, 2009.

_____. O PLANDEB. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**. Salvador: Bahia. Ano XI, n. 20, jul. 2009.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**. São Paulo: Aleph, 2000. v.5.

TAKASAGO, Milene; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Turismo no Brasil: a evolução da composição das atividades econômicas que caracterizam o setor. In: TOURISM AND MANAGEMENT STUDIES INTERNATIONAL CONFERENCE ALGARVE, 2012. **Proceedings...** 2012.

TENAN, Ilka Paulete Svissero. **Eventos**. São Paulo: Aleph, 2002.

TIZON, P. Le Territoire au quotidien. In: DI MEO, G. **Les territoires Du quotidien**. Paris: L'harmattan, 1995. p. 17-34.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **A espetacularização das culturas populares produtos culturais folkmediáticos**, 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-espetacularizacao-culturas-populares.pdf>>. Acesso em: 17 set.2010.

TRINDADE, Lourival. **Chefe de Gabinete da Prefeitura de Cachoeira**. Entrevista II: [nov. 2014]. Entrevistador: Randerson dos Santos Almeida. Cachoeira-BA, 2014. 1 arquivo.mp3 (60 min).

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **The Samba de Roda of Recôncavo of Bahia**. Paris, 2005. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/intangible-heritage/07lac_uk.htm >. Acesso em: 20 fev. 2015.

UNIFACS. Universidade Salvador. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU). **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.ppdru.unifacs.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

VAPOR DE CACHOEIRA. Blog. **Parreiras esteve em cachoeira para pintar "O Primeiro Passo para a Independência"**. Cachoeira, 2011. Disponível em: <<http://vapordecachoeira.blogspot.com.br/2011/06/parreiras-esteve-em-cachoeira-para.html>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução: Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: COPPE/ UFRJ, 2006.

APÊNDICE A – Modelo do questionário percepção dos moradores de Cachoeira

O senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa relacionada a percepção dos moradores sobre festa popular. Sua participação é muito importante e as respostas irão ajudar a compreender melhor a realidade do local de onde o senhor(a) mora. Quero agradecer pela sua participação e informar que o questionário não é identificado e todas as respostas serão mantidas em sigilo.

QUESTIONÁRIO PERCEPÇÃO DOS MORADORES DE CACHOEIRA

Data da Entrevista: ____/____/2014 N° do Quest.: ____
 Entrevistador: [A], [B], [C], [D], [E], [F], [G], [H], [I], [J]
 Estrato Espacial: _____
 N°. de identificação do questionário: _____

I - CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Q1- Sexo (não perguntar, observar)

- [1] Masculino [2] Feminino

Q2- Idade _____

Q3- Qual é seu estado civil?

- [1] Solteiro (a) [2] Casado (a)
 [3] União estável [4] Divorciado (a)
 [5] Separado (a) [6] Viúvo (a)

Q4- Você tem filhos?

- [1] SIM [2] NÃO

Q5- Há quanto tempo reside em Cachoeira?
 _____ anos.

Q6- Qual é a sua escolaridade?

- [1] Não frequentou a escola [2] Primário
 [3] Ensino fundamental [4] Ensino médio
 [5] Superior (Universitário) [6] Pós-graduação

Q7- Qual é a sua religião?

- [1] Católica [2] Protestante / Evangélico
 [3] Espírita [4] Matriz Africana / Candomblé
 [5] Não tem religião
 [6] Outros _____

Q8- Está trabalhando de forma remunerada atualmente ou tem alguma outra fonte de renda?

- [1] SIM [2] NÃO

Q9- Se sim, o trabalho é:

- [1] COM carteira assinada [2] SEM carteira assinada
 [3] Temporário para festas [4] Aposentado ou pensionista
 [5] Não se aplica

Q10- Qual a sua renda média mensal?

- [1] Menos de 1 sal. mín. [2] 1 sal. mín.
 [3] De 2 a 3 sal. mín. [4] De 3 a 5 sal. mín.
 [5] De 5 a 10 sal. mín. [6] Mais que 10 sal. mín.
 [7] Não tem renda

II - PERCEPÇÃO DO SÃO JOÃO DA FEIRA DO PORTO (IDENTIDADE E TERRITÓRIO)

Q11- Você sabia que Cachoeira é uma cidade histórica Tombada?

- [1] SIM [2] NÃO

Q12- Tirando as festas populares, quais grupos artísticos de Cachoeira você conhece?

- [1] Samba de Roda de Dona Dalva [2] Ganji
 [3] Filhos de Nagô [4] Esmola Cantada
 [5] Filhos do Caquende [6] Géje Nagô
 [7] Mulek é Tu [8] Bumba Meu Boi
 [9] Minerva Cachoeirana
 [10] Outros _____

Q13- Qual Festa Popular do calendário cultural de Cachoeira você mais gosta?

- [1] Aniversário da cidade [2] São João
 [3] 25 de junho – data magna [4] Boa Morte
 [5] FLICÁ [6] Festa D'Ajuda
 [7] Outros _____

Q14- E qual dessas festas melhor representa a cidade?

- [1] Aniversário da cidade [2] São João
 [3] 25 de junho – data magna [4] Boa Morte
 [5] FLICÁ [6] Festa D'Ajuda
 [7] Outros _____

Q15- O que passa pela sua cabeça ao falarmos do São João de Cachoeira? (uma curiosidade, frase ou palavra)

Q16- Durante a Festa, você fica na Cidade?

- [1] SIM [2] NÃO

Q17- Se não, por quê?

- [1] Aluga a casa [2] Vai visitar parentes
 [3] Questões religiosas [4] Não gosta de São João
 [5] Movimentação na cidade
 [6] Outros _____
 [7] Não se aplica

Q18- Costuma frequentar a Festa de São João organizada pela Prefeitura?

- [1] SIM [2] NÃO

Q19- Se sim, onde você MAIS costuma ficar durante o São João?

- [1] Palco principal durante a noite
 [2] Palco principal em horários alternativos
 [3] Feira de artesanato
 [4] Camarotes
 [5] Bares e restaurantes
 [6] Praças e parques
 [7] Prática o tradicional passeio de porta em porta
 [8] Outros _____
 [9] Não se aplica

Q20- Quais dessas atrações você prefere durante o São João?

- [1] Forró tradicional/Trio nordestino [2] Avé/Pagode
 [3] Forró eletrônico [4] Sertanejos
 [5] Samba de Roda [6] Reggae
 [7] Arrocha
 [8] Outros _____

Q21- No geral, como avalia a Festa?

- [1] Ruim [2] Regular [3] Boa [4] Ótima

Q22- O que mais gosta no São João de Cachoeira?

- [1] Animação da cidade [2] Samba de Roda
 [3] Comidas típicas [4] Quadrilha
 [5] Fogos de artifício [6] Feira de artesanato
 [7] Movimento nos negócios [8] Bandas de fora
 [9] Passeio com amigos e família
 [10] Outros _____

Q23- O que menos gosta no São João de Cachoeira?

- [1] Violência / brigas [2] Barulho
 [3] Lixo espalhado nas ruas [4] Xixi nas ruas
 [5] Fogos de artifício [6] Muita gente na cidade
 [7] Músicas, bandas e grupos fora do contexto junino
 [8] Outros _____

Q24- O São João de Cachoeira já foi organizado pelo Estado e hoje é organizado pela Prefeitura. Como avalia essa mudança?

- [1] Positiva [2] Negativa [3] Indiferente

Q25- Qual nível de respeito com às tradições culturais a Prefeitura Municipal tem na organização da Festa de São João?

- [1] Alto [2] Médio [3] Baixo

Q26- Qual principal tradição que se perdeu?

- [1] A Feira do Cais do Porto
 [2] Grupos de Quadrilha de Cachoeira
 [3] Forró tradicional
 [4] Decoração (barracas de palha e outros elementos típicos)
 [5] Mudança do palco
 [6] Tradições lúdicas
 [7] Passeio de porta em porta
 [8] Outros _____

Q27- Você sabe por que o nome da festa é *São João da Festa do Porto de Cachoeira*?

- [1] SIM [2] NÃO

Q28- A ausência da Feira do Cais do Porto, no sentido de feira de produtos típicos para o preparo das comidas juninas, faz falta para a cidade?

- [1] SIM [2] NÃO

Q29- Se sim, em que faz falta?

- [1] Perda da tradição
 [2] Interação com a Zona Rural de Cachoeira
 [3] Um ponto de referência da festa
 [4] Mudança do foco na *comida* para a *bebida*
 [5] Expectativa criada para festa
 [6] Opções mais baratas para o preparo das iguarias
 [7] Outros _____
 [8] Não se aplica

Q30- Como você avalia o concurso de quadrilhas?

- [1] Ruim [2] Regular [3] Bom [4] Ótima [5] Não sabe

Q31- Encontra na festa pratos típicos do São João?

- [1] SIM [2] NÃO

Q32- As tradições juninas como trança fitas, pau de sebo e quebra pote são importantes para a festa?

- [1] SIM [2] NÃO

Q33- Você ou alguém da sua família participa de alguma dessas tradições?

- [1] SIM [2] NÃO

Q34- Qual mudança que a Festa traz ao seu dia-a-dia?

- [1] Melhoria na renda [2] Mudança de rotina
 [3] Sair da cidade [4] Nenhuma
 [5] Outros _____

Q35- Concorda com o atual horário que os grupos da cidade se apresentam?

- [1] SIM [2] NÃO [3] Indiferente

Q36- Se a partir do próximo São João as manifestações locais deixassem de integrar a programação da festa, o que você acharia?

- [1] Bom
 [2] Indiferente
 [3] Ruim, mas não faria nada
 [4] Ruim e se articularia para reverter a situação

Q37- Conhece Festas Juninas de outras cidades do interior da Bahia?

- [1] SIM [2] NÃO

Q38- Se sim, em comparação com essas festas de outras cidades, você acha o São João de Cachoeira:

- [1] Melhor do que o de outras cidades
 [2] Igual ao das outras cidades
 [3] Pior do que o de outras cidades
 [4] Não se aplica

Q39- Como você avalia o envolvimento dos moradores na organização da festa?

- [1] Alto [2] Médio [3] Baixo [4] Inexistente

Q40- Quais contribuições o São João traz para a cidade?

- [1] Opção de lazer [2] Divulgar o nome da cidade
 [3] Agregar outras culturas [4] Conhecimento
 [5] Arrecadação de recursos financeiros
 [6] Outros _____

III - TURISMO

Q41- Você acha que o São João atual é uma festa feita:

- [1] Mais para turistas
 [2] Mais para moradores
 [3] Igualmente para turistas e moradores
 [4] Com interesse político

Q42- Você acha que o São João é um atrativo cultural importante para o turismo local?

- [1] SIM [2] NÃO

Q43- Por Cachoeira ser uma cidade histórica e rica em cultura, contribui para atração de pessoas durante os festejos juninos?

- [1] SIM [2] NÃO [3] INDIFERENTE

Q44- Outros atrativos da cidade são visitados durante o São João?

- [1] SIM - Museus, Centros Culturais, Igrejas...
 [2] NÃO - O foco principal é a Festa em si

APÊNDICE B – Edital de convocação de alunos da CAHL – UFRB



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES'

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO (PPDRU)

CHAMADA DE ESTUDANTES DO CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS (CAHL) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO BAIANO (UFRB) PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA DE CAMPO NA CIDADE DE CACHOEIRA-BA

PROJETO/ÁREA:

Pesquisa desenvolvida no Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS, cujo tema é **“Análise das transformações na identidade cultural da Festa do São João da Feira do Porto de Cachoeira-BA sob a influência da estratégia de promoção a partir da década de 1990”**, de autoria do mestrando **Randerson dos Santos Almeida** sob orientação do **Prof. Dr. Renato Barbosa Reis**. O enfoque da pesquisa é analisar a história, gestão pública, percepção dos moradores e mudanças ocorridas ao longo dos tempos nesta festa popular.

OBJETIVO DESTA CHAMADA

Selecionar 06 (seis) estudantes da CAHL/UFRB para realização da pesquisa de campo, que consiste em coletar dados referentes à percepção dos moradores sobre a Festa do São João da Feira do Porto, através da aplicação de questionários na cidade.

PERÍODO DA PESQUISA

04 à 07 de novembro de 2014

PERFIL DESEJADO

- Residir em Cachoeira ou São Félix.
- Ser estudante da CAHL/UFRB em qualquer turno e curso.
- Ter disponibilidade para atuar na pesquisa pela manhã e/ou tarde.

ESTRUTURA DISPONIBILIZADA

- Treinamento no dia 04/11 para apresentação do instrumento de coleta (questionário) e informações gerais da pesquisa.
- Materiais usados: prancheta, caneta, crachá, kit diário com questionários e indicação do local de atuação.
- Água e Protetor Solar.
- Ajuda de custo para alimentação no valor de R\$20 por turno.

CONTRAPARTIDA

- Certificado com carga horária emitido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (PPDRU/UNIFACS) reconhecendo participação na pesquisa.
- Kit com publicações do PPDRU.

Salvador, 27 de novembro de 2014

Randerson dos Santos Almeida
Mestrando do PPDRU /
Responsável pela Pesquisa

Laumar Souza Neves
Coordenador do PPDRU/UNIFACS

INFORMAÇÕES: (71) 9943-5576 [Vivo], 9229-5509 [Tim], 8661-1789 [Oi]; randerson_sa@yahoo.com.br

APÊNDICE C – Equipe da pesquisa de campo

Treinamento da equipe de pesquisa de campo. Da esquerda pra direita os 6 (seis) alunos do curso de Licenciatura em História do CAHL – UFRB: (de pé) Maria Gabriella Santana, Maria Augusta dos Santos, Emmanuel Fernandes, Tamires Teles, (sentados) Monalisa da Silva e Rodrigo. Além de Paulo Henrique Silva, egresso do Mestrado do PPDRU que também colaborou com a pesquisa e Randerson Almeida, autor desta dissertação.

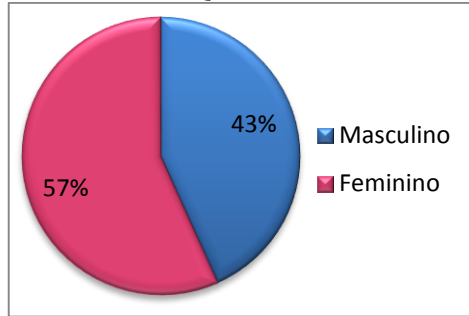


Fonte: Almeida (2014).

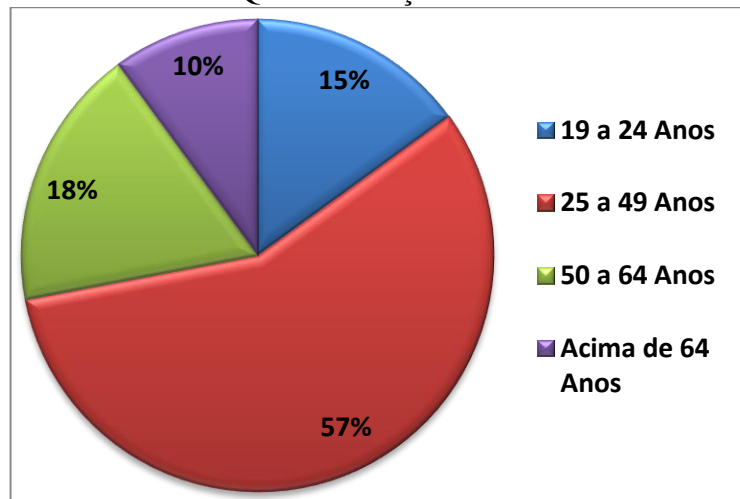
APÊNDICE D – Resultado do questionário percepção dos moradores de Cachoeira

I – CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

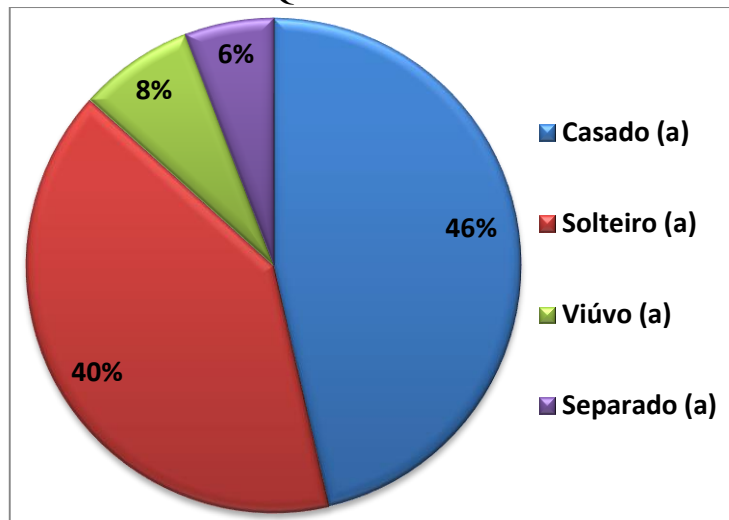
Q1-Sexo



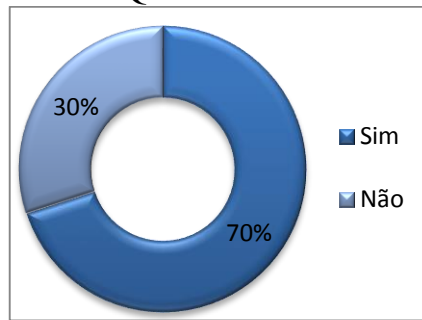
Q2-Distribuição etária



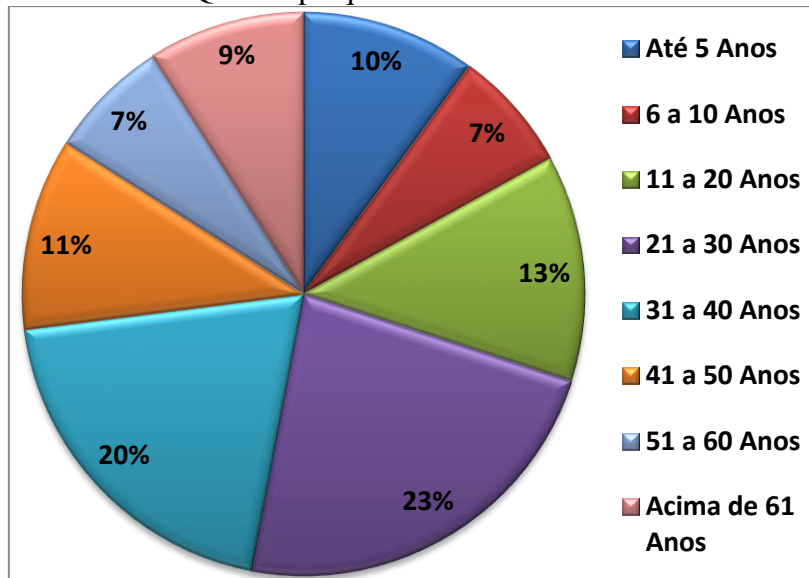
Q3-Estado Civil



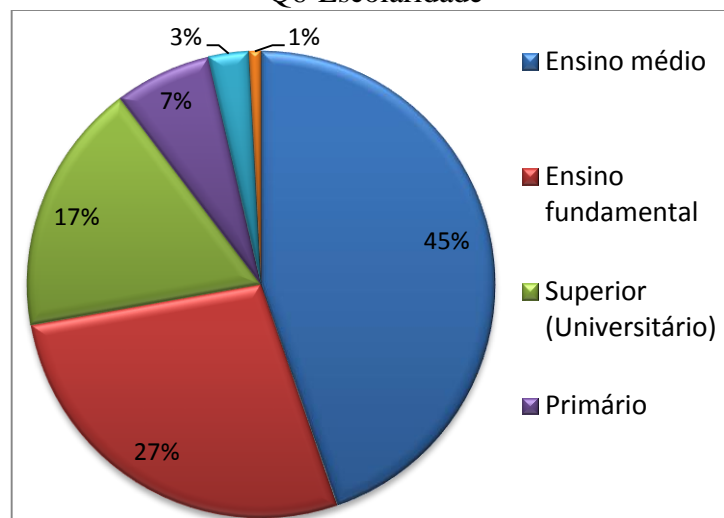
Q4-Tem Filhos



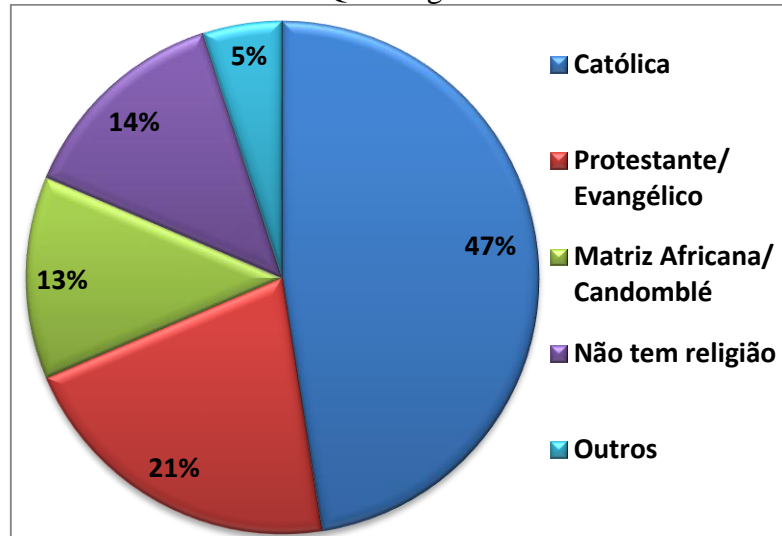
Q5-Tempo que mora em Cachoeira



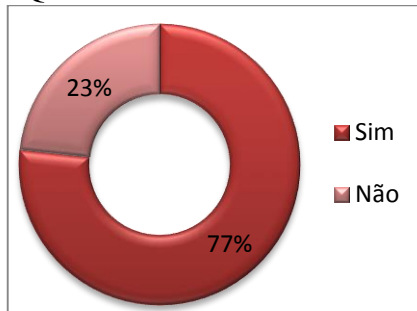
Q6-Escolaridade



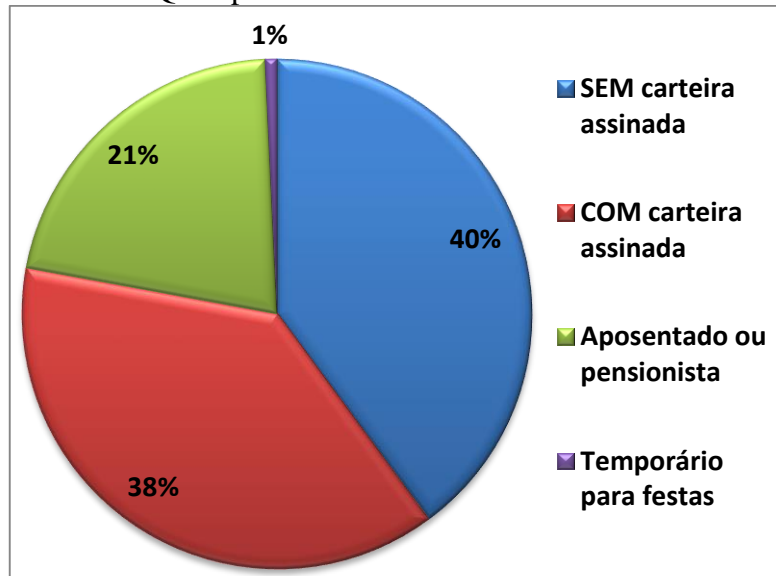
Q7-Religião



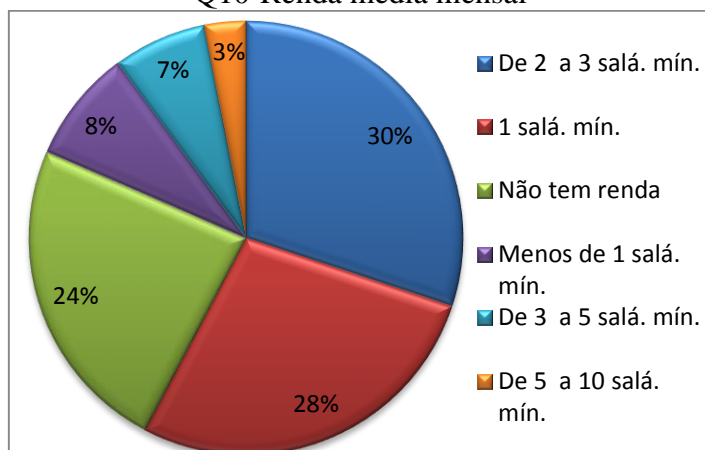
Q8-Trabalho ou fonte de renda



Q9-Tipo do trabalho ou fonte de renda

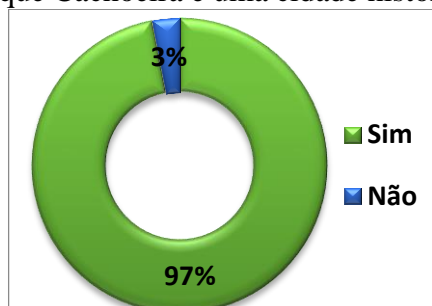


Q10-Renda média mensal

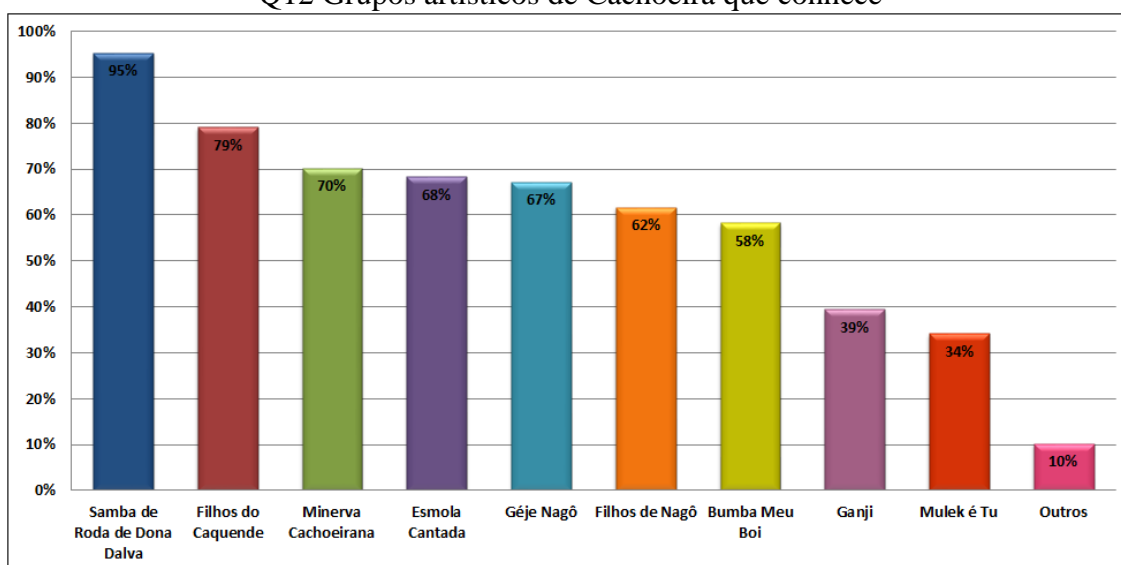


II – PERCEÇÃO DO SÃO JOÃO DA FEIRA DO PORTO (IDENTIDADE E TERRITÓRIO)

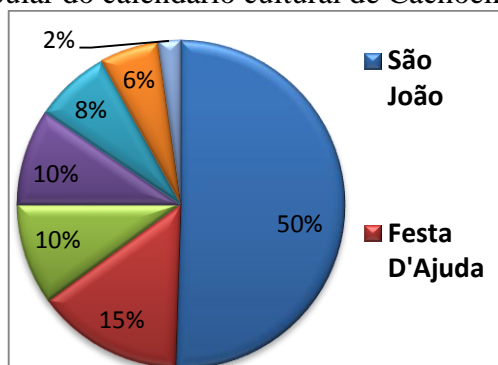
Q11- Sabia que Cachoeira é uma cidade histórica Tombada



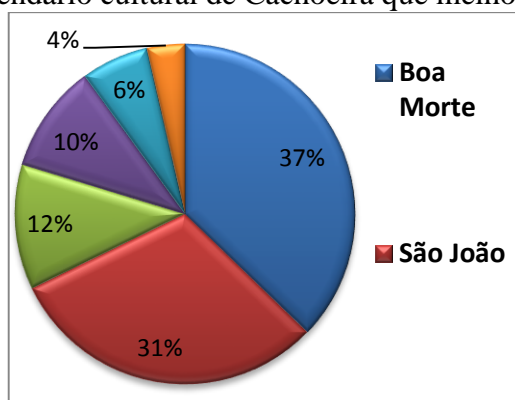
Q12 Grupos artísticos de Cachoeira que conhece



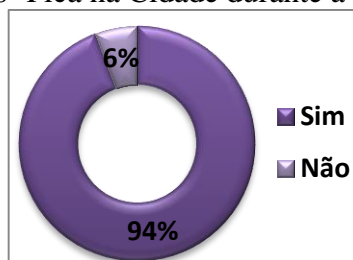
Q13- Festa Popular do calendário cultural de Cachoeira que mais gosta



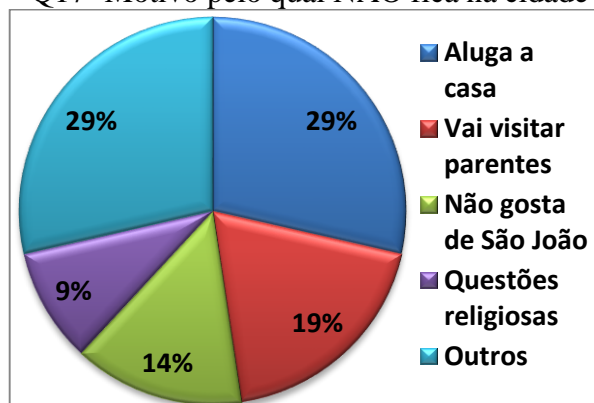
Q14- Festas do calendário cultural de Cachoeira que melhor representa a cidade



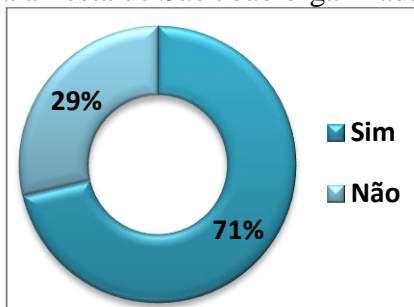
Q16- Fica na Cidade durante a Festa



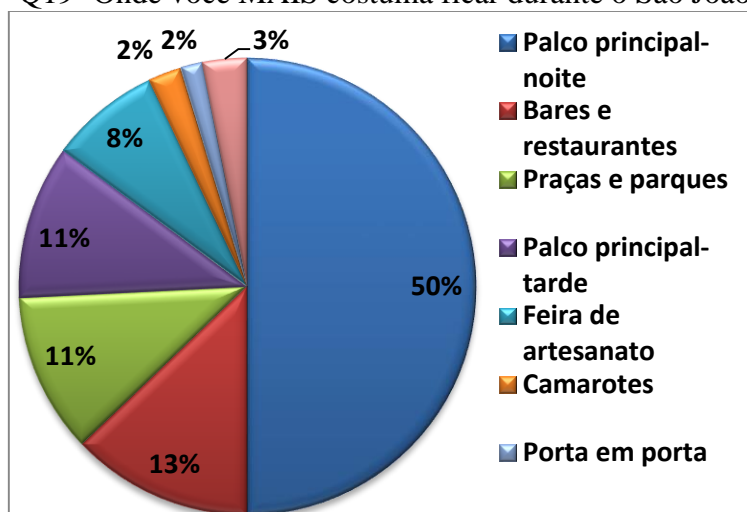
Q17- Motivo pelo qual NÃO fica na cidade



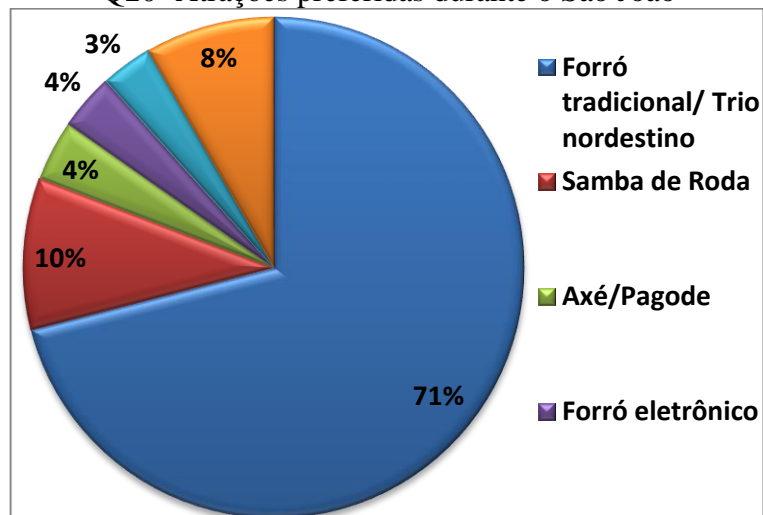
Q18- Frequenta a Festa de São João organizada pela Prefeitura



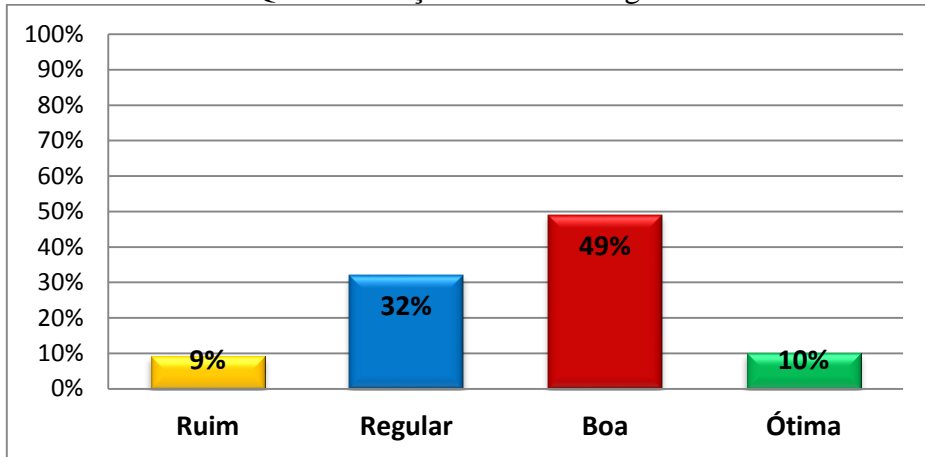
Q19- Onde você MAIS costuma ficar durante o São João



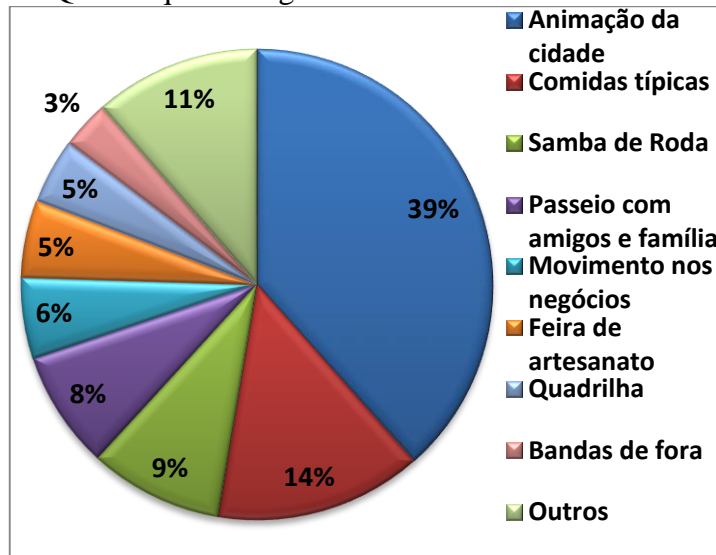
Q20- Atrações preferidas durante o São João



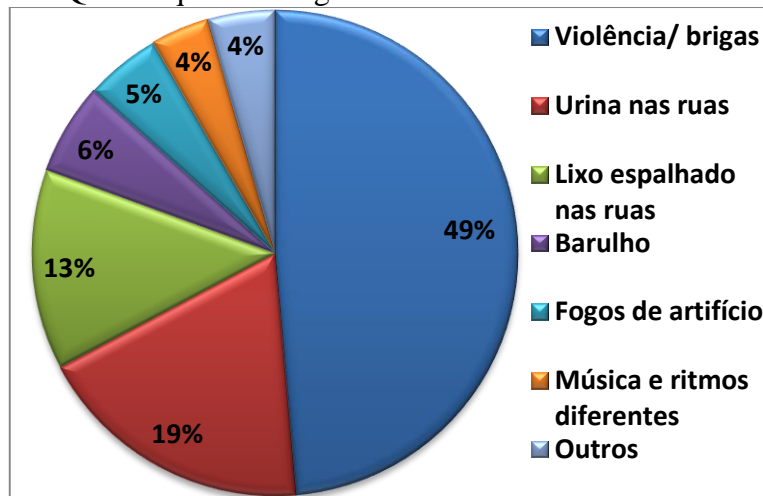
Q21- Avaliação da Festa em geral



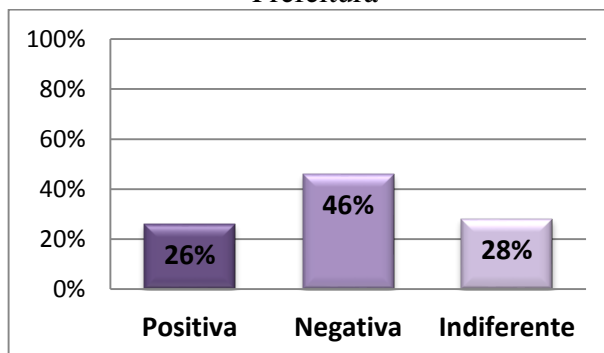
Q22- O que mais gosta no São João de Cachoeira



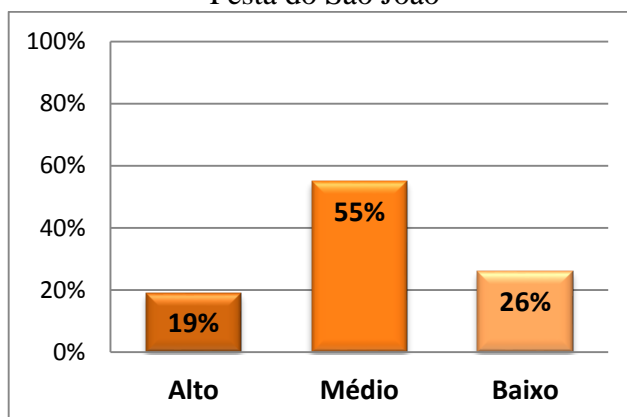
Q23- O que menos gosta no São João de Cachoeira



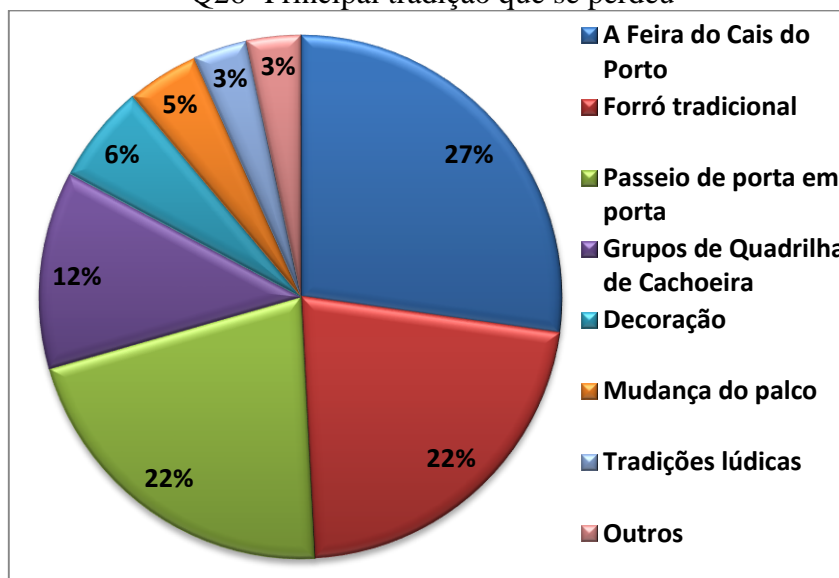
Q24- Avaliação da mudança da gestão da Festa do São João de Cachoeira do Estado para a Prefeitura



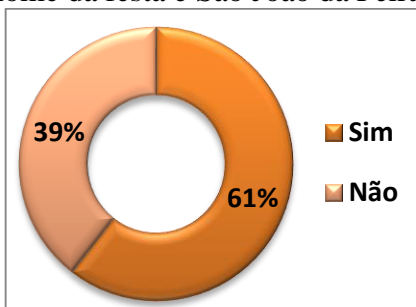
Q25- Nível de respeito às tradições culturais a Prefeitura Municipal tem na organização da Festa do São João



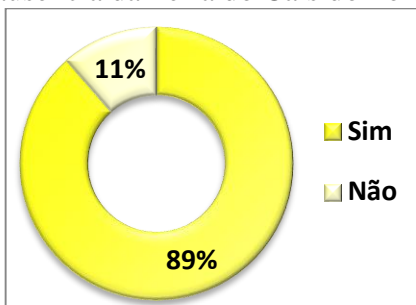
Q26- Principal tradição que se perdeu



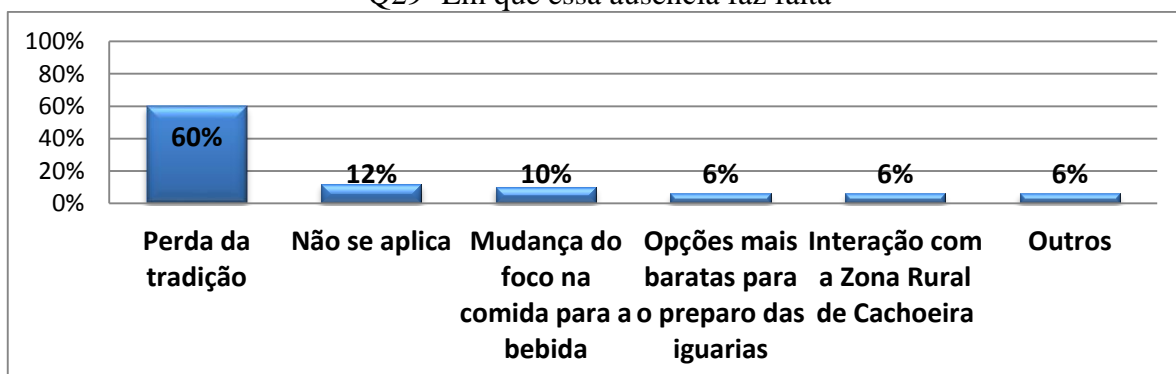
Q27- Sabe por que o nome da festa é São João da Feira do Porto de Cachoeira



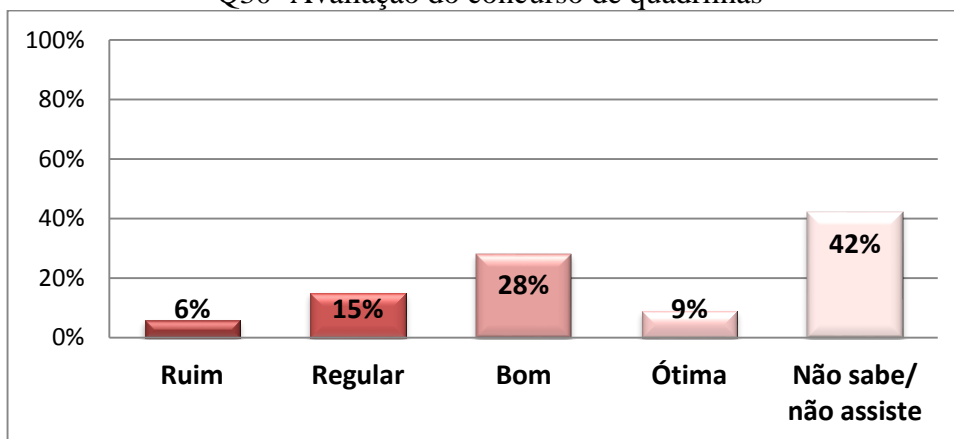
Q28- Considera que a ausência da Feira do Cais do Porto faz falta para a cidade



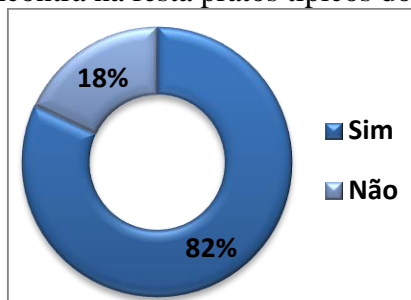
Q29- Em que essa ausência faz falta



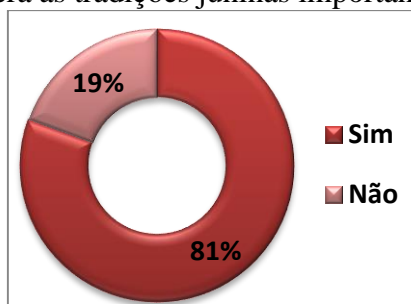
Q30- Avaliação do concurso de quadrilhas



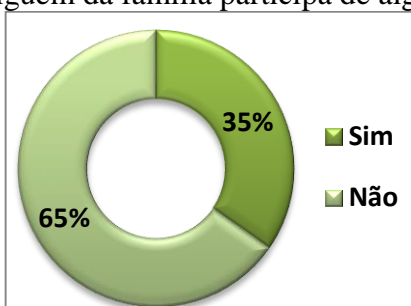
Q31- Encontra na festa pratos típicos do São João



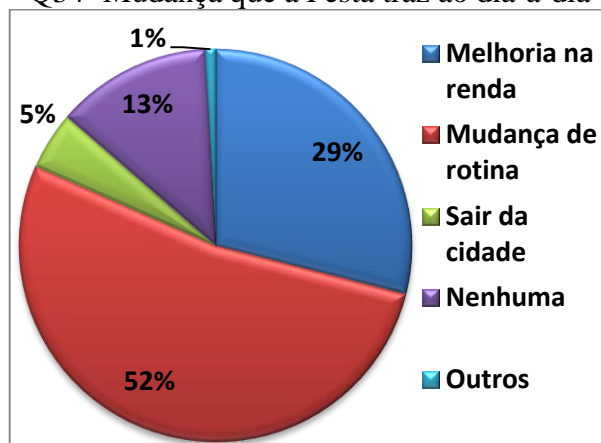
Q32- Considera as tradições juninas importantes para a festa



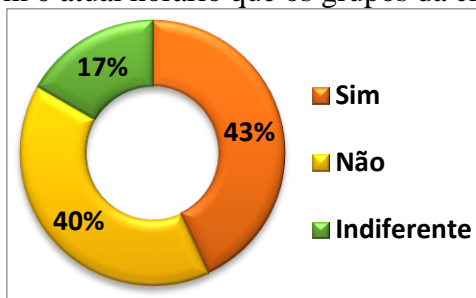
Q33- Participa ou alguém da família participa de alguma dessas tradições



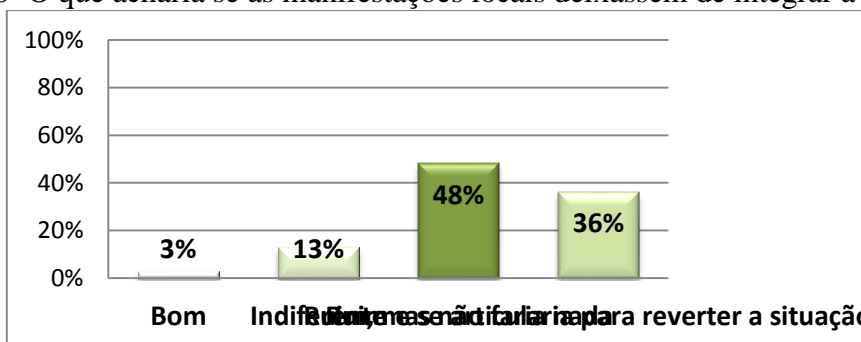
Q34- Mudança que a Festa traz ao dia-a-dia



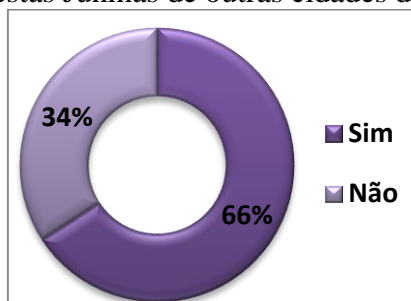
Q35- Concorda com o atual horário que os grupos da cidade se apresentam



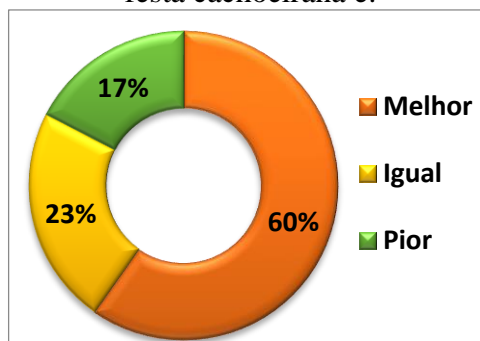
Q36- O que acharia se as manifestações locais deixassem de integrar a festa



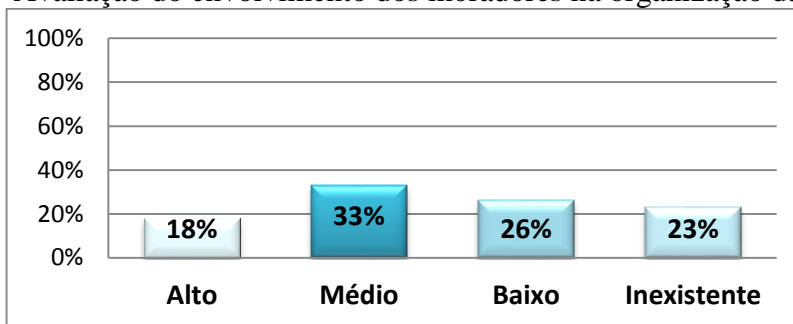
Q37- Conhece Festas Juninas de outras cidades do interior da Bahia



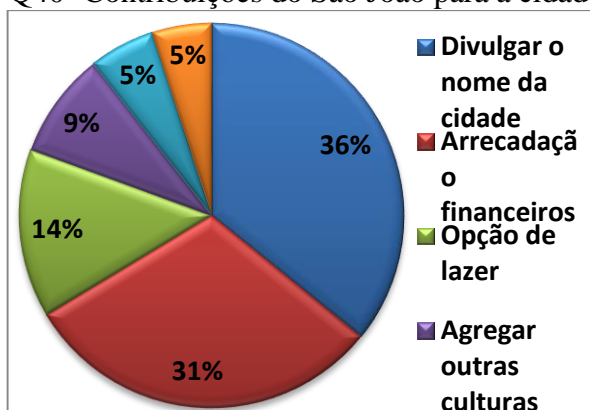
Q38- Comparação do São João de Cachoeira com festas de outras cidades, considera que a festa cachoeirana é:



Q39- Avaliação do envolvimento dos moradores na organização da Festa

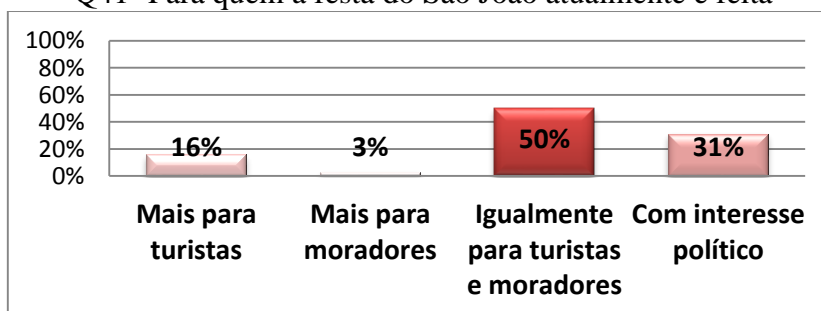


Q40- Contribuições do São João para a cidade

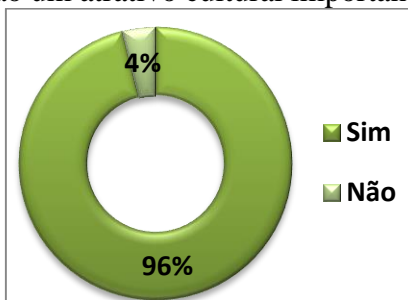


III – TURISMO

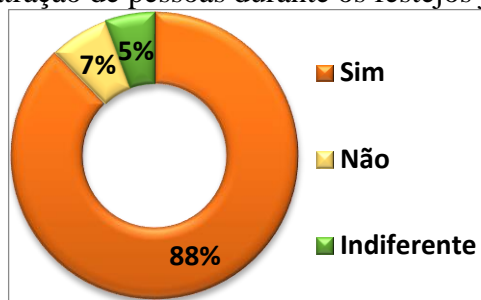
Q41- Para quem a festa do São João atualmente é feita



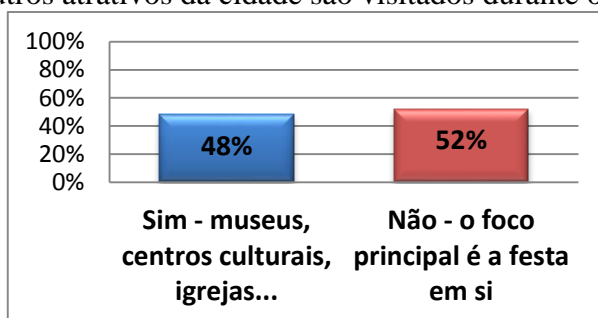
Q42- Acha o São João um atrativo cultural importante para o turismo local



Q43- Acredita que o fato de Cachoeira ser uma cidade histórica e rica em cultura, contribui para atração de pessoas durante os festejos juninos



Q44- Outros atrativos da cidade são visitados durante o São João



ANEXO A – Certidão de inclusão do samba de roda no recôncavo baiano no livro de registro das formas de expressão do Iphan como patrimônio imaterial brasileiro



Serviço Público Federal
Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

CERTIDÃO

CERTIFICO que do Livro de Registro das Formas de Expressão, volume primeiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, instituído pelo Decreto número três mil quinhentos e cinquenta e um, de quatro de agosto de dois mil, consta à folha três, o seguinte: “Registro número dois. Bem cultural: Samba de Roda do Recôncavo Baiano: Descrição: O Samba de Roda baiano é uma expressão musical, coreográfica, poética e festiva das mais importantes e significativas da cultura brasileira. Presente em todo o estado da Bahia, ele é especialmente forte e mais conhecido na região do Recôncavo, a faixa de terra que se estende em torno da baía de Todos os Santos. Seus primeiros registros, já com esse nome e com muitas das características que ainda hoje o identificam, datam dos anos 1860. O Samba de Roda traz como suporte determinante tradições culturais transmitidas por africanos escravizados e seus descendentes. Tais tradições incluem, entre outros, o culto aos orixás e cabodós, o jogo da capoeira e a chamada *corrida de azeite*. A herança negro-africana no Samba de Roda se mesclou de maneira singular a traços culturais trazidos pelos portugueses – como certos instrumentos musicais, viola e pandeiro principalmente – e à própria língua portuguesa nos elementos de suas formas poéticas. O Samba de Roda pode ser realizado em associação com o calendário festivo – caso das festas da Boa Morte, em Cachoeira, em agosto, de São Cosme e Damião, em setembro, e de sambas ao final de rituais para cabodós em terreiros de candomblé. Mas ele pode também ser realizado em qualquer momento, como uma diversão coletiva, pelo prazer de sambar. Essa expressão musical possui inúmeras variantes, que podem ser divididas em dois tipos principais: o samba chula, cujo similar na região de Cachoeira chama-se “barramento”, e o samba corrido. No primeiro, ninguém samba enquanto os cantores principais estão *brando*, ou *gritando*, a chula, nome dado à parte poética deste tipo de samba. Quando esta termina, só uma pessoa de cada vez samba no meio da roda, e apenas ao som dos instrumentos e das palmas, com destaque para o pontaleado feito na viola. No samba corrido, o canto alterna-se rapidamente entre um ou dois solistas e a *resposta* coral dos participantes. A dança acontece simultaneamente ao canto, e várias pessoas podem sambar de



cada vez. A vida típica da região de Santo Amaro é chamada de *machete* e tem dimensões reduzidas, sendo pouco maior que um cavaloquino. Na coreografia, o gesto mais típico é o chamado *miudinho*, feito sobretudo da cintura para baixo. Consiste num quase imperceptível deslizar para frente e para trás dos pés colados ao chão, com a movimentação correspondente dos quadris, num ritmo assimilável ao compasso oito 6/8. Historiadores da música popular consideram o Samba de Roda baiano como uma das fontes do samba carioca que, como se sabe, veio a tornar-se, no decorrer do século XX, um símbolo indiscutível de brasilidade. A narrativa de origem do samba carioca remete à migração de negros baianos para o Rio de Janeiro ao final do século XIX, que teriam buscado reproduzir, nos bairros situados entre o canal do Mangue e o cais do porto, seu ambiente cultural de origem, onde a religião, a culinária, as festas e o samba eram partes destacadas. O Samba de Roda é uma das joias da cultura brasileira, por suas qualidades intrínsecas de beleza, perfeição técnica, humor e poesia, e pelo papel proeminente que vem desempenhando nas próprias definições da identidade nacional. Esta descrição corresponde à síntese do conteúdo do processo administrativo nº 01450.010146/2004-60 e Anexos, no qual se encontra reunido o mais completo conhecimento sobre este bem cultural, contido em documentos textuais, bibliográficos e audiovisuais. O presente Registro está de acordo com a decisão proferida na 44ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada em trinta de setembro de dois mil e quatro”. Data do Registro: cinco de outubro de dois mil e quatro. E por ser verdade, eu, Marcia Genesis de Sant’Anna, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada. Brasília, Distrito Federal, cinco de outubro de dois mil e quatro.

TITULAÇÃO

Eu, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, na qualidade de Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em decorrência do registro no Livro das Formas de Expressão, e, de acordo com o artigo quinto do Decreto número três mil quinhentos e cinquenta e um, de quatro de agosto de dois mil, **CONFERO** o título de **Patrimônio Cultural do Brasil** ao “Samba de Roda do Recôncavo Baiano”, Estado da Bahia.

Brasília, DF, 5 de outubro de 2004.

Antonio Augusto Arantes Neto

ANEXO B – Proclamação do samba de roda do recôncavo baiano como obra-prima do patrimônio oral e imaterial da humanidade



**Third Proclamation of Masterpieces
of the Oral and Intangible Heritage of Humanity**

English
Français
HOME

United Nations
Educational Scientific and
Cultural Organization

Proclamation
2005
Member State
Brazil

Associated themes
Traditional performing arts
Social practices

The Samba de Roda of Recôncavo of Bahia



REGIONS & COUNTRIES



- Africa →
- Arab States →
- Asia & the Pacific →
- Europe & North America →
- Latin America & Caribbean →

ASSOCIATED THEMES

- Oral traditions and exp... →
- Traditional Performing... →
- Social practices →
- Rituals →
- Festive events →
- Traditional craftsmansh... →
- Cultural spaces →

The Samba of Roda is a festive event combining music, choreography and poetry. The Samba appeared in the state of Bahia, more specifically in the region of Recôncavo, during the XVIIth century, and originated from the dances and cultural traditions of the African slaves who lived in the region. Later, elements from Portuguese culture, such as the language and particular forms of poetry, as well as some musical instruments were incorporated and changed the rhythm and choreography. The Samba of Roda was regarded as an expression of freedom and identity of the disadvantaged and became a means of emancipation. The Samba became a major component of regional popular culture for Brazilians of African origin. With the migrants headed for Rio de Janeiro, the Samba of Roda influenced the evolution of the urban samba, that has become in the XXth century the predominant symbol of Brazilian national identity.

One of the main characteristics of the Samba of Roda is that the participants gather in a circle, referred to as *roda*. It is performed on various occasions, such as the celebration of popular Catholic festivals, Amerindian or Afro-Brazilian religious ceremonies, but is also practised spontaneously. All participants, including beginners, are invited to join the dance and learn through observation and imitation. Generally, only the women dance, one after the other surrounded by the others dancing in a circle while clapping their hands. The choreography, often improvised, is based on movements of the feet, legs and hips. One of the most typical moves is the famous *umbigada*, a testimony of Bantu influence, in which the dancer invites her successor into the circle's centre. The Samba of Roda is distinguished from other forms through specific steps like the *miudinho*, the use of the *viola machete* - a small lute with plucked strings from Portugal - scraped instruments, and responses sung in verse with short, repetitive couplets.



The Samba de Roda was severely weakened during the twentieth century. The economic decline and increased poverty in the region caused an exodus to the south of the country. The influence of the mass media and competition from popular contemporary music have contributed to the devaluing of this tradition in the eyes of the young. This situation is worsened by the ageing of the practitioners and the break in transmission of the tradition and of the know-how linked to making the musical instruments

copyright © UNESCO 2005

ANEXO C – Decreto Nº 68.045, DE 13.01.1971 que declaração do município de Cachoeira – Ba como patrimônio histórico e artístico nacional

Legislação Informatizada - DECRETO Nº 68.045, DE 13 DE JANEIRO DE 1971 - Publicação Original

DECRETO Nº 68.045, DE 13 DE JANEIRO DE 1971

Converte em Monumento Nacional a cidade baiana de Cachoeira e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, tendo em vista o disposto no artigo 180, ambos da Constituição, e CONSIDERANDO a necessidade urgente de ser assegurada proteção especial ao acervo arquitetônico e natural da tricentenária cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia;

CONSIDERANDO, outrossim, que nessa salvaguarda atende às tradições cívicas da Cidade, capital da província durante as lutas pela Independência da Pátria, ali iniciadas a 25 de junho de 1822, e que culminaram a 2 de julho de 1823, com a entrada triunfante do Exército Patriótico Libertador na Bahia,

DECRETA:

Art. 1º. Fica erigida em Monumento Nacional a cidade de Cachoeira, Estado da Bahia, cuja área urbana, sítio da antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário, e lugares históricos adjacentes serão inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 2º. Na área do Monumento Nacional de Cachoeira aplicar-se-á regime especial de proteção, nos termos do Tombamento determinado no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º. O Ministério da Educação e Cultura, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, promoverá, com o concurso dos órgãos competentes e Fundações do Estado da Bahia e do Município interessado, a adoção do plano urbanístico adequado à preservação do acervo arquitetônico e natural dos sítios históricos de Cachoeira, quanto ao desenvolvimento e à valorização da cidade e territórios adjacentes.

Parágrafo único. Para atender às necessidades prementes do planejamento e execução dos serviços de conservação das edificações e logradouros integrantes do Bairro Histórico e, bem assim, do estabelecimento e urbanização dos bairros novos e estâncias diversas de Cachoeira, como também para orientação e assistência aos empreendimentos privados na área da cidade, poderá ser instituída uma Fundação ou organizada uma Sociedade Civil com personalidade jurídica.

Art. 4º. Os Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral, do Interior, das Minas e Energia e dos Transportes, na esfera de suas atribuições, orientarão a elaboração dos projetos visando ao desenvolvimento e à valorização da cidade e do município, prestando-lhes o concurso e a assistência a que fizerem jus.

Art. 5º. O Ministério da Indústria e do Comércio, pelo Conselho Nacional de Turismo e pela EMBRATUR, elaborará, em colaboração com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e os órgãos competentes do Estado e do Município, um plano adequado para incrementar o turismo, em benefício do Monumento Nacional de Cachoeira.

Art. 6º. O Ministério da Educação e Cultura, pelo Conselho Federal de Cultura, incluirá no Programa Nacional de Cultura as medidas complementares de assistência e incentivo decorrentes da salvaguarda, valorização e difusão dos bens contidos no núcleo histórico de Cachoeira.

Art. 7º. Nas propostas orçamentárias para os futuros exercícios, serão incluídas, de acordo com os critérios adotados no planejamento das despesas da administração federal, as dotações

que devam atender ao custeio das medidas indicadas neste Decreto, inclusive com as obras de restauração previstas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 8º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Mário David Andreazza
Jarbas G. Passarinho
Marcus Vinícius Pratini de Moraes
Antônio Dias Leite Júnior
João Paulo dos Reis Velloso
José Costa Cavalcanti

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 13/01/1971

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/1/1971, Página 259 (Publicação Original)

Coleção de Leis do Brasil - 1971, Página 12 Vol. 2 (Publicação Original)

ANEXO D – Lei Estadual Nº 10.695 DE 24.09,2007 que transfere a sede do governo do Estado da Bahia para a Cidade de Cachoeira

Casa Civil - Legislação Estadual

"Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado."

LEI Nº 10.695 DE 24 DE SETEMBRO DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a transferir, temporariamente, a sede do Governo, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, temporariamente, a sede do Governo, para a Cidade de Cachoeira, no dia 25 de junho, em homenagem à resistência histórica do povo cachoeirano, na luta pela independência brasileira.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 24 de setembro de 2007.

JAQUES WAGNER

Governador

Eva Maria Cella Dal Chiavon
Secretária da Casa Civil

10.695

24.09.2007

LEI Nº 10.695 - 24/09/2007

"Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado."

ANEXO E – Cópias da versão original do PTR

CAPÍTULO 13	ESTRATÉGIA	14.15
13.1 CRITÉRIOS	<p>A estratégia eleita relativa a todos os centros de decisão que, de alguma forma, afetam ao sistema turístico da área de estudo destina-se a orientar a formulação de um programa global para o turismo no Recôncavo.</p> <p>Admite-se que, no Brasil, uma estratégia e um programa de turismo não se podem limitar aos investimentos em atividades estritamente turísticas, tal como em outros países ou regiões em que não se tivesse de cogitar dos diversos itens do património turístico ou da infra-estrutura.</p> <p>O turismo, na Bahia, deve ser encarado no contexto do planeamento turístico nacional. Cuidou-se pois, que este estudo represente uma contribuição para o plano que deverá ser elaborado pelo CNTur, especialmente no estabelecimento da estratégia de melhoria do balanço de pagamento e de ampliação da capacidade de importar, para atender aos objetivos prioritários do desenvolvimento nacional. Dentro desse esquema não se tratará, evidentemente, de cobrir o turismo brasileiro no exterior (sobretudo as viagens de interesse cultural e económico) mas sim, de ampliar o turismo estrangeiro no país e, reduzir por outro lado a propensão brasileira de deslocar-se para o exterior.</p> <p>A Bahia, como objetivo turístico, apresenta a dupla condição de potencial de turismo externo e de capacidade de atrair turistas nacionais, podendo, em certa medida, reduzir-lhes a propensão a viagens ao estrangeiro. Essa potencialidade deverá ser aproveitada ao máximo, para que se possa efetivar, com todo o vigor desejável, uma política nacional de turismo e de balanço de pagamentos.</p> <p>Formulou-se, então, uma estratégia para programação de cinco anos, na qual certos itens básicos deverão produzir efeitos mais significativos no período ulterior. O quinquénio, como prazo de planeamento, resulta não apenas dos termos de contratação do estudo, mas, também, da limitação de tempo em que certas mudanças mais violentas na tecnologia dos transportes, nas instituições e na infra-estrutura (aeroporto Internacional), bem como os efeitos de uma promoção especial, ainda não se poderão fazer sentir plenamente, de modo a alterar as projeções, segundo as tendências ultimamente verificadas. Agregue-se, a estas circunstâncias, a oportuna coincidência de se tratar de um período governamental federal que se estenderá, exatamente, até o ano limite do plano elaborado, que, por sua vez, abrangêrá quatro anos do governo estadual que se instalará em março de 1971.</p>	
13.2 CONDICIONANTES DA POLÍTICA TURÍSTICA	<p>A política turística do Recôncavo projeta-se em um triplice dimensionamento: interno à área, externo à área e relativo ao Estado e externo à área e relativo ao resto do país e do mundo.</p> <p>Nas duas primeiras dimensões, que tendem a confundir-se, dada a unidade da "região-programa" que é o Estado da Bahia, trata-se de fazer do turismo um programa complementar de outros</p>	
14.2.8 POLÍTICA DE INFRA-ESTRUTURA NAS ÁREAS TURÍSTICAS	<p>Deve ser estabelecida, oportunamente, uma política que oriente a distribuição dos gastos de infra-estrutura a realizar nas áreas reservadas para desenvolvimentos turísticos. A propósito, e como contribuição, apresentam-se os critérios adotados na França. Nesse país (Plan 66-70), os custos da infra-estrutura viária são assim distribuídos:</p>	
Viação primária	— totalmente do Governo	
Viação secundária	— 40% de subvenção	
Viação terciária	— integralmente do projeto turístico.	
No caso de portos de esporte, há 30% de subvenção pública.		
14.3 PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NATURAL		
14.3.1 PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO	<p>O aervo excepcional de monumentos históricos e artísticos de Salvador e do resto do Recôncavo, notadamente Cachoeira, constitui, pela sua originalidade e valor cultural, o mais importante património de impacto turístico na Bahia, tendo em vista tanto o turismo nacional quanto o internacional.</p> <p>O presente estudo considera a preservação e valorização desse património como uma exigência prioritária, diante do que representa como testemunho da cultura baiana, além do valor artístico e económico que encerra.</p> <p>Assim, as indicações que se seguem são dirigidas, sobretudo, no sentido de mostrar a seriedade com que deve ser encarado o assunto, visando considerar o turismo como uma forma de conciliar a necessidade urgente de preservação dos monumentos com o seu aproveitamento imediato, sem que isto, por hipótese alguma, possa significar a diminuição do seu valor intrínseco.</p> <p>Essa valorização necessita ser enfocada, ainda, com um critério realista, baseando-se nos seguintes pontos:</p>	
<p>A conservação e recuperação dos monumentos é uma atividade onerosa, e necessita pessoal altamente especializado. Por isso, deverão ser considerados não só o valor próprio do monumento, mas também os benefícios económicos que resultarão dessa recuperação, para a área em estudo. Neste caso, estão incluídas as obras de infra-estrutura, que o equipamento turístico solicita para a valorização dos monumentos.</p>		

14.16

Para uma adequada valorização, não basta simples conservação ou restauração, pois é indispensável, também, o acondicionamento de toda a área circundante. Cada caso exige um estudo específico, onde estarão caracterizados os conceitos de visibilidade e vizinhanças, de acordo com o espaço urbano circunvizinho.

O conceito de vizinhança já está definido, a partir dos tombamentos realizados em conjunto. Considerase, entretanto, indispensável a preservação da visibilidade, no sentido de valorizar a paisagem histórica.

Entre outros aspectos, tem-se ainda a considerar:

Necessidade de proibir edificações ao fundo dos conventos do Carmo ou de São Francisco, e controle do gabarito de construções próximas a outros monumentos, visando preservá-las das interferências atuais de fôvos edificados, cumprindo-se fielmente o Decreto Municipal nº 3712, de 9 de outubro de 1969, que delimita zonas de proteção do núcleo histórico e artístico e da paisagem da Cidade do Salvador, compreendendo os subdistritos de Sé, Passo, Santana, Nazaré, Pilar, Conceição da Praia e Santo Antônio. No citado dispositivo legal ficam caracterizadas três zonas de proteção, com a designação de zona de preservação rigorosa, zona de simples preservação e zona de proteção.

Sabe-se que a noção estática em torno da conservação cedeu lugar, atualmente, à concepção dinâmica de integração dos monumentos ao ambiente urbano e à economia geral da região. Muitas das obras necessárias para estes fins destinam-se a benefícios de ordem coletiva, razão porque adquirem o caráter de função pública, principalmente do âmbito de ação dos organismos estaduais e municipais.

Diante do imenso acervo da área em estudo, recomenda-se concentrar os esforços atuais num número limitado de edifícios ou conjuntos, ao invés de dispersá-los no conjunto total dos existentes.

O aproveitamento do edifício depende de um estudo geral dos monumentos no grande ambiente do Recôncavo, tendo em conta não só suas características como edifício isolado, para adaptação a um determinado programa, mas, também, sua localização em relação aos outros.

Além de preservar o precioso acervo cultural, a recuperação e conservação dos monumentos tem como objetivo dar um aproveitamento ao edifício e integrá-lo ao equipamento ativo da cidade. Tratando-se de equipamento turístico, os monumentos deverão ser encarados como estruturas das quais se dispõe para operar essa "indústria", dependendo não só do seu valor intrínseco, mas também de sua adequada utilização.

Considera-se que os interesses turísticos não devem, em nenhum caso, prejudicar os valores próprioamente culturais, quanto ao aproveitamento do acervo arquitetônico do Recôncavo. Assim, cada conjunto ou monumento isolado merece um estudo específico, altamente especializado, contando-se para tal com a cooperação técnica de organizações internacionais, no sentido de integrar os esforços de caráter cultural aos

14.72

PROCISSÃO MARTÍMIA DO SENHOR DOS NAVEGANTES — 1º de janeiro. Saída da "Bahiana": 10 horas; chegada: 13 horas.

FESTAS DE CAIRU — na ilha de Cairu, entre os dias 3 e 6 de janeiro.

FESTEOS DE TAPARICA — na ilha de Taparica — 7 de janeiro. Saída: 8 horas. Retorno: 15 horas.

TRAVESSIA (A MADO) DA BAIÁ DE TODOS OS SANTOS — Janeiro: dia e horário a depender da maré.

PRESENTE A IEMAMÁ — na praia do Rio Vermelho — 2 de fevereiro. Saída: 15 horas; chegada: 16 horas.

REGATA (A VELA) CIDADE DO SALVADOR — em homenagem à fundação da Cidade do Salvador — 29 de março — Saída: 14 horas; chegada: 18 horas.

FEIRA DE CAXIXIS — na cidade de Nazaré das Farinhas — Sexta-feira Santa. Saída: 8 horas; retorno: 16 horas.

FESTEOS DE SÃO BARTOLOMEU — na Cidade de Maragogipe — 25 de agosto. Saída: 8 horas; retorno: 17 horas.

REGATA (A VELA) DA BAIÁ DE TODOS OS SANTOS — em homenagem à descoberta da baía de Todos os Santos, 1º de novembro. Saída: 10 horas; retorno: 16 horas.

14.7.2.3 Roteiros Rodoviários

ROTEIRO 1R (ROTEIRO RODOVIÁRIO 1)

CACHOEIRA

Ida: ônibus Volta: ônibus

Distância P T	Cidades	v/v	v/s	v/f	t/p	v/t	Chegada		Saída
0	Salvador								08:30
70	Santo Amaro	70	40				110	09:10	09:50
51	Cachoeira	55	180	90			325	10:45	15:15
66	S. Francisco de Conde	65	40				105	16:20	17:00
11	Igreja do Monte	15	15				30	17:15	17:30
53	Salvador	60					60	18:30	

Almôço em Cachoeira.

CONVENÇÕES:

Distância em km	v/s	v/f	t/p	v/t	U/s	t/r	t/p	U/t
P — Parcial					U/s	—	Tempo de sight-seeing (visitação)	U/t
T — Total					t/r	—	Tempo para refeição	Tempo total
t/v — Tempo de viagem					t/p	—	Tempo de pernoite	Tempo (em minutos)

ROTEIRO 2R (ROTEIRO RODOVIAÁRIO 2)

MARAGOGIPE-CACHOEIRA

Ida: Ônibus Volta: Ônibus

Distância	Cidades	L/v	v/s	t/r	t/p	t/t	Chegada	Saída
0	Salvador							08:00
121	Cachoeira	130		20		150	10:10	10:30
22	Maragogipe	30	60			90	11:00	12:00
25	Cachoeira	30	120	90		240	12:30	16:00
66	S. Francisco do Conde	66	30			96	17:05	17:35
61	Salvador	65				65	18:40	

Almooço em Cachoeira.

CUSTOS PARA O ROTEIRO 2R

1 Dias 0 Noites

Dia	Percurso	Pernoite	C/V	C/SS	C/R	C/P	C/Total
1º	Salvador—Maragogipe						
1º	Maragogipe—Cachoeira		3,80	0,10	2,00		5,90
1º	Cachoeira—São Francisco			0,10			0,10
1º	S. Francisco—Salvador						

CONVENÇÕES:

- C/V — Custo de viagem (em ônibus de turismo com guia acompanhante e lanchão de, no mínimo, 27 pessoas).
- C/SS — Custo de *agnt servng* (guia local, ingressos nos museus, etc.).
- C/R — Custo de refeição.
- C/P — Custo de pernoite.

OBSERVAÇÃO: Preços em US dólares por pessoa em apartamentos duplos com banheiro privativo e meia pensão.

CUSTO TOTAL

Royalties DET — s/custo — 5%	6,00
Lucro bruto do operador	0,30
s/custo — 40%	2,40
A. vias. 10% s/v	0,95
Total em US dólares	9,65
TOTAL EM C\$	48,25

14.73- 14.74

14.7.2.4 Roteiros Hidro-Rodoviários

ROTEIRO 1HR (ROTEIRO HIDRO/RODOVIÁRIO)

MARAGOGIPE-CACHOEIRA

Ida: Barco Volta: Ônibus

Distância	Cidades	L/v	v/s	t/r	t/p	t/t	Chegada	Saída
0	Salvador							08:00
Barco	Maragogipe	120				120	10:00	10:00
Barco	Cachoeira	120	120	90		330	12:00	15:30
51	Santo Amaro	60	30			90	16:30	17:00
13	S. Francisco do Conde	15	30			45	18:15	17:45
61	Salvador	60				60	18:45	

Almooço em Cachoeira às 13:00.

ROTEIRO 2HR (ROTEIRO HIDRO-RODOVIÁRIO 2)

Ida: Barco Volta: Ônibus

Distância	Cidades	L/v	v/s	t/r	t/p	t/t	Chegada	Saída
0	Salvador							08:00
61	S. Francisco do Conde	60	30			90	08:00	09:30
64	Cachoeira	75	120	75		270	10:45	14:00
22	Maragogipe	30	60			90	14:30	15:30
	Salvador	Barco				17:30/18 horas		

Almooço: 11:30 h.

O ônibus volta vazio de Maragogipe para Cachoeira, para embarque dos passageiros do Roteiro 1HR.

<p>Com a pavimentação rodoviária até Brasília e os apoios necessários, é possível pensar em um grande roteiro nacional das três capitais, passando em Belo Horizonte ou em São Paulo.</p>	<p>14.79</p>
<p>14.8 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MENTALIDADE TURÍSTICA</p> <p>14.8.1 OBJETIVO</p> <p>Treinamento de mão-de-obra especializada para o setor turístico e formação de uma mentalidade turística na área.</p>	<p>14.10.9 EVENTOS</p> <p>14.10.9.1 Calendário</p> <p>O calendário de eventos turísticos apresenta-se sob dois aspectos: de estruturação e de divulgação. A estruturação do calendário é de grande importância para completar, de forma agradável, a estada do turista e, eventualmente, prorrogar a sua permanência. Atualmente, existe no Recôncavo grande número de festas populares e eventos similares, mas, geralmente, concentradas em certas épocas, deixando muito restrita a programação dos demais meses. Como o Plano de Turismo preconiza o funcionamento harmonioso da indústria turística do Recôncavo ao longo de 12 meses, é óbvia a necessidade de oferecer aos visitantes uma programação em qualquer época do ano. Ao órgão oficial de turismo, portanto, cabem as tarefas de coordenar as atividades existentes e fazer, quando conveniente, a transferência de eventos para outras épocas, desde que não se trate de festas de datas fixas em segundo lugar, criar, ou estimular a criação pela iniciativa privada, de eventos especiais para as épocas em que nenhuma programação se efetivar pelo esforço de coordenação.</p>
<p>14.8.2 JUSTIFICATIVA</p> <p>O documento da reunião da ONU sobre turismo, realizada em Roma (1963), "recomenda aos Governos que prestem atenção ao estabelecimento de planos de ensino e formação profissional, destinados não somente a formar pessoal para os serviços da indústria turística, mas também para contribuir a lograr que a população das cidades e regiões turísticas se interesse pela recepção e boa acolhida dada aos visitantes, criando-se, assim, uma verdadeira consciência turística".</p> <p>No ramo do turismo, como ensinamento teórico, visa-se a criação de condições para melhor compreensão do fenômeno e de uma atitude, sem efeito imediato, de vez que procura estabelecer apenas uma consciência para o problema. Esta fase de conscientização tem início no ensino de grau mais elementar de escolares até atingir os níveis correspondentes à formação dos profissionais liberais.</p> <p>Os ensinamentos técnicos ou práticos exigem uma estruturação especial voltada para os requisitos do turismo. Em grau superior, objetiva a especialização para a atividade turística, através de cursos para formação de técnicos e administradores de empresas de turismo, ou então, por meio de cursos que afinam com o turismo, como é o de Museologia, por exemplo.</p> <p>Em nível médio profissional, para a formação de certas categorias de trabalho (guias, garçons, cozinheiros, empregados das agências de turismo e outrol, os ensinamentos técnicos ou práticos exigem uma estruturação especial voltada para a mão-de-obra especializada. Nos países que possuem escolas profissionais abrangendo todos os campos de atividade, normalmente existem dois tipos de escolas: de Hotelaria e de Turismo. As primeiras preparam pessoal de hotelaria e as últimas pessoal para outras atividades turísticas.</p>	<p>14.10.9.2 Eventos Especiais</p> <p>Conforme já mencionado, é provável que o órgão de turismo seja obrigado a assumir a responsabilidade de criação de certos eventos.</p> <p>Entretanto, não possuindo equipe qualificada para este tipo de organização, sugere-se que confie a tarefa a uma empresa especializada.</p> <p>Excertando-se estes casos especiais, opina-se que o órgão de turismo, pelas razões acima mencionadas, não deve ser o organizador de eventos, mas o estimulador e apoiador das iniciativas particulares. O seu esforço deve concentrar-se na promoção de venda dos eventos, confeccionando, eventualmente, os cartazes e outros materiais que permitam maior projeção no país e, por conseguinte, atraíam maior número de visitantes.</p>
<p>14.8.3 ENSINO PRIMÁRIO</p> <p>No Plano Integral de Educação e Cultura, do Governo do Estado da Bahia, existe a preocupação de dar ao aluno uma primeira qualificação em termos de mercado de trabalho, através da educação primária.</p>	

ANEXO F – Bens listados no livro do tomo (arquivo Noronha Santos) do Iphan, referentes ao tombamento da Cidade Cachoeira – Ba e de seus espaços e edificações

LIVRO DO TOMBO ARQUEOLÓGICO, ETNOGRÁFICO E PAISAGÍSTICO

Cachoeira, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico (Cachoeira, BA)

Descrição: Situada à margem esquerda do rio Paraguassú, Cachoeira forma com São Félix, no outro lado, um só organismo urbano, distante cerca de 100 km de Salvador. O primeiro assentamento surge no século XVII sobre uma pequena colina, em torno da casa e capela de um engenho, logo se expandindo pelas margens do rio, onde já estavam a casa de purgar e alambique. A fundação do convento Carmelita em meados dos seiscentos, consolida a ocupação em direção a Sergipe. Em 1693, o povoado é elevado à vila, denominada N. Sra. do Rosário do Porto de Cachoeira. O açúcar foi um dos alicerces de sua economia até o século passado, sendo deste período as construções mais relevantes do seu acervo arquitetônico. O período áureo de seu desenvolvimento urbano coincide com o apogeu econômico, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX, quando se estruturam os serviços urbanos e, devido a escassez de áreas planas, se conquistam terrenos de encosta e aterra-se a margem do rio. Cachoeira é uma cidade de tipologia simples, monuclear, desenvolvida segundo uma matriz linear paralela ao rio, com trama de ruas irregulares, que se acomodam à topografia local, situando-se nos pontos mais elevados, largos e praças, os edifícios religiosos e civis de maior destaque. O conjunto arquitetônico, formado na sua maioria por edifícios do século XVIII e XIX, caracteriza-se pela unidade tipológica e figurativa, devido em larga escala à tendência neoclássica que, no século passado, construiu novos prédios e reformou os antigos. As formas de apropriação do sítio transformaram a cidade num bem de relevantes qualidades paisagísticas.

Endereço: - Cachoeira - BA

Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

Inscrição:049

Data:21-9-1971

Nº Processo:0843-T-71

Observações:A cidade de Cachoeira foi erigida em Monumento Nacional pelo Decreto Lei nº 68.045, de 13/01/1971.

Hospital São João de Deus: jardim (Cachoeira, BA)

Descrição:O antigo Hospital de Caridade de Cachoeira foi criado pelo Frei Antônio Machado, de Nossa Senhora de Belém, em 1729. A Ordem de São João de Deus, de Lisboa, recebeu-o por doação em 1754, passando à Santa Casa da Misericórdia, em 1826. Em 1912, o quintal da igreja é transformado em jardim. Do tipo francês, ainda que tardio, apresenta canteiros de desenho geométrico e gradil com colunas coroadas por vasos, pinhas, cachorros e leões de louça. O centro do jardim é marcado por uma fonte de mármore com três golfinhos.

Endereço: Praça Doutor Aristides Milton - Cachoeira - BA

Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

Inscrição:009

Data:9-7-1940

Nº Processo:0202-T-39

Observações:O jardim fica localizado nos fundos da Capela do Hospital São João de Deus.

LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO

Casa natal de Teixeira de Freitas (Cachoeira, BA)

Outros Nomes: Casa à rua Sete de Setembro, 34

Descrição: Há informações que a construção do prédio seja de 1795. Sabe-se porém, que a 19/01/1816 nasce no imóvel o juriconsultor Augusto Teixeira de Freitas, autor da "Consolidação das Leis Civis". O edifício é uma reconstrução de 1962 para a instalação do Fórum, em virtude do pavimento ter ruído. Edifício de planta trapezoidal, acompanhando toda a extensão do lote. Possui três pavimentos, sua distribuição espacial interna sofreu alterações, permanecendo apenas a circulação lateral.

Uso Atual: Posto da Polícia Militar; Conselho Tutelar; Prefeitura Municipal de Cachoeira: almoxarifado

Endereço: Rua Sete de Setembro, 34 - Cachoeira - BA

Livro Histórico

Inscrição: 163

Data: 18-3-1941

Nº Processo: 0201-T-39

Casa à Praça Dr. Aristides Milton, 23-A (Cachoeira, BA)

Descrição: Este edifício foi inscrito no Livro de Tombo devido ao seu valor histórico. Serviu de residência e como local de reunião dos revolucionários da independência, em 1822. Casa urbana, provavelmente do início do século passado, resultante da sub-divisão de uma casa maior. Sua planta de circulação central, foi transformada, nessa oportunidade, em duas de corredores laterais. O interior foi muito alterado neste século. Fachada vazada por porta e duas janelas, todas de vergas retas e esquadrias deste século.

Endereço: Praça Doutor Aristides Milton, 23-A - Cachoeira - BA

Livro Histórico

Inscrição: 156

Data: 1-3-1941

Nº Processo: 0200-T-39

Paço Municipal (Cachoeira, BA)

Outros Nomes: Casa de Câmara e Cadeia

Descrição: O prédio atual possui a feição das reformas ocorridas em 1789. Neste prédio, D. Pedro I foi aclamado Regente e Defensor do Brasil, em 1822. Durante a Sabinada foi sede do Governo Legal da Província. Casa de Câmara e Cadeia, com elementos característicos desta tipologia no recôncavo. Construído sobre terrapleno que domina a praça da Aclamação, o edifício possui planta retangular que se articula com a praça através de escadaria de pedra, em forma de tronco de pirâmide. O prédio é edificado em 2 pavimentos. No térreo localizam-se as celas da cadeia e um pátio, de onde nasce a escada de acesso ao sobrado. No primeiro pavimento além das instalações da Câmara existem duas salas que serviam como cadeia a presos ilustres. As fachadas se caracterizam pelo predomínio dos cheios sobre os vazios e pela distribuição irregular dos vãos. As janelas são protegidas por caixilharia em guilhotina ou robustas grades de ferro - cadeia. Na frontaria existem balcões com guarda-corpos de serralharia do séc. XIX. O sobrado é forrado e conserva no seu interior telas dos artistas José Couto e Antônio Parreiras.

Uso Atual: Casa de Câmara; Museu da Câmara

Endereço: Praça da Aclamação, s/n - Cachoeira - BA

Livro Histórico

Inscrição: 127

Data: 9-8-1939

Nº Processo: 0199-T-39

Observações: O monumento encontra-se em obras, através do Programa Monumenta/BID. Este programa também propõe a seguinte utilização do prédio: receptivo turístico (pavimento térreo) e Câmara dos Vereadores (pavimento superior)

Sobrado à Praça da Aclamação, 4 (Cachoeira, BA)

Descrição: Sobrado da primeira metade dos setecentos, destaca-se no conjunto por suas características arquitetônicas, sendo uma das mais ricas e imponentes residências baianas. O partido adotado é tipicamente cachoeirano, com loja, sobreloja (de reduzido pé-direito) e pavimento nobre. Além da função de abrigar os produtos da loja quando das enchentes do Paraguassú, a sobreloja tinha função defensiva, a julgar pelas seteiras apontados para a praça. Peculiaridade de seu agenciamento é a existência de duas lojinhas, em níveis diferentes, que, no último pavimento, se articulam ao corpo central, através de varanda em "L". Sua fachada é monumental, sendo emoldurada por cunhais de cantaria e robusta cornija. No térreo, portada com volutas marca o acesso principal, ladeada por 3 portas. No pavimento nobre, janelas rasgadas com guarda-corpo em ferro marcam a composição. Destacam-se os tetos em caixotões dos salões, com pinturas alvenarias à recepção de visitas e banquetes, além das esquadrias almofadadas da fachada e armários embutidos decorados.

Uso Atual: Museu Regional de Cachoeira; IPHAN. Superintendência Regional, 7. Escritório técnico

Endereço: Praça da Aclamação, 4 - Cachoeira - BA

Livro Histórico

Inscrição: 164

Data: 18-3-1941

Nº Processo: 0204-T-39

Casa natal de Ana Nery (Cachoeira, BA)

Outros Nomes: Casa à rua Ana Nery, 7

Descrição: Nesta casa nasceu Ana Justina Ferreira Nery, pioneira da enfermagem no Brasil, que participou da Guerra do Paraguai. Hoje a casa abriga o Museu Hanssem Bahia. Sobrado desenvolvido em dois pavimentos mais sótão. Possui planta em forma de retângulo, que sofreu modificações internas devido aos sucessivos usos. Sua estrutura é constituída de caixa murária de alvenaria mista de pedra e tijolo e pilares internos do mesmo material, que suportam o assoalho superior. Apresenta divisórias internas de pau-a-pique com esteios de madeira de sustentação do trabalho. Este sobrado possui como característica a utilização do pavimento térreo como residência, fato raro para a época da sua construção. Sua fachada apresenta uma predominância de vazios sobre cheios, com vãos arqueados e cercaduras de argamassa.

Uso Atual: Secretaria Municipal de Educação Turismo e Desporto

Endereço: Rua Ana Nery, 7 - Cachoeira - BA

Livro Histórico

Inscrição: 157

Data: 1-3-1941

Nº Processo: 0205-T-39

LIVRO DO TOMBO DAS BELAS ARTES

Hospital São João de Deus: capela (Cachoeira, BA)

Outros Nomes: Igreja da Misericórdia

Descrição: O antigo Hospital da Caridade de Cachoeira foi criado pelo frei Antônio Machado de Nossa Senhora de Belém, em 1729. A ordem de S. João de Deus, de Lisboa, recebe-o por doação em 1754, passando à Santa Casa da Misericórdia, em 1826. O atual hospital é da segunda metade do século XIX, mas segue o plano conventual adotado durante a colônia pelas Santa Casas, embora sua fachada seja neoclássica. Desenvolve-se em torno de um pátio, ocupando a capela um dos seus lados. Esta possui nave e um só corredor lateral, sacristia transversal superposta por sala da mesa e tribunas na nave e capela-mor e coro (um segundo coro não chegou a ser concluído). Na sua fachada, notam-se duas filas de janelas de coro superpostas e uma única torre.

Endereço: Praça Doutor Aristides Milton - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição: 285-A

Data: 16-9-1943

Nº Processo: 0248-T

Observações: O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN. A Igreja permanece fechada só abrindo no período de festa de Santa Bárbara.

Casa à Rua Benjamin Constant, 1 (Cachoeira, BA)

Outros Nomes: Casa à Ladeira da Cadeia, 1; Loja Maçônica

Descrição: Este sobrado oitocentista conta com três pavimentos no alinhamento do térreo, sendo o primeiro andar destinado ao comércio e os demais, à habitação. Sua fachada apresenta portas de vergas retas, no térreo; no segundo pavimento, janelas com parapeito de balaústas vedadas nas extremidades e rasgadas com balcão no centro e, no terceiro pavimento, janelas de peitoril. No frontão, localizado no centro, os símbolos da loja. O frontispício possui, ainda, cunhais, cimalha e platibanda corrida que atingem a fachada lateral, estando o edifício coberto por telhado de duas águas.

Uso Atual: Loja Maçônica (pavimento superior); Escritório de Contabilidade (térreo)

Endereço: Rua Benjamin Constant, 1 - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição: 281-A

Data: 16-8-1943

Nº Processo: 0243-T

Casa à Rua Benjamin Constant, 2 (Cachoeira, BA)

Outros Nomes: Casa à Ladeira da Cadeia, 2; Casa dos Velhos de Cachoeira; Centro Espírita Casa dos Velhos

Descrição: Esta casa data, pelas suas características tipológicas, do início do século XIX. Sua planta tem forma quadrada com três faixas de uso: salões na frente, alcovas no meio e jantar no fundo, esquema frequente no Sertão e Chapada Diamantina. Devido à declividade do sítio, sob o térreo existem dois outros pisos, funcionando no primeiro deles o anexo de serviços. As peculiaridades desta arquitetura consistem no emprego de dois corredores laterais - paralelos, de pequenas dimensões, interligando os cômodos - e no seu frontispício. Sua fachada é delimitada por cunhais com capitéis coríntios e cimalha, sendo vazada por portada, localizada de forma assimétrica na composição, e seis janelas emolduradas por requintadas cercaduras tipo D. Maria I, em estuque. A cobertura é em três águas.

Uso Atual: Asilo Casa dos Velhos

Endereço: Rua Benjamin Constant, 2 - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição: 277-A

Data: 6-4-1943

Nº Processo: 0249-T

Casa à Rua Benjamin Constant, 17 (Cachoeira, BA)

Outros Nomes: Casa à Ladeira da Cadeia, 17

Descrição: É desconhecida a data de construção deste edifício, mas, sua tipologia parece indicar o período de transição entre os séculos XVIII e XIX. Localiza-se a casa em terreno íngreme, sendo ligeiramente recuada do lote e implantada sobre terrapleno, possuindo assim um sub-solo parcial, que se constitui num apartamento autônomo. Sua planta retangular se organiza a partir de um corredor central, típica do período, com salões voltados para a rua, quartos e alcovas para o corredor e jantar nos fundos que se prolonga na varanda posterior, com gradil de treliça. A peculiaridade do edifício fica por conta de uma ala lateral independente, para os serviços, construída sob o puxado de uma das águas do telhado. Sua construção parece ter-se dado em diferentes momentos, sendo trechos do edifício em pedra e cal e outros, em pau-a-pique. A composição da fachada destaca-se pela sua horizontalidade e pano de telhados, possuindo envazaduras simples e porta de entrada encimada por adorno em estuque.

Uso Atual: Arquivo Público Municipal

Endereço: Rua Benjamin Constant, 17 - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição: 287-A

Data: 16-9-1943

Nº Processo: 0244-T

Sobrado à rua Treze de Maio, 13 (Cachoeira, BA)

Descrição: Este sobrado, do primeiro terço do século XIX, destaca-se por sua volumetria e características arquitetônicas numa rua formada por edifícios de dois pavimentos e pequenas testadas. Implantado no limite com a rua, possui pequeno oitão e quintal, desenvolvendo-se em três pavimentos; o último, provavelmente acrescido na segunda metade do século passado. Do agenciamento primitivo de sua planta de forma trapezoidal tem-se poucas informações, devido às transformações promovidas pelos vários usos, já tendo abrigado a Cia. de Charutos Pook, Ginásio Ana Nery, depósitos para material de construção. Presume-se, contudo, que não diferisse do tradicional esquema de casa colonial, de corredor central. Sua imponente fachada destaca-se pelas dimensões e pelo requinte dos elementos arquitetônicos. Na loja, dez portas e uma janela, são encimadas por onze janelas rasgadas com gradil de ferro batido, o que se repete no último pavimento com janelas de peitoril. Todas as envazaduras têm vergas curvas e, nos andares superiores, são emolduradas por requintadas cercaduras do tipo D. Maria I, em estuque. Segundo a tradição, D. Pedro II ali teria se hospedado, em 1859.

Uso Atual: Fundação Hansen Bahia; Museu Hansen Bahia

Endereço: Rua 13 de maio, 13 - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição: 275-A

Data: 25-3-1943

Nº Processo: 0268-T-41

Sobrado à Rua Ana Nery, 25 (Cachoeira, BA)

Outros Nomes: Casa da Moeda

Descrição: Não se tem notícias da data precisa da construção deste sobrado, situado em esquina, mas, a julgar pelas suas características tipológicas, presume-se ser da primeira metade do século XVIII e ainda, pela sua localização e tratamento interior, tratar-se de uma casa nobre. O aproveitamento do lote, limitado por uma via lateral de forte declividade, promoveu a adoção de um curioso partido que destina ao térreo as habitações populares e, no pavimento superior, o andar nobre. São cinco as habitações do térreo, com acesso pela ladeira, e em diferentes níveis que se desenvolvem ao longo de um corredor, no sentido transversal do edifício. No andar superior, cujo acesso se dá por saguão na fachada principal, um corredor longitudinal distribui o programa, estando os salões, com tetos de caixotões, voltados para o frontispício. Na fachada principal, portada, duas janelas de verga reta e porta são encimadas por quatro janelas de púlpito, com gradil, sendo delimitada por grossos cunhais. O edifício é recoberto por telhado de quatro águas.

Endereço: Rua Ana Nery, 25 - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição: 286-A

Data: 16-9-1943

Nº Processo: 0247-T

Engenho Embiara: sobrado (Cachoeira, BA)

Descrição: A casa e a fazenda eram denominadas "Morgado Real do Embiara". A primitiva Capela data de 1637, porém o atual sobrado, construído por Bernardino José Aragão, só foi edificado em 1806. O sobrado foi habitado até 1940, por herdeiros da família Paes Aragão. Solar rural de dimensões e tratamento palaciano. O partido em "U", formando um pátio aberto no fundo, foi adotado no século passado em outras casas grandes e engenhos do recôncavo. Possuía estrutura de paredes auto-portantes de alvenaria de pedra e tijolo que suportavam o assoalho do primeiro pavimento e tesouras do telhado. Algumas divisórias do sobrado eram de estuque e seus cômodos se distribuíam em dois pavimentos. O sobrado assenta-se sobre um terrapleno, que forma um "atrium" diante do edifício, tendo como acesso escadaria semi-circular de lioz. O sobrado possuía grandes salões, dormitórios e capela. Encontra-se hoje em estado avançado de arruinamento.

Endereço: Zona rural - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição: 270-A

Data: 23-3-1943

Nº Processo: 0269-T-41

Igreja do Seminário de Belém (Cachoeira, BA)

Outros Nomes: Igreja do Seminário de Nossa Senhora de Belém; Igreja do antigo Seminário de Belém

Descrição: O seminário foi fundado em 1686, próximo de uma aldeia indígena, pelo padre Alexandre de Gusmão, da Companhia de Jesus, sendo a igreja construída na mesma época. Igreja com estrutura de paredes auto-portantes de alvenaria mista de pedra e tijolo. Sua planta consiste em nave única e sacristia transversal, flanqueada por corredores laterais, superpostos por galerias e tribunas avarandadas. Fachada dividida em 3 partes por pilastras, tendo em um dos lados, uma única torre, piramidal, revestida de azulejos e pedaços de louça oriental. A fachada atual, com frontão rococó e 4 janelas rasgadas do coro, são do final do séc. XIX. O rico acervo de imagens e frontal do altar, em mármore com incrustações, pode ser visto no Museu das Alfaias, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Cachoeira.

Endereço: Vila Belém, zona rural de Cachoeira - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição: 140

Data: 17-6-1938

Nº Processo: 0122-T-38

Observações: O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/1985, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

Igreja Matriz de Santiago (Cachoeira, BA)

Outros Nomes: Igreja Matriz de Santiago do Iguape; Matriz de Santiago do Iguape

Descrição: A Freguesia de Santiago do Iguape, fundada no séc. XVI pelos Jesuítas, é a mais antiga do Paraguassú. A primitiva matriz arruinou-se e foi substituída pela atual, cujo início da construção ocorreu no princípio do século XIX, com as obras se prolongando até o início do séc. XX. Igreja de planta retangular com corredores laterais e sacristia transversal sobre porão. O primeiro andar repete a planta do térreo. O edifício possui estrutura constituída por alvenaria mista de pedra e tijolo. Seu frontispício é muito esbelto, dividido por pilastras de arenito, vazado por cinco portas superpostas pelas janelas do coro, todas com acabamento em estilo D. Maria I. Duas torres bulbosas, revestidas de louça, flanqueiam o frontão recortado. As outras fachadas não foram concluídas. Na capela-mor podem ser encontrado painéis de azulejos semi-industriais, azuis e brancos.

Endereço: Distrito de Santiago do Iguape - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição: 457

Data: 1-8-1960

Nº Processo: 0575-T-58

Observações: O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

Lavabo do Convento de Santo Antônio de Paraguassú (Cachoeira, BA)

Descrição: Datado de 1786, localizava-se, inicialmente, na sacristia do Convento de Santo Antônio do Paraguassú que foi construído logo após a expulsão dos holandeses, no início da segunda metade do séc. XVII. Foi posteriormente transferido para o Solar Mojope, construção neo-colonial situada no Rio de Janeiro, que foi demolido na década de setenta. Segundo fotografia do acervo particular do arquiteto Francisco Santana, o lavabo mede aproximadamente 31,6 cm x 53,5 cm, sendo lavrado em pedra lioz, com bacia curva com bordo entalhado, formando desenhos florais. Possui parte inferior da bacia também entalhada. Seu espaldar é recortado em curvas e contra-curvas com decoração floral e concha, possuindo dois elementos entrelaçados em forma de golfinhos, de onde saem as gárgulas e ainda cartela com inscrição. Possui frontão recortado em curvas, decorado com ramallete encimado por elementos decorativos.

Endereço: Distrito de Santiago do Iguape - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição: 515

Data: 25-4-1974

Nº Processo: 0895-T-74

Sobrado à Rua Ana Nery, 1 (Cachoeira, BA)

Outros Nomes: Solar Estrela

Descrição: O edifício, conhecido como Solar Estrela é situado num local de esquina, data do início do século XVIII e se constitui num dos mais relevantes exemplos da arquitetura residencial do Recôncavo. Desenvolve-se em três níveis: loja, sobreloja e pavimento nobre. Adota um partido tipicamente cachoeirano, com sobreloja de pé-direito reduzido, provavelmente com a função de manter a salvo das enchentes do rio os produtos da loja. Sua planta sem corredor é atípica e resulta, possivelmente, da exiguidade do lote, o que obrigou o quintal a reduzir-se a um pequeno pátio lateral para onde se volta uma varanda corrida, com telhado. Apresenta fachadas emolduradas por cunhais com portas no térreo, janelas na sobreloja e janelas rasgadas com balcões e gradis no pavimento superior. Destacam-se no seu interior, os forros em caixotões com pintura policromada nos salões do andar nobre, assim como o armário embutido com alizares entalhados.

Uso Atual: Obra de Assistência Paroquial de Cachoeira; Centro de Hospitalidade; Laboratório de Informática; Vicariato Episcopal

Endereço: Rua Ana Nery, 1 - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição: 232-A

Data: 27-6-1941

Nº Processo: 0203-T-39

Chafariz da Praça Dr. Milton (Cachoeira, BA)

Outros Nomes: Chafariz da Praça Dr. Aristides Milton

Descrição: Construído em 1781 e remodelado em 1827, o chafariz foi construído com o objetivo de "ver encaminhado a água do mato de Tenente Felipe ao largo do Hospital". Chafariz construído em alvenaria mista de pedra e tijolo, recoberto por abóbada de tijolos. Sua feição neoclássica é resultado das modificações ocorridas no início do século XIX. Procedido por átrio, elevado alguns degraus com relação à rua, onde era distribuída a água, seu sistema é formado por caixa de captação, vertedouro, aqueduto de transporte, depósito de decantação e regularização do fluxo da água e 7 bicas de distribuição. A fachada é flanqueada por cunhais de alvenaria culminados por tocheiros, sendo subdivididos em dois estâgios por uma robusta cornija.

Endereço: Praça Aristides Milton - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição: 280

Data: 9-8-1939

Nº Processo: 0199-T-39

LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO E LIVRO DO TOMBO DAS BELAS ARTES

Capela de Nossa Senhora da Pena e ruínas do sobrado anexo (Cachoeira, BA)

Outros Nomes:Engenho Velho: Capela de Nossa Senhora da Pena; Capela de Nossa Senhora da Pena da Fazenda do Engenho Velho do Paraguassú

Descrição:A capela e as ruínas do Engenho Velho implantam-se na encosta de uma elevação verdejante, às margens do rio Paraguassú, no local onde existiu um dos primeiros engenhos da região. A Capela de N. Sra. da Pena, de 1660, é constituída de nave e capela-mor, recobertas com cúpulas com extradorso de telhas e duas sacristias laterais de 4 águas. O partido adotado em "T", resulta numa forma inusitada devido às proporções utilizadas na nave. Características renascentistas são identificadas na utilização de uma cúpula de perfil rebaixado recobrindo nave quadrada, mediante transição de "pendentifs" e, ainda, na capela-mor, em forma de ábside semicircular, recoberta por meia-cúpula. Nave e capela-mor são completamente revestidas por azulejos do século XVII, tipo "massaroca", o que confere ao espaço um certo ar oriental, que também se reflete no tratamento volumétrico, tornando-a um edifício ímpar no país. No frontispício, a portada clássica com duas janelas é encimada por espadaña. As ruínas da primitiva casa-grande estão próximas à capela, devendo ser da mesma época de sua construção. No século XIX, a casa-grande já estava arruinada, sendo construído nas proximidades um novo sobrado.

Endereço: Fazenda Engenho Velho, às margens do rio Paraguassú, distrito de Santiago do Iguape - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição:280-A

Data:8-7-1943

Livro Histórico

Inscrição:214

Data:8-7-1943

Nº Processo:0231-T-41

Observações:O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

Capela da Ajuda (Cachoeira, BA)

Outros Nomes:Capela de Nossa Senhora da Ajuda

Descrição:Entre 1595 e 1606, o capitão Álvaro Celestino Adorno levanta, numa colina, uma ermida consagrada a Nossa Sra. do Rosário, que é reedificada em 1673, em pedra e cal, pelo seu bisneto, João Rodrigues Adorno, sendo no ano seguinte elevada à matriz. Com a construção da nova matriz, esta é entregue à confraria de São Pedro dos Clérigos, cuja extinção provocou seu abandono. Em 1872, os músicos da cidade sediam na capela a Irmandade de N. Sra. da Ajuda. O atual edifício está bastante modificado de suas feições primitivas. A capela possuía nártex fechado, que foi substituído por um alpendre aberto, com cobertura em três águas. Sua planta é simples, nave única com coro, capela-mor coberta por cúpula, justaposta por sacristia e sala da Irmandade (do século XIX). A fachada principal é do tipo empena com óculo central e duas janelas, precedidas por alpendre e ladeada por pequena torre piramidal com vãos sineiras. O edifício destaca-se pela singeleza de suas proporções.

Endereço: Largo da Ajuda, s/n - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição:273

Data:15-9-1939

Livro Histórico

Inscrição:121

Data:15-9-1939

Nº Processo:0198-T-39

Observações:O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

Casa à Rua Ana Nery, 4 (Cachoeira, BA)

Descrição: Casa de porta e janela, provavelmente de meados do século XVIII, inserida num conjunto de semelhantes características arquitetônicas. A planta de forma trapezoidal desenvolve-se através de um corredor lateral, que dá acesso às salas, quarto e à cozinha, situada em um anexo. A exiguidade do lote exige que o programa se desenvolva em dois níveis, abrigando então o sótão e demais quartos. A singeleza desta arquitetura é conferida pela presença do sótão, de pé-direito muito baixo, iluminado pelo frontispício através de duas pequenas janelas, acima das envazaduras do térreo. É recoberta por telhado de duas águas com terminação em beira-saveira.

Endereço: Rua Ana Nery, 4 - Cachoeira - BA

Livro Histórico

Inscrição: 203

Data: 23-3-1943

Livro de Belas Artes

Inscrição: 269-A

Data: 23-3-1943

Nº Processo: 0246-T

Engenho Vitória: sobrado, capela, crucifixo, senzala e banheiro (Cachoeira, BA)

Descrição: Em 1812 inicia-se a construção do engenho, pelo Com. Pedro Bandeira, abastado negociante e senhor de engenhos da região e um dos introdutores da navegação a vapor na Bahia. O edifício é um dos mais representativos exemplos da casa rural assobradada. O sobrado é desenvolvido em três níveis, segundo planta em "T", originalmente ligado à fábrica. Uma passagem coberta, que serve de acesso tanto ao engenho quanto ao sobrado, divide o térreo em duas partes. De um lado a "loggia" e duas salas abrindo-se para o rio, do outro um salão em mármore, capela abobadada, depósito e quartos de criados. No pavimento nobre encontra-se os quartos e o salão de visita, que se projeta sobre o rio sendo flanqueado por duas galerias de arcos. O sótão foi ampliado e transformado em apartamento neste século. Merecem destaque a portada e o brasão em mármore da família Muniz e os azulejos do banheiro externo.

Endereço: Zona rural, às margens do rio Paraguassú - Cachoeira - BA

Livro Histórico

Inscrição: 206

Data: 23-3-1943

Livro de Belas Artes

Inscrição: 271-A

Data: 23-3-1943

Nº Processo: 0284-T-41

Sobrado à Rua Ana Nery, 2 (Cachoeira, BA)

Descrição: Sobrado de esquina, situado no alinhamento do lote, que data provavelmente do início do séc. XVIII. Possui planta de forma irregular, sendo recoberto por telhado de 4 águas. Seu programa se distribui em dois pavimentos mais sótão e, primitivamente, destinava o térreo ao comércio e o pavimento nobre ao uso residencial. Por suas dimensões e tratamento deduz-se ter sido de propriedade de uma família abastada. Sua planta atípica é resultado da exiguidade do lote e, no andar superior, possui cômodos intercomunicantes tendo os salões voltados para a rua. O mezanino existente num pequeno trecho é um elemento tipicamente cachoeirano, empregado devido às constantes enchentes do rio Paraguassú. Suas fachadas robustas, onde predominam os cheios sobre os vazios, são rasgadas por portas e uma única janela no térreo e janelas rasgadas com balcões no andar superior.

Uso Atual: CIRETRAN, 32; Galeria de Arte Anastácia

Endereço: Rua Ana Nery, 2 - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição: 268-A

Data: 23-3-1943

Livro Histórico

Inscrição: 202

Data: 23-3-1943

Nº Processo: 0245-T

Casa de oração da Ordem Terceira do Carmo (Cachoeira, BA)

Outros Nomes:Ordem Terceira do Carmo; Casa da Ordem Terceira do Carmo

Descrição:A Ordem Terceira foi instituída em 1691, funcionando inicialmente em uma das capelas da Igreja do Carmo. Só em 1702 os Irmãos Terceiros começam a construção da sua igreja em terreno doado pelo Gal. João Rodrigues Adorno. Edifício com estrutura de paredes auto-portantes de alvenaria mista de pedra e tijolo que suportam os assoalhos e telhados. Seu programa é típico das grandes sedes dos terceiros - capela, sala da mesa, claustro e cemitério. A casa de oração é elemento de ligação entre a Igreja da Ordem Terceira e a Igreja do Carmo e caracteriza-se, arquitetonicamente, pelo frontispício com galeria superpostas "loggia", ambas formadas por arcos abatidos e sustentados por colunas toscanas de seção octogonal.

Uso Atual:Museu de Arte Sacra

Endereço: Praça da Aclamação, s/n - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição:212

Data:22-8-1938

Livro Histórico

Inscrição:104

Data:22-8-1938

Nº Processo:0181-T-38

Convento de Nossa Senhora do Carmo (Cachoeira, BA)

Outros Nomes:Convento do Carmo

Descrição:O convento teve como fundador o Frei Manuel da Piedade. Em meados do séc. XVIII (1751), uma nova construção substituiu o primeiro convento. No séc. XIX, o prédio do Convento abrigou o Paço da Câmara, a Casa da Moeda, quartel, pensão e hospital. Em 1928 os carmelitas se retiraram do Convento. Construído em torno de um claustro simples é formado por 4 galerias compostas de grossos pilares de alvenaria com pequenas cornijas sobre as quais descansam, de cada lado, cinco robustas arcadas de meio ponto. O convento conta com 9 alas, 2 salões, refeitório, cozinha, catacumbas e demais dependências. O frontispício sofreu grandes reformas. Da fisionomia mais antiga resta uma porta alpendrada para a rua e as seteiras de iluminação e ventilação.

Uso Atual:Pousada; Restaurante

Endereço: Rua Inocêncio Boaventura - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição:210

Data:22-8-1938

Livro Histórico

Inscrição:103

Data:22-8-1938

Nº Processo:0182-T-38

Observações:O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

Igreja da Ordem Terceira do Carmo (Cachoeira, BA)

Descrição: Edifício com estrutura de paredes auto-portantes de alvenaria mista de pedra e tijolo que suportam os assoalhos e telhados. Seu programa é típico das grandes sedes dos terceiros - capela, sala da mesa, claustro e cemitério. O conjunto é recuado em relação ao Convento e precedido de um adro separado da praça por grade de ferro. O claustro é o elemento polarizador do conjunto. A capela é do princípio do séc. XVII e conserva o espírito clássico do século anterior. Sua planta permanece fiel às primeiras capelas jesuíticas - uma só nave e capela-mor. Sua simplicidade externa contrasta com a refinada decoração barroca do seu interior, que é totalmente revestido de azulejos figurados e possui talha dourada de épocas diferentes. A fachada da capela é do tipo templo, com portada em dua ordens de pilastras, sustentando um frontão no estilo de voluta partida.

Endereço: Praça da Aclamação, s/n - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição: 211

Data: 22-8-1938

Livro Histórico

Inscrição: 105

Data: 22-8-1938

Nº Processo: 0181-T-38

Observações: O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN. A Igreja permanece fechada só abrindo para celebração na festa de Nossa Senhora do Carmo.

Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Cachoeira, BA)

Outros Nomes: Igreja da Ordem de Nossa Senhora do Carmo; Igreja do Carmo

Descrição: Construção do séc. XVIII, edificado sobre terreno doado pelo Cap. João Adorno. A construção se prolongou por vários anos, sendo concluída em meados do séc. XVIII. Igreja de nave única, corredores laterais superpostos por tribunas e capela-mor profunda. Seu frontispício rococó, em galilé, avança sobre a rua em contraste com as fachadas sóbrias do convento e da Ordem Terceira. Arrematam a frontaria três frontões rococós, flamejantes, separados por tocheiros tendo a torre recuada. Seu interior foi ricamente decorado, restando muito pouco da decoração original. Pode-se observar os azulejos figurativos encontrados em uma das capelas laterais Sua imaginária encontra-se depositada no Museu da Ordem Terceira..

Uso Atual: Centro de Convenções

Endereço: Rua Inocêncio Boaventura - Cachoeira - BA

Livro de Belas Artes

Inscrição: 209

Data: 22-8-1938

Livro Histórico

Inscrição: 102

Data: 22-8-1938

Nº Processo: 0182-T-38

Observações: O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

Convento de Santo Antônio de Paraguassú: igreja e ruínas (Cachoeira, BA)

Descrição: A igreja foi sagrada em 1660, segundo data na portada, mas não concluída, apesar do noviciato já estar funcionando desde 1654. Em 1824, deixou de ser noviciato, sendo posteriormente abandonado e vendido, em 1915, para José Mariano Filho, que removeu os azulejos, lavabo e retábulos. O sítio em que se localiza a igreja e o convento é plano, ligeiramente elevado com relação ao rio Paraguassú. A igreja está recuada, mas uma das alas do convento se estende até o lagamar. Antecede a igreja um cais que se articula com o grande adro murado através de escadaria e terraços. Localizado em um dos terraços está a base do cruzeiro, elemento característico dos Conventos Franciscanos, de base poligonal de arenito, esculpido com máscaras. A igreja, construída em pedra e cal, é envolvida por corredores superpostos e tribunas. Sua planta com sacristia transversal é típica dos franciscanos do Nordeste. Seu frontispício é do tipo escalonado, construído sobre galilé em abóbadas de aresta, e modulado por uma trama de pilastras e cornijas. A torre encontra-se recuada com terminação em cúpula. O interior da igreja possuía barras de azulejos, piso formado por sepulturas com tampa de madeira, forros em gamela e abóboda. Há vestígios de azulejos na galilé e no claustro.

Endereço: Vila de São Francisco de Iguape, às margens do rio Paraguassú, distrito de Iguape - Cachoeira - BA

Livro Histórico

Inscrição: 173

Data: 25-9-1941

Livro de Belas Artes

Inscrição: 239-A

Data: 25-9-1941

Nº Processo: 0280-T-41

Observações: O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN. O Convento está aberto à visitação pública mediante autorização prévia da família Santana, residente em Cachoeira. Funciona ainda para culto religioso eventual e para reuniões da comunidade.

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (Cachoeira, BA)

Descrição: Inicia-se a construção da igreja no final do séc. XVI, sendo os trabalhos prolongados por longos anos. A obra foi custeada pela população local e contou com o auxílio da coroa real. Igreja definida por planta retangular, com corredores superpostos por tribunas e sacristia transversal. Sua estrutura é constituída por caixa de paredes auto-portantes, de alvenaria mista de pedra e tijolo, que suporta os assoalhos e cobertura. O frontispício é do tipo templo, ladeado por duas torres com terminações piramidais, revestidas de azulejos. Seu interior é muito rico, integralmente revestido de azulejos historiados, com mais de 4 m de altura. Forro em abóboda recobrem a nave e capela-mor. A pintura do forro da nave é do tipo ilusionista italiano e teve como artista o pintor José Joaquim da Rocha. Seu acervo compreende numerosas imagens, telas, alfais e sacrário de prata.

Endereço: Rua Ana Nery, s/n - Cachoeira - BA

Livro Histórico

Inscrição: 120

Data: 15-9-1939

Livro de Belas Artes

Inscrição: 272

Data: 15-9-1939

Nº Processo: 0198-T-39

Observações: O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN. O Museu das Alfaias, que funcionava nesta Igreja, encontra-se fechado.

LIVRO DO TOMBO DAS ARTES APLICADAS**Jarras de louça, 02 / Fábrica de Santo Antônio do Porto (Cachoeira, BA)**

Endereço: - Cachoeira - BA

Livro de Artes Aplicadas

Inscrição:1

Data:9-8-1939

Nº Processo:0199-T-39

Jarras de louça, 03 / Fábrica de Santo Antônio do Porto (Cachoeira, BA)

Endereço: - Cachoeira - BA

Livro de Artes Aplicadas

Inscrição:2

Data:9-8-1939

Nº Processo:0199-T-39

ANEXO G – Compromisso Brasília



1

Compromisso de Brasília

DE ABRIL DE 1970

1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais.

Os Governadores de Estado presentes ao encontro promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, para o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional; os Secretários de Estado e demais representantes dos governadores que, para o mesmo efeito, os credenciaram; os prefeitos de municípios interessados; os presidente e representantes de instituições culturais igualmente convocadas, em união de propósito, solidários integralmente com a orientação traçada pelo Ministro Jarbas Passarinho, na exposição por sua excelência feita ao abrir-se a reunião, e manifestando todo o apoio à política de proteção aos monumentos, à cultura tradicional e à natureza, resumida no relatório apresentado pelo diretor do órgão superior, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), a quem incumbe executá-la, e nas recomendações que nele se contém, do Conselho Federal de Cultura, decidiram consolidar, através de unânime aprovação, as resoluções adotadas no documento ora por todos subscrito e que se chamará Compromisso de Brasília.

Reconhecem a inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional;

Aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica da DPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional;

Para a obtenção dos resultados em vista, serão criados onde ainda não houver, órgãos estaduais e municipais adequados, articulados devidamente com os Conselhos Estaduais de Cultura e com a DPHAN, para fins de uniformidade da legislação em vista, atendido o que dispõe o art. 23 do Decreto-Lei 25, de 1937;

No plano da proteção da natureza, recomenda-se a criação de serviços estaduais, em articulação com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e, bem assim, que os Estados



2

e Municípios secundem o esforço pelo mesmo instituto empreendido para a implantação territorial definida dos parques nacionais;

De acordo com a disposição legal acima citada, colaborará a DPHAN com os Estados e Municípios que ainda não tiverem legislação específica, fornecendo-lhes as diretrizes tendentes à desejada uniformidade;

Impõe-se complementar os recursos orgamentários normais com o apelo a novas fontes de receita de valor real;

Para remediar a carência de mão-de-obra especializada, nos níveis superiores, médio e artesanal, é indispensável criar cursos visando à formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos de diferentes especialidades, orientados pelo DPHAN e pelo Arquivo Nacional os cursos de nível superior;

Não só a União, mas também os Estados e municípios se dispõem a manter os demais cursos, devidamente estruturados, segundo a orientação geral da DPHAN, atendidas as peculiaridades regionais;

Sendo o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais, e da cultura popular, adotado o seguinte critério: no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, através da disciplina de Educação Moral e Cívica; no nível superior (a exemplo do que já existe no cursos de Arquitetura com a disciplina de Arquitetura no Brasil, a introdução, no currículo das escolas de Arte, de disciplina de História da Arte no Brasil; e nos cursos não especializados, a de Estudos Brasileiros, parte destas consagrados aos bens culturais ligados à tradição nacional;

Cabera às universidades o entrosamento com bibliotecas e arquivos públicos nacionais, estaduais, municipais, bem assim os arquivos eclesíasticos e de instituições de alta cultura, no sentido de incentivar a pesquisa quanto à melhor elucidação do passado e à avaliação de inventários dos bens regionais cuja defesa se propugna;

Recomenda-se a defesa do acervo arquivístico, de modo a ser evitada a destruição de documentos, ou tendo por fim preservá-los convenientemente, para cujo efeito será apreciável a colaboração do Arquivo Nacional com as congêneres repartições estaduais e municipais;

Recomenda-se a instituição de museus regionais, que documentem a formação histórica, tendo em vista a educação ótica e o respeito da tradição;

Recomenda-se a conservação do acervo bibliográfico, observadas as normas técnicas oferecidas pelos órgãos federais especializados na defesa, instrumentação e valorização desse patrimônio;

Recomenda-se a preservação do patrimônio paisagístico e arqueológico dos terrenos de Marinhá, sugerindo-se oportuna legislação que subordine as concessões nessas áreas à audiência prévia dos órgãos incumbidos da defesa dos bens históricos e artísticos;

Com o mesmo objetivo, é de desejar que nos Estados seja confiada a especialistas a elaboração de monografias acerca dos aspectos sócio-econômicos regionais e valores compreendidos no respectivo patrimônio histórico e artístico; e também que, em cursos especiais para professores do ensino fundamental e médio, se lhes propicie a conveniente informação sobre tais problemas, de maneira a habilitá-los a transmitir às novas gerações a consciência e interesse do ambiente histórico-cultural;

Calerá às secretarias competentes dos Estados a promoção e divulgação do acervo dos bens culturais da respectiva área, utilizando-se, para este fim, os vários meios de comunicação de massas, tais como a imprensa escrita e falada, o cinema, a televisão;

Há, outrossim, necessidade premente do entrosamento com a hierarquia eclesiástica e superiores de ordens religiosas e confrarias, para que todas as obras que se venham a efetuar em imóveis de valor histórico ou artístico de sua posse, guarda ou serventia, sejam precedidas da audiência dos órgãos responsáveis pela proteção dos monumentos, nas diversas regiões do país;

Que a mesma cautela prevista no item anterior seja tomada junto às autoridades militares, em relação aos antigos fortes, instalações e equipamentos castrenses, para a sua conveniente preservação;

Urge legislação defensiva dos antigos cemitérios e especialmente dos túmulos históricos e artísticos e monumentos funerários;

Recomenda-se utilização preferencial para casas de cultura ou repartições de atividades culturais, dos imóveis de valor histórico e artístico cuja proteção incumbe ao poder público;

Recomenda-se aos poderes públicos estaduais e municipais colaboração com a DPHAN, no sentido de efetivar-se o controle do comércio de obras de arte antigas;

Os participantes do Encontro ouviram com muito agrado a manifestação do Ministro de Estado, sensível à conveniência da criação do Ministério da Cultura, e consideraram chegada esta oportunidade, tendo em vista a crescente complexidade e o vulto das atividades culturais no país;

O Conselho Federal de Cultura e os Conselhos Estaduais de Cultura opinaram sobre as demais propostas apresentadas à conferência, conforme o seu caráter, para o efeito de as encaminhar oportunamente à autoridade competente.

E por terem assim deliberado, considerando os superiores interesses da cultura nacional, assinam este compromisso.

Brasília, 3 de abril de 1970

O Compromisso foi assinado pelo Ministro Jarbas Passarinho, da Educação e Cultura, Governadores de Estado presentes à reunião por s. exa. convocada, Secretários de Estado, Diretores dos Departamentos de Cultura, Diretores dos Conselhos Estaduais de Defesa do Patrimônio Histórico, pelos Presidentes do Conselho Federal de Cultura, prof. Artur Cesar Ferreira Reis, do Patrimônio Histórico Nacional, prof. Renato Soeiro, Presidente do Instituto Histórico Brasileiro, prof. Pedro Calmon, e delegados de outras entidades culturais do país representadas no conclave.

Pelo Estado de Santa Catarina assinaram o documento os professores Jaldir Bhering Faustino da Silva, Secretário de Estado da Educação e Cultura, Carlos Humberto Pedemineiras Correa, Diretor do Departamento de Cultura, e Osvaldo Rodrigues Cabral, representante da Universidade Federal de Santa Catarina e da comissão especial que estuda a organização do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado nomeada pelo Governador Ivo Silveira.

Anexo

O problema da recuperação e restauração de monumentos, trata-se de uma casa seiscentista como estas de São Paulo, ou das ruínas desta igreja de São Miguel, no Rio Grande do Sul, é extremamente complexo.

Primeiro, porque depende de técnicos qualificados cuja formação é demorada e difícil, pois requer, além do tirocinio de obras e de familiaridade com os processos construtivos antigos, sensibilidade artística, conhecimentos históricos, acuidade investigadora, capacidade de organização, iniciativa e comando e, ainda, finalmente, desprendimento.

Segundo, porque implica em providências igualmente demoradas, como o inventário histórico-artístico do que exista na região, o estudo da documentação recolhida, o tombamento daquilo que deve ser preservado, a eleição do que mereça restauro prioritário, a apropriação de verbas para esse fim, a escolha de técnicos, o estudo preliminar na base de investigação histórica e das pesquisas *in loco*, a documentação e o registro das fases da obra e, por fim, a manutenção e o destino do bem recuperado.